



CADERNO

1987 — 1991

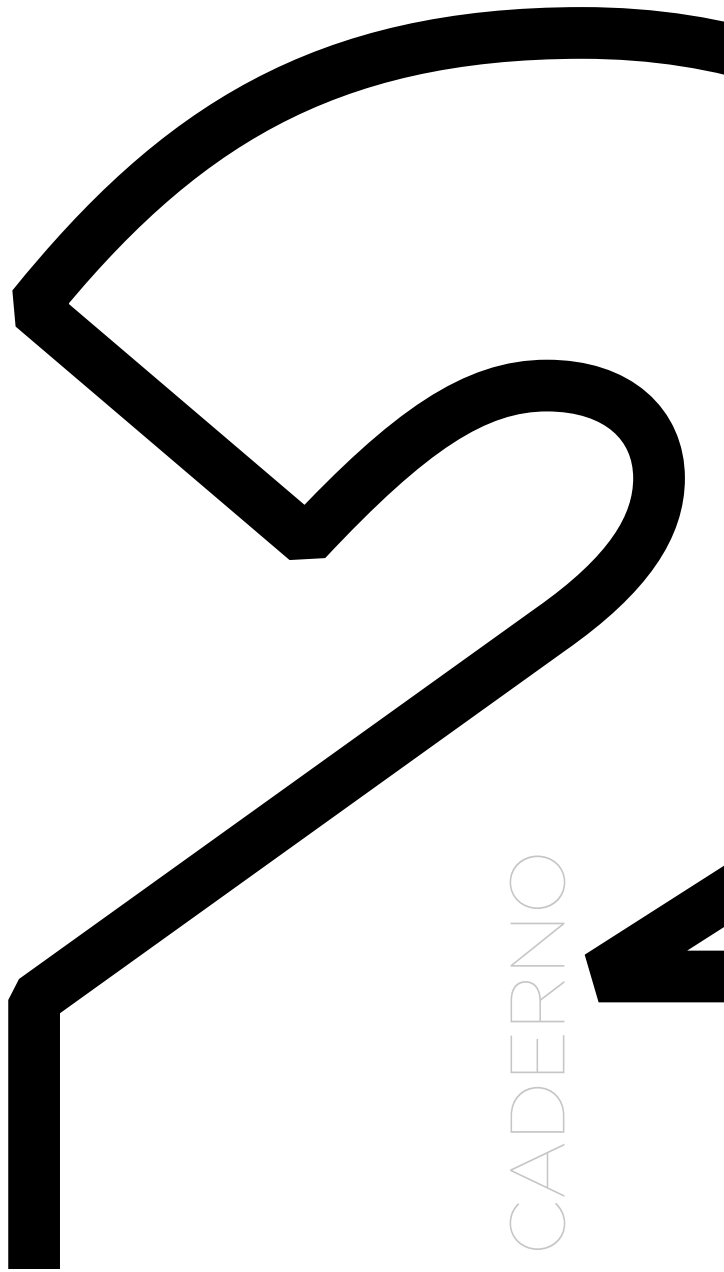
TIJOLAÇOS

LEONEL BRIZOLA





uma obsessão imitativa. — Ulysses e Sarney: os grandes responsáveis. —
e não caiu o Parlamentarismo — O golpe do Parlamentarismo — Insta-
brasileiro — Parlamentarismo é a extinção do voto direto — Parlam-
poca — “A causa da pátria” — Iniquidade — PDT, síntese de no-
si à Justiça — Líderes — Nota oficial do PDT (Sobre a crise
cação. — Menem e Collor — A causa intocada
bilidades — Inépcia e cumplicidade — Moreira
e o Banerj — Justiça de encomenda — A car-
ação — A hora das definições — Esclarecendo
— hora de decisões — Acima de tudo, amor ao Brasil — O
— Quem ganhou; quem perdeu. — Aonde ainda querem chega-
es e Sarney: os grandes responsáveis. — A Nação ameaçada — As pedr-
O golpe do Parlamentarismo — Instaurou-se a crise — Parlamentarism
a extinção do voto direto — Parlamentarismo sem plebiscito: traição e
— Iniquidade — PDT, síntese de nosso povo. — O escândalo do silêncio
ota oficial do PDT (Sobre a crise da Câmara Municipal do Rio de Jan
Menem e Collor — A causa intocada de nossa inflação — As perdas in-
es — Inépcia e cumplicidade — Moreira e Collor — Em defesa do Rio
Banerj — Justiça de encomenda — A carapuça do Globo — Telhado
— A hora das definições — Esclarecendo a população — Manipulaçã
s — Acima de tudo, amor ao Brasil — O Brasil tem o direito a um de-
em perdeu. — Aonde ainda querem chegar? — Rede Globo: um pod-
responsáveis. — A Nação ameaçada — As pedras dos vândalos e as calú-
mo — Instaurou-se a crise — Parlamentarismo: diretas nunca mais.
o — Parlamentarismo sem plebiscito: traição e golpe. — A fórmula



CADERNO

— A Nação ameaçada — As pedras dos vândalos e as calúnias da Globo — Sarney e a síndrome de Maluf — Sarney e a LSN — Alerta à Nação — urou-se a crise — Parlamentarismo: diretas nunca mais. — A agonia do Governo Sarney — Elites egoístas e incompetentes — Golpes e golp — entarismo sem plebiscito: traição e golpe. — A fórmula da traição — A crise e seus responsáveis — Travessia perigosa — As causas do fracasso povo. — O escândalo do silêncio — Engane-se quem quiser — A advertência argentina — O Globo, o Ibope e as pesquisas. — Golpismo (da Câmara Municipal do Rio de Janeiro) — Meu irmão, minha irmã. — Contra a fraude, contra o farsante — Ao povo brasileiro — Manifesta de nossa inflação — As perdas internacionais — A volta da “ciranda” — E depois do desastre? — Os direitos do povo brasileiro — Insensatez ra e Collor — Em defesa do Rio — Farsa vergonhosa — CSN: omissão criminosa — Abono ou arrocho? — O abandono do interior — Manipulação rapuça do Globo — As duas verdades — Por que Vargas vive — São três contra um e o povo contra os três — Rio, vítima do modor e injustiça — Globo-Moreira, antiga parceria. — O fim de um período — A inflação — Os contratos da impudência — Um caminho da Rede Glob (eiro) — Meu irmão, minha irmã. — Contra a fraude, contra o farsante — Ao povo brasileiro — Aliança Globo-CUT-PT — Um caminho da ager paralelo. — Coveiros da democracia — Existe um amanhã — Confronto inevitável — Ao povo brasileiro — Aliança e governo — O mandato inias da Globo — Sarney e a síndrome de Maluf — Sarney e a LSN — Alerta à Nação — Sarney, o PMDB e o FMI. — Uma questão de coerênc — A agonia do Governo Sarney — Elites egoístas e incompetentes — Golpes e golpistas — O último trem de Sarney — Um festival de hipocr la traição — A crise e seus responsáveis — Travessia perigosa — As causas do fracasso — Os contratos da cumplicidade — Verdades irrefut

1987 — 1991

TIJOLAÇOS

LEONEL BRIZOLA



PDT12





Direção Nacional do PDT

QUADRIÊNIO 2022-2026

PRESIDENTE

Carlos Roberto Lupi

VICE-PRESIDENTE

André Peixoto Figueiredo Lima

VICE-PRESIDENTE

Ciro Ferreira Gomes

VICE-PRESIDENTE

Miguelina Paiva Vecchio

SECRETÁRIO

Manoel Dias

SECRETÁRIO ADJUNTO

André Roberto Menegotto

TESOUREIRO

Marcelo de Oliveira Panella

CONSULTORA JURÍDICA

Mara de Fátima Hofans

SEC. DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Juliana Brizola

VOGAL

Sirley Soares Soalheiro

VOGAL

Marli Rosa de Mendonça

LÍDER NO SENADO FEDERAL

Sen. Cid Ferreira Gomes

LÍDER NA CÂMARA FEDERAL

André Peixoto Figueiredo Lima

SEC. ADJUNTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Márcio Ferreira Bins Ely

VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL

Darci Pompeo de Mattos

VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUDESTE

Antônio Sérgio Alves Vidigal

VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORDESTE

Ronaldo Augusto Lessa Santos

VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE

Antônio Waldez Góes da Silva

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES PARLAMENTARES

Antônio Fernandes dos Santos Neto

SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Eduardo Martins Pereira

SECRETÁRIA NACIONAL DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA
Kariadine de Maria Nascimento Pacheco Maia

SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSUNTOS DE ORGANIZAÇÃO
Salete Beatriz Roszkowski

SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
Everton da Conceição Gomes

COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO ESTATUTÁRIA E ADMINISTRATIVA
Fernando Barbosa

COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE REPASSES FUNDO PARTIDÁRIO
Thiago Coelho Castello Branco



FUNDAÇÃO

LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP)

DIREÇÃO DA FLB-AP

Presidente

Manoel Dias

Vice-Presidente

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário-Geral

André Menegotto

Tesoureiro

Antonio Henrique de A. Filho

Secretário-Executivo

Ades Oliveira

CONSELHO CURADOR

Carlos Roberto Lupi — Presidente

Manoel Dias — Secretário

Marcelo de Oliveira Panella

Nelton Miguel Friedrich

Angela Maria Rocha

Flávia Carreiro A. Morais

Martha Mesquita da Rocha

Francisco Flávio Torres de Araújo

Ligia Doutel de Andrade

Geraldo Tadeu Moreira Monteiro

Isabella Menezes R. Fiorenzano

Oswaldo Peres Maneschy

Maria José Latge kwamme

Nelson Marconi

Fernando Barbosa

Joelma de Morais Santos

CONSELHO EXECUTIVO

André Peixoto Figueiredo Lima

André Roberto Menegotto

Antônio Henrique de A. Filho

Sirley Soares Soalheiro

Jorge Gomes O. Brand (Dep. Goura)

Maria Amélia de Souza Reis

Leonardo Rocha Lupi

Mara de Fátima Hofans

CONSELHO FISCAL

Elma Cerqueira De La Fuente

Eroídes Aparecida Lessa

Marli Rosa de Mendonça

Elaine Chaves Ferreira

Airton Costa do Amaral

William Rodrigues Dantas

EQUIPE DE TRABALHO

Ades Oliveira

André Menegotto

Bruno Ribeiro

Caio Mota

Edevaldo Pereira

Henrique Matthiesen

João Cyrillo

Karina Crivellani

Leonardo Britto

Leonardo Zumpichiatti

Nelton Friedrich

Pamela Fonseca

Rafael Machado

Sandro Alencar

Shana Santos

EXPEDIENTE



PRESIDENTE NACIONAL DO PDT

Carlos Lupi

PRESIDENTE FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI

Manoel Dias

COORDENADORES CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA

Henrique Matthiesen e Karina Crivellani

ORGANIZADORES DO CONTEÚDO

Apio Gomes e Karina Crivellani

REVISÃO

Apio Gomes e Karina Crivellani

ENDEREÇO:

SEDE NACIONAL - RIO DE JANEIRO: Rua do Teatro, 39 - 2º andar, Centro, CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ

SEDE BRASÍLIA: SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul), Quadra 2, Lote 3, CEP: 70.042-900, Brasília-DF

Tel.: (61) 3224-9139 / 3322-8425 / 3225-6399

E-mail: secretaria@flb-ap.org.br

*A força da minha
resistência vem do meu
amor ao povo brasileiro.*

Luiz Raul

Editorial

Centro de Memória Trabalhista

O resgate do pensamento de Leonel Brizola através de os *tijolaços* se mostra uma tarefa hercúlea, mas de fundamental importância para a militância pedetista, que rememora seus ensinamentos e reaviva seu jeito singular, como também possibilita – aos novos companheiros e companheiras – conhecerem o pensamento e as ideias de Leonel Brizola.

Para o espaço acadêmico, apresenta-se como um importante instrumento de pesquisas e discussões, uma vez que a trajetória de Leonel Brizola é matéria, conhecimento, e a própria compreensão dos séculos 20 e 21 – pelo menos na América Latina.

Neste sentido, o Partido Democrático Trabalhista, a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, por intermédio do Centro de Memória Trabalhista, cumpre este papel de resgate, com a publicação desta coleção que traz a totalidade dos artigos publicados em jornais de circulação nacional.

Este segundo caderno ocupa todo o período entre a transmissão de seu cargo ao sucessor, os trabalhos da Constituinte, a eleição presidencial e as vésperas de sua posse para o segundo mandato no Governo do Estado do Rio de Janeiro, eleito que foi no primeiro turno.

Leonel Brizola – que, facilmente, poderia ter sido a inspiração para Torquato Neto criar a imagem daquele anjo (que não era barroco, mas tinha asas de avião) que diz, com um sorriso entre dentes: “*vai, bicho, desafinar o coro dos contentes*” – neste segundo caderno do *tijolaço*, interfere, de forma lancinante, na tentativa de a Constituinte “enfiar goela abaixo”, como ele repetia, um Parlamentarismo que fora renegado pela população, em 1961, em

cuja campanha ele foi uma das figuras de proa.

Brizola não via nos *tijolaços* uma publicação *ad aeternum*. Por isto, em 22 de março de 1988, encerra o ciclo de publicações que catalogamos como *segunda série*, com um manifesto (“Ao povo brasileiro – Usurpação e golpismo”), junto com Brandão Monteiro, líder do PDT na Constituinte:

“Aproxima-se a hora da verdade. Dentro de algumas horas, na Constituinte, estará em jogo o resgate do mais sagrado direito do povo brasileiro: o de escolher, pelo seu voto livre e incorruptível, o Governo de nosso País. (...) Estes dias são extraordinariamente ricos em lições e experiências políticas; são dias que valem decênios. A esta altura, tornou-se claro e simples (e trágico, também) para o povo brasileiro entender o significado das opções e atitudes que seus representantes venham assumir na Constituinte”.

Porém, cinco meses depois, inicia a *terceira série*, em 28 de agosto de 1988, cuja epígrafe define a necessidade de o retorno desta conversa com a população: “*A crise vem assumindo uma gravidade que passou a ser uma verdadeira ameaça aos direitos, à segurança e ao futuro de todos. É preciso questionar esta situação. É o que compete a todos nós neste momento. Cada um, da forma a seu alcance. É por isso que volto a estas publicações, oferecendo aqui ideias e conceitos que construí ao longo de 45 anos de vida pública*”.

Neste segundo caderno, fica patente que Brizola não usava os *tijolaços* para campanhas paroquiais. Embora tenha ocorrido, no Rio de Janeiro, eleição para a sucessão do prefeito Saturnino Braga, que deixara o PDT, somente dedicou um *tijolaço* sobre o tema: uma

epígrafe, em 31 de dezembro de 1988, para parabenizar os vitoriosos, que assumiriam no dia seguinte: “A Marcello Alencar e Roberto D’Ávila, a todos os companheiros do PDT ou por nós apoiados – que assumem amanhã os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador – formulo meus sinceros votos de êxito nas tarefas que a população lhes atribuiu e o reconhecimento pela firmeza, pela coerência e pela sensibilidade social que os fizeram merecer o voto popular e que hão de os acompanhar ao longo de seus mandatos”.

Brizola foi merecedor desta frase contida em um artigo do mais polêmico dos jornalistas contemporâneos, Hélio Fernandes – crítico de seu primeiro governo –, publicado na Tribuna da Imprensa em 8 de março de 1994: “É lógico que Leonel Brizola pode ser questionado, discutido, até mesmo polemizado ou negado. Mas ninguém pode negar que ele, como ninguém, pode dizer repetindo o apóstolo Paulo: **Lutei sempre o bom combate.** [destaque nosso] Consolidador do cristianismo, chamado de panfletário, o apóstolo Paulo explicou toda sua ação apenas com uma frase. Brizola pode dizer o mesmo, e aí ninguém poderá contestá-lo. Pois veio de longe, não recebeu nada de ninguém, suas conquistas foram sempre sofridas, duras, obtidas com as mais terríveis lutas. Nada caiu do céu para este gaúcho de 72 anos, que vai disputar a sucessão presidencial com muito mais credencial do que os adversários”.

O bom combate – Em dezembro de 1985, o governador Brizola encampou 16 empresas de transporte rodoviário, cujo serviço passou a ser coordenado pela CTC (Empresa de Transporte

Coletivo do Estado). Um dos primeiros atos do governador que o sucedeu, Moreira Franco, foi anular este decreto e devolver as empresas a seus antigos proprietários.

Brizola não usou, nesta sua trincheira, nem uma linha para – supostamente – fazer a defesa de seu ato corajoso contra uma poderosa organização empresarial (que resultou na atual Fetranspor). E teria fortes argumentos se arrolasse a diversidade de bens pessoais de seus dirigentes (pessoa física) que constava do chamado “material permanente” das empresas (pessoa jurídica): veículos de toda a família, em que até o combustível entrava no custeio da empresa (por isto, os motoristas dos veículos sempre exigiam o recibo nos postos de abastecimento); fazendas, iates, casas de praia etc.

O *tijolo* era um espaço em que Brizola mantinha, apenas e tão somente, a luta política – com argumentos leais. Ou estaria negando o que escreveu, em 2 de julho de 1989: “Estou na vida pública para servir e não para cumplicidades com aqueles que montam negócios, ganham dinheiro e acumulam fortunas com empresas cartoriais e favores do Governo. Entretanto, o que fizeram? Em lugar de enfrentarem a mim, foram, de forma covarde e injusta, atacar e desmerecer minha família. Agrediram perversamente, sem nenhuma ética, a pessoas inocentes e indefesas. Surpresa maior me vem da Folha. Como se sentiria o senhor Octávio Frias se, em função de meus propósitos políticos, subisse aos palanques para me referir às intimidades da vida de sua esposa ou de seus filhos e netos. Teria eu esse direito? Evidentemente que não”.

A revolução continua



CARLOS LUPI —
PRESIDENTE NACIONAL DO PDT.

Nesta segunda fase, já fora do governo do Estado do Rio de Janeiro, além deste ingrediente, o Brizola acrescentou, principalmente, uma espécie de síntese final do seu pensamento, em que ele colocava as questões nacionais em evidência; onde ele promove a atualização do pensamento Trabalhista: a defesa da Petrobrás, a defesa dos direitos dos trabalhadores, um projeto de Nação. Então o Brizola, neste ciclo da segunda etapa do Tijolaço, foi um Brizola que mostrou que, mesmo com o tempo, não deixou de estar atualizado na sua visão estratégica do papel no Estado; nas denúncias contra o sistema e contra o que o Governo Federal viria representar. Em síntese: fez denúncias contra a opressão da elite contra a classe trabalhadora.

Por isto, classifico como uma síntese final.

A virada do século já estava no horizonte; e, como resultado da enorme escalada neoliberal enfrentada pelo Brasil, nossas maiores riquezas estavam sendo leiloadas nas Bolsas de Valores pelo mundo.

Então, Brizola utilizou este espaço – os tijolaços – nos veículos de comunicação para aprofundar suas denúncias contra estas elites. Como vocês poderão comprovar, um discurso atualíssimo sobre a defesa intransigente dos valores nacionais e do povo menos favorecido. Importante ressaltar: pensamentos que até hoje se tornam necessários em debates – o que confirma que Brizola sempre foi um homem à frente do seu tempo.

Brizola continua na defesa do Brasil



MANOEL DIAS —
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LEONEL
BRIZOLA-ALBERTO E SECRETÁRIO-
GERAL DO PDT.

Em prosseguimento às comemorações do centenário de nascimento de Leonel Brizola, o Partido Democrático Trabalhista e a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini – através do Centro de Memória Trabalhista –, publicam o Segundo Caderno dos tijolaços de Leonel Brizola: tribuna pela qual expunha o seu pensamento político.

Evidentemente, a marca indelével de Brizola continua intacta; ou seja, sua coerência política, sua obsessão pela educação, seus princípios de soberania nacional e sua defesa intransigente da classe trabalhadora.

Inovador e revolucionário, como são os líderes, Brizola fez de artigo pago, “Mandado publicar pelo PDT” (frase que encerra cada Tijolaço) nos jornais brasileiros, uma trincheira de lutas pelo que acreditava: pautou o Trabalhismo e a política nacional dos séculos 20 e 21.

Neste segundo caderno, Brizola aborda temas como: a Assembleia Nacional Constituinte – em que o Trabalhismo atuou de forma infatigável – na defesa de suas bandeiras e visão de Brasil; o Governo Sarney; as eleições de 1989, com sua candidatura à Presidência da República; faz uma análise e avaliação do governo de Fernando Collor de Mello; e termina com sua campanha e eleição, em primeiro turno, ao governo do Rio de Janeiro, em 1990.

Não faltam, neste caderno, reflexões sobre a questão educacional. Tema, aliás, marcante da vida e da trajetória de Brizola. Para ele, é o único caminho da verdadeira emancipação de nosso povo. Também encontraremos as incompreensões, apontadas por Brizola, exercidas por aqueles que pensavam de forma colonizada; por isto, não compreendiam suas prioridades e suas lutas.

É perceptível, na leitura deste caderno, a vitalidade ideológica e a coerência de Brizola, o seu amor ao povo brasileiro; e mais: a sua incansável capacidade de sonhar, projetar e lutar pelas causas mais caras à nossa brasilidade. Um mergulho em nossa história, na reflexão e no entendimento do nosso ideário e da nossa luta.

Sistematizar e organizar a totalidade do seu pensamento, através dos seus artigos publicados, cumpre o papel de revigoramento e de auxílio à academia, aos pesquisadores e pesquisadoras, na compreensão deste líder singular na defesa da soberania nacional e da classe trabalhadora; que teve na educação sua mais cara bandeira.

Brizola, hoje, mesmo com sua ausência física, continua a nos emocionar, ensinar e inspirar com sua contínua teimosa e capacidade de sonhar e lutar.

Boa leitura e vamos à luta.

Saudações trabalhistas e brizolistas!



Leonel Brizola — XCVIII

O Governo do Estado do Rio de Janeiro aplicou, no ano de 92, na manutenção do ensino e investimentos na educação 47,8% de sua receita geral de impostos, incluindo as transferências federais. Não foi por acaso que uma publicação distribuída na World Conference on Metropolitan Governance, da ONU, ocorrida em Tóquio, de 20 a 23 de abril último, ter considerado o programa dos Cleps "o maior projeto educacional integrado em execução no mundo, por um único Estado".

A alma dos negócios

Há muito, *O Globo* deixou de ser um jornal, um órgão isento de informação e de análise. Tornou-se um boletim de negócios, um instrumento de pressão e de lobbies em favor de grupos e, especialmente, dos rendosos interesses do sr. Roberto Marinho. As principais matérias publicadas ali têm sempre uma finalidade. Não pregam prego sem estopa. Ou pretendem intimidar e até destruir os que se opõem às suas conveniências, ou, diretamente, visam criar oportunidades para ganhar dinheiro, muito dinheiro.

Observem a forma como a máquina Globo trata os assuntos que dependem de decisões de governo; distorcendo, desinformando, difamando ou apoiando, conforme os seus próprios interesses. E sempre com o objetivo, em regra alcançado, de nutrir-se nas tetas do Estado. Este é o papel que tem *O Globo*, coadjuvado por suas diversas emissoras de rádio e, sobretudo, por seu supremo instrumento de poder, montado no curso da ditadura: o monopólio da televisão exercido pela Rede Globo. Não vacila, para tanto, em se utilizar dos tipos mais irresponsáveis, ávidos por publicidade, mórbidos, como Fonsequinho e sua colega de saias, Heloneida Studart, ou de funcionários relapsos e ineptos, como Manoel Sanches.

Muitas vezes, custamos a nos dar conta do que está por trás de páginas e páginas de matéria ôca e sensacionalista, em dias a fio. Por exemplo, neste caso da empresa de projetos e consultoria Promon. Eu próprio demorei em me dar conta de que a verdadeira razão de tantas explorações era uma só: Roberto Marinho não perdoa o fato de ter sido vencido pelo grupo de engenheiros daquela empresa, na concorrência para o satélite Brasilsat, que a Victory — consórcio pertencente à Globo — queria construir ganhando quase US\$ 100 milhões acima do preço de mercado. Toda essa onda não é senão uma vingança torpe, além, claro, do fato desse grupo técnico estar trabalhando com eficiência e honestidade para meu Governo. Mas, neste caso, como em tantos outros, acabará tendo que engolir todas as mentiras e maldades que vem publicando.

Mudou o estilo, não a essência

Talvez nunca, nesta triste seqüência dos pacotes econômicos, tenha se formado tão rapidamente na opinião pública a convicção de que nada irá mudar para melhor na vida deste País, quanto agora com essas medidas anunciadas pelo atual Presidente. Se, de um lado, evitou-se um choque, de outro, seguiram-se as mesmas regras de todos os pacotes, de Sarney para cá. As causas essenciais da inflação e da crise não foram tocadas e, portanto, seus efeitos perversos vão continuar se agravando, cada dia mais. Tudo o que o Presidente anunciou, nada mais é senão a cartilha do neoconservadorismo, que há muito se vem impondo ao Brasil. Os chamados investimentos sociais que anunciou irão, como de outras vezes, se reduzir a generosas declarações de intenção ou em simples fonte de lucros para alguns grupos privilegiados, ou, ainda, em mais empréstimos milionários para os oligarcas do açúcar ou para a máquina Globo abocanhar, como com os US\$ 38 milhões que tirou da Caixa Econômica.

Há, cada vez mais forte, o sentimento de que a política econômica do Governo Collor, não só vai ser mantida como aprofundada pelo sr. Itamar. Além do caso da monstruosa entrega da CSN, o anúncio de que a política das chamadas privatizações será "acelerada e intensificada" é a maior prova disso. Há mais de um ano Collor a iniciou, apresentando-a como uma espécie de panacéia para a crise brasileira, como algo que faria o País investir em escolas, estradas e hospitais, tal como faz o atual Presidente. A Nação perdeu patrimônios imensos, recebendo em troca deles uma montanha de papéis inservíveis; as chamadas moedas podres.

É o mesmo filme que já vinhamos assistindo.

Intelectualóide — É bom sempre repetir, para o conhecimento do povo brasileiro, que a revista *Veja* é uma publicação sustentada pelos grandes grupos estrangeiros, criada por uma dupla de ítalo-americanos, vindos da Argentina, os irmãos Civita. É natural, portanto, que funcione como uma espécie de posto avançado do colonialismo e, ainda, que nos ataque raivosamente. Foi o que fez na sua última edição, servindo-se de um amontoado de distorções e de ofensas escritas por Marcos Sá Corrêa, um intelectualóide afetado, almotofadinho, inchado de pretensão e deslumbrado com as elites. Este indivíduo odeia o PDT e a todos nós. Foi, e continua sendo, um dos gurus de Moreira Franco, de quem era íntimo comensal. Não tem autoridade moral para questionar meu Governo ou a mim. Antes de pretender fazer qualquer comentário sobre a nossa atuação, precisa explicar o desastre administrativo e moral que foi o Governo do seu amigo Moreira, com o qual foi solidário. Em tudo, entretanto, há sempre algo de bom.

É possível que Marcos Sá Corrêa acabe por prestar um bom serviço ao povo brasileiro, ou seja, venha a repetir na revista *Veja* o desempenho que teve em outros órgãos de imprensa.

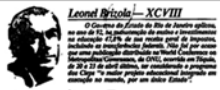
Leonel Brizola
Governador do Estado
do Rio de Janeiro

MANDADO PUBLICAR PELO PDT

O tijoloço ocupava as colunas da borda (de alto a baixo) da página ímpar.

Composição

- Os artigos que compõem um Tijoloço podem ou não ter relação de assunto entre si. Normalmente não possuíam.
- Para efeito de sistematização desta pesquisa, cada Tijoloço foi dividido em, no máximo, quatro tipos de matéria. Detalhes na página seguinte.



A alma dos negócios

Há muito, *O Globo* deixou de ser um jornal, um órgão isento de informação e de análise. Tornou-se um boletim de negócios, um instrumento de pressão e de lobbies em favor de grupos e, especialmente, dos rendosos interesses do sr. Roberto Marinho. As principais matérias publicadas ali têm sempre uma finalidade. Não pregam prego sem estopa. Ou pretendem intimidar e até destruir os que se opõem às suas conveniências, ou, diretamente, visam criar oportunidades para ganhar dinheiro, muito dinheiro.

Observe a forma como a máquina *Globo* trata os assuntos que dependem de decisões de governo; distorcendo, desinformando, difamando ou apoiando, conforme os seus próprios interesses. E sempre com o objetivo, em regra alcançado, de nutrir-se nas tetas do Estado. Este é o papel que tem *O Globo*, coadjuvado por suas diversas emissoras de rádio e, sobretudo, por seu supremo instrumento de poder, montado no curso da ditadura: o monopólio da televisão exercido pela Rede *Globo*. Não vacila, para tanto, em se utilizar dos tipos mais irresponsáveis, ávidos por publicidade, mórbidos, como Fonseca Junqueira e sua colega de saias, Heloneida Studart, ou de funcionários relapsos e ineptos, como Manoel Sanches.

Muitas vezes, custamos a nos dar conta do que está por trás de páginas e páginas de matéria ôca e sensacionalista, em dias a fio. Por exemplo, neste caso da empresa de projetos e consultoria Promon. Eu próprio demorei em me dar conta de que a verdadeira razão de tantas explorações era uma só: Roberto Marinho não perdoou o fato de ter sido vencido pelo grupo de engenheiros daquela empresa, na concorrência para o satélite *Brasilsat*, que a *Victory* — consórcio pertencente à *Globo* — queria construir ganhando quase US\$ 100 milhões acima do preço de mercado. Toda essa onda não é senão uma vingança torpe, além, claro, do fato desse grupo técnico estar trabalhando com eficiência e honestidade para meu Governo. Mas, neste caso, como em tantos outros, acabará tendo que engolir todas as mentiras e maldades que vem publicando.

Mudou o estilo, não a essência

Há, cada vez mais forte, o sentimento de que a política econômica do Governo Collor, não só vai ser mantida como aprofundada pelo sr. Itamar. Além do caso da monstruosa entrega da CSN, o anúncio de que a política das chamadas privatizações será “acelerada e intensificada” é a maior prova disso. Há mais de um ano Collor a iniciou, apresentando-a como uma espécie de panacéia para a crise brasileira, como algo que faria o País investir em escolas, estradas e hospitais, tal como faz o atual Presidente. A Nação perdeu patrimônios imensos, recebendo em troca deles uma montanha de papéis inservíveis; as chamadas moedas podres.

É o mesmo filme que já vínhamos assistindo.

Intelectualóide — É bom sempre repetir, para o conhecimento do povo brasileiro, que a revista *Veja* é uma publicação sustentada pelos grandes grupos estrangeiros, criada por uma dupla de italo-americanos, vindos da Argentina, os irmãos Civita. É natural, portanto, que funcione como uma espécie de posto avançado do colonialismo e, ainda, que nos ataque raiosamente. Foi o que fez na sua última edição, servindo-se de um amontoado de distorções e de ofensas escritas por Marcos Sá Corrêa, um intelectualóide afetado, almotafadinho, inchado de pretensão e deslumbrado com as elites. Este indivíduo odeia o PDT e a todos nós. Foi, e continua sendo, um dos *gurus* de Moreira Franco, de quem era íntimo comensal. Não tem autoridade moral para questionar meu Governo ou a mim. Antes de pretender fazer qualquer comentário sobre a nossa atuação, precisa explicar o desastre administrativo e moral que foi o Governo do seu amigo Moreira, com o qual foi solidário. Em tudo, entretanto, há sempre algo de bom. É possível que Marcos Sá Corrêa acabe por prestar um bom serviço ao povo brasileiro, ou seja, venha a repetir na revista *Veja* o desempenho que teve em outros órgãos de imprensa.

MANDADO PUBLICAR PELO PDT



Leonel Brizola — XCVIII

O Governo do Estado do Rio de Janeiro aplicou, no ano de 92, na manutenção do ensino e investimentos na educação 47,8% de sua receita geral de impostos, incluindo as transferências federais. Não foi por acaso que uma publicação distribuída na World Conference on Metropolitan Governance, da ONU, ocorrida em Tóquio, de 20 a 23 de abril último, ter considerado o programa dos CIEPs “o maior projeto educacional integrado em execução no mundo, por um único Estado”.

A alma dos negócios

Há muito, *O Globo* deixou de ser um jornal, um órgão isento de informação e de análise. Tornou-se um boletim de negócios, um instrumento de pressão e de lobbies em favor de grupos e, especialmente, dos rendosos interesses do sr. Roberto Marinho. As principais matérias publicadas ali têm sempre uma finalidade. Não pregam prego sem estopa. Ou pretendem intimidar e até destruir os que se opõem às suas conveniências, ou, diretamente, visam criar oportunidades para ganhar dinheiro, muito dinheiro.

Observe a forma como a máquina *Globo* trata os assuntos que dependem de decisões de governo; distorcendo, desinformando, difamando ou apoiando, conforme os seus próprios interesses. E sempre com o objetivo, em regra alcançado, de nutrir-se nas tetas do Estado. Este é o papel que tem *O Globo*, coadjuvado por suas diversas emissoras de rádio e, sobretudo, por seu supremo instrumento de poder, montado no curso da ditadura: o monopólio da televisão exercido pela Rede *Globo*. Não vacila, para tanto, em se utilizar dos tipos mais irresponsáveis, ávidos por publicidade, mórbidos, como Fonseca Junqueira e sua colega de saias, Heloneida Studart, ou de funcionários relapsos e ineptos, como Manoel Sanches.

Muitas vezes, custamos a nos dar conta do que está por trás de páginas e páginas de matéria ôca e sensacionalista, em dias a fio. Por exemplo, neste caso da empresa de projetos e consultoria Promon. Eu próprio demorei em me dar conta de que a verdadeira razão de tantas explorações era uma só: Roberto Marinho não perdoou o fato de ter sido vencido pelo grupo de engenheiros daquela empresa, na concorrência para o satélite *Brasilsat*, que a *Victory* — consórcio pertencente à *Globo* — queria construir ganhando quase US\$ 100 milhões acima do preço de mercado. Toda essa onda não é senão uma vingança torpe, além, claro, do fato desse grupo técnico estar trabalhando com eficiência e honestidade para meu Governo. Mas, neste caso, como em tantos outros, acabará tendo que engolir todas as mentiras e maldades que vem publicando.

MANDADO PUBLICAR PELO PDT

Mudou o estilo, não a essência

Talvez nunca, nesta triste seqüência dos pacotes econômicos, tenha se formado tão rapidamente na opinião pública a convicção de que nada irá mudar para melhor na vida deste País, quanto agora com essas medidas anunciadas pelo atual Presidente. Se, de um lado, evitou-se um *choque*, de outro, seguiram-se as mesmas regras de todos os pacotes, de Sarney para cá. As causas essenciais da inflação e da crise não foram tocadas e, portanto, seus efeitos perversos vão continuar se agravando, cada dia mais. Tudo o que o Presidente anunciou, nada mais é senão a cartilha do neoconservadorismo, que há muito se vem impondo ao Brasil. Os chamados investimentos sociais que anunciou irão, como de outras vezes, se reduzir a generosas declarações de intenção ou em simples fonte de lucros para alguns grupos privilegiados, ou, ainda, em mais empréstimos milionários para os oligarcas do açúcar ou para a máquina *Globo* abocanhar, como com os US\$ 38 milhões que tirou da Caixa Econômica.

Há, cada vez mais forte, o sentimento de que a política econômica do Governo Collor, não só vai ser mantida como aprofundada pelo sr. Itamar. Além do caso da monstruosa entrega da CSN, o anúncio de que a política das chamadas privatizações será “acelerada e intensificada” é a maior prova disso. Há mais de um ano Collor a iniciou, apresentando-a como uma espécie de panacéia para a crise brasileira, como algo que faria o País investir em escolas, estradas e hospitais, tal como faz o atual Presidente. A Nação perdeu patrimônios imensos, recebendo em troca deles uma montanha de papéis inservíveis; as chamadas moedas podres.

É o mesmo filme que já vínhamos assistindo.

Intelectualóide — É bom sempre repetir, para o conhecimento do povo brasileiro, que a revista *Veja* é uma publicação sustentada pelos grandes grupos estrangeiros, criada por uma dupla de italo-americanos, vindos da Argentina, os irmãos Civita. É natural, portanto, que funcione como uma espécie de posto avançado do colonialismo e, ainda, que nos ataque raiosamente. Foi o que fez na sua última edição, servindo-se de um amontoado de distorções e de ofensas escritas por Marcos Sá Corrêa, um intelectualóide afetado, almotafadinho, inchado de pretensão e deslumbrado com as elites. Este indivíduo odeia o PDT e a todos nós. Foi, e continua sendo, um dos *gurus* de Moreira Franco, de quem era íntimo comensal. Não tem autoridade moral para questionar meu Governo ou a mim. Antes de pretender fazer qualquer comentário sobre a nossa atuação, precisa explicar o desastre administrativo e moral que foi o Governo do seu amigo Moreira, com o qual foi solidário. Em tudo, entretanto, há sempre algo de bom. É possível que Marcos Sá Corrêa acabe por prestar um bom serviço ao povo brasileiro, ou seja, venha a repetir na revista *Veja* o desempenho que teve em outros órgãos de imprensa.

MANDADO PUBLICAR PELO PDT

(1) **Epígrafe:** sempre situada no alto da coluna, sem título, traz pequena mensagem – de impacto; de chamamento à luta; ou informativa, como a deste tijoloço:

“O Governo do Estado do Rio de Janeiro aplicou, no ano de 92, na manutenção do ensino e investimentos na educação 47,8% de sua receita geral de impostos, incluindo as transferências federais. Não foi por acaso que uma publicação distribuída na World Conference on Metropolitan Governance, da ONU, ocorrida em Tóquio, de 20 a 23 de abril último, ter considerado o programa dos CIEPs “o maior projeto educacional integrado em execução no mundo, em um único Estado”.

(2) **Matéria principal:** a mais importante, com título destacado.

(3) **Matéria secundária:** localizada em seguida à principal (há casos de mais de uma).

(4) **Tópico:** informação ou mensagem curta, com título incorporado ao bloco (normalmente são vários tópicos).

Leonel Brizola

TIJOLAÇOS

LEONEL BRIZOLA



Segunda série (1987 e 1988) Constituinte.

Nº 1 – 7 de junho de 1987

“Retomo, com esta publicação, o meu compromisso de levar à opinião pública esclarecimentos e análises sobre a vida de nosso País, especialmente o dever, que sempre me impus, de estar ao lado de nosso povo. Esta coluna é o resultado da soma de esforços de muitos companheiros. O mais difícil é o seu custo. E, por isso, precisamos, indispensavelmente, ampliar mais e mais a nossa corrente de colaboradores. Só assim, teremos chance de manter estes espaços todos os domingos. Conto com você, companheiro e amigo de todos os recantos da Pátria. Brevemente, divulgaremos o número de uma conta bancária que estamos abrindo especialmente para este fim.”

O mandato de Sarney: uma obsessão impatriótica

Olhem que exemplo edificante nos oferece a nossa própria história republicana. Vejam que coincidência:

Rodrigues Alves foi eleito Presidente da República em 1/3/1918. Não pôde assumir na data marcada, em consequência de grave enfermidade. Em seu lugar, assumiu o Vice, Delfim Moreira. Um mês depois, morre Rodrigues Alves, sem ocupar o Governo, apesar de ter designado o seu Ministério. Um episódio muito semelhante ao que ocorreu com Tancredo e Sarney.

Logo após as honras ao grande morto e aqueles primeiros tempos de perplexidade, foi se avolumando uma expectativa nacional. Que fariam Delfim Moreira e as forças políticas vencedoras? Delfim e seu círculo de amigos palacianos intentariam seguir o exemplo do Marechal Floriano, Vice-Presidente que sucedeu a Deodoro em 1891; isto é, considerar-se

herdeiro até o fim do mandato presidencial? Ou convocaria eleições como era legítimo e reclamava a Nação?

Continuar, tornou-se para Delfim uma ideia fixa. Procurou envolver congressistas e governadores, em reuniões e jantares, com promessas de verbas e obras, além de acenar com planos mirabolantes de portos, estradas e ferrovias.

Ruy Barbosa chegou a admitir e apontar a insanidade mental de Delfim Moreira, certamente, como única justificativa plausível para a obsessão continuísta e para as demais irresponsabilidades que ameaçavam levar o país ao caos e à bancarrota.

Àquele tempo havia, também, grandes governadores, como Arthur Bernardes, Borges de Medeiros, Altino Arantes e Antonio Muniz, além de outros que, embora situacionistas, não pactuaram com o fiquismo do Presidente transitório.

Estabeleceu-se um clima de resistência e de mobilização nacional. Delfim Moreira foi compelido a abandonar o cerco que lhe faziam seus partidários e amigos palacianos. As eleições foram, finalmente, marcadas para o dia 13 de abril de 1919, sendo eleito Presidente da República o Sr. Epitácio Pessoa.

Atualmente, o Sr. José Sarney assume uma pretensão análoga à do Sr. Delfim Moreira, com o agravante de que o contexto atual é de crise extremamente exacerbada pelo fracasso e descrédito de seu próprio Governo.

Vejamos. Delfim invocava o precedente e os atos do Governo militar do Marechal Floriano; isto é, a força atropelando a legitimidade e as próprias fontes do poder legítimo, o povo. Sarney invoca os atos da ditadura militar (a emenda de 1969, baixada pela Junta; o pacote de abril de 1977 e outros) para declarar-se titular de um mandato de seis anos (que, “generosamente” reduz para cinco...). Quer terminar um mandato que nunca começou, porque, a rigor, nunca existiu, a não ser por imposição da ditadura. Ambas as pretensões – de Delfim e

Sarney – não possuem raízes e fontes legítimas.

Foi o que afirmou à imprensa, recentemente, o doutor Márcio Thomaz Bastos – Presidente Nacional da OAB –, ao expressar que, em sua opinião, o mandato de que Sarney se diz titular não é legítimo porque não resultou de uma eleição direta, e mais, que a duração da permanência do atual Presidente deverá ser definida pela Constituinte, mas que tudo depende da mobilização popular, inclusive os rumos da própria Constituinte.

Há ainda uma outra forma de demonstrar que o atual Presidente, em verdade, não tem nenhum mandato.

Com efeito, em 1984, verificou-se o confronto de dois sistemas para a sucessão presidencial. De um lado, o colégio eleitoral, espúrio, ilegítimo, imposto pelos atos da ditadura; do outro, o sistema de eleições diretas, sustentado pela maioria da Nação, nas ruas e praças públicas. Naqueles momentos históricos, o sistema antidemocrático foi ultrapassado, moral e politicamente. O espúrio colégio eleitoral foi apenas uma formalidade. A rigor, não existia mais. A Nação inteira já havia escolhido, em todos os quadrantes da Pátria, o presidente da transição, o saudoso Sr. Tancredo Neves. Tanto que, se aquele colégio houvera escolhido Maluf ou Andreazza, dificilmente conseguiriam se impor. Estaríamos, inapelavelmente, diante de um impasse.

A realidade política do País era de vitória e supremacia dos direitos democráticos do povo brasileiro, que exigia eleições diretas, no mais curto prazo possível. Aí estava a legitimidade e, portanto, a substância e o espírito com que foi investido no governo o Sr. José Sarney para fazer a transição da ditadura para a democracia. Sua permanência no governo seria legítima, desde que transitória. Convocar eleições gerais deveria ser sua principal preocupação. Devolver ao povo o direito de ter governantes eleitos e legítimos deveria ser o essencial de sua missão. Jamais se arrojar a pretensão,

como fez o Sr. Delfim Moreira, de se considerar detentor de um mandato que o povo não lhe outorgou.

Mais de 80% da população, conforme demonstram todas as pesquisas nas principais capitais do País, estão exigindo eleições diretas no máximo até 1988.

A Nação tem, pois, o direito de mobilizar-se e ir às ruas e praças públicas, exigir que o Sr. José Sarney, em nome da consideração que deve ao povo brasileiro, volte sobre seus próprios passos, como fez o Sr. Delfim Moreira, e proponha à Assembleia Nacional Constituinte a realização de eleições presidenciais, sem procrastinações, como se verificou até agora.

* * *

Congresso Nacional do PDT – Em Brasília, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, realizar-se-á o 1º Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, promovido pelo nosso Partido. O dia 9 de julho será dedicado à recepção e credenciamento dos delegados. A instalação solene do Congresso será no dia 10, sexta-feira, às 11 horas da manhã. Os trabalhos e discussões se desenvolverão até o dia 13, data do encerramento. Essencialmente, o congresso definirá as posições e linhas de ação do PDT frente à transição democrática e à Constituinte, e, principalmente, à mobilização popular pelas eleições diretas.

Governo do Estado – Onde estão os editoriais e programas das “Organizações Globo” que não questionam o desempenho insosso, abúlico e ineficaz do Governo Moreira Franco? No meu Governo, foram exigentes com o balanço dos primeiros 30 dias; e mais ainda, aos 60. Onde estão os editoriais? Será que estão satisfeitos também com o aumento da violência e da criminalidade? Imaginem só, se fosse durante meu Governo esse assalto no Othon Palace! E quanto aos aumentos escorchantes das tarifas dos serviços públicos, em níveis escandalosamente acima da inflação? Serão justos? Onde estão os campeões do congelamento, da “delegada

neles” e do confisco do boi?¹ E o que estão fazendo com as crianças! Essa desumanidade de reduzirem e amesquinharem a merenda escolar! Onde estão os editoriais pomposos? E a Rádio Globo, o que diz de tudo isso? Será que essas penas e vozes que se alugam por aí só têm talento contra nós? Mas não perdem por esperar. Sustentaremos nós, mesmo que sozinhos, a causa da defesa da população.

Famerj – Saudamos a direção recém-eleita da Federação das Associações de Moradores. Honra-nos, particularmente o fato de ser o novo presidente, Almir Paulo de Lima, um militante do PDT. Compartilhamos plenamente do pensamento do novo dirigente do movimento comunitário: a Famerj é uma entidade autônoma e pluralista. Suas decisões e atividades devem ser independentes dos partidos e, principalmente, da Administração e das autoridades públicas.

Funaro – Anda pelo País o Sr. Dilson Funaro a se dizer traído e que seus planos mirabolantes para “salvar o Brasil” esbarram na impunidade geral. Antes de sair por aí posando de vestal,

o Sr. Funaro está na obrigação de prestar contas à opinião pública. Como reclamar de impunidade se ele próprio teve a faca e o queijo na mão e não puniu? Pode falar em rigor um homem que, quando ministro, concordou que sua empresa – a **TROL** – se beneficiasse de um “pool” de bancos (do qual o Banerj, sem o meu conhecimento, participou) para comprar outra indústria, a Brinquedos Hering? Por fim, que autoridade moral possui este senhor se ele, ao apagar das luzes de sua desastrada gestão, para manter-se nas boas graças de Sarney, aprovou os recursos para essa escandalosa empreitada da ferrovia Norte-Sul? E a falsificação dos dados em mais de um bilhão de dólares das importações? E por que não processou e puniu os dilapidadores e ladravazes do BD-Rio, conforme inquérito do próprio Banco Central?

FMI – Afinal, o que é que há com o FMI? Ele está ou não examinando as contas do Governo Sarney? Se não está, por que essas reuniões e visitas de burocratas do Fundo? Quem terá mudado – o Governo, o PMDB ou o FMI?

1 Confisco de boi no pasto. Delegada neles! – O Governo Federal (Sarney) induzia o povo a denunciar quem sonegava mercadoria, propagando que usaria a Lei Delegada, que permitia confisco. / Delegada neles! virou um mote desta propaganda (em tempos de internet: viralizou). / Como faltava carne, prometia confiscar boi no pasto.

Uma comissão especial de nosso partido foi credenciada para angariar fundos e coordenar a campanha financeira destinada a sustentar estas publicações. Serão organizadas, também, subcomissões em cada Estado da Federação. Para recolher as contribuições foi aberta, no Banco do Brasil, a conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de março – Rio de Janeiro, cujos titulares são: A. M. Douzel de Andrade – PDT, Marcello N. de Alencar e Edmundo Moniz, e os depósitos podem ser feitos em qualquer agência daquele estabelecimento bancário, em todo o território nacional. Além disso, correspondência e sugestões podem ser enviadas para a Caixa Postal 2724, Rio de Janeiro.

Ulysses e Sarney: os grandes responsáveis

Esta situação deprimente a que chegamos – o nosso País frente ao mundo e nós todos, aqui dentro, como gado para o matadouro – tem dois grandes responsáveis: os Srs. José Sarney e o Dr. Ulysses Guimarães. O primeiro, por estar investido na Chefia da Nação; o segundo, por ser, há 20 anos, o chefe incontestado do único partido de oposição consentido pela ditadura e, nestes tempos, detentor da maioria absoluta do Congresso, em apoio ao Governo.

Ambos, Sarney e Ulysses, simbolizam o que tem sido esta impostura que se chama Nova República² – espécie de continuidade sob disfarce civil, do regime de arbítrio. Um período, enfim, sem precedentes em matéria de cinismo e politicagem.

Sarney, nos dois anos de Presidência, chegou a ponto, nestes últimos dias, de conseguir que mais de 80% da população manifestasse a vontade de vê-lo substituído a curto prazo

por um governante legítimo. Um Presidente eleito e acatado pela Nação, que tenha crédito e conte com o respeito e a colaboração de todos. Trata-se de uma situação que se torna, a cada dia, verdadeiramente intolerável para o povo brasileiro.

O Governo Sarney, de início, além de esquivar-se de seu principal dever, o de fazer a transição convocando eleições, passou um ano inteiro em politicagens. Um Governo, mais que inútil; pernicioso, que só agravou a crise e descreditou o Poder Público. A impressão que se tem é que, cavilosamente, preparavam o terreno para o golpe e a aventura do Plano Cruzado. Em tudo, como se verificou: a traição aos compromissos assumidos nas praças públicas, a preocupação eleitoreira e a obsessão do contínuismo a qualquer preço.

Retrocedeu-se, em poucos meses, como era de se esperar, à inflação galopante – 30% ao mês –, a este ambiente vergonhoso para o nosso País e a este quadro de angústias e sofrimentos indescrevíveis para a população.

E agora, em lugar de tomar a iniciativa de convocar eleições sem mais delongas, como está reclamando a cidadania neste País; em vez de administrar com equilíbrio, seriedade e pertinácia, ajudando a Nação a atravessar a crise, vem o Sr. Sarney, pateticamente, chorando lágrimas de crocodilo, decretar um novo pacote e pedir mais penas e sacrifícios ao povo brasileiro. Penas e sacrifícios mais dolorosos ainda, verdadeiramente insuportáveis para a generalidade da nossa sofrida população.

Desta vez, sem meias palavras, é a própria recessão, o receituário do FMI, com todas as suas trágicas consequências.

O próprio Ministro da Fazenda, nestes últimos dias, estimulou despudoradamente a elevação dos preços. Vem sendo um escândalo a oferta de grandes descontos, artifício desonesto que a especulação encontrou para encobrir

2 Nova República: como ficou conhecido o regime brasileiro após a posse de José Sarney na Presidência da República.

preços escorchantes à espera do “congelamento” de ontem.

Além disso, o próprio pacote contém diversos aumentos brutais, como o de 35% para o pão, 45% para as massas, e entre 30 e 45% para diversas tarifas e serviços públicos essenciais. Isso para não falar no reajuste dos combustíveis e na desvalorização cambial, com o consequente reflexo nos produtos que dependem de importações. Desta vez, não há “musa”³ que possa afirmar que os preços não foram congelados lá de cima, no máximo concebível.

E os salários? Da mesma forma, ninguém conseguirá encobrir essa desumanidade com o povo trabalhador de nosso País. “Congelam” as perdas, o resíduo do desgaste que vinha ocorrendo e não era coberto pelo gatilho⁴, e ainda o meio mês de inflação que “desaparece” nos cálculos oficiais. Calcula-se uma perda salarial de 40%, comparando-se com a situação anterior ao chamado Plano Cruzado. Os que vivem de salário, as pequenas e microempresas e os produtores do campo são, como sempre, os que vão pagar a conta.

É exatamente por tudo isso que os dois Robertos – o Marinho e o Campos – devem estar esfregando as mãos de satisfação, confraternizando com os banqueiros internacionais e o FMI.

Chegou o momento em que o povo brasileiro tem o direito de exigir um fim ao continuísmo do Sr. José Sarney. Esta sim, é uma questão prioritária de segurança nacional: ele está afundando o País. Quem devia, em primeiro lugar, ter esta compreensão, teria de ser ele próprio. O Sr. Sarney, se não estivesse tomado por uma obsessão, veria o que todos estão vendo: seu Governo exauriu-se, desacreditou-se, não tem as condições necessárias para conjurar a crise. Este grau de fraqueza do Governo Sarney

pode torná-lo mais nefasto ainda, pois o transforma em presa fácil de todas as pressões e interesses, sempre que acenem com apoio ao seu continuísmo.

Veja-se sob este ângulo o que o atual pacote de medidas econômicas representa para o Governo Sarney. No momento em que ele vem sendo repudiado pela população, obtém o apoio do conservadorismo nacional e internacional. Observe-se, também em função do continuísmo, estas alquimias visando à instituição de regimes exóticos, com a preocupação de evitar que o povo vote livremente.

Nada disso que vem ocorrendo surpreende mais o povo brasileiro. Nem os intentos de um novo parlamentarismo esdrúxulo, como ocorreu em 1961. Nem, tampouco, as receitas cruéis do Fundo Monetário Internacional – encobertas com pele de cordeiro. Nem mais, daqui para frente, o cinismo, a hipocrisia, a falta de senso público daqueles que tinham, mais que ninguém, o dever de serem sinceros para com a Nação.

E o que dizer do “Senhor Diretas” – Dr. Ulysses Guimarães? Releve-nos Sua Excelência, mas não se pode entender, nem admitir, o papel assumido por ele nestes últimos dois anos.

Desde o primeiro momento, após a tragédia da morte de Tancredo, o Sr. Ulysses tergiversou gravemente, no instante em que deixou de exigir do Vice-Presidente, que então ascendia à Presidência, a fixação da data para a realização de eleições diretas. Tornou-se corresponsável, desta forma, pelo abastardamento do processo de democratização, a ponto de, até hoje, o povo brasileiro ver protelado o seu direito de votar.

Ele apoiou o Cruzado I e o II. E agora, sabe-se que ele era o único dos dirigentes partidários que tinha conhecimento do novo pacote, que reintroduz no País a política do FMI e

3 A musa do Cruzado é a economista Maria da Conceição Tavares, que, com seu modo flamejante de falar, defendeu o cruzado desde seu primeiro dia.

4 Gatilho salarial: dispositivo do Plano Cruzado, que permitia aumento dos salários quando o acumulado da inflação mensal alcançava um determinado patamar.

patrocina, por vontade do governo, uma monstruosa elevação de custo de vida e o arrocho salarial.

E assim – de manobra em manobra – se chegou a este quadro inconcebível, em que o venerando Sr. Ulysses, agora, chama a si a triste tarefa de impedir que a população exerça o direito do voto, a fim de que o ex-chefe da Arena⁵ e do PDS, Sr. José Sarney, agora na Presidência da República, tenha mais alguns anos de mando, sem voto e contra a manifesta vontade da maioria dos brasileiros.

Se eles persistirem, verão que o nosso povo seguirá os caminhos de sua sobrevivência e de seu destino superior, deixando-os à margem da estrada. Estará, outra vez, nas ruas e praças públicas. Não irá parar até o resgate de seus direitos. A história prova: um povo que viu uma vez a face da esperança, não a esquece jamais.

* * *

Congresso do PDT – Dias 10, 11, 12 e 13 de julho realizar-se-á, em Brasília, no auditório do Senado Federal, o primeiro Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático. Pela primeira vez em nossa história, um partido político realiza este evento no momento em que se reúne e delibera uma Assembleia Nacional Constituinte.

Congresso do PDT (2) – A Executiva Nacional está enviando a todos os órgãos e instituições do Partido, em todo o território do país, o regulamento sobre delegações e participantes. O Congresso contará, também, com ampla presença de representantes e observadores dos partidos irmãos, integrantes da Internacional Socialista, além de delegações e convidados especiais de outros partidos, de muitos outros países com os quais o PDT mantém relações fraternas e de amizade.

5 Arena e MDB: em 1966, a ditadura implantou o bipartidarismo, com estes dois partidos.

Nº 3 – 21 de junho de 1987

Uma comissão integrada pelos nossos companheiros Doutel de Andrade, Marcello Alencar e Edmundo Moniz trabalha para reunir contribuições com o fim de sustentar esta coluna. No Banco do Brasil está aberta a Conta 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de março – Rio de Janeiro, destinada a receber depósitos de todos quantos queiram enviar suas contribuições. Além disso, cartas e sugestões devem ser remetidas para a Caixa Postal 2724, Rio de Janeiro.

A Nação ameaçada

É simplesmente estarrecedora a confissão pública que acaba de fazer o Sr. José Sarney.

Ao baixar seu último pacote de medidas econômicas, declarou, sem nenhum pudor, que desta vez, sim, tudo deverá dar certo... porque quando da decretação do Plano Cruzado, há pouco mais de um ano, ele e seus auxiliares “não sabiam tudo sobre os meandros da economia...”

Ora, as consequências trágicas da “inadvertência” presidencial não precisam ser aqui descritas. Basta lembrar o que tem sido a desorganização do abastecimento e da economia do País, o confisco e o arrocho dos salários, o escândalo dos aluguéis, o colapso do BNH, a disparada da inflação, a crise no Comércio Exterior, a criminosa importação de montanhas de alimentos imprestáveis, a alta incontornável do custo de vida, a instituição do ágio, do câmbio negro; enfim, de todo este contexto de crise, de dificuldades e angústias que vem sendo a vergonha e o sofrimento sem fim de todo um povo, que se sente enganado e traído em sua boa-fé.

E agora – é o que todos se perguntam – o Governo Sarney, seu próprio chefe e seus ministros estarão seguros de que não irão errar de novo; estarão certos de que já sabem tudo sobre economia? Será esta Nação de 130 milhões de habitantes um campo para experiências de neófitos, de bisonhos e irresponsáveis?

Desta vez, sem nenhuma dúvida, “tudo vai dar certo”. Mas não para o povo brasileiro. E, sim, para outros interesses. Este novo pacote não contém nenhuma novidade, nem mesmo qualquer originalidade: é, claramente, o receituário, as normas e exigências do FMI.

Com efeito, o Sr. José Sarney, no exercício da Presidência, está indo muito mais longe ainda. Está patrocinando, juntamente com o Sr. Ulysses Guimarães, as tendências retrógradas e verdadeiramente temerárias à soberania de nosso País, que estão se desenvolvendo como uma ameaça à própria Nação, no seio da Assembleia Nacional Constituinte. O depoimento público do ilustre Senador por São Paulo, Sr. Severo Gomes, empresário nacional e também dirigente do PMDB, é altamente expressivo a este respeito (**Folha de São Paulo, de 19 de junho**).

E mais ainda, em suas últimas manifestações públicas, o Sr. Sarney escandalizou a Nação ao preconizar como modelos para o Brasil, a Coreia do Sul e a China⁶ de Chiang Kai-shek, cujos territórios além de terem a presença de exércitos estrangeiros, vêm sendo o paraíso das multinacionais. É realmente incrível que Sua Excelência tenha feito afirmações como as que fez, oferecendo o Brasil e a força de trabalho dos brasileiros como bases de uma plataforma, livre de licenças, para corporações multinacionais. A própria questão da reserva de mercado para a informática foi reduzida, em seu pronunciamento, a uma questão mais

⁶ Em janeiro de 1949, as tropas lideradas por Mao Tsé-tung conquistaram a cidade de Pequim. Finda a guerra civil, foi instituída a República Popular da China, também conhecida como China Continental. Seu opositor, Chiang Kai-shek, seus liderados e a alta burguesia (cerca de dois milhões de chineses) fugiram do país e refugiaram-se na Ilha de Formosa (atual Taiwan), onde implantaram um governo autônomo com o apoio dos Estados Unidos.

que secundária, apenas remanescente de uma época ultrapassada.

Mais do que uma questão de justiça democrática, torna-se um imperativo nacional urgente, substituir o Sr. José Sarney por um Presidente eleito, isto é, por um governante legítimo, acatado, que conte com o respeito e a colaboração de todos os brasileiros. Esta é a vontade da grande maioria da Nação. Esta é a única saída para o nosso País.

* * *

Constituinte – Cada dia que passa acentua-se a natural preocupação da maioria do povo brasileiro com as tendências que se vêm definindo no seio da Constituinte. Nas comissões que preparam os diversos capítulos da futura Constituição estão predominando maiorias conservadoras e antidemocráticas. Sob o patrocínio de Sarney e Ulysses, unem-se PDS, PFL e a parte conservadora do PMDB. Pesam ameaças sobre a Petrobrás e a exploração estatal do petróleo; novos impedimentos para a reforma agrária; perigos para a empresa nacional e mais facilidades para as múltiplas e o capital estrangeiro. Procura-se, dessa forma, consolidar e aprofundar o atual modelo econômico de natureza colonial, que se desenvolveu sobre nosso País nestes últimos decênios. Quem mais está aplaudindo e festejando estas tendências são as multinacionais e os dois Robertos – o Marinho e o Campos –, ambos defensores intransigentes da presença, e até mesmo, do predomínio do capital estrangeiro em nossa economia.

Diretas e plebiscito – Uma Constituição destina-se ao povo e ao país. Não pode ser feita para garantir grupos no poder à revelia da vontade da população. **Eleições Diretas para Presidente e um Plebiscito** devem ser as nossas bandeiras de luta, daqui por diante. Só com eleições diretas é que teremos democracia. Um plebiscito para que o povo diga, sim ou não, se aprova ou rejeita o texto da Nova Constituição.

Ação Popular? – O Sr. Moreira Franco declarou que irá mobilizar a Administração Estadual para “Fiscalizar o novo congelamento de preços...”. Enquanto isso, sorrateiramente, ele próprio quebra o congelamento. Uma fraude; um escândalo? Vejam. O **Diário Oficial do Estado** circulou, em edição extraordinária, no sábado, dia 13, publicando decretos datados (!) do dia anterior ao lançamento do “Plano” Sarney-Bresser, reajustando em 20 e 24,6%, respectivamente, as tarifas de água e gás. O mesmo **D.O.** publica uma portaria oficial, também com data anterior, elevando entre 15 e 20% as tarifas dos ônibus intermunicipais. Isto para não falar no aumento do metrô, que passou nas mesmas condições de Cz\$ 6 para Cz\$ 87 (no dia 15 de março, a passagem custava Cz\$ 2,00) e tudo isto se fez sob o manto do silêncio. E as “Organizações Globo”? Onde estão os seus jornalistas e seus furibundos editoriais? Cínicos. Imaginem se isto ocorresse no Governo Leonel Brizola!

Ensino em crise – Nada retrata mais o desastre que vem sendo o Governo Sarney que a crise, nunca registrada nessa profundidade, que se instaurou no ensino público e privado do País. Quanto ao ensino público, até não surpreende. Um Governo chefiado pelo antigo presidente da Arena e do PDS só poderia abominar a escola pública. Agora, o cúmulo da incompetência é a crise que vem atingindo o ensino privado. É tal a desordem que se estabeleceu, que os pais, professores e dirigentes dos estabelecimentos nem sabem mais como proceder. É bom que todos saibam que esta crise em que mergulhou o ensino particular é consequência da aventura chamada “Plano Cruzado”. Só um Governo não eleito pela população poderia cometer, por interesses eleitoreiros, essa monstruosa irresponsabilidade: dismantelar o sistema educacional, pacote em pacote.

Congresso do PDT – Além de os membros do Diretório Nacional e Bancadas no Senado,

7 Para converter cruzado em dólar, divida por 38,097

Câmara, Assembleias Legislativas, Vereadores, Prefeitos e integrantes dos diretórios regionais e municipais, dirigentes dos diversos movimentos do Partido, integrarão o Congresso militantes e lideranças do PDT de todo o País. Dia 9, destinar-se-á à recepção e credenciamento dos delegados. Dia 10, às 11:00 horas: abertura solene do Congresso, no Auditório Petrônio Portela – edifício do Senado, em Brasília. Os trabalhos prosseguirão pelos dias 11 e 12, encerrando-se o Congresso dia 13, segunda-feira. O temário será o mesmo da Constituinte.

Banerj – Cada dia fica mais evidente que a intervenção no Banerj foi um ato de politicagem, uma felonía inqualificável. Pretenderam desacreditar o meu Governo, e a mim pessoalmente, criando um clima de suspeitas morais. Nada conseguiram. Nossa Administração no Banerj foi eficiente e austera. Não fizemos empreguismo: quatro anos depois tínhamos menos funcionários. Não concedemos facilidades a quem quer que seja; todos esses vícios e irregularidades foram a regra do governo anterior (dos mesmos que voltaram), com a cumplicidade

da mesma gente do Banco Central. O Banerj, em nossas mãos, foi um êxito. Quem o prejudicou foi o Governo Federal, principalmente o Governo Sarney, cujas autoridades (Funaro et caterva) agora estão aí apontados publicamente como incompetentes e dilapidadores da economia nacional. Disse o ex-presidente interventor Adolfo de Oliveira que o Banerj seria inviável se não lhe tirarem de cima o Metrô. Exatamente o que afirmamos do princípio ao fim do nosso Governo. O Governo Federal não precisava intervir e, sim, dar solução aos problemas que ele próprio criou para o Banco do Estado. Agora, quero ver como conseguirão tirar o Banerj do atoleiro em que o colocaram com a intervenção. Moreira vai chorar lágrimas de sangue – já se ouvem soluços. Foi incompetente e leviano ao aprovar a intervenção e entregar o Banco do Estado, instrumento essencial do povo e da economia do Rio de Janeiro, à sanha de seus permanentes e reconhecidos inimigos. Pois, atrás dessa intervenção infame estão os interesses dos grandes bancos privados, que sempre quiseram debilitar e até mesmo acabar com o Banerj.

De muitos pontos do País estamos recebendo comunicações sobre depósitos feitos na conta que abrimos no Banco do Brasil (nº 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março – RJ), com o objetivo de sustentar esta publicação, todos os domingos. Muitos dos assuntos aqui abordados contêm argumentos e informações que recebemos, por carta, de nossos colaboradores. (Caixa Postal 2724 – Rio de Janeiro). Esta coluna é uma trincheira de lutas em defesa do povo brasileiro. Ajude-nos!

As pedras dos vândalos e as calúnias da Globo

Destacamos dos jornais de ontem os seguintes conceitos e informações sobre as deploráveis ocorrências, no que contiveram de agressão e violência, envolvendo a comitiva presidencial, quinta-feira, no centro do Rio de Janeiro⁸:

(1) - Que a segurança do Presidente, a partir de agora, passa a ser feita pelo Exército; que foi considerado falho o policiamento a cargo do Governo do Estado (Reunião no Planalto do Presidente com os chefes militares). (**JB**, pág. 4).

(2) - Que “o principal responsável pelo engrossamento do episódio foi o Governo do Estado. Dele é a obrigação de prover a segurança do Presidente (...). Pois o Sr. Moreira Franco e seus secretários de polícia não tiveram competência para prevenir o alastramento do tumulto. O esquema de segurança a cargo do Estado revelou-se precário, insuficiente e ineficaz”. (**Última Hora**, 1ª pág.).

(3) - O **Jornal do Brasil**, em seu editorial emite, entre outros, os seguintes conceitos: “Os episódios de anteontem (quinta-feira), na Praça XV partem o vidro da frágil redoma em que se

vinha tentando esconder a realidade brasileira. É melhor refletir seriamente sobre o que aconteceu, antes que se passem coisas ainda mais desagradáveis”. (...) “Estamos vivendo o anti-clímax de diversos “cruzados”, num momento de alta insatisfação. E é neste momento que se programa uma “festa de cultura” para o antigo Paço Imperial. (...) “O clima das ruas não cheira a cultura, nem a oficialismo. Nesse contexto é que se programou um evento anunciadíssimo, sem que se tomasse a menor precaução quanto a um policiamento prévio minimamente competente.” (...)

Eis a honesta apreciação dos fatos.

Realmente, o governo do Estado é o grande responsável por aqueles distúrbios. Foi omissos e inepto a ponto de decidirem os chefes militares que a segurança deve passar às Forças Armadas. Durante quatro anos, recebi o Presidente Figueiredo aqui mais de uma dezena de vezes e nunca houve problemas desse gênero. Não reprimimos qualquer manifestação, mas também nunca se permitiu que estas ficassem à distância de uma simples pedrada. Em suma: durante o meu Governo, jamais o Presidente passou um simples vexame, quanto mais pelo grave risco a que o Sr. Moreira Franco submeteu o Presidente Sarney.

Cavilosamente, porém, as “Organizações Globo”, por ordem direta do Sr. Roberto Marinho, tomaram os descaminhos do exagero, da exploração política e, sobretudo, os da calúnia e da difamação. A verdade é que já não conseguem convencer ninguém. Fatos apresentados com distorção e exagero nunca convencem, ainda mais com os antecedentes da Globo e da Rede Globo. Torpemente tentaram utilizar-se do episódio para descarregar seu ódio contra os sindicatos, contra o PDT e contra mim, pessoalmente.

Estou estudando a possibilidade de ingressar na Justiça, pleiteando o direito de resposta

⁸ Este artigo refere-se ao incidente com o Presidente Sarney, quando visitava o Paço Imperial, na Praça 15 de novembro, no qual alguns manifestantes atiraram objetos no ônibus em que se encontrava a comitiva presidencial.

a estas acusações, nos mesmos espaços e horários em que vêm difundindo estas afirmações infamantes contra o PDT, contra mim e nossos companheiros. A violência, seja ela física ou verbal, é a mesma. A violência com que o Sr. Roberto Marinho procura nos atingir é a mesma violência dos vândalos que lançaram pedras contra o Presidente.

* * *

Os “sem” dias de Moreira (1) – Respondi às perguntas da imprensa que preferia não fazer maiores comentários, neste momento, sobre o Governo Moreira Franco. Destes 100 dias de seu desempenho, faço um julgamento tão drástico, de tal forma deprimente, que prefiro dar a este Governo algum tempo mais. Convém esperar que complete os seis meses, em coincidência com a sua promessa formal de acabar com a violência e a criminalidade. Por ora, vamos nos limitar ao registro do que dizem os jornais:

Os “100” dias de vazio (2) – Editorial de primeira página da “Última Hora”, no qual registra o embuste do Governador ao jactar-se de “triumfos”. Lembra “a bravata de mudar a face do Estado com a execução do falacioso plano de 100 dias”. “Quem ele pensa enganar?”, pergunta UH. “Todos os pontos são fracos. Forte, somente o sentimento generalizado de desapontamento (...)”. “Mencione-se o caos instalado na área de segurança pública”... “o atrevimento e a desenvoltura com que os bandidos passaram a agir” (...) “Monta um simulacro de combate ao crime” (...) “truculência policial contra humildes trabalhadores da Baixada” (...). “Apressou-se em extinguir o gatilho salarial e soube aumentar as tarifas de serviços públicos em níveis por vezes superior a 300%”. “A lista é longa” (...). “Faltam os atributos elementares de uma Administração operosa, sintonizada com os reclamos da população”. (...) “Enquanto o

Palácio Guanabara cultiva os seus delírios de grandeza, ao povo desatendido só resta amargar o mau passo de 15 de novembro de 86”.

“Os 100 dias do promessinha” (3) – Sob este título, **O DIA** publica editorial em que afirma “100 dias de nada!”. “Este deveria ser o slogan do Governo Moreira Franco”. “Para o povo, é melancólico constatar que alguns políticos continuam os mesmos: prometem tudo para conseguir o voto e tentam, depois, cnicamente, justificar o fracasso dos programas não realizados”. E prossegue: “Agora, só depois da obra executada, o povo irá acreditar. Ou seja: só vindo para crer”. “Que a lição do malogro desses 100 dias ensine a Moreira Franco a ter mais respeito pelo povo”. “Do contrário, a sua fama de inconfiável, cunhada durante as suas passagens pelo MDB, PDS e PMDB – ficará também definitivamente na memória do povo”.

“Cem noites de terror e extermínio” (4) – “Os 100 dias do Governo Moreira Franco se transformaram em 100 noites de terror e extermínio na Baixada”, afirmou ontem o bispo de Caxias, Dom Mauro Morelli⁹, revoltado com a operação policial que, para ele, não passa de “uma farsa, que cerca favelas como se os pobres fossem a grande ameaça à segurança do País”. (JB de 26.6.87).

Coveiros do sindicalismo – Quando convém, pouco importam as prerrogativas da Constituinte. Exemplo disso é a recente iniciativa do Governo Sarney, propondo oficialmente ao Congresso a derrogação da unidade sindical, restrições ao direito de greve – que, na prática, o inviabilizam – além de outras limitações a direitos dos trabalhadores, já há muito consagrados. Tão grave quanto o atropelo à soberania da Constituinte é este conjunto de violações das mais significativas conquistas do movimento sindical. A ditadura desrespeitou

9 Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, foi um crítico – em atos e palavras – da ditadura, ao lado de outros religiosos graduados que honraram os ensinamentos de Cristo: dom Hélder Câmara (Olinda e Recife – PE); dom José Maria Pires (João Pessoa – PB); dom Paulo Evaristo Arns (São Paulo); dom Pedro Casaldaliga (São Félix do Araguaia – MT); Tomás Balduino (Goiás Velho – GO); e dom Waldyr Calheiros (Volta Redonda – RJ).

estes direitos, mas não teve coragem de revogá-los, expressamente. Agora, a chamada “Nova República”, o Governo Sarney e o PMDB, assumem o papel de covéis do sindicalismo. Teremos, daqui por diante, em lugar da unidade de uma categoria de trabalhadores, um sindicato por fábrica, entregue à manipulação e à corrupção das empresas. Teremos, assim, o sindicato da Volkswagen, o da Ford, o da General Motors etc... Bradesco, o do Itaú e ainda divididos por zonas. É a pulverização, a atomização dos sindicatos. Dividir para controlar. É o aniquilamento. É fácil imaginar o que ocorrerá com os sindicatos dos trabalhadores das pequenas e médias empresas. Que dizem de tudo isso os chamados “progressistas” do PMDB? E o PT, que tanto tem louvado o chamado pluralismo sindical? A hora da verdade está chegando para todos nós. O povo trabalhador espera posições claras e inequívocas dos partidos e políticos que pediram e obtiveram os votos dos trabalhadores e de suas famílias.

FMI – O Plano Bresser-Sarney é a versão brasileira do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI). Roberto Campos, Delfim, Simonsen, Funaro, Roberto Marinho e todos quantos fazem parte da cumplicidade estão em festa pelos rumos que acaba de assumir a chamada Nova República. Muito mais, ainda: esfregam as mãos os bancos estrangeiros, as

múltiplos e os seus sócios locais. Pois, através do FMI, o capitalismo internacional domina e explora as economias de nações como o Brasil. Os fiscais do Fundo já chegaram e estão em plena atividade nos ministérios da Fazenda e Planejamento, Banco Central etc., em Brasília. O papel de Sarney não surpreende. O que vem sendo chocante é a conduta do PMDB, que durante 20 anos denunciou e condenou a submissão dos governos militares ao FMI, como uma das grandes desgraças nacionais. E agora? O PMDB está quieto, como se nada estivesse ocorrendo. Tartufos! Cínicos! E os chamados “progressistas” do PMDB onde estão?

Diálogo – Recebemos, na sede do PDT, o Sr. Marco Maciel, que nos procurou em sua condição de Presidente do PFL, com o objetivo de discutir a ideia de um pacto político. Desde logo procuramos demonstrar a inviabilidade deste projeto diante da decisão unilateral do Presidente Sarney em se arvorar detentor de um mandato que o povo não lhe outorgou. Só com a convocação de eleições, no mais curto prazo possível, é que ingressaremos num clima favorável a um amplo entendimento. Fora disso, o único que se pode fazer é trabalhar, conjuntamente, em torno de questões concretas, como por exemplo sobre que regime – presidencialismo ou parlamentarismo – será o mais conveniente para o País.

Só com a sua colaboração é que conseguiremos manter esta coluna. Contribua com o que estiver ao seu alcance, depositando na conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, do Banco do Brasil. Correspondência para sugestões e comunicações: Caixa Postal 2724. É livre a transcrição, total ou parcial, desta publicação.

Sarney e a síndrome de Maluf

Diante das aflições e da crise que se abatem sobre nosso povo, o episódio Saturnino é demasiadamente pequeno e mesquinho para de nos ocuparmos além de suas verdadeiras dimensões. A população, historicamente, além de não tolerar a deslealdade, sempre considerou com desprezo todos os trãnsfugas e desertores.

Além do mais, a opinião pública já havia formado o seu julgamento. O apoio escandaloso das “Organizações Globo” e do Sr. Roberto Marinho comprovou que Saturnino já estava do outro lado, com Sarney, Moreira e toda a Direita. Saturnino e Jó deixaram-se corromper, politicamente. Serão devorados por suas próprias ambições. Saturnino sai praticamente só. O PDT está unido e cresce no conceito popular. Eis porque este episódio não tem maior significação frente ao grave instante que atravessamos.

* * *

O que está efetivamente preocupando o povo brasileiro e a todos os cidadãos responsáveis e honestos deste País, é o quadro de verdadeiro descalabro a que estão levando a Nação.

O que ocorre nas ruas comprova que o Sr. José Sarney chegou aos mais extremos níveis de rejeição que jamais um Presidente atingiu. Não conta mais com o acatamento da esmagadora

maioria dos cidadãos deste País. Nada mais de construtivo tem a oferecer ao povo brasileiro, a não ser tomar a única atitude digna e compatível com as angústias da Nação: a renúncia às suas reiteradas tentativas de intervir na Constituinte; a renúncia a suas pretensões de continuar no Governo, sem voto; e a imediata convocação de eleições diretas.

Sua obsessão em permanecer na Presidência – sem voto e sem legitimidade –, valendo-se de toda a sorte de expedientes, tornou-se algo que fere os sentimentos democráticos do povo brasileiro. É por isso que, cada vez mais, será recebido com vaias onde quer que apareça.

O que se passa agora com o Sr. Sarney é um fenômeno só comparável ao que ocorreu, em 1984, com o Sr. Paulo Maluf, quando este teimava em se beneficiar do famigerado Colégio Eleitoral, quando toda Nação exigia eleições diretas. Maluf e Sarney, cada um em seu tempo, construíram em torno de si uma atmosfera nociva e viciada que despertou a repulsa generalizada da população.

Vejam. Cortejado pelos seus áulicos e pelos grupos de profissionais e de homens de negócios que o rodeiam, o Sr. Sarney não tem mais olhos para ver a gravidade da crise que se abate sobre o sofrido povo brasileiro. Sua insensibilidade vem sendo de tal ordem, que passou a irritar a população.

Como não vê que esse “congelamento” só valeu para os salários? É possível negar a recessão que já está lançando ao desemprego milhões de trabalhadores? Observe-se a situação do salário mínimo, reduzido ao mais baixo patamar de toda a sua história! E o rombo da poupança que, este mês, num só golpe de mão, subtraiu bilhões e bilhões das sacrificadas economias da população? E, agora, por que essa hipocrisia, por que escondem da Nação que o FMI voltou a controlar a economia nacional?

O Governo Sarney, exatamente por ter negado o seu caráter transitório – sobre o qual repoussaria a sua limitada legitimidade –, tornou-se

fraco e desacreditado e, por isso mesmo, presa fácil das pressões e *lobbies* dos mais diversos interesses.

Suas grandes preocupações resumiram-se a uma só: ficar no Governo, custe o que custar à Nação. Passou a viver de expedientes. Lança mão de tudo o que lhe pareça capaz de render mais algum tempo na presidência.

Vejam o que fez agora, com o episódio do Paço Imperial, na Praça XV. Uma exploração torpe e mesquinha. Quem não vê que estão usando aquele incidente para se fazerem passar por “vítimas” de uma situação que, no fundo, só ocorreu pela omissão e irresponsabilidade da Polícia Federal de Brossard e da Polícia Estadual do seu pupilo Moreira Franco?

Até se poderia acreditar que a legítima manifestação de repúdio ao Presidente Sarney pudesse se desdobrar em condenáveis pedradas. Mas admitir que alguém, com uma picareta, pudesse aproximar-se daquele ônibus, passar entre os policiais, quebrar uma janela de cada lado do veículo e sair sem que ninguém fizesse nada? Ora, tudo isso é muito suspeito. E por que até hoje não fizeram e não divulgaram um retrato falado desse personagem que foi inclusive descrito por membros da comitiva? Há algo inconfessável no ar, ainda mais quando a Rede Globo, que voltou a ser a agência de notícias do Governo – como era nos tempos da ditadura –, passou a explorar despudoradamente a situação, falando em atentado e pedindo a aplicação da Lei de Segurança Nacional, que o Sr. Sarney exumou entre os despojos da ditadura.

Quem não vê que o Governo Sarney atingiu uma situação de descrédito e exaustão, de tal ordem que não lhe permite mais ser um governo acatado e minimamente eficaz? É urgente encarar a decisão sobre o chamamento a eleições e, assim, chegar à substituição do Sr. José Sarney por um Presidente eleito e respeitado pelo povo brasileiro. Chego a pensar que a própria Constituinte, tanto quanto a Nação brasileira, precisa de eleições diretas – e já – para

a Presidência da República, a fim de que não naufraguemos todos nas águas turvas e revoltas a que nos está levando o Governo Sarney.

* * *

Fantasma de 64 – Cobre-se de razão o Dr. Raymundo Faoro, diante destas afirmações do Presidente Sarney: “esses grupos de violência, incapacitados para a vida democrática, que já levaram o Brasil a 20 anos de exceção, voltam a agir para desestabilizar o País”. (...) “Portanto, quem age assim é um arrivista no Rio de Janeiro”. (“Conversa ao Pé do Rádio”, 3 de julho de 87). Este texto revela os “valores” que cultiva o Sr. Sarney. Durante 20 anos, apoiou e serviu à ditadura, da qual foi um beneficiário privilegiado, tal como o Sr. Roberto Marinho. O povo brasileiro lembra bem desses conceitos e dessa linguagem. Nada até agora revela melhor a natureza do personagem que temos na Presidência, adjudicando-se seis anos de mandato, apesar de não ter recebido um voto sequer, nem mesmo os do famigerado Colégio Eleitoral. O fantasma de 64, como nos vem demonstrando o Dr. Faoro, é, sem dúvida nenhuma, ele, o Sr. José Sarney. É o “construtor” da democracia que impede o povo de votar. É o “democrata” que apoiou e usufruiu de uma ditadura de 20 anos. Agora, quando colhe os frutos amargos de sua incompetência e de sua impostura, vem dizer que isto é um atentado. O que há é o justo repúdio dos brasileiros. As violências ocorreram por desleixo da segurança ou por omissões suspeitas.

Violência contra o povo – As batidas indiscriminadas, com tiroteios e tropelias nas favelas e nos bairros pobres, as chacinas e execuções com o ressurgimento do Esquadrão da Morte e, recentemente, o apedrejamento e cerco ao ônibus presidencial, o quebra-quebra no Centro e outros tantos episódios comprometedores permitem-nos desde logo afirmar que, em matéria de segurança, o Sr. Moreira Franco vem sendo um Governador omissivo, indolente e pusilânime. Sua autoridade de Governador não se faz

sentir, nem mesmo sobre as instituições policiais que, em muitos casos, passaram a exorbitar de suas funções, ameaçando insolitamente a população. Até mesmo crianças vêm sendo feridas à bala. Se é certo que o dever da autoridade policial é enfrentar a criminalidade, não é menos exato que o seu dever maior ainda é o de não cometer tropelias e violências contra a população.

Congresso do PDT – Tudo está pronto e organizado. Centenas de delegações já confirmaram seu comparecimento. Do exterior, já recebemos inúmeras mensagens sobre a presença de nossos convidados internacionais. Instalação solene às 11h30min desta sexta-feira, dia 10 de julho. Está sendo enviada para o interior e exterior a agenda dos trabalhos do Congresso. A Secretaria – que funciona em Brasília, junto à liderança do PDT – prestará todas as informações, inclusive sobre expediente, refeições e hospedagem.

Só com a sua colaboração é que conseguiremos manter esta coluna. Contribua com o que estiver ao seu alcance, depositando na conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, do Banco do Brasil. Correspondência para sugestões e comunicações: Caixa Postal 2724. É livre a transcrição, total ou parcial, desta publicação.

Sarney e a LSN

A opinião pública já de há muito percebeu o quanto são insólitas e ridículas as acusações contra os companheiros Danilo Groff, do PDT, e Maurício Pencak, da CUT.

Inegavelmente, os dois estão sendo utilizados como meros bodes expiatórios nestas torpes explorações dos incidentes que envolveram o Presidente Sarney, na Praça XV. Nada tem contra eles, a não ser as acusações de um alcaguete sem qualquer qualificação moral para acusar quem quer que seja. Tudo, afinal, não passa de uma vergonhosa encenação. Imaginem se estivessemos utilizando o depoimento de um tipo desse como alcaguete de Brossard para fazer acusações ao Palácio do Planalto, à Rede Globo ou ao Sr. Roberto Marinho! O que diriam eles?

O episódio ajuda-nos a constatar, mais uma vez, que o Sr. Sarney continua sendo o mesmo que sempre foi: o incondicional beneficiário da Ditadura, por 20 anos; o presidente da Arena e do PDS, agora travestido de Presidente da transição.

O Congresso do PDT, em Brasília, manifestou, com seu plenário de pé, a mais calorosa solidariedade àqueles companheiros. A convicção de todos era uma só: o grande responsável por essas injustiças é o Sr. José Sarney. Nenhuma autoridade – nem mesmo um Ministro de Estado – desenterraria uma lei nefanda como o é a LSN; muito menos mandaria processar, privar da liberdade, violar e revirar lares, desconsiderar até mesmo esposa e mãe idosa. Tropelias

e abusos como esses só são praticados, tendo, no mínimo, o assentimento do Presidente.

Estes ignominiosos acontecimentos não de ficar como um registro a mais entre tantos que compõem a extensa folha de desserviços do Sr. Sarney à democracia brasileira.

Comício das diretas

A população tomou conhecimento, através dos meios de comunicação, da realização, em Brasília, do comício para eleições diretas para Presidente. De uma maneira geral, jornais e televisões veicularam um noticiário depreciativo sobre o acontecimento, procurando caracterizar o ato como um fracasso. Mas foi exatamente o inverso do que se passou. Como primeiro passo de uma longa caminhada pela restauração dos direitos de nosso povo – direitos sonegados, cinicamente, pelos atuais governantes (Sarney, PMDB e PFL) –, tratou-se, sem dúvida, de uma manifestação amplamente vitoriosa.

Vejam. Antes mesmo de sua realização, o comício já demonstrava toda a insegurança e mesmo o ridículo de um governo que, hoje, só encontra argumentos na força. Mobilizou milhares de soldados da PM e do Exército, numa vergonhosa tentativa de intimidar o povo e esvaziar a manifestação.

Como se vê, utilizou-se, abusiva e inescrupulosamente, daquelas instituições públicas para favorecer interesses políticos. Chegaram mesmo a dispensar mais cedo o funcionalismo para afastar estes servidores da concentração pelas diretas.

Tudo isso, porém, resultou inútil. Cerca de 15 mil pessoas foram à praça pública, em defesa do direito elementar de nosso povo votar livremente para instituir um governo legítimo, que abra perspectivas para a Nação. Tratou-se, na opinião geral de jornalistas e políticos, de uma manifestação muito maior que o comício de encerramento, em 1984, daquela verdadeira avalanche que foi a campanha pelas “Diretas-Já”.

O sucesso do ato, sobretudo, residiu no fato de constituir-se numa demonstração que

transcorreu em ordem irrepreensível e de forma absolutamente pacífica. Como ponto de partida, foi o prenúncio de um movimento que se anuncia afirmativo, coerente e destinado a vencer.

Congresso do PDT

Encontramo-nos em Brasília, onde se realiza o Primeiro Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático. Mais de 1.500 companheiros de todos os Estados aqui estão reunidos, definindo as posições de nosso Partido e aquelas questões de princípio que consideramos inegociável na Constituinte. A democratização de nosso País vem sendo protelada e enredada pelos representantes das oligarquias tradicionais, as mesmas que sustentaram e conviveram com a Ditadura.

Em país algum, talvez, tenha existido uma “transição” tão longa como esta. Estão ludibriando o povo brasileiro. Cumpre que, nesta hora, o nosso Partido assuma responsabilidade frente à Constituinte e à Constituição.

Durante a abertura do Congresso, registramos, com satisfação, a presença do Senador Severo Gomes e dos Deputados Fernando Lyra, Paulo Ramos, Cristina Tavares, Sigmarina Seixas, Bete Aziz, José Genoíno, Thomas Nonô, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Edmilson Valentim e Roberto Freire. Registramos, com carinho e apreço, a presença da figura veneranda e acatada do ex-senador Luiz Carlos Prestes.

(I) – Mensagem do Sr. Willy Brandt, Presidente da Internacional Socialista:

“Estimado Leonel Brizola: na oportunidade de vosso Congresso, envio a você e aos companheiros do PDT minhas melhores saudações. Os esforços de nossos amigos da América Latina pela consolidação da democracia e reparação das dificuldades existentes para atingir o desenvolvimento econômico e construir uma sociedade solidária e justa, recebem hoje a maior atenção da Internacional Socialista. Na oportunidade de vosso Congresso, faço chegar meus sinceros votos de êxito em vossos trabalhos, consciente da

importância que tem, também para esse continente, o futuro de vossa grande Nação”.

(II) – Mensagem do Sr. Manoel de Morais, Presidente do Partido Socialista de Portugal:

“Em nome do Partido Socialista, saúdo, na figura do Sr. Presidente Leonel Brizola, todos os militantes do PDT, reunidos em Congresso – manifestação maior da vida do partido –, cenário de liberdade política que permitirá a todos discutir e aprovar as linhas de ação, de forma a que o PDT melhor possa contribuir para as transformações estruturais que encaminhem a sociedade brasileira para uma progressiva justiça social, em liberdade e em paz (...) quero assegurar que toda a atual equipe dirigente do nosso partido assume a mesma completa solidariedade com o PDT, e, de forma especial, com o seu Presidente Leonel Brizola, com a certeza da indispensabilidade de seu papel na consolidação da vida democrática desse grande país. Ao Congresso do PDT, as fraternas saudações socialistas do Partido Socialista”.

(III) – Mensagem do Sr. Hans-Jochen Vogel, do SPD, da Alemanha:

“Caro companheiro Brizola. Transmito a você e a todos os companheiros do PDT as saudações fraternais do Partido Social Democrata da Alemanha. A transição democrática no seu imenso país exige não apenas a criação de estruturas políticas adequadas, mas também a solução dos graves problemas econômicos do Brasil. Entretanto, democracia quer dizer, essencialmente, justiça social. É nesta área que o PDT e outras forças progressistas podem dar a sua contribuição própria e indispensável à construção de um futuro próspero e estável para o Brasil. Vocês se reúnem justamente para definir os rumos de ação que permitirão cumprir esta gigantesca tarefa. Desejamos ao Congresso do PDT todo o sucesso e asseguramos aos companheiros a nossa solidariedade nos desafios que enfrentarão no futuro”.

(IV) – Mensagem do Secretário-Geral do Partido Socialista Francês, Sr. Leonel Jospin:

“Caro Leonel. Por esta mensagem, gostaria, na ocasião de vosso Congresso, de transmitir, a ti e a teu Partido, o testemunho da grande amizade dos socialistas franceses. Seguimos com muita inquietude as dificuldades da jovem democracia e estou convencido de que, neste Congresso, o PDT saberá definir orientações plenas de futuro. Contigo, fraternalmente”.

(V) – Mensagem de Bettino Craxi, Partido Socialista Italiano:

“Caro Brizola. Envio saudações fraternas pela realização de vosso Congresso e comunico que o companheiro Gianni Bertolino, membro da Assembleia Nacional do Partido Socialista Italiano, participará como nosso delegado. Saudações fraternas”.

(VI) – Continuam chegando novas mensagens: Guillermo Ungo, do MNR de El Salvador; de Vasilis Konstantineas, do Partido Socialista – Pasok, da Grécia; de Fred Sinowitz, do Partido Socialista Austríaco; de Israel Gat, do Partido Trabalhista Israelense; do Partido Socialista de Israel; do British Labour Party; do Partido Trabalhista da Noruega; do Partido Socialista da Bélgica; do Partido Social Democrático da Suécia; do Partido Nacional do Uruguai; do Partido Trabalhista da Holanda.

(VII) – A Internacional Socialista esteve representada pelo Secretário-Geral-Adjunto, Sr. Luiz Ayalla, que, na solenidade de inauguração, saudou o Congresso em nome do Sr. Willy Brandt. Estiveram presentes também representações das Embaixadas de: Angola, Argélia, Argentina, Costa Rica, Egito, Estados Unidos, França, Hungria, Iugoslávia, Marrocos, Polónia, Portugal, República Federal da Alemanha e Venezuela.

(VIII) – Continuam a chegar, neste fim de semana, representantes de partidos latino-americanos. Registre-se a presença do Sr. Nils Castro, Secretário-Executivo da COPPPAL e Secretário Internacional do PRD do Panamá; José Iristy, do Partido Socialista Uruguaio; Deputados Rubens Cardoso e Dante Rovena, do Justicialismo da Argentina; Marcos Pereira, do Movimento Popular Colorado do Paraguai; Deputado Rolando Avendando, do PLN da Costa Rica e Deputado Camilo Lluberes, do PRD da República Dominicana.

(IX) – Os trabalhos do Congresso transcorreram de forma organizada e eficaz. Já no primeiro dia, aprovou-se o regimento interno e definiu-se o temário das comissões de trabalho, que abrangerão as diversas áreas analisadas na Constituinte, tais como: sistema tributário e de finanças; organização dos poderes do governo; garantias do homem e da mulher – família, educação, cultura, esportes, ciência, tecnologia e comunicação; sistema eleitoral e partidário e garantia das instituições; política econômica e social e organização do estado; além de grupos que tratarão de estudar os fundamentos de um novo modelo econômico, as reformas prioritárias e urgentes, o processo de transição, democratização e eleições diretas para Presidente da República e, finalmente, organização partidária.

Alerta à Nação

O PDT, reunido em Brasília, de 10 a 13 de julho corrente, no I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático – alerta a Nação para a gravidade da situação a que o País está sendo arrastado pela incompetência e pelas cumplicidades do atual Governo e, principalmente, em consequência dos perigosos desvios impostos ao processo de transição democrática, o qual vem sendo retardado e até virtualmente paralisado pela ação das elites conservadoras e pela omissão intencional de importantes grupos de antigos opositores do regime autoritário, agora no Governo.

Estes descaminhos, afirmamos, são a verdadeira causa do agravamento da crise econômica, social e institucional que asfixia o povo brasileiro, sobretudo nas regiões mais desassistidas e carentes, entre as quais ressalta, pela sua dramaticidade, a região Nordeste. Não pode haver um Brasil justo, grande e poderoso sem a redenção do Nordeste e das suas valorosas e sofridas populações. Tais descaminhos representam a negação pura e simples da palavra empenhada pelos atuais governantes para com a população, diante das multidões que, nas praças públicas, criaram o ambiente necessário a que se pusesse fim à Ditadura.

O Governo que a população consentiu que se instituísse, mesmo que através do espúrio Colégio Eleitoral, abandonou seus compromissos democráticos e passou a cultivar uma verdadeira obsessão: exercer em plenitude um poder que a população jamais lhe concedeu. Sua limitada legitimidade devia ser a sua transitoriedade; isto é, a missão de conduzir o País com equilíbrio e seriedade, enquanto se devolvia ao povo as condições para a instituição de um Governo legítimo, através de eleições diretas.

O que ocorreu, entretanto, foi o

inverso. Carente de legitimidade, o Presidente da República, o PMDB e o PFL – partidos que formam a agonizante Aliança Democrática – obcecados pelas ambições continuístas, lançaram, de aventura em aventura, o País no plano inclinado da deterioração da vida política, econômica e social. Desde o desastroso Plano Cruzado, o Governo Federal passou a se valer de uma sucessão de expedientes e ardis, visando a prolongar a sua permanência no Poder.

Desertaram de seus compromissos com a Democracia. Não revogaram os instrumentos do arbítrio. Ao contrário, deles vêm se utilizando abusivamente. Aplicam, sem nenhum escrúpulo, o outrora inaceitável instituto do decreto-lei para gerir a economia e levar o arrocho salarial a níveis nunca vistos em nossa história. Desenterraram a famigerada Lei de Segurança Nacional, afrontando os sentimentos democráticos de nosso povo. Numa traição despuddorada ao espírito da campanha das Diretas-Já, sustentam o absurdo de que o extinto e execrado Colégio Eleitoral teria gerado um mandato que agora se pretende de cinco anos. O que pretendem, de fato, é usurpar os direitos do povo brasileiro. Finalmente, tramam um parlamentarismo esdrúxulo, como fizeram em 61, que fraudava o voto popular, ao fazer com que as tão reclamadas eleições diretas para a Presidência da República se transformem numa farsa, pois o povo estaria elegendo somente um Presidente sem poderes, uma espécie de *rainha da Inglaterra*, que reina mas não governa. O verdadeiro Governo, neste caso, seria repartido, através do Gabinete, entre as elites no Congresso. Como ocorreu em 61, se tal trama se consumar, o povo brasileiro vai derrubar outra vez mais esse vergonhoso golpe das oligarquias que querem o Poder, mas temem o voto popular.

O Governo da chamada Nova República, que já se constituía numa impostura, passou a ser agora uma evidente usurpação dos direitos do povo brasileiro. Incompetente, marcado pela

hipocrisia, desacreditou-se definitivamente junto à população. O Presidente da República perdeu, de forma irremediável, as condições de governar com um mínimo de eficácia e credibilidade. Não conta mais com o acatamento da Nação. Sua autoridade exauriu-se. É, realmente, lamentável que aquele que ocupa a mais alta Magistratura da Nação tenha chegado ao absurdo de ter dificuldades em comparecer a locais públicos, tamanha é a repulsa que desperta na população.

É urgente a substituição do Sr. José Sarney por um Presidente eleito, com a realização de eleições livres e diretas, que instituem, assim, um Governo legítimo, respeitado por todos e que conte com o apoio geral da Nação. A convocação imediata de eleições diretas para Presidente, a fim de que se realizem, no máximo até 15 de novembro de 1988, é um imperativo nacional que deve reunir todas as consciências lúcidas e honradas do País. Seria uma afronta ao nosso povo permitir a continuidade do atual Governo para além deste prazo. A esta luta patriótica, democrática e justa, o PDT convoca todos os brasileiros.

Congresso do PDT: Parlamentarismo, não!

A questão fundamental do Brasil, neste momento, é a da construção da democracia. Cumpre que se conclua, pois, sem mais delongas, esta fase de transição que o atual governo vem postergando em proveito próprio, de forma indevida e ilegítima.

A democracia em nosso País só começará a existir com a realização de eleições diretas para Presidente da República e com a promulgação da nova Carta Constitucional.

Denunciamos ao povo brasileiro esta nova tentativa de cassar o voto popular ao pretenderem nos impor um parlamentarismo de encomenda: uma espécie de reencarnação do Colégio Eleitoral, que afasta o povo das decisões. As eleições diretas, neste regime exótico,

seriam uma farsa. O Presidente eleito não teria poderes. O Governo de fato, a ser exercido pelo Gabinete, seria escolhido pelo voto indireto dos deputados e senadores.

Durante a Campanha das Diretas, jamais se falou em parlamentarismo. Adotar este regime, agora, seria uma traição ao povo brasileiro, que saiu às ruas e às praças públicas para defender o seu direito de escolher diretamente um Presidente de sua confiança para governar o País.

Esta é a linha de coerência, de fidelidade ao povo brasileiro e até mesmo do bom senso, ainda mais neste momento em que nos afundamos numa crise de dimensões sem precedentes.

Sem nenhuma dúvida, neste período de nossa história, só o Regime Presidencialista corresponde às expectativas e necessidades do povo brasileiro. O fortalecimento do Congresso é também parte inseparável do atual processo de reconstrução democrática. Pretende-se condenar o Presidencialismo em função do mau Presidente que temos.

Este País está necessitando, urgentemente, de um Governo eleito, de um Governo que governe, de uma Administração legítima que conte com a colaboração de todos. De um Governo que se preocupe com as grandes causas da nacionalidade, com os verdadeiros interesses do povo brasileiro. E não de governichos que vivam atormentados com a invenção de golpes e expedientes para prolongar por mais algum tempo sua permanência no Poder, enquanto o Brasil continua cada vez mais relegado à condição de um País que ainda não deu certo.

* * *

Interpelação – O plenário do Diretório Regional do PDT enviou carta interpelando a Saturnino e Jó Rezende. Ambos, daqui por diante, vão sentir o peso do julgamento da opinião pública. O PDT lhes manda um recado: “Só há uma forma digna de Vossas Senhorias romperem os compromissos com o PDT e a população: também renunciarem e devolverem ao povo os cargos e os palácios que ocupam”.

Falso Liberal – Brossard é que vem sugerindo a Sarney a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra Danilo Groff e Maurício Pencak e, agora, contra Jair Menegheli e Djalma Bonn. Trata-se de um inominável abuso de poder. Muitos se surpreendem. Eu não. Conheço Brossard há 40 anos. É da sua natureza. Um exemplar típico de oligarca liberal de nosso País. Tem um verniz cultural, bacharelesco, culto à retórica, e só é liberal quando está na oposição. No Governo, embora com sofisticação, reprime como qualquer autoritário.

Violência – Enquanto Moreira Franco dedica o seu tempo a cuidar de sua poupada aposentadoria e à prática de outras amenidades, sua polícia vem cometendo atrocidades cada vez maiores contra a população. Contra os pobres, naturalmente. Imaginem se a polícia desse tiros a torto e a direito em Ipanema e atingisse uma criança, o que aconteceria?

33 dólares – É o quanto vale o salário mínimo neste momento – Cz\$ 1.969,92. É o valor mais baixo de toda sua história, desde que foi criado, em 1941, quando valia mais de 80 dólares. É o menor da América Latina e talvez

seja o mais baixo do mundo, neste momento. Nem mesmo durante a ditadura chegou-se a esta situação. O povo brasileiro precisa urgentemente de um novo Governo, eleito pela população.

Sinal dos Tempos – Li na mesma página da *Folha de São Paulo*, lado a lado, estas duas notícias. No Nordeste, mais de 100 mulheres tentaram saquear supermercados, mas foram impedidas pela PM; conseguiram invadir os depósitos da Cibrazem, levando arroz, feijão, café e leite. Ao lado, um resumo do “Financial Times”, informando que os bancos credores estão muito satisfeitos com a recuperação do Brasil, que registrou em junho um superávit de 1,4 bilhão de dólares para pagar os juros da dívida externa brasileira.

FMI – Vejam que hipocrisia. O Governo Sarney fala agora em seu “Plano de Consistência Macroeconômica” (?!!). Sabem o que é realmente o tal plano? Nada mais nada menos que a famigerada carta de intenções ao FMI. Elaboraram estes compromissos, inclusive, com a ajuda dos representantes do FMI, coordenados em Brasília pelo Sr. Thomas Reichmann.

Só com a sua colaboração é que conseguiremos manter esta coluna. Contribua com o que estiver ao seu alcance, depositando na conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, do Banco do Brasil. Correspondência para sugestões e comunicações: Caixa Postal 2724. É livre a transcrição, total ou parcial, desta publicação.

Sarney, o PMDB e o FMI

O povo brasileiro, a esta altura, já se apercebeu de que o Governo Sarney e esta impostura que se chamou de “Nova República”, na essência, significam a continuidade do que foi o abominável regime discricionário imposto a esta Nação por mais de 20 anos.

Os dois regimes, o atual e o anterior, identificam-se essencialmente em seus fins, isto é, no propósito comum de manter e aprofundar o atual modelo econômico.

As diferenças entre eles estão, apenas, em alguns métodos: o regime militar se impôs pela força; o atual Governo vem se mantendo pela farsa, através de golpes de esperteza e da hipocrisia. Inclusive – cumpre que se diga – os espaços de liberdade que desfrutamos, não o devemos, em nada, ao Sr. José Sarney. Ao contrário, sabe-se que até a última hora, ele lutou pela continuidade do regime. Nem tampouco ao seu Governo que, em episódios cada vez mais frequentes, vem restringindo e ameaçando direitos e liberdades que o povo brasileiro restabeleceu à custa de muitas lutas e sacrifícios.

Do Sr. Sarney, dos políticos que sempre o rodeavam, desde a antiga Arena e agora no PDS-PFL, a rigor, nada tínhamos a esperar. Não nos surpreendem, pois. Cúmplices e beneficiários de ditadura, façamos-lhes justiça, nunca acenaram dos palanques, nas ruas e praças públicas – como nós, da oposição – com novos tempos e,

sobretudo, como se impunha, com mudanças democráticas profundas na vida desta Nação.

Mas, e o PMDB, que vem assumindo o papel de principal sustentáculo do Governo Sarney, o que dizer? Onde estão os compromissos públicos e solenes que assumiram, no curso de quase 20 anos em que foram oposição ao regime, em nome de todo um povo oprimido e humilhado pela ditadura que cassava ou impunha o exílio aos seus líderes mais autênticos?

A verdade é que, a esta altura, o povo brasileiro se encontra chocado e estarecido. Chega-se a pensar que o fato de a ditadura ter patrocinado a existência de um “partido” único, detentor de uma espécie de monopólio da oposição consentida, fazia parte de um plano diabólico, não só de sustentação da ditadura, quanto do aprofundamento do modelo econômico. São os fatos que nos conduzem a estas observações.

Vejam. Como na ditadura, continuam impedindo as eleições diretas para Presidente. O arrocho salarial do Ministro Bresser (PMDB) é mais drástico que os de Roberto Campos, Simonsen e Delfim Neto. Em tempo algum, os ricos se tornaram tão ricos e os pobres tão pobres. Basta dizer que o salário mínimo jamais foi tão vil e miserável (menos de 35 dólares). A corrupção campeia até mesmo quando se humilhou nosso País com a importação de alimentos estrangeiros deteriorados. A rigor, não é necessário dizer mais. Detenhamo-nos aqui. A opinião do País está a par de tudo isto. Sabe, principalmente, que o regime passado, pela força, submeteu nosso País, por duas décadas, aos controles do Fundo Monetário Internacional. Isto é: a um modelo econômico que vem condenando, a cada dia, maiores contingentes de nosso povo à marginalidade, ao atraso e à miséria; que vem comprometendo nosso País, num processo crescente de endividamento e exploração econômica.

Com a exaustão do regime, passamos a viver uma espécie de primavera, por influência da

oposição recém-vitoriosa, em que se passou a questionar os ditames e receitas do FMI. Agora, porém, estamos às vésperas de sermos entregues novamente ao jugo do Fundo Monetário, desta vez sob o patrocínio do PMDB; justamente o maior partido da oposição, que cresceu no conceito do povo brasileiro por ter combatido, durante 20 anos, a cumplicidade da ditadura com este modelo econômico, cujo símbolo maior era a submissão às regras do FMI.

Quando isto acontece, com um País como o Brasil, em circunstâncias tão desafortunadas como as que vivemos neste momento – um governo fraco e sem convicções, obcecado pelo continuísmo, presa fácil, portanto, de nefastos interesses internacionais e, ainda, influenciado, como está, de forma decisiva sobre a constituinte – é certo que seu povo passou a correr grave perigo. Com toda certeza, um grave, perigo.

* * *

Como sempre – Grandes órgãos de nossa imprensa, com “O Globo” à frente – como era de prever – já começaram a fazer carga contra o movimento exigindo eleições diretas. É sinal de que esta causa justa e urgente começa a tomar corpo em todo o País. Quer dizer também que estamos no caminho certo. Como da vez anterior, à medida que começam a sentir o apoio generalizado da população, não terão alternativa senão a de abandonar a cumplicidade com a causa antidemocrática. Somos surrealistas. Até esta maravilhosa conquista humana – a Imprensa – aqui, conforme as circunstâncias, pode tornar-se cúmplice do obscurantismo.

Plebiscito – Ninguém poderá desconhecer que a campanha das diretas, que impediu a continuidade do regime autoritário, teve um conteúdo essencialmente presidencialista. A pregação dos oradores e os reclamos populares foram no sentido de escolher um Presidente eleito, com autoridade democrática para dirigir e administrar o País, corrigir injustiças e ser o guardião das liberdades públicas e privadas. Nunca se falou, nos palanques ou através dos meios de

comunicação, em parlamentarismo; jamais se disse que o futuro Presidente seria decorativo e que a Administração seria entregue aos deputados e senadores, cuja maioria, na época, era do PDS. Se alguém o fizesse, seria contestado pelas multidões. Pelo menos, neste período de nossa história, o espírito do movimento popular que criou esta fase da vida brasileira aponta para o sistema presidencialista de Governo. Se a Constituinte quiser mudar estes rumos, não poderá fazê-lo, legitimamente, sem o indispensável referendo da população.

CPI sobre negócios suspeitos – Por iniciativa do líder da bancada do PDT, Deputado Brandão Monteiro, está aprovada no Congresso, com o respectivo deferimento e publicação oficial, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o escândalo da compra da “NEC” (Garnero) pelas “Organizações Globo” (Roberto Marinho) e as implicações, neste escandaloso episódio, do Ministério das Comunicações (Antonio Carlos Magalhães). Como se sabe, trata-se de uma grande fábrica de equipamentos de comunicação e computação – associada com industriais japoneses –, cujo controle pertencia a Mário Garnero, o qual cedeu esses interesses em plena crise de falência e intervenção na Brasilinvest e recém-saído de uma prisão preventiva. Essa transação envolve interesses de centenas de milhões de dólares. As pressões contrárias são avassaladoras. Pelo menos uma preciosa documentação esta CPI vai reunir. Há de se chegar ao dia em que deixaremos de ser o País da cumplicidade.

Em defesa do Rio (1) – Estes quatro meses e meio foram mais que suficientes para nos demonstrar que o Estado do Rio de Janeiro está entregue, lamentavelmente, a mãos débeis e pusilânimes. O cerco que antes denunciávamos e repelimos, agora passou a atingir e abalar os mais vitais interesses de nosso Estado. A perniciosa e perversa política do Governo Federal passou a contar com a conivência de importantes aliados locais. De início, em função de propósitos

eleitóreiros, e agora, em consequência do servilismo do atual Governador do Estado.

Em defesa do Rio (2) – A rigor, o Sr. Moreira Franco não tinha autoridade para impedir o que há muito planejavam fazer contra o Banerj para atender aos interesses dos grandes bancos privados. Quando candidato, foi cúmplice das medidas odiosas do Governo Sarney contra o Estado. Sua campanha foi sustentada por essas forças e fontes. O Governo Moreira, a partir da intervenção no Banerj, entrou num processo de desmoralização e descrédito público. A população sentiu logo que se tratava de um golpe sujo contra o Rio de Janeiro, tal a importância do Banerj como instituição – sustentáculo de nossa economia, que era uma espécie de protetor desta imensa malha de pequenas e médias empresas, bases de nossa vida econômica.

Em defesa do Rio (3) – Estou reunindo todas as informações e a correspondente documentação sobre o que vem fazendo o Banco Central

no Banerj. Assim também quanto aos compromissos anteriores ao meu Governo. Já disponho de elementos para um processo crime contra interventores e funcionários do Banco Central que vêm jogando com a honorabilidade e a honra alheias, prestando-se a manipulações políticas e até patrocinando publicações sujas e desonestas. Pois, uma apreciação judiciosa de tudo o que foi publicado demonstra que nada conseguiram encontrar que representasse uma implicação digna de se levar em consideração contra qualquer alto dirigente do Banerj ou de meu Governo. O que têm dito e insinuado são empulhações indignas. Vou chamar a mim o exame que se faz necessário deste problema. Vou demonstrar como tudo isto não passa de uma grande molecagem. Mas também, concretamente, vamos apontar quem são os verdadeiros interessados no aniquilamento do Banerj, quanto também quem são os responsáveis pelas falcatruas e irresponsabilidades que se praticaram no Banco do Estado.

Só com a sua colaboração é que conseguiremos manter esta coluna. Contribua com o que estiver ao seu alcance, depositando na conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, do Banco do Brasil. Correspondência para sugestões e comunicações: Caixa Postal 2724. É livre a transcrição, total ou parcial, desta publicação.

Uma questão de coerência e de dignidade

Todos se recordam quando, às vésperas das eleições de 82, o então Senador Saturnino Braga, em fim de mandato, deixou o PMDB, onde se encontrava marginalizado, e veio para o PDT. Nosso Partido o elegeu, garantindo a sua permanência no Senado. Logo a seguir, no Congresso de Mendes, o PDT o elevou à condição de Coordenador Nacional do Partido, com vistas ao desenvolvimento da organização partidária. No Secretariado e na Alta Administração do Estado foram aproveitados praticamente todos os seus – até então – colaboradores diretos. O Partido nunca lhe fez exigências imperinentes. Sua atuação no Senado foi medíocre e na Coordenação Nacional do PDT revelou-se um inepto. Finalmente, não se fez de rogado em ser candidato a Prefeito. Aceitou na hora. Pessoalmente, quero afirmar que não participei da escolha de seu nome. Não estava presente. Apenas não lhe fiz restrições. Os nossos companheiros, todos nós, o carregamos nas costas. E, ainda, acolhemos e fizemos vitoriosa a pesada candidatura de Jó Rezende, uma exigência de Saturnino. A população, porém, nunca deixa de dar sinais de sua sabedoria. Já não elegeu Saturnino com a mesma percentagem de votos com que nos apoiou para o Governo do Estado, como quem procurasse dizer: Cuidado! Não é água da mesma fonte.

Eleitos, Saturnino e Jó organizaram a Administração sem nenhum diálogo com a direção partidária, nomeando Secretários e auxiliares, a rigor, alheios aos compromissos da campanha eleitoral, como é o caso típico do Secretário da Fazenda. A Administração de Saturnino e Jó tem sido um fracasso. Pretensiosos, sempre se recusaram a ouvir simples ponderações de seus companheiros. Ambos revelaram que, antes de tudo, pertencem ou aspiram pertencer às elites. Que, em verdade, estiveram no PDT, um partido popular, como quem se utiliza de um trampolim. Enquanto permaneci no Governo do Estado, ainda preservaram certos limites. A partir do momento em que perdemos as eleições, e já nos primeiros dias do novo Governo, passaram-se de armas e bagagens para o outro lado. Inclusive, praticando, logo a seguir, atos contra o povo trabalhador que os elegeu.

Mais que uma traição, estamos diante de uma vilania. *Queres conhecer o vilão, ponha-lhe o bastão na mão.* Ninguém mais que o nosso povo conhece esta verdade. A política das elites, em nosso País, tem sido assim – a arte de ludibriar e enganar a população para conservar o poder. Amealhar e colher os votos nas campanhas eleitorais, conquistar os cargos para, a seguir, trair e ignorar aqueles que o elegeram. De experiência em experiência, por mais decepçantes que sejam, é que um dia o nosso povo conseguirá encontrar os caminhos de sua redenção.

Interpelação - A Direção Regional do PDT-RJ, dia 17 de julho último, enviou aos senhores Saturnino Braga e Jó Rezende cartas com o seguinte teor:

“Dando cumprimento ao que foi deliberado em reunião do Diretório Regional, em 15 deste mês, dirigimo-nos a V. Sa. expresamente com a finalidade de definir nossas mútuas responsabilidades frente à população do Rio de

Janeiro. Em suas declarações reiteradas à imprensa escrita – no rádio e na tevê – V. Sa. vem anunciando a sua decisão, já assumida, de abandonar o PDT e de filiar-se a outro partido.

Até o momento, V. Sa. não se dignou fazer, sequer, uma comunicação oficial ao Partido que o conduziu ao alto cargo de Prefeito do Rio de Janeiro. Nem mesmo para explicar-se quanto aos aspectos éticos e quanto às graves implicações públicas que este infeliz episódio contém.

Com efeito, de nenhuma forma contestamos o direito de V. Sa. de deixar o PDT, como ontem o fez com o PMDB, e ingressar noutro partido, conforme seus desejos e conveniências. O que questionamos é a sua conduta moral e ética, a confirmar-se a decisão de V. Sa. de permanecer no cargo de Prefeito, embora abandonando, com pretextos pueris, o Partido que apresentou e sustentou sua candidatura. Ademais, convém frisar que o PDT de nenhuma forma teria admitido sua candidatura se, de antemão, soubesse que V.Sa. seria capaz de abandoná-lo em meio aos compromissos irrevogáveis que, juntos, assumimos com a população.

Só há uma forma de V. Sa., neste momento, deixar com dignidade o PDT e desobrigar-se daqueles compromissos: renunciar, também, ao cargo de Prefeito, devolvendo ao povo do Rio de Janeiro a função para a qual foi elevado graças à outorga, pela população ao nosso Partido, da

responsabilidade de administrar a Cidade.

Se num prazo de cinco dias, conforme decisão partidária acima referida, V. Sa. não informar de seus reais propósitos – de devolver ou não à população o cargo de Prefeito, no instante em que abandona o Partido – não teremos outra alternativa, em face de nossos deveres públicos, senão dar curso, independentemente daquelas informações, ao processo de avaliação e julgamento da conduta política e moral de V. Sa. atendo-nos aos atos e fatos notórios e amplamente divulgados”.

Atenciosamente, pela Direção Regional do PDT-RJ
(Ass.) Professores Cibilis Viana e Bayard Boiteaux”

Traição não tem justificativas - Ambos os destinatários, três dias depois, devolveram as cartas, enviando, finalmente, seus pedidos de desligamento, num texto de três linhas, sem justificarem as gravíssimas decisões que assumiram, desligando-se do Partido que os elegeu e dos compromissos assumidos com a população, como quem deixa um clube de leitura e passa para outro, conforme suas conveniências pessoais. O Diretório Regional do PDT, após sete horas de análise deste triste episódio, democraticamente, assumiu as únicas decisões coerentes com a dignidade de um partido popular e socialista, que não tem o direito de tergiversar diante de seus deveres para com a população. A exclusão daqueles dois desertores já era um fato irreversível, em consequência dos desvios de conduta, dos atos e iniciativas por eles próprios assumidos. O nosso Partido, ao decidir pela exclusão, procurou dar-lhes a resposta que merecem e expressar sua repulsa a todos

quantos, uma vez eleitos, renegam suas origens e seus compromissos públicos.

Nota Oficial do PDT - Eis a nota oficial que resume e apresenta as decisões tomadas por nosso partido, em memorável assembleia:

“O Diretório Regional do Rio de Janeiro do PDT, reunido com a participação de integrantes das bancadas federal, estadual e de Vereadores da Capital, e de Presidentes de Diretórios Zonais, pelo voto da totalidade dos presentes, com seis abstenções, **decidiu**:

1 – Expulsar dos quadros do Partido os senhores Saturnino Braga e Jó Rezende;

2 – Denunciar a ação antipopular do Prefeito e do Vice-Prefeito, que propuseram – antes mesmo que os Governos da Nova República, na União e no Estado, o fizessem – a derrogação do galtilho salarial; determinaram o desemprego em massa de trabalhadores e servidores municipais; fecharam a Fábrica de Escolas¹⁰, se acumpliciaram com a política nefasta dos atuais ocupantes do Palácio do Planalto e do Palácio Guanabara, atropelando os direitos dos trabalhadores, elevando de forma abusiva as tarifas dos serviços públicos essenciais e praticando o arrocho salarial; omitem-se ante os atos de violência contra a população da cidade, a invasão de lares humildes, a prática de batidas policiais, com tiroteios nas favelas e bairros pobres, causando até a morte de crianças;

3 – Recomendar às bancadas do Partido, na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que exerçam intensa fiscalização sobre a Administração Municipal, inclusive verificando a legalidade das licenças para aumento de gabaritos e outras concessões a grupos privados, particularmente às Organizações Globo, como, por exemplo, a destinação dos terrenos da extinta Fábrica de Escolas e o caso da construção no local do antigo cinema Rian, na Avenida Atlântica, de propriedade do Sr. Roberto Marinho;

4 – Aprovar moção de apoio à bancada de Vereadores, por sua atuação, antepondo-se a todas as medidas antipopulares do Prefeito;

5 – Considerando que a maioria da alta cúpula da Administração Municipal não só não foi indicada, quanto nunca foi sensível à orientação do PDT, **recomendar** aos companheiros militantes, fiéis ao nosso Partido, que exerçam funções no secretariado do Município, que delas se afastem, por estar o PDT em oposição à conduta elitista e desleal do atual Prefeito para com o eleitorado e o partido que o elegeu. **Recomendar**, outrossim, aos nossos filiados, ocupantes de outras funções administrativas e técnicas, que defendam, sem vacilações, os compromissos que assumimos com a população e

¹⁰ Terminada a Passarela do Samba, todo o canteiro de obras (frente para a Avenida Presidente Vargas e fundos para o Setor 1), onde eram produzidos os pré-moldados, foi direcionado para a construção das peças para os CIEPs.

cumpram a missão de fiéis depositários da confiança do povo do Rio de Janeiro no nosso Partido.

Rio, 3 de agosto de 1987”

* * *

Perdão, povo do Rio de Janeiro. Nunca imaginei que pudéssemos nos defrontar com uma situação como esta. Só não correm o risco de serem traídos em sua boa-fé os que se omitem e não lutam pelo nosso povo. Até Cristo, filho de Deus, ao ter de escolher apenas 12 apóstolos, não se livrou de ter Judas entre eles.

O PDT tem a certeza que, com estas decisões, contribui, de forma incisiva e corajosa, para a dignificação da vida pública e da política de nosso País.

Venha nos ajudar a construir o PDT em todo o Brasil. Divulgue amplamente estas publicações. Sua transcrição é livre. Graças à colaboração e ao sacrifício de muitos companheiros, de todos os Estados, é que estamos mantendo esta coluna. Banco do Brasil, conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro.

Como caiu o Parlamentarismo

As elites (maioria no Congresso) violaram a Constituição, de madrugada, em 1961. Impuseram à Nação um parlamentarismo exótico e impraticável. O que queriam mesmo era impedir João Goulart¹¹ de exercer a Presidência como, hoje, querem impedir as eleições diretas. O regime não funcionou. Vivíamos em crise. O povo se mostrava indignado com o procedimento das elites, como agora. Reclamava o seu direito de chamar a si a decisão através de um plebiscito. Utilizando-se da tradição de legalidade das Forças Armadas, aqueles políticos teimavam em impedir que o povo exercesse o seu direito de ser a única fonte do poder legítimo. Esse era o quadro, quando se conseguiu levantar e aprovar o nome de Francisco Brochado da Rocha para Primeiro-Ministro. Professor de Direito Constitucional – também um indignado com aquela usurpação – antes de assumir, o Dr. Brochado da Rocha aceitou a minha tese de que sua investidura devia estar, indissolúvelmente, vinculada à realização do plebiscito. Tratava-se de um imperativo democrático. Empossado no cargo, nada conseguiu

11 João Goulart (Jango) foi eleito, pelo PTB, Vice-Presidente da República (como companheiro de chapa do Marechal Henrique Teixeira Lott), na mesma eleição de Jânio Quadros, em 1960. // Naquele tempo, votava-se para Presidente e para Vice isoladamente. // Com a renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, uma junta militar queria impedir a posse de João Goulart. // Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, liderou – com o povo gaúcho armado – a resistência ao golpe. // Através dos transmissores da Rádio Guaíba (requisitados oficialmente), com as torres de transmissão protegidas pela Brigada Militar, iniciou programação radiofônica, retransmitida por mais de cem emissoras em todo o Brasil – que ficou conhecida por Cadeia da Legalidade. // Jango assumiu a Presidência em 7 de setembro de 1961. // Foi deposto, por golpe militar, em 1º de abril de 1964.

Sua Excelência, pelos caminhos da persuasão. Dia 7 de setembro de 1962, após a parada militar em Porto Alegre, convidei-o e ao comandante do III Exército para uma conferência em Palácio. O general Jair Dantas Ribeiro mostrava-se preocupado com a ordem pública. Após um relato do Primeiro-Ministro, sugeri que aquelas razões do Comando do III Exército fossem tornadas públicas, dado que se tratava de assuntos públicos, do interesse direto e imediato de toda a população. Aceitas as minhas ponderações, o general Jair Dantas Ribeiro telegrafou, no dia seguinte, ao Sr. Ministro do Exército, a seus colegas – no Rio o comandante era o general Osvino Ferreira Alves – e ao próprio Primeiro-Ministro, invocando suas dificuldades em manter a ordem, diante do crescente clamor público. O professor Brochado da Rocha foi ao Congresso e ofereceu a sua renúncia, frente à atitude antidemocrática das oligarquias em negar o plebiscito. Com ele caíram os ministros, civis e militares. As elites no Congresso não tiveram outra alternativa senão convocar o plebiscito, que se realizou no dia 6 de janeiro de 1963. Mesmo assim, conseguiram evitar a simultaneidade com as eleições parlamentares e de governadores, facilitando-se, dessa forma, a nefasta e espúria ação do IBAD naquele pleito. Votaram no plebiscito mais de 10 milhões de eleitores; 90% deles, contra o parlamentarismo. Caiu, assim, aquele regime iníquo: casuísmo utilizado pelas oligarquias para se manterem no poder contra a vontade do povo e os altos interesses da Nação. Tal como pretendem, agora, outra vez.

* * *

Manipulação vergonhosa – O Governo Sarney afirma que a inflação foi de 3,05% em julho.

A USP (FIPE), apurou 9,24%. A FGV chegou a 9,6%. E o Dieese, 14,04%. Farsa do Governo. O que pretendem é calcular os salários com base em índices manipulados. Vergonha nacional e descrédito internacional!

Salários achatados – A chamada Nova República (Sarney, PMDB e PFL), em matéria de espoliação dos trabalhadores (arrocho salarial), vem sendo ainda mais drástica que a própria ditadura, nos anos em que mandaram os malsinados ministros Roberto Campos, Simonsen e Delfim Neto. Vejam. Desde fevereiro de 1986, até agora, os salários perderam entre 42,3% e 50,3%, conforme a data-base. Seria necessário, segundo o Dieese, um aumento em torno de 81%, apenas para recuperar os níveis daquela época. E esse abono de Cz\$ 250, decretado por Sarney. Que escárnio! E o PMDB? Por quanto tempo continuará pretendendo se sustentar com duas caras? A curto prazo, o povo brasileiro saberá qual a falsa, qual a verdadeira...

Anistia cínica – Fizem um estardalhaço, explorando torpemente o episódio das manifestações hostis ao Presidente Sarney na Praça XV, como se fora um atentado. Brossard, com sua habitual empáfia e com a aprovação de Sarney, desenterrou a famigerada Lei de Segurança Nacional. Instigaram a Polícia Federal. Chegaram a ponto de invadir e violar domicílios. Submeteram a constrangimento dois cidadãos e suas famílias, mantendo na prisão, como se criminosos fossem, o bioquímico Danilo Groff e o professor Maurício Pencak. A Justiça mandou libertá-los e definiu que o assunto não é de Segurança Nacional. E agora, o cúmulo dos cúmulos: o Presidente Sarney propõe uma anistia àqueles cidadãos, contra os quais nada se provou. A anistia é, sim, para o próprio Governo. Primeiro, para os encarregados da segurança presidencial; segundo, para salvar o Governo do ridículo a que se expôs; e, por último, para se autoanistiar da violência inominável de Sarney e Brossard de constranger dois cidadãos e de afrontar a Nação com

esse instrumento hediondo da ditadura que é a Lei de Segurança Nacional.

Episódio deprimente – Não pretendo, de nenhuma forma, desconsiderar o mérito das reivindicações levantadas pelos servidores da Polícia Civil. O que questionamos são as ocorrências deploráveis que se verificaram nas barbas do Governo. Tropelias, confusões, com tiros e violência, agressões a jornalistas e um verdadeiro **ultimatum**, com gente armada, que praticamente sitiaram a sede da Polícia Civil, com o Secretário imobilizado dentro do prédio. Já pensaram, leitores, se isso tivesse ocorrido com os metalúrgicos, com os bancários, professores, estudantes, mesmo sem armas em punho, o que aconteceria? E o pior é que todo o Governo, a começar pelo Governador acovardado, submeteu-se a tudo de forma humilhante. E o que diz de tudo isso o Sr. Dr. Prof. Paulo Brossard de Souza Pinto? Não lhe desperta a ideia de uma “intervençãozinha” e nem lhe ocorre alguma conclusão jurídica no sentido da aplicação da Lei de Segurança Nacional? E os editoriais iracundos do Sr. Roberto Marinho e de “O Globo”? Que vergonha! Já imaginaram se este episódio tivesse se verificado durante o meu Governo, o que diriam? Mas breve tudo estará resolvido. O Governo Moreira completará seis meses e então não haverá mais problemas...: “*em seis meses vou acabar com a violência e a criminalidade*”.

Quatro meses, cinco estatais – Nem os grandes empresários que sustentaram a candidatura do atual Governador, nem ele próprio, conseguiram articular a mínima justificativa diante de nossa denúncia: a grande obra de Moreira foi a de criar cinco estatais em quatro meses. E, ainda, proibem aproveitar funcionários existentes. Só pessoal novo. Vão nomear muitos “marajás”. Onde estão os privatistas? E os editoriais? Ninguém pia. Imaginem se meu Governo criasse cinco estatais em quatro meses! Pensam que não há opinião pública neste Estado.

Banerj (1) – A intervenção no Banerj, como sabemos, visou a atingir dois objetivos. Primeiro,

manchar a imagem do Governo Leonel Brizola; segundo, debilitar, e até mesmo destruir a instituição, em benefício dos grandes bancos privados nacionais e estrangeiros que, há muito, não toleravam a influência crescente do Banerj. A intervenção só se consumou graças à concordância expressa do então Governador eleito: Moreira Franco. Estamos com seis meses de intervenção. Um desastre. Estão aniquilando o Banerj. A economia do Estado já está sofrendo as consequências dessa depreciação monstruosa. O Governador a tudo assiste, omisso e acovardado. No máximo, algumas súplicas servis.

Banerj (2) – Ao intervir, disseram que era para sanear o Banco. Afirmaram que o Banerj devia Cz\$ 26 bilhões¹² ao Banco Central. Logo depois da intervenção, “elevaram” a dívida para Cz\$ 38 bilhões. Deste total, a metade correspondia a multas que o BC fixara arbitrariamente. Perdoaram as multas e a dívida reduziu-se a cerca de Cz\$ 20 bilhões. Pois bem: se descontarmos os prejuízos que o Governo Federal e o próprio BC permitiram fossem impostos ao Banerj (Metrô e BD-Rio), desaparece toda a dívida alegada. A intervenção foi, pois, uma armação torpe e dolosa contra o Rio de Janeiro. O pior, porém, vem agora. De um endividamento devido ao Metrô e BD-Rio,

de cerca de Cz\$ 20 bilhões, depois de quatro anos de meu Governo, os interventores do BC já elevaram, em quatro meses, essa dívida a quase Cz\$ 85 bilhões. Vejam bem, sem multas, elevaram o endividamento do Banerj no BC, de 20 para 85 bilhões! Perda de depósitos, pelo abalo de confiança, ineficácia administrativa; enfim, todo um trabalho para desmoralizar e destruir o Banerj. E tudo se passa diante do Governador, que, no mínimo, demonstra não ter noção das suas responsabilidades. Enquanto isso se passa com o Banco do Estado, o seu Secretário da Fazenda entrega de volta aos bancos particulares a arrecadação de impostos.

Relações internacionais – O PDT, convidado, enviará delegações aos seguintes eventos: (1). A reunião do Conselho Internacional Socialista, que se realizará, sob a presidência de Willy Brandt, em Dacar, Senegal, em outubro próximo; (2). Ao Congresso, em Brighton (Inglaterra), dia 28 de setembro, do Partido Trabalhista Britânico. Enviamos a todos os partidos integrantes da Internacional Socialista, além de outros partidos e movimentos políticos com os quais mantemos relações fraternas, um informe sobre o Congresso que realizamos em Brasília, relatando os principais atos daquele evento e suas resoluções mais importantes.

¹² Para converter cruzado em dólar, divida por 46,931

Nº 11 – 23 de agosto de 1987

Venha nos ajudar a construir o PDT em todo o Brasil. Divulgue amplamente estas publicações. Sua transcrição é livre. Graças à colaboração e ao sacrifício de muitos companheiros, de todos os Estados, é que estamos mantendo esta coluna. Banco do Brasil, conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro.

O golpe do Parlamentarismo

A opinião pública precisa ser alertada sobre o que se vem fazendo em Brasília. À sombra da Constituinte – desta grande e generosa esperança da Nação –, prepara-se uma verdadeira punhalada pelas costas no povo brasileiro.

Pretendem consumir, agora formalmente, o que fez a ditadura por duas décadas; isto é, a usurpação do direito de nosso povo instituir, pelo seu voto livre e direto, um Governo que o represente e atue em seu nome, com legitimidade e confiança. Urde-se, no Congresso e fora dele, um golpe contra a causa nacional de um povo que, há mais de 23 anos, vê espezinhado o seu sagrado direito de votar e eleger o Governo de seu País, ainda mais num momento doloroso e amargo como este, em que se faz imprescindível mobilizar todas as suas forças para tirar o País do atoleiro em que o lançaram – a ditadura e esse seu insólito desdobramento, a chamada Nova República.

Esse golpe é o parlamentarismo de encomenda que pretendem impor, mais uma vez, contra a vontade da Nação.

Intentam as elites repetir o que fizeram numa madrugada do ano de 1961, afrontando a vontade manifesta do povo brasileiro e violando a própria legalidade constitucional.

Impingiram, então, um regime parlamentarista deformado e insustentável, só porque desejavam impedir que o Presidente que

assumia exercesse, na plenitude, seus poderes constitucionais.

Agora, repete-se a manobra. Querem evitar, de qualquer forma, como até aqui o conseguiram, que se realizem eleições livres e diretas. Este é o cerne da questão. Trata-se de um Parlamentarismo de ocasião e de conveniência para atender a interesses antidemocráticos. É uma espécie de nova versão do execrado Colégio Eleitoral, agora, porém, ressuscitado sob o patrocínio do PMDB, reunindo muitas viúvas da ditadura e o oportunismo de alguns pequenos grupos e correntes interessados em barganhar os seus votos no Congresso em troca de cargos e vantagens.

O grande cambalacho que se está construindo em Brasília contém muitas particularidades e, até mesmo, aparentes contradições. É preciso encobrir e dissimular todos os detalhes do indecoroso conchavo. Vejam: os senhores Sarney e Ulysses declaram-se, publicamente, presidencialistas. E outros importantes personagens, também. Chegam a demonstrar preocupações com o movimento dos grupos “progressistas e de esquerda”, quanto de muitos liberais e conservadores, em favor do parlamentarismo...

No centro dessa barganha indecorosa, porém, estão os seis anos para o Sr. José Sarney. Presidencialismo autoritário e centralizador até 1990 e, depois, o regime parlamentar na forma esdrúxula e vergonhosa que propõem. É o que deixam evidente as últimas declarações do relator-geral da Constituinte. Vão ter que enfrentar o povo brasileiro nas ruas e praças públicas. E, a partir de agora, não será mais tão somente para reivindicar, mas, essencialmente, para denunciar o esbulho e exigir que essas decisões tomadas em seu nome – mas contra a sua vontade – sejam, no mínimo, submetidas a seu julgamento através de um plebiscito. E se o povo brasileiro puder se manifestar, verificaremos que jamais concordará com o parlamentarismo, como já o demonstrou uma vez. Um povo que luta há 23 anos para eleger o seu Presidente,

jamais se conformará em eleger um Presidente como figura decorativa, que não administra e nem governa. É realmente inconcebível que os nossos constituintes, em nome do povo, venham a fazer uma Constituição que, com toda a certeza, seria rejeitada pela própria população, se a ela for submetida. É impensável que isso possa ocorrer.

* * *

Relações internacionais – Alguns conceitos emitidos na entrevista que concedi à revista “Socialist Affairs” (órgão da Internacional Socialista, que circula entre os dirigentes políticos de todo o mundo): a democracia ainda não se restabeleceu no Brasil. O autoritarismo foi liberalizado, mas seus instrumentos estão vivos. Pesam, como a espada de Dâmocles, sobre nossas cabeças. O Governo Sarney passou a ser tão “biônico” quanto os governos da ditadura. Sua investidura originária era transitória. Agora, proclamou-se titular de um mandato, sem o voto do povo. Tornou-se um usurpador e trabalha contra a realização de eleições. Administra a economia baixando decretos discricionários, espoliando as massas trabalhadoras. Salário mínimo atual de 35 dólares por mês! (No Brasil, cerca de 16 milhões de operários ganham até um salário mínimo; cerca de 11 milhões ganham entre um e dois, isto é, de 35 a 70 dólares mensais. Sabendo-se que cada emprego sustenta 2,5 pessoas, verifica-se que cerca de 70 milhões de brasileiros vivem de empregos que não ultrapassam 70 dólares por mês).

Banerj (1) – Agora não sou eu quem diz. É o próprio “O Globo” (20/7/87) que divulga a informação: “Banerj perde 75% dos depósitos” e acrescenta que a dívida no Banco Central, que era de Cz\$ 28 bilhões, em fevereiro, já atinge 85 bilhões. Informa, ainda, que o Governo Estadual está alarmado com a debilitação e perda de espaço do banco e, por isso, passou a insistir, em suas súplicas ao BC, para que devolva

o Banerj saneado, como prometeram ao intervir. Moreira começou a chorar, conforme previmos, lágrimas de sangue por sua cumplicidade com a intervenção.

Banerj (2) – Sarney, Funaro e Moreira são os grandes responsáveis pela intervenção no Banerj. A cúpula do BC, instrumento da ditadura e do atual Governo, executou essa arbitrariedade monstruosa, perversamente, tal qual a Polícia Federal põe em execução as tropelias e abusos que partem de Brossard. No governo Sarney, agravou-se o processo de asfixia dos bancos públicos em benefícios dos bancos particulares. O Banerj tornou-se um verdadeiro osso atravessado na garganta de toda essa gente. Mesmo com as armações que fizeram, pouco antes da minha posse (avais do Metrô, dilapidações e operações ruinosas no BD-Rio e no próprio Banco do Estado), nenhum outro banco apresentou os índices de crescimento do Banerj, nos últimos quatro anos. Passou do 17º ao 4º lugar, em depósitos. Aquela dívida de Cz\$ 28 bilhões¹³ era do próprio Banco Central: Metrô e BD-Rio. Retirando-se esse ônus criminoso, nem mesmo o Banespa tinha melhor desempenho que o Banerj. Mesmo porque, em nosso quadriênio, não ocorreu estouro como o da Corretora Banespa. E por que não entrevistaram e não afastaram o Presidente e Diretores do PMDB, para inquérito?

Banerj (3) – Quero, de público, pedir desculpas aos meus prezados amigos Jurandir de Abreu, Alice Tamborindeguy e João Araújo, pelos aborrecimentos que involuntariamente lhes causei. Estejam certos, porém, que serviram irrepreensivelmente ao interesse público ao emprestarem seus nomes respeitáveis para integrar, durante todo o meu Governo, o Conselho de Administração do Banerj. Devo idêntico reconhecimento a um conjunto de pessoas dignas e honradas que colaboraram no Sistema Banerj, desempenhando diversas funções e dos quais

13 Para converter cruzado em dólar, divida por 46,931

só conheço bons e leais serviços à causa pública. Todos sabem que estas mesquinhas e injustiças, com que procuram nos atingir, representam o ônus da vida pública de todos os que trabalham com honestidade e empenho de servir ao nosso povo.

Abandono criminoso – Estive em S. João de Meriti. Falei com muitas pessoas do povo, autoridades e dirigentes de associações e entidades locais. Fiquei chocado com o que vi e ouvi. Vejam. Nos quatro CIEPs que funcionam desde o ano passado e em todos os demais colégios estaduais estão diminuindo a merenda em quase 50%. Outros seis CIEPs estão prontos, aparelhados, com pessoal e 3.500 crianças matriculadas, e o Governo Moreira não os põe em funcionamento! Mais seis CIEPs semiconcluídos, abandonados, sendo “depenados” por vândalos e marginais; além de outros em início de obras, dos quais já deixaram roubar até os tapumes dos terrenos! E para completar o

escândalo, montanhas de pré-moldados para todas estas escolas deteriorando-se no canteiro de obras de uma das empreiteiras. É inconcebível e revoltante que, enquanto ocorre um quadro de desumanidade como este, em toda a Baixada, São Gonçalo e outros lugares, o atual governador se encontre tratando ainda de malbaratar os recursos públicos em mordomias inúteis e dispendiosas estruturas burocráticas. Só um sentimento mesquinho de ódio e rancor pode explicar tanta maldade. Ninguém comete impunemente uma iniquidade como esta!

Não à divisão¹⁴ – O PDT, depois de debater e estudar a fundo este assunto, decidiu assumir uma linha de oposição vigorosa a todas as iniciativas e projetos divisionistas do município do Rio de Janeiro. Mesquinhos objetivos eleitorais e interesses econômicos suspeitos vêm, neste momento, inspirando essas tentativas. “Não à divisão” é a bandeira do PDT.

14 Este tópico se refere à tentativa frustrada de emancipação da Barra da Tijuca.

Venha nos ajudar a construir o PDT em todo o Brasil. Divulgue amplamente estas publicações. Sua transcrição é livre. Graças à colaboração e ao sacrifício de muitos companheiros, de todos os Estados, é que estamos mantendo esta coluna. Banco do Brasil, conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro.

Instaurou-se a crise

Os acontecimentos da última reunião ministerial advertem, de forma inequívoca, para a grave crise institucional a que nos conduziram as irresponsabilidades, a falta de espírito público, a sede de poder, a incompetência e, sobretudo, a mediocridade que vem caracterizando este período de imposturas e de cinismo que se convencionou chamar de “Nova República”.

Com efeito, o pronunciamento do Ministro do Exército, general Pires Gonçalves, diante do Presidente da República, constitui-se num episódio extremamente grave. A própria imprensa, nas últimas 24 horas, revelou preocupação com os seus efeitos sobre a autoridade presidencial, ainda que tudo tenha sido de seu prévio conhecimento. Foi assim que os fatos repercutiram, inclusive na imprensa internacional.

Por outro lado, a Constituinte foi colocada diante de um impasse: ou abdica de sua soberania e se submete; ou a Nação se encontrará diante de um confronto de consequências funestas. Ora, são alternativas que, de nenhuma forma, representam o que deseja o povo brasileiro, muito menos o que convém à nossa reconstrução democrática.

Desde logo, é preciso apontar os grandes responsáveis por esta situação a que chegamos: os senhores José Sarney e Ulysses Guimarães. O primeiro, tornou-se um Presidente fraco e desacreditado, em consequência da obsessão e da

teimosia em permanecer no Governo, de qualquer forma, arrogando-se, até mesmo, detentor de um mandato que o povo não lhe outorgou. Deixou de ser o Presidente da transição para se tornar um usurpador. Passou a interferir despudoradamente na Constituinte, e tornou-se, ele próprio, um mau exemplo e um incentivo a outras intromissões indevidas. Está, agora, colhendo os frutos de sua ambição e insensatez.

Quanto ao Dr. Ulysses, tudo tem feito para procrastinar e transferir para as calendas gregas a data das eleições. Ele e seu par, no comando da “nova república”, temem e vêm fugindo das eleições presidenciais diretas como o diabo foge da cruz. Preferiram manter em suas mãos os poderes discricionários herdados da ditadura. Há quase três anos, continuam baixando decretos-leis, administrando a economia com mais arbítrio que nos tempos do autoritarismo. Ressuscitaram a Lei de Segurança Nacional, mantendo o Congresso sem suas prerrogativas. Aplicam o arrocho salarial em níveis desumanos, como jamais se fez.

Que não se diga, neste momento, que o povo e as massas exploradas são os responsáveis pela crise que instauraram no País. Ouçam esta verdade: são as cúpulas de um governo e de uma situação anormal que demonstram que já não funcionam mais. É urgente e imprescindível, até para o bom desempenho da Constituinte, a imediata fixação de uma data para a realização das eleições diretas. Com o voto, virá a legitimidade. Somente um Governo eleito, no exercício de sua autoridade legítima, conseguirá despoluir a vida política da Nação. Só assim conseguiremos ver claramente os caminhos e alternativas de nosso futuro.

Tudo soa falso

O povo brasileiro já está vacinado contra os “planos e pacotes” econômicos do Governo Sarney. Como sempre, prometem o céu e acabam por nos abrir as portas do inferno. Essa versão empalidecida do “cruzado” que é o

“plano” Bresser-Sarney já dá mostras de ter esgotado seu poder analgésico sobre a exaurida economia brasileira. Ao contrário de Funaro, o Ministro Bresser dá sinais de que pretende se antecipar à explosão do ágio e à desorganização da produção e do abastecimento e, nos últimos dias, autorizou aumentos generalizados de preços.

Um e outro representam a continuidade da política de arrocho salarial e da espoliação dos pequenos e médios empresários e produtores; o aprofundamento, enfim, do modelo econômico colonial, como o fizeram os senhores Roberto Campos, Simonsen e Delfim. Todos se escusam de atacar as verdadeiras causas da inflação, que não são outras senão as crescentes perdas para o exterior, que sofremos devido à cumplicidade de nossas elites e das classes dirigentes com os interesses estrangeiros.

Complicaram e sofisticaram a gestão da economia, criando um cipocal e um falso tecnicismo, com milhares de termos novos ou, simplesmente, trazidos do estrangeiro com o objetivo de confundir e impedir a população de identificar no modelo econômico o seu próprio martírio e a raiz dos males do Brasil. Mesmo assim, tudo o que dizem ou tentam explicar, soa falso.

Como os “bacharéis” da aristocracia rural do fim do Império e dos primeiros tempos da República, constroem uma crosta burocrática, impenetrável para a população. Naquela época, era o “juridicismo”; agora, o “economicismo”. Tudo com a finalidade de consolidar o poder de uma casta dominante. Naqueles tempos, os “meninos” retornavam “iluminados” de Coimbra e de Paris. Agora, vão para Harvard, Cambridge ou Princeton e voltam grandes aprendizes de feiticeiro – caso típico dos que “inventaram” o Cruzado.

A inflação retoma, perigosamente, sua escalada. A questão da dívida externa não foi enfrentada sequer superficialmente e nosso descrédito no exterior é um fato indisfarçável. Nossas reservas cambiais permanecem em

níveis temerários. Os investimentos – públicos e privados – estão paralisados pela indefinição de regras econômicas claras, coerentes e duradouras. A recessão condena massas, cada vez maiores, de trabalhadores ao desemprego. Os salários atravessam uma situação dramática. Comprovam os institutos econômicos que já acumularam perdas de 50%. Mais fome e miséria para milhões e milhões.

Pobre povo brasileiro. Jamais imaginou que, em lugar de suas esperanças de democracia e de uma vida melhor, uma gente tão mesquinha e cínica, quanto medíocre e insensível, se assenhorasse do Governo da República.

* * *

Favelas, ghettos, Sowetto – O Governo do Rio de Janeiro e suas autoridades públicas vêm tratando os pobres e as favelas como o Governo da África do Sul trata as populações negras. Como os Governos repressivos e arbitrários procederam ao longo da história, em relação aos **guetos**, principalmente, contra os judeus. Estas áreas eram mantidas com entradas e saídas sob controle. Diziam que, no interior dos **guetos**, se encontravam os ladrões, os assaltantes, os criminosos, traficantes, contrabandistas e subversivos. Todos os que lá entrassem eram suspeitos. Lá, apenas os policiais se saciavam: cumplicidades, tiroteios, machismo. Não tinham o menor respeito por ninguém. Invadiam casas e pequenos negócios, submetiam seus habitantes às maiores humilhações. A sociedade dava de ombros: afinal, era “coisa dos guetos”. Para a polícia, porém, uma oportunidade de mostrar seus “serviços” às classes médias e ricas e uma desculpa para tudo. Imaginem se dois contingentes armados, um da Polícia Civil, outro da Militar resolvessem disputar a primazia da prisão de contraventores e traficantes em Ipanema, na Urca ou na Tijuca – ou não os há? – usando os mesmos métodos que aplicaram na Rocinha, Dona Marta, na Mangueira etc., revistando e invadindo a casa de todo mundo, o que ocorreria? Basta tentar responder a esta

pergunta e compreenderemos o que vem ocorrendo no Rio de Janeiro. Nesta marcha, não demora e aqui estará uma comissão da Anistia Internacional.

Diretas – O povo brasileiro não se deixará enganar novamente. Quer votar para valer; quer que seu voto represente mudanças. Quem se apresentar apoiando o voto direto com parlamentarismo estará enganando a população. Voto direto, para valer e governar, só com o presidencialismo. Já estão marcados os seguintes comícios pelas diretas: Recife – 4 de setembro; Maceió – 5 de setembro; Aracaju – 6 de setembro; Porto Alegre – 11 de setembro; São Luiz – 18 de setembro; Natal – 19 de setembro; Fortaleza – 20 de setembro; Goiânia – 23 de setembro; Salvador – 25 de setembro; Rio – 2 de outubro; e São Paulo – 11 de outubro.

Intriga – Um grande jornal publicou uma notícia que insinua minha participação na redação do artigo constitucional que trata das atribuições das Forças Armadas. Verifiquem que nossos deputados simplesmente transcreveram aquela definição do projeto Afonso Arinos. Não fui, sequer, informado do assunto. Como se vê, a mentira tem pernas curtas.

Metalúrgicos – Saudamos todos os trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro pela eleição dos novos dirigentes de seu sindicato. Como partido do povo trabalhador, o PDT se orgulha em ter, entre os eleitos, diversos de seus militantes, e os exorta agora a trabalhar, como nunca, pela convivência fraterna e pelos reais interesses da categoria, quanto pela unidade dos trabalhadores e de suas famílias.

Venha nos ajudar a construir o PDT em todo o Brasil. Divulgue amplamente estas publicações. Sua transcrição é livre. Graças à colaboração e ao sacrifício de muitos companheiros, de todos os Estados, é que estamos mantendo esta coluna. Banco do Brasil, conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro.

Parlamentarismo: diretas nunca mais

Defender a realização de eleições diretas e a implantação do parlamentarismo, mais que uma incoerência, constitui-se numa fraude política. E mais: para os que se comprometeram na última campanha, parlamentarismo com eleições diretas, mais que uma burla e uma desonestidade política, representa uma traição aos compromissos públicos solenemente assumidos.

Esta campanha, com os dias, tornar-se-á um claro divisor de águas. Sarney, seus ministros e as cúpulas políticas que o apoiam incondicionalmente também se apresentam defendendo o presidencialismo. Querem, porém, o presidencialismo sem eleições, o presidencialismo que vem da ditadura. O que desejam, mesmo, é desfrutar de um mandato que não lhes foi outorgado pelo povo brasileiro, além de poderes indevidos que herdaram do autoritarismo.

As cúpulas elitistas e conservadoras, possivelmente majoritárias no PMDB, trazendo em suas ilhargas alguns grupos políticos também elitistas, que utilizam retórica de esquerda, intentam impor o parlamentarismo, projeto crônico das oligarquias com o propósito de bloquear e extinguir as eleições diretas.

É possível que até cheguem a um acordo: presidencialismo para Sarney, com os poderes

discricionários que hoje ainda detém e, a partir de 1990, a instituição do parlamentarismo. É o adeus às eleições diretas. A posição do trabalhismo (PDT) não pode ser outra senão a de denunciar esta desonestidade política das elites brasileiras, elites de direita e elites que se proclamam de esquerda. Querem, agora, aplicar sobre o povo brasileiro um outro “plano cruzado”. Deviam ter a coragem cívica de explicar que, com o parlamentarismo, as eleições diretas transformar-se-ão em **diretas nunca mais**. O Governo será escolhido de forma indireta e ao povo será reservado apenas o direito de votar em um Presidente simbólico, uma figura decorativa, uma “rainha da Inglaterra”.

* * *

TSE – A lei concede aos Partidos o direito de usar uma hora em cadeia nacional de rádio e televisão, em horário nobre, duas vezes por ano. Em cada Estado, mais uma hora anual. Pois bem, precisamos levar ao conhecimento da opinião pública estes dois telegramas que acabamos de receber do TSE. Diz o primeiro que o TSE **“decidiu indeferir”** o pedido de marcação de data para a realização do segundo programa nacional do PDT, **“face ausência de datas disponíveis, com intervalo previsto, e necessidade de atender outras agremiações partidárias que ainda não realizaram nenhum”**. O segundo, comunica que **“em virtude dos pedidos formulados vários partidos para realização de programas de âmbito nacional, que preferem aos programas regionais, ficam prejudicadas todas as solicitações referentes a estes”**. Outra vez, a televisão está se fechando para o PDT. Ambos os telegramas são assinados pelo Sr. Oscar Corrêa, agora Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (!?).

Privatização ou prevaricação? – O povo brasileiro assiste, estarrecido, a esta onda de entrega de nosso País ao capital estrangeiro. As bolsas de valores estão se transformando em balcões de negócios, onde se vende a própria soberania nacional. Cumpre-se mais uma etapa deste

modelo econômico de natureza colonial que se vem impondo sobre nós e levando nosso povo à mais deprimente miséria. As grandes empresas estatais – pilares de nosso desenvolvimento independente – não podem entregar sequer uma de suas ações ao capital estrangeiro! Até quando assistiremos ao nosso País e ao nosso povo exangue, sangrando diante da entrega e da ação predatória dessas elites incompetentes e egoístas, impatrióticas e desumanas? Quem não vê que Governos conservadores, como o de Sarney, procuram desmoralizar as estatais ao máximo, tornando-as ineficientes, justamente para liquidá-las ou entregá-las ao capital estrangeiro?

Suicídios – As notícias se multiplicam: desespero e até casos de suicídio, pelo interior do País, de produtores rurais asfixiados e falidos, sem poder pagar os empréstimos que contrairam, induzidos pelo Plano Cruzado e pela palavra de Sarney (Presidente da República!) garantindo a “inflação zero”, quando afirmou na tevê: “A inflação está **moorrta**”. Que levianidade! E este homem e seus áulicos ainda querem ficar no Governo até 1990.

Eleições na Argentina – Está aí um bom tema para os políticos e intelectuais das elites de direita e de esquerda: explicar o que se passou na Argentina. Perón está morto há muitos anos; Isabelita está na Espanha. Já não há mais o “caudilho” e esse movimento social e político, que há décadas é apresentado como populismo, sem nenhuma consistência, que seria incapaz de sobreviver à morte de seu líder, acaba de provar que reúne a maioria dos argentinos. Como explicam que ressurgam com esta força e expressão? Queiram ou não os portadores de ideias transplantadas e preconceituosas, o Justicialismo (peronismo) – em que pese a possível presença de quadros e dirigentes inautênticos – é o caminho amplo, autóctone e generoso do povo argentino rumo ao socialismo democrático.

Violência e criminalidade (1) – Daqui a dois dias não teremos mais violência, nem assaltos ou

criminalidade no Rio de Janeiro! Pois foi esta a afirmação do atual Governador, quando candidato, enquanto precisava amealhar os votos da população: “... **em seis meses, eu garanto a cada um de vocês, eu acabarei com a violência no Rio de Janeiro**”. (TRE, 22 de setembro de 86). E como se não bastasse, no dia 24 do mesmo mês, o senhor Moreira Franco reafirmou: “**Nós vamos acabar com a violência, sim, porque vamos ter como definição política uma Polícia organizada e séria, uma Polícia que trate o cidadão com civilidade...**” Que demagogia repugnante para iludir os eleitores. Que desonestidade política. E o pior – como todos sabemos – é o que veio depois.

Violência e criminalidade (2) – Após o incitamento à violência policial efetuado, desde o início, pelo Governo Moreira, investiram de forma brutal e desumana contra os pobres. A cidade está entregue à sanha de grupos policiais violentos e protegidos pela impunidade. A partir de agora, também os jovens da classe média que se cuidem. Estes maus policiais são recalcados, em especial, contra os jovens das classes médias e ricas. Passarão a se multiplicar as humilhações e os flagrantes forjados de tóxicos. Vêm aí as *blitzen*, abolidas em meu Governo. Esses policiais gostam de mostrar serviço, demonstrar machismo e aplicar seus golpes. Corrupção e brutalidades, como as que ocorreram com o inditoso jovem Marcellus Gordilho. Como ex-Governador, afirmo que um dos problemas que mais trabalho me deu foi o de conter as investidas de maus policiais. Moreira, além dessas irresponsabilidades e desse quadro caótico, está desmantelando os CIEPs e atirando ao abandono e à delinquência milhares e milhares de adolescentes.

Violência e criminalidade (3) – Não há dúvida de que este Sr. Heusi vinha sendo um desastre na Polícia Civil. Os que o conhecem estavam sabendo. O grande responsável, pois, não é outro senão o atual Governador. E mais: Heusi, o que fez na Polícia foi pôr em prática

o programa de Moreira como candidato, que começou mostrando revólveres e dando tiros. Recordam-se? Desde o primeiro dia, instigaram os policiais violentos, inclusive com a volta dos **esquadrões da morte**, matando aqui no Rio e na Baixada tanto quanto se mata na guerra do Líbano. Procuram esconder; mas a verdade é que esse “império da desordem”, como disse o **JB**, é o resultado de um Governo sem autoridade, confuso, incapaz, pusilânime e inepto.

Facciosismo – A maioria governista da Assembleia Legislativa homologou, perversamente, um relatório deturpado e faccioso, aprovado por três votos a dois em uma CPI. Trata-se das explorações de “O Globo” sobre aquisições, pela Cehab, de áreas em Nova Iguaçu para o programa “Cada Família, um Lote”. Pura politicagem. Não investigaram o assunto: recolheram apenas recortes de “O Globo”, de sua campanha de calúnias, intentando macular a imagem de meu Governo. Negaram-se a ouvir o Procurador do Estado que examinou a documentação e a legalidade daquelas aquisições;

recusaram-se, até mesmo, a ouvir e dar o direito de defesa aos Secretários César Maia e Carlos Alberto Oliveira (Caó). Que autoridade moral tem esse deputado relator da CPI, se está, ele próprio, **sub judice**, denunciado como falsário pelo Procurador do TRE? Nossos companheiros, injustamente acusados, saberão se defender por todos os meios. De minha parte, quero informar à população que voltei a examinar o assunto e afirmo: tudo transcorreu com absoluta lisura. E mais: se tivesse, outra vez, de tomar aquelas decisões, eu as faria novamente.

Técnica simples – Uma sugestão para Sarney, Ulysses, Cabral, Arinos, PMDB e outros representantes das elites: por que tanto trabalho com parlamentarismo, voto distrital, maioria absoluta, “mandato” de cinco anos? Basta colocar na Constituição um artigo dizendo: “não poderá ser candidato a Presidente da República nenhum brasileiro cujo sobrenome tenha no meio a letra **Z**”. E, para maior segurança, acrescido de um parágrafo único: “quando houver dúvida se a letra é **Z** ou **S**, aplica-se a proibição quando a inicial do sobrenome for **B**”.

Estas publicações vêm sendo mantidas graças aos esforços e às contribuições de muitos companheiros e colaboradores. Não tem sido fácil. Os espaços têm um custo que só conseguimos cobrir com dificuldades. Colabore. Contamos com você. Divulgue estes textos, mesmo com xerox. Somos imensamente reconhecidos aos jornais que os estão reproduzindo a título de colaboração. É importante constatar que estamos trabalhando juntos pelo interesse público. Contribuições para a conta número 341.991-6, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro, do Banco do Brasil. Cartas e sugestões para a Caixa Postal nº 2724.

A agonia do Governo Sarney

A chamada Aliança Democrática¹⁵ não está se extinguindo agora. Já morreu há muito tempo. Sarney foi o primeiro a feri-la mortalmente quando fez a opção pelo “**fiquismo**”, abandonando, assim, os compromissos com a transição democrática. Os parceiros da Aliança só trataram de si e de seus interesses. Deram as costas ao povo brasileiro. Abandonaram o programa que justificou aquele pacto.

A **Nova República** de Tancredo transformou-se, por consequência, num período espúrio, vazio de conteúdo moral e ético, num cenário de golpes e de espertezas, onde se disputaram os despojos do País numa luta sem fim por cargos e privilégios.

Neste momento, quem agoniza, em verdade, é o próprio Governo Sarney.

Ao desprezar a legitimidade que lhe outorgaria uma prudente transitoriedade, Sarney preferiu os poderes autoritários vindos do Colégio Eleitoral da ditadura. Proclamou-se detentor de um mandato de seis anos, sem voto. “Eleições e democracia só depois de mim”. Uma

esporulação de decretos-leis, aprofundando o modelo econômico e o arrocho salarial. Como não podia se impor pela força, deu golpes eletrônicos com a Rede Globo etc., etc.

Dessa forma, o atual Presidente perdeu a única força moral, especificamente sua (a da legitimidade), tornando-se vulnerável e acabou envolvido por esse estômago gigantesco e insaciável – o PMDB – que a tudo devora e quer absorver. Ainda mais agora, quando esse monstro de mil tentáculos sente-se asfxiado pelas cobranças e pelo repúdio da população.

Se o Sr. José Sarney, a partir de agora, simplesmente deixar-se ficar na Presidência, seu Governo entrará num processo acelerado de agonia e decomposição. Mandato de quatro, de cinco ou seis anos? Dure o quanto conseguir durar, será sempre um Governo inútil e manietado; um entulho que só agravará a situação difícil e perigosa em que se encontra o País, só contribuirá para maiores angústias e sofrimentos do povo brasileiro.

Só a força de uma ideia generosa, moral e historicamente limpa e inquestionável – que conte com o apoio e o entusiasmo da população – é que poderá ensejar uma saída digna e honrosa ao período Sarney. Que o Sr. José Sarney se convença. Só lhe resta uma alternativa diante deste contexto de politicagens que envolveu o seu Governo e truncou a transição: propor, oficialmente, ele próprio, a realização de eleições diretas, em novembro de 88, para eleger o Presidente da República, num regime presidencialista, como quer, reclama e tem direito o povo brasileiro.

Diante desta iniciativa concreta, ficariam desmascaradas as posições ambíguas e cínicas do PMDB, que aí está pretendendo enganar o povo brasileiro com essa fraude de “eleições diretas com parlamentarismo”, fórmula que, com as suas vergonhosas salvaguardas, não passa de um golpe traiçoeiro, visando a

15 Aliança Democrática foi um bloco, liderado pelo PMDB e PFL (transformado em DEM), criado para dar sustentação ao Governo Sarney.

ressuscitar o Colégio Eleitoral e a eleição indireta, como no tempo da ditadura, mantendo o povo brasileiro impedido de votar e escolher, diretamente, o Governo de nosso País!

Acordo contra o Povo

Por que o PMDB está procurando impor ao País o Parlamentarismo?

Primeiro, para impedir as eleições diretas: o PMDB passou a ter horror às urnas e o parlamentarismo acaba com o voto direto do povo como forma de escolha do Governo do País. Dessa forma, pois, o PMDB quer fazer Ulysses Guimarães, através do Congresso, Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, de forma indireta, como no Colégio Eleitoral da ditadura. Os atuais deputados e senadores passariam a governar o País, arrogando-se – eles próprios – esse direito, legislando em causa própria e negando, até mesmo, a realização de um plebiscito para que o povo diga se concorda ou não com tudo isto. Na mesma linha, estão os “democratas” do PC, PC do B e do PSB.

E Sarney e seus amigos do PFL, PDS, Rede Globo etc. por que querem o presidencialismo? Como se sabe, eles também não querem eleições diretas. Estão contra o parlamentarismo **agora** porque desejam assegurar o “mandato” (sem voto, biônico) de cinco ou seis anos para Sarney. Além disso, não admitem que Sarney se transforme numa rainha da Inglaterra e Ulysses em Chefe de Governo.

Com posições aparentemente antagônicas, será possível um acordo entre eles? Sim, porque Sarney, seus amigos e o PMDB – todos eles – até agora coincidem no que consideram fundamental: evitar a realização de eleições diretas. A partir daí, pois, podem se entender. Dar cinco ou seis anos para Sarney na Presidência, com os mesmos poderes autoritários que tem exercido até aqui e, depois, implantar o Parlamentarismo.

Tudo é possível para eles, pois o que realmente lhes importa não são os princípios, o

que convém ao País e à população, e sim, os cargos, o fisiologismo, os interesses e privilégios das elites dominantes que representam. Assim, todo o tipo de acordo é viável.

E o povo brasileiro permanecerá indiferente a tudo isto? Os responsáveis por esta usurpação aos direitos democráticos da cidadania deste País que se preparem para o julgamento do povo brasileiro.

Nas próximas eleições, vão ser inevitáveis – nas praças públicas e em toda parte – as listas com os nomes dos que traíram as diretas, impondo o parlamentarismo contra a vontade da maioria da Nação.

* * *

Não à fraude – O Diretório Nacional está comunicando aos diretórios regionais e municipais que nossos dirigentes e militantes se abstenham de participar dos comitês pró-diretas onde se encontrem representantes de partidos e entidades que defendam “diretas com parlamentarismo”. Trata-se de uma fraude, que visa a induzir a população a erro, pois o parlamentarismo acaba com o voto direto. O PDT considera um dever de honestidade política para com o nosso povo não ocultar esta verdade. Ao mesmo tempo, o PDT reafirma que – ao lado de companheiros coerentes, ou mesmo só – se empenhará, cada vez mais, em mobilizar o povo brasileiro para exigir, o quanto antes, a realização de verdadeiras eleições diretas para Presidente.

Os mais ricos – A “Folha de São Paulo”, transcrevendo informações especializadas da revista norte-americana “Fortune”, publica que os senhores Sebastião Camargo (Grupo Camargo Corrêa) e Roberto Marinho (Organizações Globo), são os homens mais ricos do Brasil e estão entre os mais ricos do mundo (respectivamente, US\$ 1,2 bilhão e US\$ 850 milhões). Se estes são os valores publicados, devem ser fortunas muito maiores. E quanta gente no Brasil, como eles, devem ter acumulado grandes fortunas nestes 20 anos de ditadura. Estes, sim,

são os supermarajás. Quando se acumulam lucros extraordinários nestes níveis, é porque muita gente – milhões de famílias – empobrece. E o pior é que quando chegam a estes gigantescos valores, têm um crescimento verdadeiramente avassalador. Vão comprando tudo. É por isso e outras tantas que não querem eleições diretas.

Seis meses – O Governo Moreira completou seis meses. Para a mesma imprensa que, em meu Governo, tudo exigia, em relação ao atual Governador, tudo é desculpável. Sequer fizeram pesquisas; quando, no meu tempo, todos os meses, surgia uma, pelo menos. Somente um jornal paulista publicou uma, com resultados abaixo da crítica. Nenhum editorial sequer, cobrando a promessa de acabar com a violência em seis meses! Até essa matança monstruosa vem desaparecendo dos jornais como “O Globo”. E agora: que dizem dos assaltos a bancos, que no meu Governo praticamente não existiam? No Governo Moreira, a média é de três por dia. Só na última sexta-feira, foram seis. É isto o que sempre quer o conservadorismo. Faz tudo para colocar na cadeira de

governante alguém dócil, mesmo que seja um inepto. O importante é ocupar o lugar para que outro não sente lá, para que os privilégios continuem intocados.

CIEPs – Nada surgiu, nestes últimos tempos, de mais importante e revolucionário na vida brasileira que os CIEPs. Só assistindo e preparando de forma integral (física, moral e intelectualmente) o nosso povo, a partir de nossas crianças e adolescentes, é que poderemos superar o atraso e sair da miséria, atingir o desenvolvimento, garantir nossa liberdade e a independência de nosso País.

Relações internacionais – Estaremos hoje em Brighton, Inglaterra, no Congresso do Partido Trabalhista Inglês. De lá seguiremos para a Alemanha Ocidental, onde cumprimos, até sexta-feira, um intenso programa de contatos e visitas – inclusive ao Presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt – organizado pelo SPD, o Partido Social Democrata daquele País. Por toda a Europa, o PDT tem sido acolhido e considerado como uma esperança de democracia e progresso social para o povo brasileiro.

Estas publicações vêm sendo mantidas graças aos esforços e às contribuições de muitos companheiros e colaboradores. Não tem sido fácil. Os espaços têm um custo que só conseguimos cobrir com dificuldades. Colabore. Contamos com você. Divulgue estes textos, mesmo com xerox. Somos imensamente reconhecidos aos jornais que os estão reproduzindo a título de colaboração. É importante constatar que estamos trabalhando juntos pelo interesse público. Contribuições para a conta número 341.991-6, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro, do Banco do Brasil. Cartas e sugestões para a Caixa Postal nº 2724.

Elites egoístas e incompetentes

Não há melhor demonstração prática quanto ao que ocorreria, neste País, com a implantação do parlamentarismo do que este estado lastimável de ineficácia e desagregação a que chegou o Governo Sarney: um Presidente desacreditado diante da população e prisioneiro de grupos do Congresso.

A fala do Senhor Sarney, além de inconvincente, foi patética e melancólica. Suas queixas e lamentações foram as de um Presidente inconformado com o regime parlamentarista que já estão lhe impondo, pois o Sr. Ulysses Guimarães, se não é, ainda de direito, o Primeiro-Ministro, já exerce, de fato, estas funções.

O povo brasileiro tem aí, diante dos seus olhos, um quadro do que seria o regime parlamentar híbrido, imposto pelas cúpulas políticas, sem consulta à Nação, num País desorganizado, sem partidos políticos sólidos e ainda com o agravante de estarmos submergindo numa crise econômico-social sem precedentes.

Nada anda, a não ser os conchavos e as barganhas políticas. É o dá lá e toma cá. Distribuição de favores, de cargos e benemerências entre os

políticos e parlamentares. Enquanto isto, como agora, os problemas se agravam e a Nação vai se afundando. E os pescadores de águas turvas espreitando, à espera de sua vez. Pobre povo brasileiro – eterna vítima de suas elites perversas e incompetentes.

Qualquer pessoa honesta, com um mínimo de informação pode constatar que uma onda de desalento e preocupações vem sufocando o povo brasileiro. Há um sentimento geral de indignação e inconformismo com a crise que, a cada dia, se agrava dramaticamente, sem que os atuais governantes demonstrem um mínimo de competência para enfrentar a situação.

Vivemos um momento em que só na vontade popular podemos buscar os caminhos para a superação deste quadro de impasses e dificuldades. Eis o que a opinião pública está, essencialmente, a nos indicar:

1 – A Nação deseja que o Sr. José Sarney seja substituído, sem demora, por um Presidente eleito pela população. A maioria da Nação reclama eleições diretas, no máximo até novembro do ano que vem. Quatro anos para Sarney, como todos veem, foi até demais;

2 – A Constituinte vem sendo acompanhada com ceticismo e desconfiança. Se a maioria dos atuais deputados e senadores decidir impor, em causa própria, o parlamentarismo – extinguindo as eleições diretas como fez a ditadura – terá que submeter esse seu ato insólito à aprovação popular, através de um plebiscito. As pesquisas são uniformes a este respeito: mais de 80% de nossa cidadania exige um plebiscito;

3 – Repúdio ao Projeto Cabral, quando propõe a restauração do Colégio Eleitoral da ditadura (segundo turno) e a intangibilidade (não pode ser revogado e nem modificado), desse parlamentarismo de encomenda;

4 – Que nosso País, frente à crise interna e aos problemas da dívida externa, tem a necessidade urgente de um Governo legítimo, acatado e competente; enfim, um Governo que governe e se faça respeitar no exterior;

5 – O que o povo brasileiro gostaria, mesmo, é que logo após a Constituinte se realizassem eleições gerais para Presidente e para um novo Congresso;

6 – O povo brasileiro não admite e nem concebe dar o seu voto para eleger um Presidente simbólico, que não governe. Ao contrário, quer votar para eleger um Presidente – chefe de um Governo Democrático – que represente e administre a Nação;

7 – Fortalecimento do Congresso em suas funções legislativas e fiscais é outro posicionamento inequívoco do povo brasileiro, assim como a existência de um Judiciário independente e eficaz;

8 – Finalmente, qualquer um pode fazer esta constatação que as pesquisas estão revelando:

a) Que a continuidade do Governo Sarney ou um retorno ao intervencionismo militar são experiências fracassadas na vida do País;

b) Que, em grande maioria, os eleitores não teriam votado nos atuais congressistas se, de antemão, soubessem que eles iriam tentar impor este parlamentarismo em causa própria. E agora, dizem expressamente: se colocarem o parlamentarismo em lugar das diretas, jamais terão nosso voto.

* * *

O arrocho do PMDB – Nunca, desde a sua instituição (US\$ 84 dólares) em 1941, foi tão baixo quanto hoje o salário mínimo (CZ\$ 2.159,03 = 31 dólares) e o chamado piso salarial (CZ\$ 2.640,00 = 38 dólares por mês). Nos últimos 17 meses, a perda do salário médio real, foi de 48,2%. Calcula o Dieese que 21,8 bilhões de dólares foram transferidos do povo trabalhador e da classe média para as empresas, em função da perda salarial. Caiu brutalmente o poder de compra dos que vivem de salário. E tudo em pleno Governo civil, com Ministros da Fazenda e maioria do PMDB. Durante 20 anos, o PMDB engordou denunciando tudo isso. E agora, no Governo, cinicamente, faz da forma mais cruel o que antes condenava. Preparam-se, no seio

do Governo, diversas medidas que nem mesmo os governos da ditadura tiveram coragem de tomar, pelo que significam em matéria de entrega da economia nacional aos interesses estrangeiros. A cobrança e o castigo que o povo brasileiro infligirá ao PMDB vão ser muito piores do que fez em 74 com a Arena, que então garantia o modelo econômico da ditadura – como faz o PMDB agora – e se apresentava como o maior partido do Ocidente.

Dívida impagável – Nas últimas horas, aumentaram os juros no exterior e nossa dívida cresceu, só num dia, cerca de 500 milhões de dólares. Envolveram nosso País em contratos leoninos. Empréstimos de altíssimo custo, com juros móveis que os credores fixam conforme suas conveniências, como agora. Devemos mais de 110 bilhões de dólares. Só os juros fazem cerca de 12 bilhões por ano. Dívida impagável. Opressão intolerável, consequência de uma criminoso cumplicidade, daqui e do exterior, acobertada por governos irresponsáveis. O de nosso País, um governo, de fato, ilegítimo. Tudo numa orgia de dinheiro. Um escândalo. Só a escravatura e o colonialismo se comparam, em sacrifício para os povos, a este endividamento brutal. E quem são os grandes responsáveis por esses contratos? Quando João Goulart foi deposto, o Brasil devia menos de 3 bilhões de dólares. Em dez anos de ditadura (Castelo, Costa e Silva e Médici), multiplicaram a dívida por quatro. Mas foi nos cinco anos do governo Geisel, o desastre: a dívida, de 12, subiu para 44 bilhões de dólares. Então, aí entraram em vigor os juros e custos atuais. A partir daí, os juros se encarregaram de elevá-la aos níveis atuais. Geisel, Simonsen, Langoni e o mesmo Bracher – agora o negociador lá fora – foram os grandes responsáveis por essas decisões. Observem como eles são bem tratados e considerados. São tidos como grão-senhores. Suas opiniões são apresentadas como de grande peso (Geisel) ou de prestigiosos especialistas (os demais).

Crueldade social – O atual Governador do Rio apresentou seu projeto de orçamento para 88. Comprova, concretamente, nossas previsões. Vejam: os gastos em Educação baixaram de 22,1%, para 13,5% do Orçamento (redução de 39% em termos relativos); Saúde e Saneamento, também de 6,8% para 6,3%; e – pasmem, leitores! – os dispêndios em Segurança Pública cresceram de 9,3% para 8,8%. E os investimentos? Em educação, diminuem em 82%, Saúde e Saneamento, menos 34%; na Agricultura, outra “prioridade” da campanha, 93% menores que no orçamento anterior. E onde Moreira concentra recursos? Nas obras do Metrô (para satisfação das grandes empreiteiras). No setor, os gastos sobem de 5% para 20,8% do total. Os investimentos aumentam 631%. Só em 88, Moreira pretende aplicar no Metrô quantia equivalente a que meu Governo aplicou nos CIEPs. O Metrô para Copacabana (que ninguém reivindica) é a grande prioridade, numa

situação como a que nos encontramos, com milhões de crianças carentes transformando-se em pivetes e nos assaltantes de amanhã? Empréstimos aqui e no estrangeiro e bilhões do BNDES (dinheiro público), agora à vontade. Tudo para ser pago pelos próximos governadores. Um dia, há de existir meios de responsabilizar um governante por decisões desumanas e cruéis como estas. Enquanto faz tudo isto, manda parar as obras dos CIEPs, reduzir a merenda das crianças e desorganizar os que já funcionavam.

Marajás – Tão condenáveis quanto este escândalo que vem surgindo na vida pública brasileira, são os “marajás” da iniciativa privada. E eles são muitos, verdadeiros “animais sagrados”, intocáveis. Ganham, muitos deles, quase o seu peso em ouro. Nos meios de comunicação, inclusive. Exemplo, o Sr. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (o Boni) executivo da *Rede Globo* e do Sr. Roberto Marinho. Deem asas, milhões de asas, à imaginação.

ATENÇÃO! Venha conosco construir o PDT. Somos um partido democrático e de natureza social. Pertencemos à família do trabalhismo, da social-democracia e do socialismo em liberdade. Temos uma grande missão a cumprir: construir o futuro do Brasil e resgatar os sagrados direitos de nosso povo. Se você está pensando em vir para o PDT e se, também, deseja que o partido examine sua candidatura a Vereador ou a Prefeito, nas próximas eleições, saiba que dia 15 próximo termina o prazo de inscrição, a qual poderá ser feita aí em seu diretório municipal ou então junto ao Diretório Nacional, na Rua Sete de Setembro, 141, Rio de Janeiro.

Golpes e golpistas

Por que não encontro nenhum indício de natureza conspiratória, nem mesmo qualquer sentido de ameaça nas manifestações públicas do Ex-Presidente João Figueiredo?

Simplemente porque se tratam de conceitos expostos publicamente, de forma aberta e franca. E, principalmente, pelo fato de concluir seus comentários com uma proposta concreta e inequívoca: a realização, a curto prazo, de eleições diretas.

Neste momento da vida brasileira, a convocação de eleições para a escolha de um Governo legítimo não só é o grande clamor popular, como também uma espécie de divisor de águas. Quem quer a democracia, quer eleições.

Invocar as omissões, as características e os erros do Governo Figueiredo podem até ser uma técnica eficiente para tentar neutralizar as contundentes manifestações do ex-presidente. Mesmo assim, suas afirmações e denúncias persistem, dado que são situações reais e verdades evidentes e incontestáveis.

Quem pode negar que o Governo Sarney tornou-se um desastre aqui dentro e um fiasco lá fora? Alguém ainda desconhece este monstruoso arrocho salarial? E os planos do Governo Sarney e do PMDB, alguém ainda os leva a sério?

Quando alguém reclama a realização de eleições diretas, livres e honestas, não está propondo nenhuma espécie de golpe. Métodos democráticos conduzem à democracia. Sarney e Ulysses – Governo e PMDB – estão há quase três anos no poder e, até agora, nada de eleições. Quando serão, só Deus sabe. A conclusão só pode ser uma: estão usufruindo do autoritarismo remanescente da ditadura e não querem saber de eleições para o Governo da República.

O que há, de fato, são dois movimentos de natureza golpista, que vêm sendo articulados ultimamente. Um deles, do Presidente Sarney e seus áulicos, é o “golpe do mandato”. Sarney não foi eleito e, portanto, não tem mandato. Foi investido como Presidente da transição, mas desertou de sua missão e transformou-se num usurpador do mais sagrado direito democrático do nosso povo: o de votar e escolher seus governantes. Além da ilegitimidade, vem se caracterizando pela incompetência. Um despreparado, enfim.

O outro golpe vem sendo urdido nos cochichos e escaninhos do Congresso. É uma espécie de filme a que já assistimos. É este parlamentarismo de encomenda que o PMDB elabora para, através dele, assenhorar-se do Governo, traíndo o povo, ao extinguir as eleições que jurou defender.

Estes, sim, são dois movimentos golpistas em curso – antidemocráticos: manobras características das elites e oligarquias históricas de nosso País. No plano político, com retóricas diversas, até mesmo de esquerda, essas correntes elitistas estão contra a realização de eleições. Querem permanecer lá de qualquer forma, no uso e gozo do poder ou à sombra dele. Mas nada como um dia depois do outro. O tributo que a Arena, e depois, o PDS pagaram pelo que fizeram ao povo brasileiro não é nada perto do que vai ocorrer ao PMDB. Ninguém engana o povo impunemente.

* * *

Na Constituinte – A Bancada do PDT na Constituinte vem atuando em conjunto com

o PT – e eventualmente com outras correntes – para defender ou ampliar os direitos sociais de nosso povo trabalhador. Não tem sido fácil. O patronato conservador está organizado. Tem saído o possível. Divergimos do PT e da CUT na questão da unidade sindical, aprovada com o nosso apoio. Seria conveniente que realizássemos uma discussão aprofundada a respeito, com vistas às votações em plenário.

“Veja” – A revista **Veja** da última semana está “recheada”! Entre os rendosos anúncios das multinacionais, o longo artigo do Sr. Mário Simonsen – Ministro, por duas vezes, da ditadura. Figueiredo condena o Governo e propõe eleições diretas. Simonsen ataca o Governo, mas defende o atual modelo econômico e o que propõe é a entrega do País ao controle do capital estrangeiro. São duas posições diferentes e até antagônicas. Tenho a impressão de que o artigo de Simonsen foi escrito por Roberto Campos. Mesmo estilo, mesmos argumentos, mesma desfaçatez. É uma manifestação da direita conservadora, associada e cúmplice da exploração e da colonização de nosso País pelos grupos e interesses internacionais.

Bancos – No Peru, o Presidente eleito, Alan García, através de uma lei aprovada na Câmara e no Senado, está fazendo a intervenção nos bancos e financeiras. Os banqueiros se opuseram até pela força àquelas decisões legais e democráticas. A partir de agora, o Governo Alan García vai ser motivo de muitas maquinações. Vão tentar o golpe contra ele e todo tipo de sabotagem e discriminação internacional. Na América Latina, tornou-se impraticável liquidar a inflação sem intervir ou mesmo nacionalizar os bancos. Minha esperança é que o APRA (Partido de García) tem muita experiência, vem de muito longe – vem de Haya de La Torre. É uma espécie de matriz de todos os movimentos sociais e políticos autóctones da América Latina, como, por exemplo, o trabalhismo no Brasil.

CIEPs abandonados – Os jornais publicaram esta semana um retrato em cores vivas do que

é o abandono dos CIEPs pelo atual Governo do Rio. Dezenas de milhares de carteiras escolares, equipamentos de ginástica, lazer e de recursos audiovisuais abandonados nos depósitos da extinta Cocea, desde março. As próprias autoridades do Governo do Sr. Moreira Franco dão os seguintes números estarrecedores: dos 195 CIEPs encontrados **prontos** pela atual administração, apenas cinco (quais?) foram colocados em funcionamento. Além do enorme prejuízo que representa a deterioração progressiva do material escolar e das obras abandonadas, a paralisação dos programas dos CIEPs significa, sem sombra de dúvida, que este governo, mais que renegar suas promessas de campanha, enveredou, definitivamente, pelo odioso caminho da crueldade social.

Banerj (1) – A cada dia vão surgindo, em toda parte, estudos e documentos que comprovam esta verdade: a intervenção no Banerj não passou de um ato da mais mesquinha politicagem, buscando atingir a meu Governo e, ao mesmo tempo, atender aos interesses dos grandes bancos privados. Um estudo independente do Dieese, divulgado esta semana, é peremptório: quem asfixiou o Banerj “foi o Banco Central, com o claro propósito de liquidá-lo”. Recordando que as dificuldades do Banco eram todas provenientes do Metrô e de uma série de operações irregulares cometidas no final do Governo Chagas Freitas (PMDB), o Dieese conclui: a intervenção no Banerj e dos demais bancos estaduais “foi uma operação premeditada pelo Governo Federal, sobre a qual cabe rigoroso inquérito do Congresso Nacional, para buscar suas verdadeiras intenções”.

Banerj (2) – Notícia publicada em **O Globo** informa que o Governo Federal vai assumir a dívida do Metrô e, com isso, devolver o Banerj saneado ao controle do Estado. Durante todo o meu Governo, metade dele na “Nova” (!?) República, insistimos que essa era a única solução para o Banco do Estado, ainda mais porque tinha sido a própria União a patrocinadora

da criminosa operação de transferir para ao Banerj os avais do Metrô. Por que não assumiram os débitos antes? Simplesmente, politicagem e discriminação contra meu governo.

Politicagem vergonhosa – A Prefeitura do Rio de Janeiro¹⁶ está transformada num antro de politicagem. Almoços, jantares, *mâitres* e garçons, mordomias, automóveis, barganhas indecorosas e farta distribuição, entre eles e seus familiares e apaniguados, de muitos cargos e vantagens e, o que é mais deplorável, à custa do Erário. O PDT lançou uma nota protestando contra a transformação do Palácio da Cidade em sede de festanças de politicalha oficialista. Tudo isto é estarrecedor, quando se sabe que se vem preparando o mais escorchante

aumento de taxas e impostos para ser impingido à população.

Quem é o caudilho? – O Sr. Ulysses Guimarães ameaçou com a expulsão (TSE) os deputados do PMDB que assinassem o documento de apoio a Sarney. Disse: “a Executiva decidiu”. E quem é a Executiva? Alguém tem dúvida? Ulysses é o presidente do PMDB há 20 anos! (o MDB foi fundado por nós, trabalhistas, e seu primeiro presidente o nosso Senador Oscar Passos). Ulysses também é presidente da Câmara, da Constituinte e, de vez em quando, da República! Pinheiro Machado, protótipo do “caudilho”, era pinto perto de Ulysses. E mais: quem dá a última palavra no Governo? Depois, sou eu o “caudilho”.

16 Palácio da Cidade: nesta época, abrigava o gabinete do Prefeito, Chefia de Gabinete e assessorias principais (Rua São Clemente, em Botafogo).

Nº 17 – 1º de novembro de 1987

Estas publicações vêm sendo mantidas graças aos esforços e às contribuições de muitos companheiros e colaboradores. Não tem sido fácil. Os espaços têm um custo que só conseguimos cobrir com dificuldades. Colabore. Contamos com você. Divulgue estes textos, mesmo com xerox. Somos imensamente reconhecidos aos jornais que os estão reproduzindo a título de colaboração. É importante constatar que estamos trabalhando juntos pelo interesse público. Contribuições para a conta número 341.991-6, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro, do Banco do Brasil. Cartas e sugestões para a Caixa Postal nº 2724.

O último trem de Sarney

Há um mês, em patético pronunciamento à Nação, o Sr. José Sarney pediu apoio para algo que ninguém mais acredita que ele possa fazer: governar o País com um mínimo de autoridade e eficiência. Anunciou uma reforma ministerial e administrativa, acenando com mais um dos seus planos de governo.

E o que ocorreu? Nada, rigorosamente nada, a não ser arranjos e barganhas indecorosas. Manietado pelo grupo de Ulysses, que continua a nomear Ministros, Sarney só conseguiu fazer valer a sua vontade ao colocar um dos seus antigos correligionários do PDS no Ministério.

Instaurou-se um quadro de desagregação. Os membros do Governo, abertamente, acusam-se e xingam-se uns aos outros. E o País, mais uma vez, viu a montanha dar à luz um rato. Enquanto Sarney, Ulysses e o PMDB prosseguem em suas escaramuças, em seus jogos de poder e ambição, a Nação, sem governo e à deriva, afunda na crise e em sacrifícios cada vez mais cruéis e dolorosos para o povo brasileiro.

O Sr. Sarney sai desse deprimente episódio significativamente menor do que nele ingressou. Agora – está à vista de todos –, tornou-se

um Presidente tutelado, impotente diante das imposições do Sr. Ulysses Guimarães e do PMDB. Não fez a reforma ministerial que anunciou à Nação e não conseguiu o apoio parlamentar expresso que exigiu em cadeia de rádio e televisão, num pronunciamento que mandou repetir para que ninguém tivesse dúvidas.

E por que não conseguiu pôr em prática suas decisões? Simplesmente porque o Sr. Ulysses Guimarães e o PMDB não permitiram. Esta é a verdade dos fatos. Tudo o mais que se disser, será inconvincente.

Aliás, o Sr. Sarney tudo fez para merecer esta situação deplorável em que se encontra; tudo quis, muito além do que ele tinha o direito de pretender e, afinal, tudo perdeu. Quis mudar o curso natural da História a golpes de esperteza, como o do Cruzado. Acabou como se previa. Enredou-se nas teias de sua própria ambição.

Agora, seu último trem está à vista e se aproxima. É o “**pacote de abril**” de Ulysses e do PMDB, que toma corpo a partir da decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte, na sexta-feira última; é o golpe do parlamentarismo de ocasião que se apresenta, engolindo-o também, a fim de que as oligarquias e as elites brasileiras continuem, com outra forma e aparência, controlando e explorando a esta inditosa Nação, com seu modelo econômico neocolonial.

Sarney, agora, só tem diante de si uma forma digna e honrosa de encerrar a sua passagem pelo Governo da República: ele próprio – insistimos: ele próprio – tomar a iniciativa de convocar eleições para que o País passe a ter um Governo legítimo e respeitado, em condições de enfrentar a crise que vem sufocando, perigosamente, esta Nação.

Quem são os populistas?

As elites e seus porta-vozes não perdem oportunidade com suas tentativas de nos achincalhar. Por exemplo: tanto vozes da direita, conservadora ou liberal, quanto da autoproclamada

“esquerda brasileira” estão sempre nos apontando como populistas. Com isto, obviamente, querendo dizer que eles são os ideológicos e democráticos.

Vamos ver quem realmente vem fazendo populismo. Antes de tudo, o que quer dizer populismo? Trata-se de uma prática política, através da qual as pessoas (e a população também, como um todo) são induzidas a assumir determinadas posições, apresentadas como se fossem em seu benefício, mas que, em verdade, lhes são prejudiciais.

Querem um exemplo? O Plano Cruzado. A população foi induzida a apoiá-lo e, finalmente, foi depenada por ele. Isto sim foi populismo! Sarney, Funaro, Ulysses, PMDB, Rede Globo e todos quantos se aproveitaram do Plano Cruzado praticaram o mais desavergonhado dos populismos. E as chamadas esquerdas do PMDB, PC, PC do B, PSB, MR-8 etc.? Denunciaram o Plano Cruzado como uma fraude, como nós? Ao contrário, entraram na onda, praticaram até o puxa-saquismo. Alguns grupos, inclusive, se proclamaram “autores” do Cruzado. O que é isso, senão populismo? Tudo era: votos, votos, votos... Eles, que tanto falam em autocrítica, porque até agora não fizeram o “mea-culpa” público e humilde?

O Plano Cruzado, como alguns outros momentos da nossa história, foi um instante de união das elites brasileiras. Era a defesa do “status quo”. Esse pessoal sabe que nós somos o popular, e não populistas. Nós não enganamos a ninguém. O populismo é um método das elites. Precisam enganar o povo para se manterem no poder.

* * *

Constituinte conservadora – Sou pessimista em relação ao que vai sair da atual Constituinte. Mesmo algumas migalhas, conquistadas a duras penas na Comissão de Sistematização, provavelmente vão ser derrubadas no Plenário. A Constituinte tem 559 integrantes. Dificilmente chegaria a 100 o número dos que gostariam de

mudanças reais na vida brasileira. Portanto, 459 são conservadores. Vejam: estamos diante de uma evidência. O PMDB detém maioria absoluta na Constituinte. É, hoje, a grande força conservadora a serviço das oligarquias, do capitalismo selvagem, do modelo econômico e das estruturas antissociais deste País.

Privatização – Este movimento sobre privatização é internacional. Sua fonte propulsora vem dos países desenvolvidos, dos grandes centros do capitalismo mundial. Por trás dele, estão as multinacionais. Grandes verbas de publicidade vêm sendo distribuídas por toda parte. O capital estrangeiro sabe que é sempre possível comprar e dominar uma atividade econômica, quando está nas mãos de grupos privados. Quando é do Estado, as coisas se complicam, como ocorreu recentemente com a Embratel, frente à heroica resistência de seus funcionários. Ora, para um país como o nosso, privatização e estatização não podem ser valores absolutos. De uma parte, só o Estado pode defender certos setores estratégicos de nossa economia. Cumpre que estes setores sejam estatizados, com estruturas eficientes e democráticas. De outra parte, é um absurdo que o Estado assuma atividades como hotelaria e tantas outras, quanto venham servir de “hospital” e “asilo” para empresários falidos ou fraudulentos, como fez a ditadura e ensaia fazer, agora, o Governo Sarney, com a Sharp, do seu amigo Mathias Machline.

Banerj (1) – Estão em greve os servidores do Banerj. Lutam por seus direitos e contra o arrocho salarial. Em meu Governo, jamais tiveram que recorrer à greve, senão por solidariedade aos colegas de outros bancos. Que façam autocrítica ou chorem lágrimas de arrependimento os “gerentes” e os poucos funcionários que apoiaram a intervenção e que, antes, também deram seu voto a Moreira. Nada, porém, como um dia depois do outro. A verdade e a justiça acabam se impondo.

Banerj (2) – O “Jornal do Brasil” publicou um resumo do estudo do Dieese (instituição da maior

seriedade e competência), sobre a situação do Banerj. Pena que não tenha divulgado a íntegra. Nós o faremos. De momento, algumas conclusões dos técnicos do Dieese: 1) o Banco Central “quebrou” consciente e intencionalmente o Banerj, com o claro propósito de liquidá-lo e chegar, assim, à intervenção; 2) a “desmoralização” do Banerj e de outros bancos estaduais foi uma operação premeditada do Governo Federal (Sarney-Funaro-Bracher); do Bradesco-Pérsio Arida, pau mandado; e Tupy Caldas, o mesmo do caso Coroa-Brastel.¹⁷

Banerj (3) – Hoje está claro que Moreira, como governador eleito, foi um inepto, um fraco, um incompetente quando aprovou a intervenção, motivado por seus rancores políticos, tornando-se cúmplice dessa violência contra os interesses do povo e da economia do Rio de Janeiro. Voltaremos muitas vezes a este assunto. Um dia conseguiremos responsabilizar, de alguma forma, os autores deste crime perpetrado contra o nosso Estado.

Castigo merecido – De março até aqui, tem sido escandaloso o aumento, pela Prefeitura, das

tarifas públicas. Era isso que Saturnino queria: livrar-se do controle de um Partido popular como o PDT. Os ônibus aumentaram em mais de 400%! Mas a população a tudo assiste e julga, com honradez e honestidade. É por isso que a festança partidária que organizaram para comemorar a traição de Saturnino e Jó aos eleitores do PDT foi um verdadeiro fiasco. Não reuniu ninguém. Os ônibus voltaram vazios. Mesmo oferecendo “quentinhas”, angu e chope. Que vergonha! Se fossem políticos idôneos, com um mínimo de austeridade, teriam renunciado, naquele momento, diante do desprezo da população.

Testamento Indecoroso – As publicações e os anúncios distribuídos aos jornais, rádios e televisões de todos os Estados pelo Sr. Raphael de Almeida Magalhães, nos seus últimos dias de Ministro, atingem, segundo levantamento abalizado, cerca de Cz\$ 200 milhões (quase 4 milhões de dólares), tudo à custa da combatida Previdência Social. E os que tanto criticavam o meu Governo, onde estão? Que dizem agora, quando um alto dirigente do PMDB comete um abuso escandaloso como este?

¹⁷ O braço financeiro do grupo era composto pela holding Coroa Administração e Participações S/A, Coroa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Coroa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco de Crédito Comercial S./A., Banco de Investimentos Coroa S.A, Serviço de Crédito, Cadastro e Cobrança LTDA e Sopro Sociedade de Processamento de Dados LTDA. Estava presente também na área de serviços e agroindústria formando no total um grupo de mais de 30 empresas que faturava US\$ 1 bilhão por ano. Em 1983, o Grupo Coroa-Brastel era classificado na 40ª posição entre os conglomerados privados nacionais, e tinha uma presença muito grande no estado do Rio de Janeiro e em mais 5 estados.

Estas publicações vêm sendo mantidas graças aos esforços e às contribuições de muitos companheiros e colaboradores. Não tem sido fácil. Os espaços têm um custo que só conseguimos cobrir com dificuldades. Colabore. Contamos com você. Divulgue estes textos, mesmo com xerox. Somos imensamente reconhecidos aos jornais que os estão reproduzindo a título de colaboração. É importante constatar que estamos trabalhando juntos pelo interesse público. Contribuições para a conta número 341.991-6, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro, do Banco do Brasil. Cartas e sugestões para a Caixa Postal número 2724.

Um festival de hipocrisia

Impassível como um frade de pedra, o Sr. Ulysses Guimarães afirma publicamente que é a favor do presidencialismo e de eleições diretas. Ao mesmo tempo, “por baixo”, manda deputados e senadores de seu PMDB votarem pelo parlamentarismo. É um velho cacique do antigo PSD manobrando para ser Primeiro-Ministro e chegar ao Governo, via Congresso. Eleições diretas? Nem pensar. Sabe que o seu PMDB seria colocado no banco dos réus por todo um povo que se considera enganado e traído.

E os chamados progressistas do PMDB? Declaram-se a favor das diretas, mas articulam e votam pelo parlamentarismo. Cínicos! Sabem como ninguém que isto é uma fraude; que o parlamentarismo é a extinção do voto direto; que o Presidente a ser eleito neste regime é simbólico, figura decorativa. Quem governa é o Primeiro-Ministro e seu Gabinete. O que querem, na verdade, esses “progressistas” são fatias do Ministério do “velho”. Ministérios, cargos, nomeações e influência. É o “socialismo pragmático”. Como se vê, eleições diretas não interessam a esse grupo.

O Presidente Sarney e o seu “centrão” estão mesmo empenhados em “enquadrar” a

Constituinte, a fim de que venha a ser aprovada uma Constituição conservadora, expurgada das modestas conquistas sociais até aqui obtidas (estabilidade, jornada de trabalho etc.). Uma espécie de cobertura jurídica para o modelo econômico. Quanto ao regime, **defendem** o presidencialismo de público, mas desde que não restrinja os cinco anos de presidencialismo autoritário de Sarney. Pouco se lhes importa que adotem o parlamentarismo. Como se vê, para Sarney e o “centrão”, eleições diretas verdadeiras, só em último caso.

E a posição das autoproclamadas esquerdas – PCB, PC do B – e essa ficção chamada PSB? Também se dizem a favor das eleições diretas e apoiam o parlamentarismo. Não podia ser diferente. São “aparelhos” e grupos que integram as elites brasileiras. Se deleitam em “ensinar” socialismo para o povo brasileiro.

Observem como esses diversos segmentos vão urdindo a teia de seus interesses. Em certos momentos, exacerbam divergências, mas, no essencial, estão de acordo: o parlamentarismo é o regime que convém, neste momento, às oligarquias brasileiras. Com ele, ficará institucionalizado um sistema de Governo restrito às elites dominantes. Neste período histórico, significará a marginalização, não se sabe até quando, de tudo quanto representaram os sentimentos e as aspirações de nosso povo, expressos na gloriosa campanha das “Diretas-já”.

É possível até que o consigam. Mas vão encontrar pela frente a posição limpa e coerente do PDT, do PT e de muitas personalidades importantes e dignas deste País, quanto, também, de incontáveis movimentos políticos e sociais, fiéis aos compromissos que assumiram em praça pública, no movimento que pôs fim à ditadura. E, principalmente, a reação indignada de todos os cidadãos honrados deste País. Não vamos parar. Não nos deterão, senão quando essas imposturas tenham um fim e nosso povo puder resgatar os seus direitos democráticos e a sagrada oportunidade de construir seu próprio futuro.

O PMDB e o FMI

O povo brasileiro tem agora diante de si a prova cabal do que, realmente, significa o PMDB na vida do País: uma impostura, um instrumento político das oligarquias e das elites brasileiras. Essa história do “FMI, nunca mais”, transformou-se, finalmente, naquilo que prevíamos: essa vergonha! Nada mais nada menos que uma simples entrega do País, como nos tempos do Senhor Delfim Neto. E não venham se desculpar, dizendo que o Governo é do Sarney. O País sabe que o Ministro Bresser é do PMDB, foi indicado pelo PMDB, teve a chancela de Ulysses, vem do PMDB de São Paulo, da mesma forma que Funaro, Sayad e toda aquela camarilha de aprendizes de feiticeiros – os chamados “economistas do PMDB”.

Em suma: o PMDB é o responsável pela volta de nosso País ao controle do FMI. Como sempre, tentarão dissimular com explicações falaciosas. O noticiário internacional está aí, claro e insofismável. O Brasil fez um acordo com os credores. Suspendeu a moratória e paga um terço dos juros devidos ainda este ano. E logo no dia 1º de janeiro de 88, os outros dois terços. Submeteu-se às regras do FMI, onde pedirá empréstimo para pagar os juros que deve.

Modelo e miséria

O recrudescimento da inflação, com os “choques” e “congelamentos”, o aumento incontrolado dos preços, aluguéis, tarifas de água, luz, transportes etc., enfim, a desvalorização da moeda e a tragédia, cada dia mais grave – do aviltamento dos salários, da crise para as pequenas e médias empresas e para os produtores do campo –, tornaram o dia a dia do povo brasileiro uma dramática sucessão de sobresaltos, incertezas e angústias.

Brasil – a oitava economia do mundo! Que ironia... Nosso povo recebe um dos salários mais baixos do mundo. Salário mínimo e piso salarial, nestes tempos, entre 30 e 40 dólares por mês! Isso não existe em nação alguma que se

preze. E o pior é que cerca de 70% da população economicamente ativa ganha até três salários mínimos, isto é, no máximo, 100 dólares mensais. E como os pobres têm mais filhos, isto significa que aproximadamente 90% do povo brasileiro vivem com essa renda vil e desumana.

Em verdade, este modelo econômico é um atentado gigantesco aos direitos humanos de nosso povo. Trata-se de uma iniquidade que não pode continuar. Tornou-se um sistema de exploração tão desumano quanto a escravatura. Precisa ser derogado, como ela o foi.

E não se diga que estamos acenando com uma utopia ou invocando uma questão ideológica. Expliquem-nos, se puderem, como é que na distante Austrália – uma economia muito inferior à nossa, país capitalista também e, por sinal, com muitas estatais – um trabalhador braçal ou uma balconista ganha em torno de 800 por mês! E isso, pasmem os leitores, praticamente sem inflação, com moeda estável nestes últimos decênios.

O que aqui existe, mesmo, é uma grande e indisfarçável cumplicidade. Uma elite egoísta, autoritária, incompetente e pretensiosa que, ao longo da existência de nosso País, sempre tem logrado impor-se como classe dirigente. Tem moldado o País de acordo, apenas, com as suas conveniências.

Essas minorias vêm acumulando – cada vez mais – riqueza e poder, à custa da entrega de nossas riquezas naturais e dos frutos do trabalho do povo brasileiro aos interesses e grupos internacionais. Se não é assim, como explicar que o Brasil, sendo a oitava economia do mundo, tenha seu povo nas condições escandalosas de atraso, de miséria e de pobreza em que se encontra?

* * *

Inflação galopante – Estamos ingressando, novamente, na hiperinflação. Os índices da Fundação Getúlio Vargas revelam que, no mês de outubro, a inflação foi de 11,15%, totalizando, nos dez meses deste ano, 288,68% e atingindo o recorde de 328% nos últimos 12 meses. Em

novembro e dezembro, tudo indica que esses índices andarão, pelo menos, em torno de 15 e 20%. Ressurgem os rumores sobre um “novo choque”, com mais sacrifícios para a população. Até quando? Tornou-se evidente que os atuais governantes (Sarney e Ulysses) não têm mais credibilidade e nem competência para conjurar a crise. Deviam ter, ao menos, um pouco de humildade e compreensão, abrindo oportunidade para que o povo escolhesse um novo Governo, de sua confiança, que conte com a colaboração de todos para retirar o País do atoleiro.

Ford-Volkswagen – O povo brasileiro não deve esquecer que a denominação “Autolatina” quer dizer a união, o consórcio entre a Ford e a Volkswagen. “Autolatina-Ford-Volkswagen”, é assim que devemos continuar a chamá-las, porque seu novo nome é apenas um

eufemismo. Na essência, nada mudou. São duas multinacionais que se uniram para se tornarem ainda mais poderosas do que eram quando separadas. Com efeito, o consórcio, agora, controla a maioria absoluta do mercado brasileiro. Conta, no exterior, com duplo apoio: EUA e Alemanha. Foi essa consciência de poder que levou o consórcio Ford-VW a assumir essa atitude insólita de confronto aberto com o Governo brasileiro, aplicando aqui, pela primeira vez, aquilo que as “múltis” costumam fazer em outros países, sem muitas cerimônias. Mas, para nós, é um fato histórico que contém muitas lições. Desenvolvimento com base em multinacionais é assim: industrializam ou desindustrializam um país, conforme seus interesses, exclusivamente.

Estas publicações vêm sendo mantidas graças aos esforços e às contribuições de muitos companheiros e colaboradores. Não tem sido fácil. Os espaços têm um custo que só conseguimos cobrir com dificuldades. Colabore. Contamos com você. Divulgue estes textos, mesmo com xerox. Somos imensamente reconhecidos aos jornais que os estão reproduzindo a título de colaboração. É importante constatar que estamos trabalhando juntos pelo interesse público. Contribuições para a conta número 341.991-6, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro, do Banco do Brasil. Cartas e sugestões para a Caixa Postal número 2724.

Traição ao povo brasileiro

Há três anos, em 1984, os dirigentes do PMDB e do PFL (Tancredo, Ulysses, Aureliano e Sarney) assinaram um compromisso escrito, divulgado solenemente, que começa dizendo o seguinte: **“A Aliança Democrática estabelece como compromissos impostergáveis e fundamentais com a Nação brasileira o restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal**, para Presidente da República, prefeitos das capitais dos estados e dos municípios considerados estâncias hidrominerais e dos declarados de interesse da Segurança Nacional”.

O documento se encerra informando que os signatários acordaram em que o candidato a Presidente da República fosse do PMDB – o Governador Tancredo Neves – e que o candidato à Vice-Presidente saísse da Frente Liberal, que indicava o Senador José Sarney, até então presidente do PDS.

Tancredo Neves tinha consciência de que chegava à Presidência da República pelos mesmos processos utilizados pela ditadura. Não era outro o entendimento da flamante “Aliança Democrática” (PMDB-PFL), ao proclamar

como compromisso impostergável – como a primeira prioridade – o estabelecimento das eleições diretas. Tancredo considerava-se um Presidente transitório. É o que está expresso nesta declaração que fez à imprensa, em 17 de janeiro de 1985: “Transição com quatro anos. Menos, é impossível; mais é autoritarismo”. Tancredo reconhecia que sua legitimidade estava na transitoriedade de sua passagem pela Presidência. Nunca se considerou detentor de um mandato.

Sarney, ao assumir a Presidência da República, anunciou enfaticamente que os compromissos de Tancredo e da Aliança, assumidos com a Nação, seriam rigorosamente respeitados e cumpridos. O mesmo declararam Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, em nome do PMDB e do PFL.

Em 1985, José Sarney, já como Presidente da República, enviou mensagem ao Congresso Nacional, na qual, solenemente, fez esta afirmação: “Embora a duração do mandato presidencial deva ser objeto de deliberação soberana da Assembleia Nacional Constituinte, manifesto, desde logo, a minha posição no sentido de que este mandato deva ser de quatro anos”.

E ao que assistimos, agora, apenas passados menos de três anos?

Sarney, indecorosamente, pressiona a Constituinte e negocia com deputados e senadores a concessão de um “mandato” de cinco anos, em troca de favores e empregos e da dilapidação do patrimônio público. “Quem votar por quatro anos é inimigo pessoal” (!). Sarney está corrompendo, desmoralizando e, por consequência, solapando até mesmo a legitimidade da Assembleia Nacional Constituinte.

E Ulysses e o PMDB que, nesse meio tempo, graças à farsa do Cruzado e aos abusos administrativos, obtiveram o controle – com maioria absoluta – da Constituinte, do Senado e da Câmara Federal?

Como Sarney e Aureliano – estes vindos do PDS e da Arena –, Ulysses e as cúpulas do PMDB

também se alinham neste momento pela outorga de cinco anos de presidencialismo autoritário para Sarney. Rompem, despidoradamente, como se vê, os solenes compromissos que assumiram com a Nação. Ou, quem sabe, o “restabelecimento imediato de eleições diretas”, conforme consta do “Manifesto da Aliança”, deva se entender por realizá-las cinco anos depois? E, ainda, para eleger um Presidente simbólico, sem poderes para governar?

Pois, o PMDB engendra agora o golpe do parlamentarismo. Essa é a fraude que pretendem impingir ao povo brasileiro. Além de prorrogar um governo repudiado pela população por mais cinco anos, deixando sem tocar os poderes discricionários herdados da ditadura – dos quais Sarney usa e abusa –, articulam-se as elites brasileiras, tendo como seu instrumento o PMDB, para depois de Sarney continuar controlando o governo e a própria Nação, através do parlamentarismo.

Por 20 anos, excluíram o povo brasileiro num regime militar. A ditadura foi um regime inspirado e patrocinado pelas elites. O objetivo dessa manobra está mais que claro: querem um novo colégio eleitoral. Desta vez, um Congresso conservador e oligárquico, com poderes para organizar o Governo de forma indireta. Um governo, portanto, que dependa apenas de negociações e arranjos parlamentares e sem nenhuma dependência da confiança ou do julgamento da população.

Em suma: em lugar de cumprirem com a palavra empenhada, tergiversam e, na verdade, a descumprem. Ao invés de restabelecerem de imediato as “eleições diretas” – como solenemente se comprometeram a fazer – ameaçam-nos, agora (contra a manifesta vontade das grandes majorias deste País) não só com o continuísmo desse governo inepto e desastrado, e, de procrastinar mais ainda a convocação de eleições, quanto também com a própria extinção do voto direto, pela imposição do parlamentarismo.

Por acaso, não veem o que está se passando com a população brasileira, sufocada por uma crise e uma carestia de vida que jamais conheceu? Não se sensibiliza, a maioria dos políticos brasileiros, com a situação de nosso País, vítima de tantas irresponsabilidades; agora mesmo oprimido por exigências insólitas do poder da usura internacional? Não se emocionam diante da situação de milhões e milhões de crianças famintas, subnutridas, submergindo no atraso e na degenerescência, vítimas inocentes de uma sociedade iníqua, em que a imensa maioria da população vem sendo condenada a sobreviver com salários degradantes, dos mais baixos do mundo?

Não podem existir razões, não há argumento algum que justifique essas imposições com que a Constituinte está ameaçando o povo brasileiro.

Há um direito preexistente à Constituinte, de onde vertem as fontes desta própria Constituinte: o direito do voto direto, que o povo brasileiro conquistou nas ruas e praças públicas. A Constituinte não tem legitimidade para derrogá-lo. Se o fizer, cometerá uma violação inaceitável. O parlamentarismo, outra vez, vai ser repudiado pelo povo. Cinco anos para Sarney serão considerados uma afronta. E os senadores e deputados que desconsiderarem, desta forma, estes direitos e aspirações do povo brasileiro vão ter a resposta merecida nas próximas eleições.

* * *

Parlamentarismo condenado – Nas Faculdades Bennett, promoveu-se um júri simulado sobre parlamentarismo. Foi presidido pelo jurista Seabra Fagundes, e com depoimentos do deputado Bocayuva Cunha e do historiador Hélio Silva. Este observou que a invocação do regime parlamentar no Brasil sempre se ressentiu de oportunismo e intenções golpistas. Foi advogado de acusação, Batistinha, e de defesa, Lício Hauer. O júri, de sete membros (professores, alunos e comunidade), por sete a zero,

condenou o parlamentarismo à reclusão na biblioteca, até que, alteradas as condições sociais e políticas do País, deixe de existir a periculosidade do “réu”.

Metrô: escândalo – É muito grave a denúncia do jornalista Jânio de Freitas (Folha de São Paulo, 26/10/87). Decisões suspeitas e injustificáveis de um governo inepto. Editais de concorrência glosados pelo Tribunal de Contas. Concorrências feitas e julgadas a toque de caixa. Investimentos gigantescos: cerca de 500 milhões de dólares para estender o Metrô a Copacabana e Ipanema. Empréstimos do BNDE (Márcio Fortes). Com este dinheiro, o Governo do Estado poderia terminar o Programa de 500 CIEPs do Governo anterior e fazer mais 400; matriculando, assim, cerca de 1 milhão e 200 mil crianças em escolas dignas e eficientes, como se fazem imprescindíveis neste momento. A população está reivindicando o Metrô para Copacabana e Ipanema? Falta transporte nesta área? Todos sabem que não. Há abundância de transporte, como em poucas áreas do mundo. Resolve o

déficit monstruoso do Metrô? Não, agrava-o. Que país consideraria esta obra prioritária, tendo seu povo, como o nosso, mergulhado na miséria, com milhões de crianças desnutridas e atiradas no abandono? Tudo isto parece inacreditável. Como pode ocorrer?

Atenção, São Fidélis – Só uma vigilante e permanente mobilização popular conseguirá evitar que transformem São Fidélis em lixeira de detritos atômicos. Não confiem no Governo Moreira. É um governo fraco e pusilânime. Assim como ele entregou o Banerj, entregará também São Fidélis. Aliás, leiam a nota oficial do Governo do Estado e vejam o que diz o item três. O povo do Rio de Janeiro, nestes tempos, só pode contar consigo mesmo e com a Oposição para a defesa de seus interesses; tudo o mais está na cumplicidade, como demonstraremos, caso por caso, nestas publicações.

Ironia – “A saída para o País é uma Constituição de centro-esquerda: única saída que vejo para tirar o País do impasse institucional em que vive”. (Tancredo Neves, “Revista Nacional”, de 13 a 19 de janeiro de 1985).

Venha nos ajudar a construir o PDT em todo o Brasil. Divulgue amplamente estas publicações. Sua transcrição é livre. Graças à colaboração e ao sacrifício de muitos companheiros, de todos os Estados, é que estamos mantendo esta coluna. Banco do Brasil, conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro.

Parlamentarismo é a extinção do voto direto

Duas graves ameaças pairam, nestes dias, sobre o povo brasileiro.

De um lado, os ataques do Sr. José Sarney e de alguns de seus Ministros à Assembleia Constituinte, eleita pelo povo e centro que é do atual processo de transição para a democracia. É o Governo – a máquina executiva, o poder armado – procurando coagir e subjugar aos seus propósitos continuistas o mais democrático e indefeso dos poderes; neste preciso momento de nossa História, o supremo depositário da soberania popular. Um perigo que provém exatamente de quem deveria agir com o maior acatamento e respeito para com a Constituinte.

Mas o pior é que a outra ameaça, ainda mais drástica, vem sendo gerada onde jamais poderia surgir uma agressão aos direitos do povo brasileiro: no seio da Constituinte, que ele próprio elegeu. Referimo-nos a essa monstruosa intenção de extinguir o voto direto, através da implantação do parlamentarismo, tramado em um ambiente de cochichos, barganhas e conluíus, sem o necessário esclarecimento e a participação da população.

Parece mentira que estejamos diante de um absurdo como este. As multidões que encheram as ruas e praças públicas do País inteiro acaso estavam reclamando o direito de escolher um Presidente sem poderes para governar? A se consumir esta fraude, o povo brasileiro poderá, ao amanhecer de um dos próximos dias, constatar que aquela cassação do direito de votar que a ditadura lhe impôs pela força durante 20 anos é agora consumada por “seus” constituintes, para sempre e em nome da democracia.

Sempre à meia voz, esses grupos alegam que o fazem em nome da estabilidade política, como a ditadura mantinha o Colégio Eleitoral “para continuar a obra da Revolução”. A soberania e a livre escolha popular são, para eles, “elementos perturbadores”; quando, na verdade, são o único caminho para tirar nosso País do atoleiro em que o lançaram.

Desafortunadamente, tem sido esse o comportamento das elites brasileiras ao longo de nossa História: “este povo não sabe nada, nós é que sabemos”. Quem não vê, a esta altura, que esse parlamentarismo nada mais é que uma fórmula para preservar as estruturas e os privilégios das oligarquias conservadoras, como o é o instituto da eleição em dois turnos, uma espécie de salvaguarda para essas castas dominantes, sempre dispostas a acordos e conluíus, quando se trata de eliminar o povo das decisões sobre o destino do País.

Com efeito, não seria outra a consequência da eventual adoção do parlamentarismo, senão a derrogação, a extinção definitiva do voto direto. Nas atuais circunstâncias históricas, seria uma decisão ilegítima. Esta Constituinte nasceu de uma campanha pelo voto direto e, mais que isso, foi eleita para legislar e não para governar.

Convocar o povo para eleições “diretas” para eleger um Presidente sem poderes – enquanto

18 1) Este Tijoloço foi publicado, por equívoco, com o número 14. || 2) Foi-lhe atribuído o número 20 para que a sequência fosse mantida (o anterior, 19, foi publicado em 15 de novembro de 1987). || 3) Motivo da troca de numeração: evitar duplicidade de números, o que poderia suscitar dúvidas durante uma pesquisa. || 4) O Tijoloço número 14 desta série (A agonia do Governo Sarney) foi publicado em 27 de setembro de 1987. || 5) Não foi publicado o que receberia o número 21.

o País passa a ser governado por uma maioria parlamentar conservadora como o é o “Centrão” e seus aliados da cúpula do PMDB – será, para esta Nação, algo ainda mais frustrante e danoso do que o foi depois de 20 anos de ditadura conduzir Tancredo à Presidência e acabar sendo governada por Sarney.

* * *

“Veja” – Sabe-se que os irmãos Civita – homens de negócios vindos do estrangeiro – estão preparando para uma das próximas edições da “Veja” mais uma investida contra mim, Leonel Brizola. Do alto de seu império de comunicação, contratam enxames de pobres “paus mandados” para esquadriharem minha vida em busca de detalhes que possam explorar e distorcer. Com o General Geisel nunca tiveram essa preocupação; ao contrário, o endeusaram sempre.

Debate na TV – Extinção do voto direto pela Constituinte? Diretas nunca mais? Este é o tema central de debate (Parlamentarismo × Presidencialismo) que manterei com o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro (parlamentarista), nesta sexta-feira, a partir das 21:30 horas, com transmissão ao vivo pelas tevês Gazeta (SP) e Bandeirantes (rede nacional). Estou certo de que este debate vai ser um confronto de ideias no mais alto nível; uma contribuição valiosa e sincera ao esclarecimento do povo brasileiro.

Encontro internacional – No próximo dia 10, o Rio será sede de uma reunião extraordinária de consultas dos dirigentes do Conselho Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL). Temário: a crise política panamenha.

Banerj – A opinião pública vem acompanhando esta deprimente e vergonhosa novela da intervenção no Banerj. Um enredo tramado por interesses inconfessáveis, à base de mentiras, empulhações e de um criminoso abuso do poder discricionário. O que pretendiam com essa farsa, já o conseguiram em grande parte: debilitar, asfixiar, comprometer o Banco do Estado, como o fizeram Delfim e Chagas com os empréstimos ao Metrô. Enfim, reduzi-lo a pouco mais que nada, entregando seus espaços à banca privada (Bradesco, Itaú etc.) e aos bancos estrangeiros. Moreira Franco, como Chagas, hoje como ontem, conivente com este verdadeiro crime contra a economia e o futuro do Rio de Janeiro. Por estas e outras é que o Rio vem perdendo terreno. O atual Governador (omisso, fraco, pusilânime e cúmplice da intervenção), está visto, perdeu toda a força moral para recuperar o Banerj. Como não conseguem se justificar, derivam para a politicagem. Catam agulhas no palheiro. Buscam casos isolados, que distorcem e exploram através de noticiário de encomenda, elaborado nitidamente por penas de aluguel. O que lamento é ver o honrado nome do desembargador Olavo Tostes sendo invocado por esses indivíduos inescrupulosos.

Venha nos ajudar a construir o PDT em todo o Brasil. Divulgue amplamente estas publicações. Sua transcrição é livre. Graças à colaboração e ao sacrifício de muitos companheiros, de todos os Estados, é que estamos mantendo esta coluna. Banco do Brasil, conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro.

Parlamentarismo sem plebiscito: traição e golpe

A Constituinte chega agora em seu momento de decisão. Se os constituintes permitirem a consumação da manobra parlamentarista, estarão, sem dúvida, percorrendo o mesmo caminho de ambição e continuísmo que levou o governo Sarney ao estado de decomposição em que se encontra, e até mesmo a ser objeto da repulsa popular.

Se foi a obsessão do atual Presidente, em se proclamar detentor de um “mandato” para o qual jamais foi eleito, a grande responsável pelos desastres a que conduziu a si e ao País, não menos perigoso é o que ameaça ocorrer com a Constituinte. Em nome de sua soberania, extinguir o voto direto com a implantação do sistema parlamentar, sem sequer submeter tal iniciativa à confirmação de um plebiscito, significará uma usurpação aos direitos do povo brasileiro. Deputados e Senadores, eleitos exclusivamente para legislar, estarão também se autoproclamando Governo, tal como Sarney. E mais: concedem-se os mesmos cinco anos que o atual Presidente persegue, ao impedirem, por esse prazo, a revogação do parlamentarismo.

Que não restem dúvidas: implantado esse sistema, passaremos a assistir a uma repetição canhestra da extinta Aliança Democrática,

agora na forma de uma composição entre as lideranças do PMDB e o Centrão. O poder, controlado – como no início do governo Sarney – pelo Sr. Ulysses Guimarães e a reedição de todas as composições e barganhas que caracterizaram aquele período. Como ocorria nos tempos da chamada Nova República, a administração pública será loteada de acordo com os “votos” de cada grupo nessa nova versão do execrado colégio eleitoral em que se transformará o Parlamento. Tudo isso, outra vez, com a conveniente cobertura “ideológica” dos grupos da falsa esquerda, sempre dispostos a se acumpliciar com as elites em troca de alguma influência e convites para os banquetes do poder.

É possível que, entre os que defendem o parlamentarismo, existam aqueles que, de boa-fé, creem nas virtudes desse sistema. Mas o que está em jogo, agora, é a traição ao povo brasileiro, com a extinção do voto direto que há mais de vinte anos é negado à Nação. Tal como Sarney – e, antes, a ditadura –, negam o voto direto em nome da “estabilidade” do País. Tudo, é claro, para encobrir a posse e o gozo do Poder, mantendo o povo distante das decisões.

Na verdade, estamos diante de um expediente casuístico e indecoroso, destinado apenas a manter no poder o PMDB e seus aliados, como era o colégio eleitoral para o regime de exceção.

Quem semeia ventos, colhe tempestades. A estabilidade política que alardeiam será, de fato, uma sucessão de crises. Se negarem ao povo o direito de dizer, através de um referendo, se concorda ou não com o novo sistema, deixarão apenas uma alternativa para a nossa cidadania. A população transformará, aqueles que se mantiverem coerentes e fiéis ao compromisso público de restabelecer o voto direto, em instrumento de seu rotundo e massivo **não** a toda essa farsa parlamentarista, a esse festival de irresponsabilidades e falta de amor e respeito ao povo brasileiro.

* * *

Sauer e Camões – Sem a alternativa (esperei um desmentido), promovi duas interpelações judiciais, diante dos insultos que gratuitamente dirigiram a mim, pela imprensa, estes dois indivíduos, Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina (Volkswagen e Ford) e Elmo Camões, alto executivo do grupo Nagi Nahas, compadre de Sarney, e agora presidente do Banco Central.

Programa do PDT – Será dia 25 próximo o programa do PDT, em rede nacional de rádios e tevês, a partir das 20:30 horas.

Veja – A Editora Abril, dos irmãos Civita (capital estrangeiro), vem preparando uma matéria visando, como de outras vezes, a denegrir minha vida pública e pessoal. Vão quebrar a cara, como ocorreu com a ditadura que passou anos e anos e anos a escarafunchar minha vida. Mas nada como um dia após o outro. Este monstruoso império da “Veja” e o enriquecimento dos Civita aqui precisam ser investigados. Trata-se de um poder misterioso, incompatível com a existência de uma Nação livre e democrática.

Volta às aulas – Em meu governo, a volta às aulas sempre foi motivo das mais duras explorações de certos órgãos, em especial das organizações Globo. E agora? Pensam que a opinião pública não está se dando conta desse facciosismo indecoroso!

Moreira, um ano – Aliás, recordam os leitores como meu governo era julgado duramente pela imprensa, ao completar três meses, seis, um ano e assim por diante. E agora? Onde estão os cobradores? Onde estão os editoriais e as verdadeiras campanhas de cobrança pelo rádio e pela tevê? Nem sequer se recordam de que o homem prometeu terminar com a violência em seis meses! Que vergonha!

COPPPAL – Resistir às pressões norte-americanas e defender a realização de eleições e a autodeterminação do povo panamenho. Esta foi a decisão da COPPPAL – Conferência Permanente dos Partidos Políticos Latino-Americanos, realizada no Rio de Janeiro, a convite do PDT, para examinar a crise no Panamá. A COPPPAL está integrada por 36 partidos de 21 países que representam milhões de democratas latino-americanos e caribenhos.

Venha nos ajudar a construir o PDT em todo o Brasil. Divulgue amplamente estas publicações. Sua transcrição é livre. Graças à colaboração e ao sacrifício de muitos companheiros, de todos os Estados, é que estamos mantendo esta coluna. Banco do Brasil, conta número 341.991-6, código 2865-7, Agência 1º de Março, Rio de Janeiro.

A fórmula da traição

O povo brasileiro, nestes próximos dias, poderá deparar-se com uma das mais hediondas violações de sua boa-fé e seus direitos políticos, entre todas as que tem sofrido ao longo de nossa História. Trata-se da iminente decisão da Constituinte que, por um lado, prolongará até 1990 essa calamidade nacional em que se transformou o Governo Sarney. E, de outro, a extinção do direito, que lhe é negado há 28 anos, de eleger, pelo voto direto, o Governo de seu País.

É o que, inevitavelmente, ocorrerá se prevalecerem as confabulações e tramas parlamentaristas e continuístas que prosperam e se alinhavam neste momento na Constituinte. De lá, vêm todos os sinais de que finalmente está em sua fase conclusiva o grande conchavo entre Ulysses e Sarney. As próprias cúpulas do PMDB (Fernando Henrique, Pedro Simon, Moreira, Raphael de Almeida Magalhães etc.) já admitem despudoradamente que o parlamentarismo, a partir de 1990, com cinco anos de «mandato» presidencialista autoritário para Sarney, é a fórmula encontrada para o acerto. Que vergonha!

O “Sr. Diretas”, o venerando Sr. Ulysses Guimarães, depois de proclamar-se tantas vezes presidencialista, agora, na hora da decisão, complacentemente passa a apoiar o parlamentarismo... O que ele quer, mesmo, é ser Primeiro-Ministro; ou seja, chefe do Governo, mas sem o voto da população.

E, para isso, não hesita em impingir ao povo brasileiro a manutenção de Sarney na presidência por mais dois anos e, o mais grave, a própria derrogação, em definitivo, das eleições diretas, atraçando os compromissos solenes que assumiu perante o povo, nas ruas e praças públicas.

É exatamente isso o que está fazendo também a maioria do PMDB. Que os vassallos da ditadura desprezem ou temam o voto popular não pode surpreender ninguém. Mas, e dos que vieram da Oposição, o que dizer, senão que renegam suas promessas públicas, descumprem suas palavras empenhadas e traem a boa-fé e os sentimentos de nosso povo que os conduziu às suas funções de Constituintes. De defensores das eleições, transformaram-se em algozes do voto direto. Tudo isto ficará impune?

Seria possível a alguma pessoa honrada e honesta admitir que as multidões que encheram as ruas e praças deste País na campanha das diretas, desestabilizando a ditadura e abrindo caminho para a democratização do País estivessem querendo votar apenas num Presidente simbólico, num simples adorno de um regime parlamentarista? Pode alguém imaginar que aquelas imensas massas humanas desejassem que o Governo continuasse a ser escolhido por um colégio eleitoral, como é no parlamentarismo?

E como se justificam? Alegam que o parlamentarismo é mais “moderno” e progressista, quando, aqui mesmo no Brasil, esse sistema, por meio século sustentou o Império, o autoritarismo e a escravatura! Afirmam que é mais “democrático”, pois permite maior participação do povo nas decisões. Basta que se tome a própria Constituinte como exemplo para que se desnude esta falácia: qual foi o destino das chamadas “emendas populares”, dos milhões de assinaturas que as acompanharam, em defesa da reforma agrária, da estabilidade no emprego etc.? Enquanto estas submergiram nos escaninhos do Congresso, o que funcionou mesmo foi o poder de pressão dos grandes grupos econômicos

e de Sarney, com seus canais de rádio e tevê, capazes de mudar consciências e votos.

Por último, tentam argumentar que Sarney, seus Ministros e seus defensores estão com o presidencialismo. Sim, é verdade. Estão, por conveniência, para se manterem por mais dois anos com o poder imperial de que desfrutam. Mas é exatamente com eles que os parlamentaristas buscam acordos, e irão acabar por se acertarem todos, nos cinco anos de “mandato”, desde que se processe a tradicional e deplorável partilha de cargos públicos e dos despojos da Nação em crise. Depois, o importante é impedir que o povo, através de seu voto direto, livre, e incorruptível, possa escolher um governo de sua confiança, que enfrente a crise e ponha fim a esse período de degenerescência em que o país se encontra submetido.

A posição do PDT, do PT e das outras forças que permanecem coerentes e fiéis ao povo brasileiro é nítida e inquestionável: eleições diretas já, no mais curto prazo possível; diretas verdadeiras como exige nosso povo para eleger um Governo que represente a vontade popular, democraticamente investido de poderes para enfrentar a crise econômica e para tirar o Brasil da triste condição de país que ainda não deu certo.

No fundo, é isto o que os parlamentaristas procuram evitar. Sabem que do voto lúcido e honesto do povo brasileiro vai brotar uma torrente que irá mudar este País. O PMDB e os que a ele se acumpliciaram na traição à vontade

popular vão murchar nas urnas com a mesma rapidez com que incharam com a farsa do Plano Cruzado. Com o parlamentarismo, pretendem desviar esta torrente, que contém a vontade popular, para o nada, para o vazio de um presidente sem poderes.

E por que isso ocorre? O simples bom senso demonstra que a atual Constituinte – pela maioria de seus senadores e deputados – é representante das elites dirigentes e das oligarquias tradicionais do nosso País; isto é, dessa pequena minoria que sempre dirigiu e controlou a vida da Nação, e que é, pela sua incompetência e egoísmo, a única responsável por este estado de crise e carência, de atraso e de injustiça social em que nos encontramos.

O povo brasileiro assiste, perplexo, a tudo isto. Apoiase neste instante apenas num fio de esperança. No fundo, não consegue compreender que aqueles a quem confiou seu voto estejam por cassar o seu direito de votar para presidente, como fazia a ditadura. O povo brasileiro sabe que esse monstro, um parlamentarismo deformado, que não admite, na prática, a dissolução do Congresso, não passa de um indecoroso assalto ao poder, tal como ocorreu naquela madrugada de 61. O destino desse regime espúrio está condenado, como ocorreu em 61.

* * *

Programa do PDT – Sexta-feira, a partir das 20:30 horas, o PDT estará se dirigindo ao povo brasileiro, através de uma rede nacional de rádio e tevê.

Ao povo brasileiro

Usurpação e golpismo

Aproxima-se a hora da verdade. Dentro de algumas horas, na Constituinte, estará em jogo o resgate do mais sagrado direito do povo brasileiro: o de escolher, pelo seu voto livre e incorruptível, o Governo de nosso País. Durante mais de 20 anos, o regime militar impôs, pela força, essa brutal violação de nossa cidadania. Agora, políticos civis querem perpetuar, na própria Constituição da República, essa ignomínia, essa verdadeira cassação coletiva dos direitos políticos do povo brasileiro.

Estes dias são extraordinariamente ricos em lições e experiências políticas; são dias que valem decênios. A esta altura, tornou-se claro e simples (e trágico, também) para o povo brasileiro entender o significado das opções e atitudes que seus representantes venham assumir na Constituinte.

Enganam-se os que creem que o povo brasileiro não entende, claramente, que fixar cinco anos para o “mandato” de Sarney é prolongar essa usurpação intolerável. Pois, além de ser um governo que o povo não elegeu, tornou-se, com o passar do tempo, um verdadeiro descabro que está afundando o País. Estender essa agonia em plena crise, além de desastroso e impatriótico, é um acinte à vontade de nosso povo.

E, se a ameaça da imposição do parlamentarismo se consumir, aí então os cinco anos serão uma cruel e inevitável consequência daquela decisão. Os “entendimentos” Sarney-Ulysses-Roberto Marinho-Geisel, e mais os que se podem imaginar, conduzem a esta conclusão.

O parlamentarismo, nas atuais circunstâncias, não tem outro significado que não o de um golpe, um mal disfarçado assalto ao Poder. O

regime parlamentar significa extinguir as eleições diretas, como fez a ditadura. É o regime do voto indireto. É a volta ao Colégio eleitoral para a escolha do Governo e do Ministério. O Presidente que propõe eleger não terá funções de Governo. Será uma espécie de *rainha da Inglaterra*.

Como se vê, pretendem desviar os votos do povo para o vazio, enquanto os atuais Deputados e Senadores chamam a si o poder de escolher o Governo e governar.

O povo brasileiro reconhecerá legitimidade nesta Constituinte para proscrever o voto direto, restabelecer as eleições indiretas e o Colégio Eleitoral? Aceitará que os Constituintes se autoproclamem investidos de funções executivas quando foram eleitos para legislar, tomando essa decisão em causa própria?

O monstrengo parlamentarista que se está a partejar nasceria sob o signo da ilegitimidade: historicamente, nosso povo já o repudiou. Hoje, traz também a marca do oportunismo, pois não prevê a realização imediata de eleições gerais, ou sequer um plebiscito para legitimar-se; não consagra, de fato, o princípio da dissolução do Congresso com o chamado às eleições – princípio basilar deste sistema.

A prevalecerem as “articulações” parlamentaristas, o que se consumará na Constituinte é a reprodução civil dos mecanismos de que se servia o regime militar. Antes, as cúpulas da corporação castrense – o chamado Sistema – controlavam o Poder e formavam o Governo como queriam, através do Colégio Eleitoral. Foi preciso que milhões fossem às ruas para que isso terminasse. E com o parlamentarismo o que ocorrerá, senão a ditadura das cúpulas partidárias e parlamentares, que se imporá no Colégio Eleitoral do Parlamento, constituindo os Governos à custa de acertos e barganhas, sem o voto popular? Planejam, como na ditadura, manter sempre a população afastada das decisões. O povo fora de suas jogadas.

Parlamentarismo e cinco anos para Sarney

são faces de uma mesma moeda: a moeda falsa com a qual as oligarquias e as elites brasileiras têm, historicamente, gerido, em proveito próprio, os destinos desta Nação; ainda que, desta feita, alguns elitistas tenham o despudor de se autoproclamarem de esquerda.

O povo brasileiro, neste momento, não deixa dúvidas quanto ao que deseja. Quer votar o quanto antes para escolher um Governo legítimo que, democraticamente e ao lado de um Congresso fortalecido em suas prerrogativas, retome o controle e o desenvolvimento do País e detenha o processo vertiginoso de crise em que estamos mergulhados. Quer, portanto, eleições diretas de verdade, para valer, o que significa Presidencialismo democrático. E eleições já, em 15 de novembro deste ano.

É esta a posição do PDT, do PT e todas as forças que permanecem coerentes e fiéis aos seus compromissos públicos e defendem os anseios democráticos do povo brasileiro. É assim que votarão nossos Deputados e Senadores, honrando os votos que receberam para expressar e defender a vontade da população e não para renegá-la em seu próprio benefício.

Aos que vieram da oposição à ditadura e galgaram o mandato por assumirem a causa das eleições diretas, não têm outra alternativa. Os que desertarem desses compromissos, impondo arrogantemente o parlamentarismo e os cinco anos para Sarney, que não se surpreendam: vão enfrentar o povo brasileiro por toda parte, de dedo em riste, reclamando e protestando contra a usurpação e o golpismo.

Leonel Brizola

Presidente Nacional do PDT

Deputado Brandão Monteiro

Líder do PDT na Constituinte

TIJOLAÇOS

LEONEL BRIZOLA



Terceira série
(1988 e 1989)
Constituição —

Campanha presidencial.

A crise vem assumindo uma gravidade que passou a ser uma verdadeira ameaça aos direitos, à segurança e ao futuro de todos. É preciso questionar esta situação. É o que compete a todos nós neste momento. Cada um, da forma a seu alcance. É por isso que volto a estas publicações, oferecendo aqui ideias e conceitos que construí ao longo de 45 anos de vida pública.

Ao povo brasileiro (I) **A crise e seus responsáveis**

Quando uma Nação, como ocorre nestes tempos com o Brasil, mergulha tão profundamente na angústia de uma crise e não pode sequer suportar a ideia de que tudo continue se deteriorando cada vez mais, é porque se aproximam tempos sumamente graves.

O País está exausto. O povo – sua imensa pobreza, este mar de crianças, os trabalhadores, produtores e agora as classes médias – assolado pela miséria e pela crise, perplexo, presente que se está tocando no fundo; que esta situação não pode, de nenhuma forma, continuar.

As chamadas classes dirigentes – cúpulas governantes e grandes empresários que, por mais de duas décadas, vêm tutelando esta Nação – fracassaram rotundamente. Tornou-se imperativo afirmar com todas as letras: fracassaram e atiraram o País neste atoleiro! Tiveram a faca e o queijo na mão por quase um quarto de século. Nunca dependeram e nem ouviram a população para nada, em 25 anos.

Em suma: estas elites tiveram tudo, todo o Poder nas mãos e, por isso mesmo, sobre elas, agora, recai todo o peso da responsabilidade. Não têm mais como justificar sua incompetência e seu egoísmo, nem diante do povo brasileiro, nem perante a opinião pública internacional. Porque, realmente, é inaceitável que um País como o nosso tenha chegado a situação

tão deprimente e vergonhosa.

E o que é incrível é que estas mesmas minorias, que açambarcaram todo o poder de decisão, ainda costumam dizer que a culpa da crise é do povo brasileiro, que frequentemente o apontam como “atrasado”, “improdutivo”, “gente demais” etc. ... Que perversidade! E pior: teimam em continuar e a ditar receitas para o País. Outros têm o desplante de acusar de demagogos e populistas todos que os denunciam como responsáveis por esta situação de vergonha nacional.

Por temerem o drástico julgamento do povo brasileiro é que procuram, de todas as formas, postergar as eleições. Exatamente por isso concederam mais um ano de governo para Sarney. Com que justificativas, com que argumento, em nome de que razões poderiam prolongar por mais um ano um governo inepto, repellido pela população, senão por aqueles motivos inconfessáveis?

A nova Constituição, em que pese suas conhecidas incongruências, poderá vir a ser uma real esperança para o povo brasileiro, se for cumprida sua expressa determinação de convocar eleições no próximo ano.

Chegaremos até lá?

O povo brasileiro vem suportando estoicamente as provações da crise, como quem espera sua hora. As ameaças vêm do seio do próprio Governo, onde se encontram os círculos mais perigosos daquelas elites fracassadas, detendo em suas mãos ilimitados poderes de mando e envolvimento.

Em nome de suas funções constituintes, o Congresso manteve-se fechado por quase dois anos. O povo brasileiro espera que, agora, retome vigorosamente às suas atribuições, de controle e fiscalização frente aos desatinos e irresponsabilidades do Governo Sarney, que a esta altura já não inspira a ninguém um mínimo de confiabilidade. Para o povo brasileiro e para o Congresso, vigilância cívica sobre o Governo Sarney é o que se impõe!

* * *

Dois turnos – A exigência da maioria absoluta, como está sendo instituída em nosso País, não passa de um casuísmo. É uma espécie de salvaguarda das oligarquias e elites tradicionais contra a eleição de um candidato independente, que questione as cumplicidades e os privilégios dessas minorias e só tenha compromissos com o povo brasileiro. O PDT sempre combateu os dois turnos e a exigência da maioria absoluta por uma questão de princípio. No segundo turno, leva vantagem quem tem dinheiro, empregos e benesses para oferecer. O futuro governo é leiloado. Campeia a politicagem mais deslavada. E, afinal, que adianta eleger um Presidente, Governador ou Prefeito com maioria absoluta, em duas eleições, se não tem maioria no Legislativo? Maioria absoluta, sim, mas quando abrange Executivo e Legislativo.

Banerj (1) – Quase dois anos depois de sua irresponsável intervenção, o Banco Central, dia 18 último, arquivou o inquérito que procedeu no Banerj, levantando, também, o odioso bloqueio que impusera aos bens pessoais dos que colaboraram em meu Governo, ocupando cargos de direção no Banco do Estado.

Banerj (2) – Mais dia, menos dia é o que ocorrerá com os “processos” mandados instaurar pelo atual Governador, com a intenção vil de usar o Poder Judiciário para atingir os torpes objetivos de sua politicagem. Deixam de fora as falcatruas do chaguismo¹⁹ apuradas pelo próprio BC.

Banerj (3) – De há muito a opinião pública compreendeu que a intervenção no Banerj nada mais foi que um ato baixo e mesquinho, fruto do ódio político de Sarney e de Moreira, além do indiferente propósito de satisfazer os interesses dos grandes bancos privados, que sempre controlaram o BC e que nunca toleraram o crescimento do Banerj.

Facciosos, como sempre – Considerem os leitores se tivesse ocorrido em meu Governo o episódio do “estouro” do cassino da Rio-Petrópolis: uma operação em que um delegado da Polícia Federal desenvolveu à revelia e até às escondidas das autoridades estaduais? Os críticos do meu Governo – que tanto nos injuriaram, insinuando envolvimento com a contravenção – agora sequer exigiram explicações do Governador que apoiam e tanto fizeram para eleger. É aquela velha história: antes, oposição sistemática; agora, apoio incondicional.

19 Chaguismo: termo referente à prática política de Chagas Freitas, eleito por voto indireto governador do Rio de Janeiro. // Consistia no uso da máquina de governo de maneira fisiológica: emprego e loteamento de órgãos da administração pública em troca de apoio de parlamentar. // A atuação dos parlamentares era conhecida por ‘política da bica d’água’: trocavam pequenos benefícios do governo por votos. // Em secretarias e órgãos da administração indireta cada dirigente era indicado por um parlamentar diferente, de modo a que não ocorresse domínio de determinado deputado em uma área de governo. // Chagas era dono dos jornais populares O Dia e A Notícia, matutino e vespertino, respectivamente.

As funções de controle e fiscalização do Congresso estão suspensas há dois anos, em função da Constituinte. É necessário que a Câmara e o Senado voltem a funcionar e ponham um freio às irresponsabilidades do Governo Sarney, a esta privatização e conversão da dívida improvisadas e obscuras.

Ao povo brasileiro (II)

Travessia perigosa

Depois de tantos meses de indefinições, finalmente, chegou a Constituinte ao fim de sua missão. Foi um período rico de experiências e ensinamentos, assinalado por alguns avanços, mas também com penosas frustrações para o povo brasileiro. A maior destas, sem dúvida, foi a injustificável concessão de mais um ano para o Governo Sarney, à custa de envolvimento e pressões, de favores e benesses. Uma verdadeira mancha, sobretudo um gravíssimo erro.

De outra parte, alguns avanços importantes foram incorporados ao novo texto constitucional. A rigor, ainda não é possível avaliar a projeção prática destas conquistas.

O que se pode afirmar, é que se abrem perspectivas de reais transformações na vida brasileira, com a fixação da data para as eleições presidenciais. Um Governo legítimo e acatado, ungido pelo voto popular, é efetivamente uma perspectiva concreta para a urgente mudança de rumos da vida brasileira e, inclusive, para o encaminhamento de propostas que venham a sanar eventuais incongruências de uma Constituição marcadamente analítica e complexa.

Chegar até as eleições passa a ser, agora, o grande desafio para esta Nação. A própria sobrevivência da nova Carta depende, indissoluvelmente, da realização de eleições no próximo ano.

Até lá, a integridade da Constituição – recém-votada – estará submetida a uma única, mas grave e permanente ameaça: a existência do Governo Sarney, por se tratar de um governo comprovadamente incapaz diante da crise e não eleito; que tem em seu seio, bem no núcleo do Poder, a partir do próprio Presidente, figuras que apoiaram e foram grandes beneficiárias do regime de arbítrio, como os senhores Roberto Marinho, Antonio Carlos Magalhães e outros tantos. Em suma: do governo Sarney, e somente dele, é que podem surgir obstáculos e dificuldades para a plena vigência da nova Constituição e os horizontes que ela abre para o povo brasileiro, com a fixação da data das eleições.

A crise do magistério

Em qualquer País que se preze, em qualquer Nação que se preocupe com sua existência e sua soberania, a educação é sempre prioridade máxima. E aqui no Brasil? Em que pretendem transformar o nosso povo? O que desejam como destino para o País?

O ensino público é cada vez mais deficiente. Vem sendo sistematicamente degradado: além de deixar milhões de crianças fora da escola, suas estruturas estão se reduzindo a níveis deploráveis. Agora, no Governo Sarney, chegou a vez do próprio ensino particular ser desestruturado.

Há um estado generalizado de revolta no magistério em todo o País. Não se pense que se trata apenas de inconformismo diante de vencimentos injustos. Mais que uma reivindicação salarial, é uma atitude de indignação frente a um sistema educacional que está condenando o povo brasileiro ao atraso e à submissão. Transformam-no, assim, em presa fácil deste modelo econômico colonial que vem tornando insuportável a vida deste País.

O PDT, que tem a criança como prioridade maior, coloca-se junto ao professorado brasileiro em seus reclamos e inquietações.

Nenhum partido tem maior experiência e autoridade que o nosso em matéria de educação. E é esta experiência que nos persuadiu de que não há como fazer da educação o grande instrumento das transformações nacionais sem que, ao mesmo tempo, se eleve a padrões compatíveis e dignos o nível de vida do magistério. É a grande revolução que, urgentemente, precisa ocorrer neste País. Para salvar as novas gerações – o presente e o futuro desta Nação – será necessário exigir tanto do professorado brasileiro, que tudo aquilo que em seu benefício puder ser feito, será bem-merecido, diante de suas imensas tarefas e responsabilidades.

* * *

Descartáveis – Para as elites brasileiras os partidos são descartáveis. Vejam como inventam, criam, guardam nas prateleiras, extinguem ou juntam siglas em alianças conforme as conveniências do momento. O importante é confundir a população. Historicamente, as elites se mantêm no poder através de uma espécie de **partido único**. É o partido das elites, de todos os pretensiosos que ditam normas e receitas para o povo, um “frentão” que vai da autoproclamada esquerda – capaz de servir, por exemplo, aos senhores Sarney e Roberto Marinho – até a direita mais despudorada. Quando estão

ameaçados os interesses das oligarquias e classes dirigentes, o **partido único** entra em ação. Recordem o que se viu durante o Plano Cruzado e observem certas movimentações eleitorais e verifiquem se não é assim.

Incrível – Não posso entender como tantos fatos venham se passando neste País, sem que nada aconteça. O Governo Sarney (a título de ajuda pelos “danos” do Plano Cruzado!), beneficiou com um empréstimo de 100 milhões de dólares (!) o Sr. Mathias Machline, um montador de televisões (Grupo Sharp) do paraíso fiscal da Zona Franca de Manaus. Trata-se de um amigo pessoal do Presidente. Agora, concede ainda a Machline um canal de televisão em São Paulo (JB, 31 de agosto). O que ocorreria neste País se eu, Leonel Brizola, no meu Governo, cometesse a insensatez de permitir decisões como estas?

Mérito – O PDT orgulha-se de sua bancada na Constituinte. Sob a liderança do Deputado Brandão Monteiro, nossa representação conquistou, ali e junto à opinião pública, a mais alta credibilidade, por sua coerência, lucidez, autenticidade e espírito público; mesmo sofrendo discriminações de importantes órgãos de comunicação que, muitas vezes, atribuíram a outros suas propostas e iniciativas.

Construir milhares de escolas e promover incansavelmente a educação pública ao longo de toda a vida é uma prática populista? Ou populismo é iludir as pessoas, em troca de votos, com aparentes benefícios, que logo se voltam contra elas próprias, como ocorreu com o Plano Cruzado?

Ao povo brasileiro (III) As causas do fracasso

Quando alguém engana a população, traindo seus compromissos públicos, inevitavelmente acaba na situação em que hoje se encontram os senhores Saturnino Braga e Jó Rezende. Foi o mesmo que ocorreu, em escala nacional, com o Sr. José Sarney. Este, perdeu a capacidade de governar o País, ao destruir até mesmo aquele mínimo de credibilidade que todo governante necessita para gerir, com alguma eficácia, os negócios públicos. E não é outro o caminho que vem percorrendo o atual Governador do Estado. A população ainda tem em suas retinas e guarda em sua memória aquelas promessas solenes de que acabaria, em seis meses, com a violência e a criminalidade, que prosseguiria as obras dos CIEPs e outras tantas afirmações como estas, que tornaram evidente a sua deslealdade.

Saturnino, Moreira e Sarney têm este estigma em comum. Exatamente em consequência disso, suas administrações foram se desestruturando e perdendo os rumos do interesse público.

Neste caso da Prefeitura do Rio, o que alegam? Que a municipalidade está falida, que não tem dinheiro para pagar o funcionalismo e, até mesmo, para manter os serviços essenciais.

Não ousaram invocar supostas interferências ou pressões do PDT, porque não tinham como fazê-lo.

Tudo que têm são desculpas esfarrapadas, com que pretendem encobrir um quadro de distorções, de irresponsabilidades e, sobretudo, de incompetência. O que fizeram, em lugar de administrar, foi transformar o Palácio da Cidade em sede partidária, num antro de politicagem. Admitiriam – conforme denúncia do Deputado Eduardo Chuahy – cerca de 30 mil funcionários. Criaram mais quatro secretarias e nada menos que seis novas estatais. Desorganizaram a arrecadação. E o que foi feito dos empréstimos federais, equivalentes a quase 500 milhões de dólares?

Quando exerci o Governo do Estado, nem a Prefeitura²⁰, nem minha administração recebeu qualquer dinheiro novo de empréstimos da União, do exterior ou de quem quer que seja. Mesmo assim, pagamos em dia o funcionalismo estadual e municipal e até elevamos o valor real dos seus vencimentos; pusemos em prática a paridade salarial para os servidores aposentados. Além disso, reunimos esforços, Estado e Prefeitura, e investimos firmemente. Nenhum Governo Estadual ou administração municipal, até hoje, neste País, realizou um plano de educação tão amplo como o dos CIEPs, que Moreira e Saturnino vêm abandonando, impiedosamente, em função de seus ódios políticos e preconceitos elitistas.

Tudo isto é profundamente triste e lamentável. Mas, ao menos, estamos nos aproximando do momento em que a população, através de eleições democráticas, terá a oportunidade de superar todo este quadro de desilusões e dificuldades.

* * *

Corre-corre – Nos principais centros financeiros internacionais estabeleceu-se, nestes dias, um verdadeiro corre-corre para fechar todos os

20 Até 31 de dezembro de 1985, prefeito de Capital era indicado pelo Governador e eleito pela Assembleia Legislativa.

acordos, assinar todos os papéis e contratos sobre a dívida externa, antes que a Constituição seja promulgada e passe a vigorar a exigência de que todo o endividamento externo venha a depender da aprovação do Congresso. Como é de imaginar, criou-se, lá fora, um clima de liquidação, uma espécie de “salve-se quem puder”. Como nunca, tornou-se indispensável uma rigorosa auditoria sobre todos os detalhes de nossa dívida externa.

Inescrupulosos – É tão inescrupulosa a intenção de esconder e isentar o atual Governador do Rio de Janeiro de tantas questões em relação às quais ele é o principal responsável que, neste episódio deplorável da suspensão das aulas nas escolas públicas por três meses, qualquer dia, vão acabar dizendo que a culpa de tudo é das crianças.

Congresso da CUT – Têm chegado ao meu conhecimento muitas manifestações de estranheza – principalmente de parte de sindicalistas – pelo fato de eu não ter comparecido (nem mesmo nosso Partido estar representado) ao recente Congresso da CUT em Belo Horizonte. Esclareço a todos: simplesmente não fomos convidados; nem eu, nem o PDT.

Relações internacionais – Os companheiros César Maia e Tito Ryff, ambos destacados economistas, representaram o PDT na reunião (dias 8 e 9 deste mês, em Berlim) do Comitê de Política Econômica da Internacional Socialista sobre o papel do FMI, do Banco Mundial e do atual Sistema Financeiro, frente ao dramático endividamento das nações. Com delegações dos principais países do mundo, o encontro foi instalado por Willy Brandt.

Movimento de Mulheres do PDT – Para integrar a Comissão Provisória do Movimento de Mulheres do PDT, foram designadas as seguintes companheiras: Lígia Doutel de Andrade (coordenadora), Lícia Peres, Teresinha Zerbini, Edialeida Nascimento, Yone Groff, Maria Lúcia Kamache e as deputadas constituintes Wilma Maia e Rachel Cândido.

Câmara – Não é verdade que o PDT seja responsável por tudo o que acontece na Câmara Municipal do Rio. Em 33 vereadores, o PDT tem 14, frente aos 19 dos demais partidos (PMDB, PFL, PDS, PTB, PSB, PT etc.).

O Governo Sarney prepara um novo choque: o “Plano Cruzado” destas eleições. Agora vai ser um choque avalizado pelo FMI. É a consequência da política de privatizações, da conversão e, agora, dos contratos da dívida externa: o cumprimento das exigências do Fundo.

Ao povo brasileiro (IV) Os contratos da cumplicidade

Quando o povo brasileiro tomar conhecimento, por inteiro, dos fatos e se aperceber da gravidade destes episódios, toda a Nação mergulhará num estado de indignação, de assombro e de vergonha. Vejam o que se passou aparentemente despercebido pela imprensa brasileira:

1 – A Constituinte aprovou, há meses, e desde então está incluída no texto definitivo da nova Carta, a exigência de que os contratos da dívida externa devam ser obrigatoriamente aprovados pelo Congresso (Art. 49, inciso I). A Constituição, como está anunciado, vai ser promulgada daqui a apenas dez dias (dia 5 de outubro).

2 – Sempre que suas prerrogativas possam ser atingidas ou violadas, o Plenário da Assembleia Constituinte tem a faculdade de sustar previamente quaisquer atos ou decisões do Executivo.

3 – Nestes últimos dias, através do Ministério da Fazenda e do Banco Central, representados por tecnocratas (senhores Mailson da Nóbrega e outros, em Brasília e em Nova Iorque), o Governo Sarney tratou de acelerar e ultimar, a toque de caixa, os acordos e contratos de renegociação de 2/3 da dívida externa. Com efeito, na última quinta-feira, dia 22, enquanto em Brasília a Constituinte já sacramentava a redação final da Constituição, já anteriormente aprovada em

Nova Iorque, os tecnocratas assinavam, em nome do Brasil, os maiores contratos de endividamento de nossa história. (82 bilhões de dólares!)

4 – Antes mesmos de os fatos se consumarem em Wall Street, a bancada do PDT denunciou esta sombria coincidência que, logo a seguir, se tornou uma flagrante violação de uma norma já aprovada e incorporada ao texto constitucional. O Deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, apresentou publicamente, em Plenário, um **Projeto de Decisão**, subscrito por 207 Constituintes, determinando a suspensão daqueles contratos e de seus efeitos, até que o Congresso os examinasse.

5 – O Presidente da Constituinte escusou-se, alegando que não poderia submeter aquela proposta ao Plenário, sem que fosse, pela Mesa, designado um relator. Foi encarecida a urgência: o assunto não poderia ficar para o dia seguinte, quando tudo estaria consumado. Mas o Sr. Ulysses fez-se de desentendido, e tratou de passar para outras matérias.

6 – Voltou o Deputado Brandão Monteiro, então, pedindo que o Presidente da Mesa colocasse em votação projeto de idêntico teor, que está há meses na gaveta do Sr. Ulysses, aprovado pela Comissão de Sistematização e, portanto, já com relator, parecer e tudo o mais que pudesse ser exigido. E o que ocorreu então? O Dr. Guimarães continuou se fazendo de desentendido e, novamente, passou para outros assuntos e encerrou a sessão.

7 – Estes são os fatos – graves, muito graves. Suas implicações sobre a vida brasileira e os interesses nacionais são as mais danosas e duradouras. A decisão de incluir na nova Carta a exigência de aprovação prévia para esses contratos foi, então, para não valer? Alega-se que a Constituição só entrará em vigor daqui a dez dias. Será lícito, então, que o Governo ali a cem metros, agisse e assinasse contratos de enorme repercussão, ainda mais com esse afrontoso açodamento, nitidamente com o propósito de fugir ao controle do Congresso e da opinião pública? O julgamento sobre o que fizeram

os “representantes” do Governo do Brasil, até mesmo por parte de funcionários dos bancos estrangeiros, foi o pior possível. O “corre-corre” e a rendição dos acertos finais tornou-se um escândalo naqueles ambientes. Os bancos conseguiram, no essencial, o que queriam. O acordo não traz nenhum dinheiro novo para investimento, a não ser através da chamada “conversão”. A dívida aumentou. Fizeram-se empréstimos apenas para pagar juros. E estes, a partir de agora, são maiores ainda. Em Nova Iorque, fala-se que as comissões e lucros desse acordo, que têm destinos indiscriminados, chegam à astronômica cifra de 640 milhões de dólares. Mais do que nunca, tornou-se urgente e imprescindível uma auditoria insuspeita sobre a dívida externa.

8 – A rigor, do Governo Sarney não se podia esperar nada diferente. Um governo sério e respeitável jamais procederia dessa forma. Acima de tudo, sentir-se-ia impedido, por uma questão ética e moral. A Constituinte – o Poder sobre todos os Poderes – tendo já manifestado formalmente sua vontade, como poderia o Governo afrontar suas determinações, ainda mais ao firmar compromissos com autoridades estrangeiras? E pior: com o agravante de que aqueles contratos retiram o assunto do Congresso por mais de 20 anos, se esse for o desejo dos banqueiros internacionais.

9 – A ignomínia não termina aí. Esses contratos, além de obscuros, são ruinosos para o País. Acima de tudo, eivados de ilegitimidade, porque estão sendo feitos à revelia e às escondidas do povo brasileiro, como nos tempos do arbítrio, à semelhança do que ocorreu com os contratos de risco e o desastroso acordo nuclear. Falam em prazos generosos e períodos de carência etc... E os juros, quem os discutiu? E as onerosas “comissões” embutidas nos contratos? Será que todos os países pagam estes custos por cada dólar emprestado?

10 – Para assinar esses contratos, o Governo Sarney vem cumprindo certas exigências, como sejam: **privatização** – entrega do filé mignon do patrimônio público, de tal modo que as estatais

rentáveis passem no final para as mãos das “múltis”; **conversão da dívida** leiloando ações e abrindo campo aos traficantes cambiais. (Não é outra coisa senão o que ocorre com os devedores que acabam leiloando seus próprios móveis e utensílios). E agora, o cumprimento de uma velha exigência dos banqueiros internacionais que nem a ditadura ousou atender: a abertura do País aos bancos estrangeiros, através desta farsa dos chamados “Bancos Múltiplos”.

11 – E da maioria da Constituinte, e, sobretudo, de seu presidente, o que dizer? No mínimo – claro, como dois e dois são quatro – por intenção ou omissão, tornaram-se coniventes com aquele ignominioso procedimento do Governo Sarney. Tudo é mais triste ainda, quando se constata que a Constituinte fez-se cúmplice da violação de suas próprias decisões. (Que fariseus!).

12 – A dívida externa, de agora em diante, não pode mais ser chamada somente de “dívida da ditadura”, de Geisel, de Roberto Campos, Simonsen e Delfim, nem desse apêndice do arbítrio que é o Governo Sarney. A partir de agora, a dívida externa passa a ser a herança amarga também do PMDB e de seu presidente. Se quisessem, poderiam sustar aqueles contratos lesivos à Nação, como seria mais que prudente, até imperioso fazer.

13 – Nenhuma pessoa de bem pode estar a favor desses contratos, no mínimo pela forma aética e sub-reptícia como foram feitos, elidindo as instituições. O povo brasileiro e todos os que amam este País não só rejeitam esses contratos, mas os consideram nulos de pleno direito. E o são por vício formal, por vício ético e por vício de legitimidade. Representam um verdadeiro menosprezo aos esforços e sacrifícios que o povo brasileiro vem fazendo para restaurar e institucionalizar uma ordem democrática. Acima de tudo, para uma Nação como a nossa – mergulhada na crise, na inflação e na miséria – sem nenhuma dúvida esses contratos leoninos significam um atentado gigantesco aos direitos humanos do povo brasileiro.

O que a nova Constituição trouxe de mais importante foi a fixação da data para as eleições presidenciais. Tanto que a sorte da própria Carta depende da realização das eleições em 89. Até lá teremos uma travessia cheia de perigos. Chegar até lá é o grande desafio do povo brasileiro.

Ao povo brasileiro (V)

Verdades irrefutáveis

1 – Jamais seremos um país desenvolvido e respeitado, degradando e destruindo nosso povo. Não haverá desenvolvimento econômico sem que se resgate, acima de tudo, o povo brasileiro desta situação de miséria, de atraso e de abandono. A tarefa mais prioritária e urgente deste País é a salvação de nossas crianças e adolescentes da fome, da doença, da degenerescência e do abandono, ensejando-lhes educação e assistência integral. Escolas como os CIEPs e atendimento pré-escolar por todo o Brasil não custarão nada diante do que está representando para o País a destruição de seu maior patrimônio, que é o povo brasileiro.

2 – A história moderna das Nações demonstra que não há chance de desenvolvimento próprio, autônomo, autossustentado, sem que se reduzam, firmemente, os níveis de desigualdade social. Renda, salários, poder aquisitivo, mercado interno, cada dia mais expressivos. Exatamente o contrário do que vem ocorrendo conosco. Nossa economia, em perda, cresce. Chegou a ser a oitava do mundo. Paradoxalmente, porém, estamos submergindo na crise, na miséria e na dependência. Não é outra coisa, senão a natureza colonial do crescimento da economia brasileira. Isto não é desenvolvimento.

3 – Pode o Brasil alcançar seu destino próprio como Nação sem assumir plenamente a

natureza de seu povo? Para começar, já a construção da democracia brasileira deve ter como fundamento uma atitude: precisamos assumir e nos orgulhar de nossa condição de povo miscigenado. Sem isso não conseguiremos construir um sistema democrático, jamais seremos livres e, muito menos, felizes. Nas veias da enorme maioria de nossa gente corre o sangue africano, puro ou misturado. Aqui, no Brasil, portanto, também a democracia terá de ser morena, ou não será democracia.

4 – Nunca, como agora, nesses tempos de crise e miséria, ficou tão patente que o Brasil é uma Nação que ainda não deu certo. Por quê? Culpa de quem? A quem se deve esta situação deprimente em que nos encontramos, senão às elites dirigentes de nosso País, que até agora tudo decidiram à revelia do povo brasileiro. Ao nosso povo é que não cabe nenhuma responsabilidade. Chega-se, assim, a uma conclusão obrigatória: a incompetência das elites tradicionais de nosso País. Precisamos questioná-las energicamente, tal a gravidade da situação a que chegamos.

5 – A causa profunda e verdadeira da inflação está nas crescentes perdas internacionais da nossa economia. Escondem do povo esta verdade. Todas as “causas” que alegam são secundárias: em geral, efeitos e vícios decorrentes daquela, as quais, logicamente, agravam e complicam o processo inflacionário. É por isso que os atuais recordes de exportação (forçada) correspondem aos atuais recordes de inflação.

6 – Quantas vezes tentam nos desmerecer chamando o trabalhismo e a todos nós de “ultrapassados” e a si próprios – e a seus coadjuvantes – de “modernos”! Mas haverá algo mais antigo, na sua essência, que este modelo econômico-social que eles insistem em manter sobre o País? O que há de mais velho que o colonialismo, que a submissão aos interesses estrangeiros, que a formação de camadas de privilegiados à custa de milhões de homens e mulheres reduzidos à miséria e à degradação? O novo, o

verdadeiramente novo no Brasil, é a ideia de derrogar este modelo econômico, e partir para uma nova vida, de liberdade, de desenvolvimento e de justiça social, como tantos povos já fizeram, alguns deles com muito menos recursos naturais e de formação muito mais recente que a nossa. Digam o que disserem, nós é que representamos o novo, o moderno. E é exatamente por isso que nos temem.

7 – Como exigência do açodado acordo com os credores externos, abriu-se o sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro. O ex-ministro Sayad, o ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e outros tecnocratas do alto escalão da área econômica da Velha e da Nova República tornam-se sócios dessa nova e perigosa penetração do capital estrangeiro no País. Isto nos dá uma ideia da cumplicidade que vem lesando e comprometendo este País. Através dos bancos, forma-se um sistema de vasos comunicantes com o exterior, por onde se exerce um processo de sucção drástico e irresistível para uma economia como a nossa. Para subjugar a inflação no Brasil é imprescindível um controle rigoroso sobre os bancos e instituições financeiras. De nenhuma forma, porém, como vem ocorrendo com este do Banco Central, cujos dirigentes têm sido recrutados justamente entre os altos executivos do sistema financeiro privado. O escândalo de quinta-feira

última é uma comprovação do que estamos afirmando. E o novo diretor do BC, com os mesmos vícios de origem, procede da Corretora Roma (RO de Roberto, MA de Marinho – **O Globo**, 14 de outubro).

8 – Na imprensa internacional, a promulgação da Constituição passou sem o menor registro sequer nos grandes jornais. Estou convencido de que esta reação deveu-se ao corre-corre do acordo da dívida externa (negociação de 82 bilhões de dólares) – feito nas vésperas da entrada em vigor da nova Carta – para evitar que, como esta prevê, o assunto fosse examinado pelo Congresso. Não terá sido a passividade cínica com que a maioria da Constituinte e seu Presidente encararam a violação de uma norma já aprovada que causou, no exterior, este descrédito sobre o significado da promulgação da nova Carta?

9 – Quem são os populistas? Serão os que criam, constroem e organizam escolas dignas para a população ou aqueles que enganaram o povo com o Cruzado? Populistas, mesmo, são os que pensam e agem, no Governo e fora dele, não para servir à população, mas para servi-rem-se dela, cinicamente. Nós, trabalhistas, temos uma história de coerência e fidelidade ao povo brasileiro. O trabalhismo é o popular, é autóctone: é um movimento que nasceu de nossa própria realidade social.

A Marcello Alencar e Roberto D'Ávila, a todos os companheiros do PDT ou por nós apoiados – que assumem amanhã os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador – formulo meus sinceros votos de êxito nas tarefas que a população lhes atribuiu e o reconhecimento pela firmeza, pela coerência e pela sensibilidade social que os fizeram merecer o voto popular e que não deo acompanhar ao longo de seus mandatos.

Ao povo brasileiro (V) O fim de uma época

Nestes momentos de alegria e confraternização, estamos sentindo, no fundo de nós mesmos, que esta passagem de ano não é como as anteriores. Respira-se um clima de insatisfação e de apreensões. Olhamos para nossos filhos e netos com perplexidade, sentindo por eles, certamente, um amor muito mais profundo. É que não conseguimos aceitar que recaiam sobre eles tantas ameaças e incertezas. Pois não é este, de forma alguma, o País que sempre desejamos para eles.

Chegamos a uma situação que de nenhuma forma pode continuar. O atual sistema econômico é um tecido podre. Não suporta, como até aqui, novos remendos. Tornou-se uma afronta aos direitos humanos do povo brasileiro e à própria dignidade da Nação.

Estamos presentindo o fim de uma época. De outra forma, seria admissível que esta crise continue se agravando mais e mais sem nenhuma consequência? Que a inflação e os preços continuem a subir dessa maneira? Mais empobrecimento geral e mais acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria? Mais dívida externa e juros ainda maiores? Mais destruição

da natureza? Cada dia mais criminalidade e violência, com novas matanças de jovens e adolescentes? E em que está se transformando a moeda de nosso País? E as nossas crianças que aos milhões se degeneram pela fome e pelo abandono?

Nunca o Brasil se submeteu a uma situação tão humilhante diante do mundo. Somos a oitava economia mundial, mas chegamos, este ano, a uma inflação anual de praticamente mil por cento. Órgãos técnicos da ONU colocam o Brasil entre aquelas nações para as quais as previsões são das mais pessimistas quanto às condições básicas de vida de seu povo, em especial de suas crianças.

É inconcebível a continuidade desse processo de deterioração moral e material da vida brasileira. E quem são os responsáveis pelas decisões que nos levaram a esta situação? Quem, senão as chamadas classes dirigentes, as elites brasileiras, que sempre decidiram sobre tudo? Minorias que, sem explicações para seu fracasso, chegam ao cúmulo até mesmo, de culpar o povo brasileiro, exatamente, a grande vítima.

Conduziram-nos a esta tragédia e a esta vergonha. A verdade destes tempos é que a maioria de nossas classes dirigentes não passa de uma casta pretensiosa, de uma impostura. Historicamente, tem sido insensível, desumana e incapaz. Tanto é assim que o Brasil é um país que ainda não deu certo. E isto se deve ao que se tem apontado como incapacidade histórica das elites brasileira. Talvez em nenhuma outra época, como agora, tantos políticos, tecnocratas, empresários negociatas, intelectuais e profissionais condicionados asfixiaram de forma tão drástica o organismo da Nação. Formou-se uma espécie de crosta de interesses antissociais e antinacionais, envolvendo e sufocando a vida brasileira. É a cumplicidade, à qual sempre nos referimos, que mantém este sistema econômico colonial. E ainda procuram

21 Publicado com número repetido. O número 5 foi publicado em 16 de outubro de 1988.

“ideologizar” – utilizando-se de velhos chavões e preconceitos – as denúncias de que tudo isto não passa de um mecanismo de rapinagem e usura internacional sobre a economia brasileira.

E mais: dizem que protestar contra isso é arcaico e ultrapassado. O “moderno” seria entrosar-se, submeter-se, deixar-se colonizar em troca de algumas migalhas, enquanto se aviltam e se destroem os valores da nacionalidade. É por isso que este sistema econômico está no fim, não pode continuar. Acima de tudo, portanto, constitui-se numa afronta aos brios e à dignidade do povo brasileiro.

Urge remover esta crosta de interesses e de cumplicidades, a fim de que o povo brasileiro consiga respirar. Felizmente nosso País possui vigorosos contingentes de profissionais, intelectuais e lideranças independentes, nas grandes cidades e no interior, e até de empresários modernos, que sabem que só haverá desenvolvimento econômico se houver um povo desenvolvido. E que jamais chegaremos ao desenvolvimento apenas assimilando como usuários a tecnologia de segunda classe que as multinacionais nos exportam.

Na nossa história, encontramos momentos em que o País atravessou situações semelhantes à atual. Há um século, nos últimos anos da Monarquia, também o Brasil vivia um impasse.

O modelo econômico de então, baseado na escravatura, tornara-se um escândalo. Sustentava-se na mais hedionda exploração humana: a escravidão; mantinha-se pelo autoritarismo e tornara-se incapaz de oferecer perspectivas ao País. Era apenas, como atualmente, um mecanismo para enriquecer aquela subnobreza, uma casta de privilegiados, e, principalmente, as potências europeias. Como agora, naquela época, a maior parte de nossas elites ocupava-se somente em seguir os padrões e os valores das Cortes estrangeiras, sem se importar que, à sua volta, milhões e milhões de seres humanos, na mais cruel miséria, sofressem privações indescritíveis.

O novo ano traz consigo todo um simbolismo, que estimula a nossa esperança: 100 anos da República e da Federação. Há um século, portanto, colocou-se um ponto final no modelo econômico inviável que a casta monárquica teimava em manter. Os tempos são outros e os métodos e os caminhos também. Afastado das urnas por quase 30 anos, no mesmo dia 15 de novembro, agora em 1989, o povo brasileiro também vai dizer um não, rotundo, ao modelo econômico das atuais oligarquias dominantes. Aí, sim, será a verdadeira República, sonhada em 1889, democrática e impregnada de Justiça Social.

As mais recentes e insuspeitas pesquisas não deixam dúvidas: 70% da população não depositam a menor confiança no Governo Sarney; 84% veem os salários contidos pelo novo “plano”; 63 rejeitam o fim da URP²². Al estão os frutos amargos da ambição, da infidelidade aos compromissos públicos e a traição ao povo brasileiro. É por isso que este Governo, rejeitado pela Nação, passou a ser danoso para a institucionalização democrática.

Os “salvadores da Pátria”

1 – O povo brasileiro vem recebendo com amargura e descrédito o recente pacote de medidas econômicas do Governo Sarney. A rigor, não poderia ser outra sua reação. A natureza deste Governo, seus antecedentes e sua incapacidade são por demais comprovados por todos. A população, ao longo destes anos, construiu seu julgamento sobre Sarney e seu Governo, de tal forma que não se deixará enganar, desta vez. Da generalidade das pessoas de bem, os atuais governantes não podem esperar nada, a não ser desconfiança e repulsa.

2 – Mas quanto ao chamado Plano “Verão”, propriamente dito, o que acontecerá, quais suas consequências? Quem quiser saber o que, dentro de algum tempo, estará se verificando em nosso País, deve observar o que ocorre, neste momento, na Argentina. É que, assim como o Cruzado foi uma imitação do Plano Austral argentino, também agora, com a mesma fidelidade a certos compromissos internacionais, o chamado “Plano Verão” é a versão brasileira do “Plano Primavera”, baixado há poucos meses pelo Presidente da Argentina, Sr. Raul Alfonsín. Nos primeiros meses, naquele País,

a inflação, como o fazem aqui, foi reprimida à custa do confisco dos salários e das rendas da população. Mas, já agora em dezembro, terceiro mês da aplicação do Plano, ela volta à escala anterior, atingindo cerca de 9% ao mês. Para janeiro, todos preveem uma elevação ainda maior, com uma taxa de inflação que, em 12 meses, ultrapassa os 200%.

3 – Mas se a inflação volta em tão pouco tempo, o que leva o Governo a baixar medidas como as do Cruzado, ou como agora, do “Plano Verão”? É que esses pacotes – como verdadeiros espasmos de um sistema econômico em crise – transferem os ônus do processo inflacionário para a massa da população. E, com isso, conseguem as oligarquias e classes dirigentes do nosso País e seus governos, por algum tempo, preservar esse modelo econômico colonial, reprimindo os índices de inflação à custa do empobrecimento popular. Esses “planos de contenção” da inflação são tanto mais frequentes quanto mais se torna inviável o modelo econômico, como acontece, nestes tempos, em nosso País. E isto ocorre porque as causas profundas e reais da inflação permanecem intocadas.

4 – Ora, as verdadeiras causas da inflação encontram-se nas perdas internacionais de nossa economia, seja através desta brutal dívida externa e de seus juros, cada dia mais extorsivos; seja em consequência de relações econômicas injustas, num contexto de cumplicidades e de interesses privados inconfessáveis. Estamos fazendo, neste momento, um esforço sobre-humano de exportação. Atingimos saldos comerciais gigantescos. Vendemos, a qualquer preço, os frutos do trabalho do povo brasileiro, nossas riquezas naturais e até o que necessitamos para viver. Mesmo assim, submergimos num mar de inflação. E para que todo este sacrifício; tão somente para atirar tudo isso na voragem

²² URP (Unidade de Referência de Preços) foi criada em 1987, pelo então ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Este mecanismo reajustava preços e salários, a cada três meses, com a aplicação do índice da URP, calculado a partir da inflação do trimestre.

da dívida? O que resulta para o Brasil e para a grande maioria do seu povo, senão mais pobreza, mais atraso e devastação, com a dívida crescendo ainda mais? O País alcançou um saldo de 19 bilhões de dólares com as exportações em 88, e agora não tem sequer meio bilhão para completar o pagamento deste ano dos juros da dívida! Positivamente, continuar tudo isso nessa marcha é uma monstruosidade.

5 – O que vem se verificando aqui, na verdade, são “políticas de governo” que passaram a utilizar a inflação – agravada deliberadamente – como pretexto para baixar pacotes de medidas e produzir “choques”, resultando numa brutal transferência de renda, em prejuízo dos salários, das classes médias e dos produtores do interior. A população, angustiada pela escalada inflacionária – como se viu no Plano Cruzado e agora – é pressionada publicamente, mesmo com salários e rendas rebaixados, a fim de que aceite e tolere mais sacrifícios em nome do combate à inflação. “Dos males o menor”, dizem. O Governo se apresenta, então, como “Salvador da Pátria”, inclusive se autoexaltando por revogar atos que ele próprio praticara. Reassume uma postura ditatorial e pratica atos discricionários. Manipula a inflação, utilizando-a como instrumento de poder para manter-se e fazer eleitoralismo e, o que é pior, para aprofundar o modelo econômico e com isto preservar os privilégios das castas dominantes.

6 – Desta vez, o arrocho salarial e o confisco das míseras rendas de nosso povo atingiram níveis muito mais drásticos e corrosivos que os do Plano Cruzado. O Governo Sarney, de maneira cínica, estimulou, patrocinou e participou ele próprio desta desavergonhada remarcação de preços e tarifas nos dias que antecederam o “congelamento”. Esta correria louca dos aumentos, esta especulação desenfreada, estima-se, irá produzir uma inflação **real** (não oficial, expurgada) de mais de 50% em janeiro, que os salários – estes sim, de fato, congelados – não vão poder recuperar. Trata-se de uma iniquidade,

de um assalto aos já aviltados salários do povo trabalhador; particularmente, atingindo aos mais fracos: os aposentados, que não podem sequer negociar aumentos ou mesmo reivindicar através de greves. O Governo, friamente, lava as mãos e abdica, até mesmo, de regular e intervir na política salarial, como se o trabalho humano, num país como o Brasil, fosse uma simples mercadoria, cujo preço deva ser fixado pelas práticas do colonialismo ou do capitalismo selvagem.

7 – O funcionalismo público e o elenco de empresas estatais que vêm sustentando o nosso desenvolvimento – até algum tempo tão exaltados e até mesmo parte do orgulho nacional – agora estão sendo enxovalhados, apresentados como se fossem “os vilões da Pátria”. Este é o triste papel a que se entregam, neste momento, as classes dirigentes, a maioria de seus meios de comunicação e, principalmente, as altas autoridades da República, a começar pelo Presidente Sarney; ele próprio uma espécie de cria ingrata do setor público brasileiro. Enchem as folhas de pagamento de apaniguados e parentes e, depois, jogam nas costas do funcionalismo de carreira e nas empresas públicas as culpas das enormes despesas com pessoal e da ineficácia dos seus serviços.

8 – Quanto às estatais, depois que ascenderam ao Poder os Robertos Campos, os Simonsens, os Delfins, os Funaros e outros tantos ditadores da economia altamente remunerados no setor privado, inimigos jurados do setor público, constitui-se num verdadeiro milagre que ainda algumas delas funcionem com um mínimo de eficiência. Há quase 30 anos procuram destruir as nossas estatais estratégicas, inclusive nivelando-as a “empresas” assumidas pelo Estado em função de falências fraudulentas e negociatas. Se estas estatais resistiram até agora é porque são verdadeiramente essenciais ao desenvolvimento autônomo da nossa economia. O que este País necessita é de um Governo responsável que promova a

profissionalização e a democratização do setor público. Não se trata de estatizar por estatizar. Só um insensato ou vendilhão de nosso País admite entregar um setor estratégico ao controle e domínio das multinacionais. Muito menos, é admissível privatizar por privatizar, dilapidando, transferindo – a preço de banana e com financiamentos favorecidos – o patrimônio público aos interesses privados, sem nem mesmo exigir a democratização do capital ou um mínimo de garantia contra o seu repasse a grupos estrangeiros.

9 – O povo brasileiro assiste, estarecido, a tudo isto. A Nação e o Congresso – este se ainda quiser redimir-se diante da opinião pública por ter dado, insensatamente, mais um ano a esse Governo – precisam resistir a essas arbitrariedades e injustiças, atentatórias, muitas delas, à própria sobrevivência do povo brasileiro; defender intransigentemente o patrimônio público e resistir para preservar as instituições democráticas, com a realização de eleições livres e honestas.

Nº 7 – 29 de janeiro de 1989

Agora, sim, o meu apelo a todos os meus compatriotas, homens e mulheres de todas as gerações, aos nossos companheiros, companheiras e amigos de toda parte. Está na hora de cada um de nós fazer o que estiver ao seu alcance e contribuir materialmente, mesmo com algum sacrifício. Estamos a menos de dez meses das eleições e, apenas, a dois ou três meses da campanha política presidencial. Desprestigiadas e em crise, as velhas oligarquias conservadoras do nosso País, que vêm da ditadura e sobrevivem à sombra do Governo Sarney, já andam aí falando de novo em Parlamentarismo. A partir de agora, precisamos estar atentos e mobilizados para defender as eleições.

Iniquidade

O Congresso deliberou de madrugada, na noite de sexta-feira para sábado. A maioria aprovou, na íntegra, a Medida Provisória nº 32 (coração do recente pacote), naturalmente contra os votos do PDT e de outros pequenos partidos. Os senhores Sarney e Ulysses voltaram a jogar juntos. E a Nação sabe o quanto lhe custa sempre que essa dupla entra em entendimento.

Estabeleceu-se, como no caso em que se concedeu mais um ano para o atual Presidente, uma composição majoritária que finalmente consagrou o arrocho salarial. Prometeram um “abono”, a ser pago em três parcelas mensais, visando a recuperar apenas em parte as perdas salariais dos trabalhadores ocorridas em janeiro, sem levar em conta, na prática, a escandalosa remarcação de preços anterior ao “congelamento”.

Com tal promessa, foi aprovado o essencial do chamado Plano Verão. Referendaram, sem discutir, uma cláusula absurda e iníqua – flagrantemente inconstitucional – proibindo a Justiça do Trabalho de conceder aos trabalhadores a recuperação das perdas salariais de 1988, apesar das advertências e da firme oposição do PDT, até as 5:30 horas da manhã de sábado.

A rigor, o povo brasileiro, depois que deram mais um ano para o Governo Sarney, quase nada podia esperar a seu favor.

Os lucros da dívida

1 – Os jornais vêm divulgando os balanços, com grandes lucros, dos bancos estrangeiros do último trimestre de 88. Expressamente revelam que o Citybank alcançou um lucro líquido de US\$ 747 milhões naqueles três meses, sendo que US\$ 436 milhões saíram dos cofres brasileiros; no “Chase”, que lucrou US\$ 275 milhões, nada menos que US\$ 217 milhões foram lucros com o Brasil. Outros três bancos – o Morgan, o Hanover e o Chemical – lucraram, nestes 90 dias, US\$ 771 milhões, dos quais US\$ 451 milhões foram lucros com operações com o Brasil. Foi por isso o corre-corre dos representantes do Governo Sarney, em Nova York, para assinarem os acordos de renovação da dívida, antes que se promulgasse a Constituição, quando já se aprovara, por ampla maioria, que os contratos de endividamento externo fossem submetidos ao Congresso. É em consequência destas entregas injustificáveis, para não dizer suspeitas, que nosso País está mergulhado na crise, na miséria e na inflação.

2 – Os juros da dívida são uma das grandes perversidades do endividamento externo. Como se sabe, esses juros se tornaram **variáveis**. “Flutuam”, dizem, conforme o “mercado”. Às vezes, da noite para o dia, são dezenas e até centenas de milhões de dólares que passamos a dever a mais, sem nenhum ato ou culpa de nossa parte. Mas que mercado? Não se trata de nenhum mercado livre, pois, as taxas de juros vêm subindo em função da gigantesca massa de Letras do Tesouro Americano, vendida para cobrir o déficit público dos EUA, de cerca de 180 bilhões de dólares anuais. Esse déficit acumulado formou uma dívida pública de mais de 3 trilhões de dólares. Quanto mais letras colocadas à venda, maiores os juros para que encontrem compradores.

E nós, brasileiros, o que temos com isso? Essa é uma espécie de contaminação que está nos atingindo sem nenhuma razão de ser. Tudo é tão grave que grande parte do nosso endividamento vem de empréstimos altamente onerosos, feitos para pagar juros, os quais, como dissemos, são estabelecidos pelos credores. É intolerável a continuidade de cláusulas e condições tipicamente coloniais como essas.

Nós e o PT

1 – Nem o PDT, nem eu tomamos a iniciativa de atacar o PT ou seu candidato, como tantas vezes o “patrulhismo” petista difundiu, através da grande imprensa. Ao contrário, na última campanha, até esquecemos alguns insultos. Agimos com fraternidade. Foi a partir do nosso apoio que “decolaram” os candidatos petistas de São Paulo e Campinas. As pesquisas para Presidente nos atribuíam de 9% a 11% em São Paulo. Apontamos uma alternativa de união popular contra os candidatos conservadores. A vitória, logo a seguir, lhes subiu à cabeça. Assistimos, perplexos, apenas três dias depois, ao próprio Lula injuriar a memória de Getúlio Vargas, comparando-o a Sarney; e igualar-se ao Sr. Moreira Franco, ao menosprezar o programa dos CIEPs. Nesses momentos de vitória e de euforia é que se revela a verdadeira natureza das pessoas e dos partidos. Mais que uma resposta enérgica, os fatos passaram a exigir um questionamento mais profundo sobre o comportamento e a natureza real do PT. Quem pensa e age desta forma está assumindo, sem nenhuma dúvida, uma postura elitista.

2 – Realizou-se em São Paulo, durante uma semana, um encontro nacional de líderes das Comunidades Eclesiais de Base, vindos de todo o País, e os mais importantes escritores religiosos ligados à Teologia da Libertação. O candidato do PT foi convidado e recebido de pé pelos participantes daquele evento religioso. Até aqui, o noticiário dos jornais. Agora, os meus comentários. O PDT sempre esteve solidário

com a Igreja Progressista e, por isso, nos sentimos com autoridade moral para protestar contra essa discriminação. A Igreja é de todos: não pode e não deve organizar e patrocinar um partido político, muito menos apoiar e fazer campanha de um candidato. Do contrário, estaríamos reconhecendo a legitimidade do apoio dado por grupos conservadores da Igreja ao golpe de 64 e a partidos como a UDN, de políticos pretensivos e pseudomoralistas.

3 – Para evitar o abuso do poder econômico nas eleições, a Justiça Eleitoral tem, por lei, o dever de regular e democratizar os meios de propaganda dos candidatos. Estes “outdoors” gigantescos, em geral, são um dos instrumentos preferidos dos candidatos das elites, que dispõem de montanhas de dinheiro para jogar em suas campanhas. E, como fez Maluf nas últimas eleições, aproveitam-se dos períodos em que a Justiça não considera oficialmente iniciado o período eleitoral para escaparem ao controle de seus gastos milionários. Pois bem, agora somos surpreendidos com essa quantidade de “outdoors” do candidato do PT, que estão sendo espalhados por todo o País, sob o patrocínio não se sabe de quem, com que interesses e a que preços. Ainda mais, tratando-se de alguém que se apresenta como “candidato operário”. Tudo sem controle, sem fiscalização dos gastos pela Justiça Eleitoral e muito menos de garantias de espaços idênticos para os demais partidos.

Advertimos os dirigentes do PT e o próprio candidato para que cessem esse abuso do poder econômico. Do contrário, o PDT não terá alternativa senão a de pedir à Justiça Eleitoral que tome providências contra essa violação das normas de lisura e equidade nas eleições.

O trabalhismo, o PDT e eu – Leonel Brizola – temos sido, em regra, discriminados pela imprensa. Agora, com a proximidade das eleições, o seremos ainda mais. Atenção, pois, com tudo o que se divulgar, nos jornais, rádios e televisão, sobre nós, particularmente até a data das eleições. É indispensável encarar tudo com espírito crítico, ressalvadas honrosas exceções. Em geral, o que pretendem é nos desmerecer, nos intrigar e, finalmente, nos desgastar. Seja como for, precisamos conviver com isso. São nestas águas que teremos de navegar e vencer.

PDT, síntese de nosso povo

O PDT realiza, hoje, em Brasília, sua Convenção Nacional. Delegados e dirigentes de nosso Partido, de todo o País, estarão cuidando da recondução e renovação do Diretório Nacional e de sua Comissão Executiva. Neste momento, naturalmente, estaremos todos encarando nossas graves responsabilidades diante do quadro de crise que o País atravessa e, muito especialmente, assumindo o papel que nos cabe nas eleições presidenciais que, enfim, se realizarão dentro de apenas oito meses.

Quando um Partido de natureza social, como o PDT, se vê na iminência de tornar-se o depositário das esperanças da Nação e de tomar a si a tarefa de construir e aprofundar uma verdadeira democracia em nosso País deve, antes de tudo, questionar-se. Um Partido que coerentemente busca não apenas representar a população, mas ser ele próprio um retrato do povo brasileiro – uma síntese de nossa gente – precisa começar a sê-lo em sua própria organização interna.

É por isto que, em nome da Direção Nacional e das aspirações gerais de nossos companheiros, irei encaminhar uma proposição

tornando norma estatutária do PDT a obrigatoriedade de que, no mínimo, 50% dos órgãos dirigentes do Partido sejam integrados por mulheres, negros, sindicalistas e jovens²³. Afinal, quem melhor do que eles próprios há de representar a indignação e o desejo de mudança e participação de um povo que vem sendo, ao longo de sua história, colocado à margem de todas as decisões. Estes contingentes de nosso povo devem assumir o controle do PDT. O Partido lhes pertence – é seu instrumento de Justiça e Liberdade.

Estas mesmas regras deverão ser observadas na formação das nominatas de candidatos aos legislativos municipais, estaduais, ao Congresso Nacional, quanto também, nos secretariados dos governos municipais e estaduais, instituídos sob a responsabilidade do PDT.

Se amanhã, como tudo indica que sim, a vontade soberana do povo brasileiro colocar sobre nossos ombros a responsabilidade de governar a República, o Ministério deste Governo não poderá ser diferente. Nunca o nosso povo necessitou tanto de um Governo que venha a ser a sua projeção. Mais da metade de um Ministério coerente e representativo terá que ser integrado por mulheres, negros, sindicalistas e contingentes jovens de nossa população.

* * *

Um governicho – Completaram-se dois anos do Governo Moreira Franco. A esta altura, todos estão vendo a que se reduziu: um governicho. Alimenta-se de mesquinhasias políticas e de explorações torpes contra o PDT e contra mim, Leonel Brizola. Abandonou os CIEPs, que prometera continuar, acabou com a merenda escolar de alto padrão que implantamos. Enxovalhou e debilitou o Banerj. Todo o dinheiro público carregado para os contratos do Metrô, que ninguém reivindicava. E a violência? Ia acabar em seis meses, mas estão aí de volta,

²³ Nesta época, a Legislação Eleitoral não determinava, ainda, que os partidos preenchessem a listagem de candidatos com 30% de mulheres, no mínimo.

impunes, os grupos de extermínio, matando como nunca. O Rio de Janeiro hoje é um estado policialesco. Há um verdadeiro genocídio em marcha, com o assassinato diário de dezenas de pessoas – a grande maioria de jovens, negros e de menores. E o que é muito grave em tudo isso: os grandes jornais, sempre tão severos e críticos em meu Governo, agora, preocupam-se em esconder o Governador, que é o grande responsável pelo quadro de descalabro que se instalou aqui. Pensam que a população é tola e não percebe o que se vem passando. No entanto, no julgamento lúcido e honrado do povo carioca e fluminense, este Governo não merece outra coisa senão o desprezo e a repulsa de todos. Quem viver, verá.

Indignidade – Neste episódio vergonhoso em que buscaram, perversamente, envolver minha família nas armações dessa malfadada “Operação Bandeja”, há uma pessoa que, sem nenhuma dúvida, tem o direito de falar. É a Neusa, minha mulher. Ela só tomou conhecimento dos fatos esta semana, quando de seu regresso. Eis o que disse: “O que este Moreira fez aos meus filhos foi uma indignidade. Jogou-os à execução pública, sem provas e sem nenhum escrúpulo. Até as crianças, os meus netos, sofreram constrangimentos no colégio. Foi ele, Moreira, que incentivou esse crime, dizendo que não importavam sobrenomes. Eu li nos jornais. Tudo pela inveja que ele tem do Leonel. É o mesmo ódio que levou Carlos Lacerda a difamar os filhos do Dr. Getúlio. Sei que todas as pessoas honestas não se deixarão enganar e confundir. Mas eu, como cidadã e como mãe, sinto-me inconformada com essa injustiça”.

Cinismo – Imaginem os leitores se depois de marcada a data de uma greve geral de protesto contra a política econômica e o confisco de rendas e salários, o Leonel Brizola programasse e saísse, no mesmo período, numa viagem de turismo eleitoral pela Europa e o Lula permanecesse aqui nos dias de greve; o que diriam os patrulheiros do PT, embutidos

e instilando veneno, todos os dias, nos grandes órgãos de imprensa? “Fugiu”... “Abandonou o trabalhador para não se desgastar”... “Quis evitar o confronto com os grandes empresários”... “Financiamento da campanha”... “A Social-Democracia etc. etc.”... Exatamente o que diriam esses elitistas durante dias e dias. Pensam, esses cínicos, mais udenistas que socialistas, que o nosso povo é bobo, não tem nenhuma capacidade de julgamento.

Massacre deprimente – A repressão policial aos colonos sem-terra, no Rio Grande do Sul, foi um espetáculo de tamanha selvageria que nos envergonha a todos os brasileiros. A imprensa internacional registrou a verdadeira operação de guerra que se desencadeou contra aquela gente simples, com baionetas e até bombardeio aéreo. Ninguém está apoiando invasões de terra; muito menos políticos e grupos que as estimulam com propósitos eleitorais. Mas aquela violência descabida e brutal, francamente, é muito mais criminosa que o gesto imprudente daquela gente sofrida. E o Governador do Estado, o que fez? Em lugar de estar presente, até mesmo pessoalmente, buscando a mediação, o apaziguamento, dedicava-se, em Brasília, aos conchavos e à política-gem. O povo brasileiro está chocado. Algum dia, neste País, governantes que admitem ou estimulam situações como aquela hão de ser devidamente responsabilizados.

Primeiro voto – Sérgio Orioli Parreiras, 18 anos, 1º colocado na área de Economia do Vestibular, declarou (O Globo, 13 de março) que seu voto para Presidente será para o Leonel Brizola, que apoia o programa dos CIEPs e diz que “o fundamental é a participação do povo no processo político”. Sérgio: jovens como você é que mantêm a minha fé e a minha confiança nos destinos de nosso País e de nosso povo. Vamos em frente!

No próximo dia 20, quinta-feira, às 20h30, o PDT estará transmitindo, em cadeia nacional, o seu programa de rádio e televisão. Divulgue, assista e, se puder, grave e difunda as grandes diretrizes de nosso compromisso com a Nação brasileira: educação popular e crescimento econômico com justiça social.

O escândalo do silêncio

Estamos diante de um dos maiores escândalos da história brasileira. Refiro-me às “concorrências” e contratos do atual governo do Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, o que torna ainda pior este episódio é a forma vergonhosa que se armou para encobri-lo. É inconcebível que tudo isso esteja ocorrendo sob o silêncio e a cumplicidade, de fato, de tantas pessoas e instituições, ainda mais em pleno regime constitucional. Operações que superam US\$ 2 bilhões, encobrendo irregularidades e lesões ao patrimônio público de centenas e centenas de milhões de dólares.

A opinião pública recorda como procediam os críticos do meu Governo. Questionavam permanentemente meus atos e os de meus colaboradores, mesmo os mais corretos, sempre à busca de um detalhe ao qual se agarravam para nos difamar. E agora, onde estão?

Vejam. Bastou que um jornalista independente, de um jornal de fora do Rio, levantasse a ponta do véu deste escândalo para que toda a população se indignasse. Pois era o mesmo Governo que abandonou os CIEPs à sanha dos depredadores, que reduziu a merenda escolar, que despreza o professorado; este mesmo Governo urde e põe em prática um plano monstruoso para comprometer, de forma suspeita, os já pobres recursos públicos do Rio de Janeiro.

Assim como o povo brasileiro considera iguais a Sarney os que lhe deram mais um ano

de mandato no Governo, tão vergonhoso quanto este escândalo é o seu encobrimento, é o ato de escondê-lo da população. A esta altura, a população já tomou ciência, por exemplo, do papel que vêm assumindo em tudo isso as Organizações Globo – rádio, jornal e televisão: o silêncio, o mais absoluto silêncio. Só depois que o escândalo veio à tona é que, de quando em quando, publicam uma ou outra nota procurando justificar o injustificável. Em que situação ficam os profissionais de imprensa das Organizações Globo ante essa determinação de silêncio do Sr. Roberto Marinho? Será que não mantêm sequer um repórter no Comitê de Imprensa do Palácio Guanabara? Ou será que concorrências e contratos de bilhões de dólares não são notícia? Nunca se viu Governador algum deixar de anunciar uma obra desse vulto. E as cláusulas da concorrência, que eliminaram o conjunto de empresas de engenharias locais, com exigências absurdas?

Agora, querem fazer crer que o atual Governador de nada sabia, como se simples auxiliares do Governo pudessem estar, por conta própria, abrindo concorrências desta significação. Não haverá monopólio de informação capaz de encobrir a responsabilidade direta do Chefe do Poder Executivo. A atual situação do Rio de Janeiro clama por uma investigação. Infelizmente, o nosso País, nesta hora, não tem um Governo capaz de dar exemplos de austeridade e rigor no trato dos dinheiros públicos e, muito menos, com austeridade moral para exigir que os outros façam o mesmo.

Genocídio

Nunca se matou tanto neste País. Os grupos de extermínio agindo às soltas, à sombra da impunidade. Milhares e milhares de jovens – grande parte deles menores, quase crianças – caem perfurados por balas de guerra. Há poucos dias, somente num fim de semana, foram cerca de 70, nos limites do Grande Rio. Elimina-se o ser humano nas grandes cidades, no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife, como se fosse

um esporte macabro. E o pior é que muita gente vai se acostumando a tudo isto. Chegou-se a ponto em que estes seres humanos – criminosos ou não –, em regra, nem mais são identificados e seus corpos não são reclamados pelas famílias, com medo de que outros, por simplesmente serem parentes das vítimas, venham a ser marcados para morrer.

Este é o Brasil de 1989 e, segundo Sarney proclama, a sétima economia do mundo. Aqui não há pena de morte. Mas, como se vê, só oficialmente. Na verdade o que há aqui é pior, porque não se faz nenhum julgamento das vítimas. Só no Rio de Janeiro, com pouco mais de dois anos de mandato do atual Governador, registra-se o assombroso número de cerca de 3.000 homicídios com características da ação de grupos de extermínio.

Estamos diante de uma matança que atinge as raias de um verdadeiro genocídio. Não demora e nosso País estará sendo questionado frente à opinião pública internacional. Estas práticas de extermínio e matanças – como a

inflação, a pobreza, a carência de educação e de trabalho – são o subproduto deste modelo econômico de natureza colonial, que a casta dirigente conservadora e tradicional de nosso País teima em manter e perpetuar.

* * *

Rancoroso – Não é a primeira vez que o General Euclides Figueiredo me insulta gratuita e insolitamente. Todos se recordam de como procedeu em relação a mim quando recém-eleito Governador, em 82. A opinião pública e todas as pessoas de bem já, há muito, perceberam que lhe falta um mínimo de equilíbrio. É, além disso, um rancoroso (e raivoso, também). Discussão com ele? Uma interpelação ou processo judicial? Talvez seja o que ele pretenda com essas provocações. Pela consideração que tenho à família Figueiredo, e em função de minhas responsabilidades, não tenho alternativa senão a de tratar este episódio ao nível do desprezo, como tenho procedido com alguns agressores irresponsáveis, como um Sebastião Nery e Alcides Fonseca, por exemplo.

Estas publicações de nosso Partido exigem gastos cada vez mais elevados. Por este motivo, não têm sido mais frequentes e sistemáticas. Principalmente agora que aumentam as discriminações contra nós e as pressões de um noticiário distorcido, precisamos como nunca da colaboração de nossos companheiros e amigos. A verdade, nossas ideias e razões são as nossas grandes armas. Banco do Brasil, conta Nº 341.991-6, código 2865-7, Agência Primeiro de Março-RJ.

Engane-se quem quiser

Todas as pessoas com um mínimo de bom senso vêm percebendo essa enorme e vergonhosa campanha de manipulação da opinião pública em favor do indivíduo que, neste momento, se oferece como o candidato da direita à Presidência da República²⁴. Pesquisas de encomenda, capas de revista com fotografias posadas, reportagens laudatórias, escritas a peso de dinheiro, os espaços fartos na TV Globo; tudo, enfim, compõe um quadro de mistificação e engodo. Buscam apresentá-lo com a imagem de “moderno” e de “campeão da moralidade”. Que cinismo! Afinal o que é este indivíduo senão um fruto daquilo que existe de mais arcaico e imoral neste País: filhote político da ditadura, empresário cartorial, enriquecido pelos favorecimentos e cumplicidades das concessões de canais de rádio e de tevê. Prefeito biônico, herdeiro dos “currais” eleitorais das oligarquias que sempre estiveram por cima, engordando e prosperando enquanto o povo brasileiro submergia na opressão e na miséria.

Pois bem: de agora em diante, o PDT e também eu, Leonel Brizola, pessoalmente, vamos assumir perante a Nação a missão de desmascarar este farsante. E mais ainda: denunciar à

opinião pública todos aqueles que se acumularem a essa fraude, movidos pela ilusão de que possam vir a abocanhar, no futuro, cargos, vantagens e verbas públicas.

O povo brasileiro vai saber quem é esse impostor que se diz oposição a Sarney, mas que não passa de farinha do mesmo saco. Saber que enquanto denunciávamos a fraude do Plano Cruzado, este farsante se locupletava com os votos amealhados graças às mentiras oficiais. Há muitos desse tipo: situacionistas nos tempos em que o Governo tem força – como ocorreu com ele próprio, durante a ditadura, quando era do PDS, Prefeito biônico de Maceió, malufista, beneficiário de concessões de rádio e tevê – que se tornam opositores por conveniência quando as eleições se aproximam.

* * *

Pesquisas – Entramos no período das pesquisas. Trata-se de uma arma dos grupos poderosos. Só o poder econômico pode usar este instrumento de manipulação da opinião pública. É possível que alguns incautos, como sempre ocorre, caiam no conto das pesquisas. Mas a população, como um todo, não mais se deixará enganar. Agora mesmo – quando as pessoas veem subir o candidato que a direita está procurando impingir à opinião pública –, todos se recordam do que foi a candidatura de Sandra Cavalcanti, nas eleições de 82, no Rio. Chegou a ter 52%, quando ocupava o espaço vazio, mas despençou logo que a campanha tornou-se concreta e objetiva.

Impunidade – A opinião pública do País sente-se escandalizada com a tolerância do Presidente e dos Juízes do Tribunal Superior Eleitoral, diante das fraudes reiteradas que permitiram a esse indivíduo Fernando Collor de Melo se utilizar, de forma indevida, de três programas em rede nacional de rádio e televisão, de uma hora cada, em horário nobre. Nós, do PDT, estamos protestando contra esta lesão aos nossos direitos

24 O candidato citado é Fernando Collor.

democráticos. O espírito da lei é o da igualdade entre os partidos. Que partido são aqueles, que ninguém conhece? E as suas alegadas alianças têm alguma idoneidade? Que atos públicos realizaram estes partidos para merecerem três horas para programação do mesmo candidato, que anda por aí gastando montanhas de dinheiro? Estamos diante, sem nenhuma dúvida, de reiterados golpes de esperteza contra a lei, contra a moral, contra os verdadeiros partidos e contra a democracia. Vamos reclamar, esclarecer o povo brasileiro e informar também à opinião pública internacional. Este episódio de violação dos princípios de equidade entre os partidos ficará como uma mancha nesta fase preparatória das eleições.

Matança – A recente matança realizada na Favela do Morro de São Carlos deixou mais clara ainda esta situação intolerável. Nos grandes centros do Brasil, com a omissão ou conivência de seus governadores, tornaram-se uma prática as arremetidas policiais contra os pobres, humilhados e encurralados, como se estivessem vivendo em *ghetos*, responsabilizados por todo o mal e por todos os crimes. E o que é mais dramático: mata-se sistematicamente,

com incontáveis perfurações de balas de guerra. Só no Rio de Janeiro, no período do atual Governo, já foram mortas mais de três mil pessoas, com poucas exceções, todos jovens, menores, negros e pobres. Ninguém acredita mais nesta história de “guerra sem fim” entre traficantes que já matou mais do que as guerras e guerrilhas da América Latina nos últimos 50 anos. Estamos assistindo a um verdadeiro genocídio. Voltou-se à barbárie de fazer “justiça” pelas próprias mãos. Agora, felizmente, a OAB passou a investigar essa escabrosa situação. Queira Deus que seus passos não venham a ser detidos pelas pressões dos grupos poderosos que dão cobertura a essas atrocidades.

O PDT e os militares – Não tem qualquer procedência o noticiário sobre supostas iniciativas de dirigentes de nosso Partido junto a oficiais gerais das Forças Armadas. Trata-se de uma dessas tentativas de fazer intrigas, como de outras vezes. Pessoalmente, gostaria de esclarecer que não poderia fazer, não fiz e nem autorizei ninguém que fizesse qualquer convite, ainda que se tratem de ilustres chefes militares, cujas presenças honrariam qualquer Governo.

A esta altura, há alguma dúvida de que estamos diante de uma nova cara da direita? Nova cara, novo visual, pretendendo ser o “moderno”, o “novo”, o “moralizador”, quando na verdade, não passa de farinha do mesmo moinho das velhas oligarquias carcomidas, pretensiosas e autoritárias, que mergulharam o nosso grande País no atraso, na miséria, na crise e na dependência.

A advertência argentina

Precisamos voltar os nossos olhos e atenções para o que ocorre, neste momento, com os nossos vizinhos irmãos da Argentina. Há mais de dois anos, tudo o que se passa lá, quanto à crise econômica e seu tratamento, repete-se aqui, meses depois. Plano Austral, Plano Cruzado; Plano Primavera e sua versão brasileira, o Plano Verão... Embora com alguns meses de diferença, os índices de agravamento da crise nos dois países guardam um preocupante paralelismo.

A Argentina, a duras penas, conseguiu chegar às eleições. A inflação mensal, em maio último, saltou para 79%, dobrando os índices do mês anterior. Recorde-se que em fevereiro estava em torno de 10% e daí, em menos de três meses, instalou-se a hiperinflação e suas trágicas consequências.

Mas, apesar de todo este quadro dramático em que se encontram nossos irmãos argentinos, conseguiram eles erguer um marco de fundadas esperanças: um novo Governo legítimo, eleito livremente pela população. E a postura firme, serena e equilibrada do Presidente recém-eleito, Dr. Carlos Saúl Menem, surge como um elo que vai permitir ao povo argentino sair da crise e superar seus atuais impasses e dificuldades. E quanto a nós – se a inflação, de 10% em maio, já se prevê mais de 15% em junho –, a quanto andaremos em julho, agosto ou setembro, a dois meses das eleições presidenciais?

Insistimos, pois: precisamos nos alertar sobre a gravidade da situação que se aproxima, ainda mais se levarmos em conta que temos um Governo cuja atuação vem sendo, ela própria, uma agravante da crise, além de vir comprometendo em muitas decisões o futuro do País.

Os partidos políticos e suas lideranças no Congresso, os representantes das forças do trabalho e do empresariado, instituições nacionais prestigiosas como a CNBB, a OAB, a ABI e outras têm, nesta hora, o irrecusável dever de realizar, ao menos, uma discussão sincera e franca sobre estas expectativas ameaçadoras que podem até mesmo atingir o processo eleitoral. A partir daí, se chegarmos – como podemos chegar – a algumas conclusões e propostas concretas, passaremos a uma fase de discussão com o Governo, e, por conseguinte, de definição de responsabilidades, nesta fase final de transição para a Democracia.

Chegar às eleições é vital. Pois, muito mais que um direito sagrado do povo brasileiro, este é o único caminho que nos permitirá sair da crise e retomar o desenvolvimento, agora com liberdade e justiça social, à medida que se derrogar o modelo econômico colonial que se impôs sobre nosso País.

Fraude indecorosa

Calcula-se que um programa nacional, em rede, em todas as emissoras de rádio e televisão – 60 minutos no horário nobre – não custaria menos de 10 milhões de dólares, se tivesse de ser pago por um partido político. Como se vê, trata-se de uma concessão aos partidos, de tal modo excepcional, tanto por seus custos, quanto por sua repercussão pública que, à Justiça Eleitoral, se torna imperativa a tarefa de zelar pela igualdade de acesso, como, especialmente, a de evitar o desvirtuamento desta importantíssima franquia democrática.

Cada partido tem o direito de utilizar, semestralmente, uma hora, em rede nacional de rádio e tevê. E a lei é clara, insofismável, quanto

aos princípios de equidade entre os partidos. Sobretudo, quanto às finalidades: “a divulgação de seus respectivos programas partidários, em sessão pública, não sendo permitida a propaganda de candidatos a cargos eletivos”. (Art. 118, da Lei nº 5682).

Pois, mesmo com regras tão explícitas, a Nação inteira assistiu, ante o silêncio e a perplexidade da própria Justiça Eleitoral, à audácia do candidato Fernando Collor de Melo em utilizar três programas de uma hora cada um, fraudando, acintosa e grosseiramente, a lei.

Este verdadeiro estelionato político foi urdido e posto em prática num conluio entre este candidato e alguns indivíduos detentores de siglas artificiosas e desconhecidas. De partidos, só têm o nome. Alguém, por acaso, sabe o que quer dizer PSC? Que sessão pública transmitiram? Que programa partidário divulgaram? Que aliança ou coligações realizam? Nada se fez conforme exige a lei. O que fizeram foi simplesmente entregar os horários, em rede, indevida e ilegalmente a um candidato inescrupuloso, de outro partido, num jogo de conveniências inconfessáveis. Tornou-se evidente o propósito de burlar a Justiça, com fins flagrantemente ilegais.

Diante destas escandalosas violações, atentatórias aos direitos dos demais partidos e candidatos, foi que a Direção Nacional do PDT tomou a iniciativa de solicitar ao Tribunal

Superior Eleitoral uma definição de responsabilidades. Requereu-se a decretação, pela Justiça, da decadência do direito do PSC, PTR e PRN àquelas transmissões gratuitas e, por consequências, que os dirigentes daqueles projetos de partidos e o candidato Fernando Collor de Melo sejam declarados responsáveis pelos custos dos programas e espaços em redes de rádio e televisão por eles indevidamente utilizados. E, finalmente, que o Ministério Público proceda a uma investigação sobre as circunstâncias em que os fatos ocorreram, para fins de denúncia pela prática de crime eleitoral.

* * *

Convenção do PDT – Nosso Partido realiza, no próximo dia 25, em Brasília, sua Convenção Nacional, quando escolheremos nossos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República. Será um momento histórico para nós, que participamos deste grande e genuíno movimento do povo brasileiro que é o trabalho – esta gigantesca corrente popular que há mais de 40 anos simboliza, no Brasil, a luta pelo progresso e pela justiça social. Pela primeira vez, desde 1950, quando Getúlio Vargas arrancou para a memorável campanha que o reconduziu ao Governo, o trabalhismo apresenta seu próprio candidato a Presidência. Agora, como então, será o início de uma caminhada árdua, mas histórica, rumo à vitória do povo brasileiro.

“É possível enganar uma pessoa por todo o tempo. Até mesmo, enganar a todos, durante algum tempo. Mas o que não conseguirão nunca é enganar a todos durante todo o tempo”. Abraham Lincoln (1809-1865)

A Globo, o Ibope e as pesquisas

Só um ingênuo não percebe que as pesquisas, e sua utilização pelos meios eletrônicos de comunicação, se constituem numa poderosíssima arma de promoção de candidaturas, num avassalador instrumento de propaganda eleitoral, além de um indisfarçável abuso do poder econômico. Ainda mais no caso da Rede Globo – que detém um verdadeiro monopólio, construído à sombra da ditadura, em matéria de comunicação: uma situação escandalosa que vem sendo insistentemente questionada por um dos candidatos.

Ora, como tenho afirmado de público, um Governo coerente – em nome dos direitos democráticos do povo brasileiro – terá de tomar medidas neste sentido, a fim de que o País se torne governável. Pois é intolerável que um império empresarial, constituído como uma espécie de cartório, possa influir tanto no Governo e em tudo, tentando direcionar a opinião pública com seu poderio, e projetando-se de forma insólita sobre o próprio Ministério das Comunicações.

As Organizações Globo atuam de forma muito mais incisiva que um partido político. Estão em jogo seus interesses empresariais, políticos e financeiros. Neste campo das pesquisas, em especial, existe todo um ambiente que favorece sua utilização com o intuito de interferir no processo eleitoral. Vejam: o Ibope, lamentavelmente, situa-se num contexto que induz à contaminação de suas pesquisas, dado a esta espécie de simbiose que mantém com a Rede

Globo. Quem mede e divulga a audiência das rádios e televisões, em todo o País, é o Ibope; e é com base nestes índices que as emissoras fixam seus preços publicitários e repartem as enormes verbas publicitárias, tanto das empresas privadas quanto dos governos. Em suma: são os números do Ibope que garantem o faturamento da Globo e, em contrapartida, é dessa receita que se nutre o Ibope, com certeza o melhor parceiro daquela rede gigantesca.

Este e outros fatos compõem todo um quadro de clara interferência nas eleições e de insólitas e intoleráveis violações no processo de formação da consciência da cidadania brasileira. Todos se recordam que, em outras oportunidades, isso ficou claro para a opinião pública.

Agora, estamos diante desse verdadeiro escândalo nacional que é a promoção, através de generosos espaços na televisão e das pesquisas, da candidatura do sócio da Rede Globo em Alagoas, Fernando Collor de Melo. E o próprio presidente do Ibope transformou-se numa espécie de assessor do candidato, aconselhando-o a viajar para o exterior (JB, 10 de junho) para evitar que seja desmascarado aos olhos da população.

Vivemos a fase das imposturas; a hora dos vilões. Apresentam um farsante como se fora símbolo das aspirações de nosso povo, que reclama uma mudança real e verdadeira neste País. Alguém que, na verdade, está sendo, apenas, um produto da **mídia**, de uma avalanche de propaganda dirigida, sustentada com uma montanha de dinheiro. Enfim, uma trama audaciosa e desavergonhada, que vem envolvendo os ingênuos e, especialmente, atraindo os ambiciosos.

Vejam quem é este personagem que apresentam à Nação como “caçador de marajás”. Como, se ele próprio não é um exemplar típico daquela espécie? Será que quem recebeu do Governo, sob as graças da ditadura e de mão-beijada, um canal de televisão, é menos “marajá” do que aqueles que andaram obtendo

empregos públicos, por mais favorecidos que sejam? Imaginem se o poder e a fortuna deste cínico, que explora com fins políticos canais de rádio e de televisão, não é de deixar no chinelo o salário de qualquer “marajá”.

Num País onde houvesse um mínimo de seriedade, seria inadmissível esta promiscuidade entre o exercício limpo e honrado da vida pública e a exploração de rendosas concessões do próprio Governo. Será moralidade, por acaso, alguém governar – como ele fez em Alagoas – autorizando, ele próprio, publicidade milionária, paga com dinheiro público, nos jornais, rádios e televisões de sua família: seus, de sua mãe, de seus irmãos? É assim que se vai moralizar a vida pública brasileira?

Ainda que muitos ingênuos pensem o contrário, ao que estamos assistindo é um jogo de aparências, um movimento artificial que nada tem a ver com o que, de fato, vai ocorrer nestas eleições. É possível que, momentaneamente, algumas pessoas de boa-fé até se impressionem com aquela retórica vazia. Mas o que vai prevalecer, no final, é o voto de consciência da população. Nem imagens produzidas nem promessas ocas vão funcionar. É a consciência que orientará o voto do povo brasileiro.

A grande discussão nacional vai se dar em torno da responsabilidade das elites e classes dirigentes. Desta casta pretensiosa e egoísta que levou à crise e ao desastre, em função

de seus interesses mesquinhos e imediatos. Enriqueceram, acumularam fortunas incalculáveis, acumpliciaram-se à exploração colonial, encheram a si próprios e a seus herdeiros de privilégios e concessões cartoriais, enquanto submergiam nosso povo na miséria e no atraso. São incapazes de reconhecer que o modelo econômico que impuseram ao País levou a generalidade da população a este contexto de sofrimento e angústias indescritíveis.

E o pior é que querem continuar, a qualquer preço, e para isso estão empregando todos os seus recursos na montagem de farsas como esta a que estamos assistindo. Associam-se a um irresponsável, a um ambicioso sem escrúpulos, a um incapaz, como ficou demonstrado em sua triste passagem por Alagoas. Não lhes importa o que possa ocorrer ao País; tudo lhes é admissível, desde que tudo permaneça como está.

Esta é a verdadeira disputa que vai se dar no dia 15 de novembro. De um lado, os que querem a continuidade desse mar de privilégios para uns poucos e de desgraças para a maioria, dessa postura hipócrita, dessa insensibilidade para com as penas da Nação. De outro, o povo brasileiro – esta gente oprimida e injustiçada, que vai dizer um **não** a tudo isso: a esta casta dirigente carcomida e desumana, que conduziu o Brasil a esta situação deprimente. É este **não**, este sonoro e rotundo **não**, que eles tanto temem ouvir.

A partir de hoje, o Trabalhismo passa a viver um dos mais decisivos momentos de sua trajetória de 44 anos de lutas. Desde que, em 1950 disputou e venceu as eleições com seu líder e fundador Getúlio Vargas, pela primeira vez, lança agora um candidato próprio à Presidência da República. Agora, como então, vamos travar o bom combate em defesa dos trabalhadores e de toda população. Será uma luta desigual e sem tréguas. Mas, apesar de tudo isso, vamos vencer e, conosco, o povo brasileiro chegará ao Governo, abrindo os caminhos de seu próprio destino.

Golpismo

Outra vez, levanta-se a onda do parlamentarismo. Como antes, a inspiração da manobra não é senão o temor das velhas oligarquias deste País: o verdadeiro medo que lhes desperta o voto livre e direto do povo brasileiro. Sabem que a situação eleitoral que os meios de comunicação apresentam, neste momento, é distorcida e provisória e que, à medida que nos aproximamos do dia 15 de novembro, ficará cada vez mais clara a vontade da população em dizer um rotundo não a essas elites pretensivas e fracassadas.

Agora, entretanto, as próprias origens da manobra parlamentarista não deixam dúvidas quanto à sua inspiração e não enganam ninguém, nem mesmo os que – sinceramente convencidos das virtudes do parlamentarismo – são, antes de tudo, democratas e fiéis à vontade do povo brasileiro. Mas para aqueles que vêm regendo esta orquestração, com a escandalosa utilização das Organizações Globo para lhes oferecer ressonância, não se importam em invocar falsas razões para justificar, se é que isso é possível, este golpe mal disfarçado.

O próprio senhor José Sarney, talvez para tornar a ideia do parlamentarismo mais “simpática”, já acena com um encurtamento de seu mandato em dois meses. Ora, porque não

convocou antes, como a Nação exigia, as eleições e, ao contrário, barganhou e insistiu tanto em aumentar para cinco anos a duração de seu malsinado Governo? E do senhor Jânio Quadros – a quem o País desejava ver recolhido a uma aposentadoria digna, em lugar de andar por aí alternando, a cada mês, lançamento de candidatura com “renúncias” patéticas – o que se pode esperar?

Estamos diante de um ensaio de movimento das oligarquias, que andam sondando caminhos que lhes poupem do veredicto popular nestas eleições. Um movimento que se pode esvaír, como tantos outros, mas que pode, também, ser o início de uma perversa tentativa de golpear o direito, negado há quase 30 anos, do povo brasileiro votar livremente, instituir um Governo legítimo e escolher, ele próprio, os destinos deste País. A apenas 140 dias das eleições, tudo o que se venha a fazer para mudar as regras já fixadas não passará de um simples e desavergonhado golpe.

A Internacional Socialista e o PDT

Nosso Partido, o PDT, acaba de viver um de seus mais significativos momentos. Pela primeira vez, um partido político brasileiro torna-se membro pleno da Internacional Socialista – um verdadeiro fórum de ideias e discussões, que reúne organizações partidárias afins, de natureza social e democrática, de todo o mundo. Ao ensejo do Congresso realizado esta semana em Estocolmo (Suécia), comemorando os seus 100 anos de luta pela justiça social, pela paz e pela liberdade, a IS debateu temas de significação mundial como o desarmamento, as relações Norte-Sul, a defesa do meio ambiente e a crise econômica que vem castigando grandes contingentes da humanidade, com destaque para a injustiça do endividamento dos países do Terceiro Mundo.

Ao final, o plenário de mais de 700

dirigentes partidários de 46 países demonstrou a sua solidariedade e preocupações com a América Latina, incluindo-nos entre os vice-presidentes da Internacional Socialista, ao lado de governantes e líderes como Felipe Gonzáles, da Espanha; do Presidente Carlos Andrés Peres, da Venezuela; do Premier sueco Ingvar Carlsson; de Bettino Craxi, de Shimon Peres, de Pierre Maurois, Walide Jumblatt, Neil Kinnock, Michael Manley e Bob Hawke, Primeiro-Ministro da Austrália.

Tivemos ainda a oportunidade de, nesta viagem, encontrarmos-nos com os Presidentes da França, François Mitterrand, e de Portugal, Mário Soares. A eles procuramos expor a gravidade da situação em que se encontra a América Latina, que vem sofrendo de forma drástica e insuportável os efeitos do sistema econômico e financeiro internacional sobre as economias locais, relegando à pobreza e à miséria a maioria de suas populações. Em especial nos referimos à crise em que vem mergulhando o nosso País e os sofrimentos de nossos irmãos argentinos. De ambos recolhi a impressão de que eles próprios estão convencidos de que se tornou inadiável um novo relacionamento internacional,

a começar por uma solução imediata e justa para os problemas da dívida externa.

* * *

Anistia Internacional – Ainda em Estocolmo, tivemos a oportunidade de dialogar com os dirigentes da Anistia Internacional – esta prestigiosa instituição que granjeou respeito mundial por sua independência e seriedade na defesa dos direitos humanos. A eles, encarecemos a necessidade de uma investigação, a fundo, sobre as verdadeiras origens dos milhares de assassinatos que vêm vitimando jovens, muitos deles menores, no Rio, São Paulo e em quase todas as grandes cidades brasileiras. Como se sabe, as favelas e comunidades pobres passaram a ser tratadas como se fossem guetos, cujas populações vêm sendo aterrorizadas com tiroteios indiscriminados. A ação de verdadeiros “grupos de extermínio” e esta ficção de infundáveis “guerras de quadrilhas”, criada para acobertar este verdadeiro genocídio, constituem-se num escândalo tão monstruoso que a presença de um organismo isento, como a Anistia Internacional, poderia romper este ambiente de quase assentimento com que assistimos ao desenrolar desta tragédia.

O PDT já reuniu fundamentos jurídicos para uma denúncia contra a Rede Globo junto à Justiça Eleitoral. Tornou-se um escândalo o seu facciosismo e a sua interferência no processo eleitoral, configurando, ainda, um flagrante abuso do poder econômico. Um concessionário de TV não pode discriminar nenhum candidato, abrindo espaços para apenas um deles, como faz agora, e fechando-os para os outros.

A nossa caminhada

Nosso partido realizou, no último domingo, em Brasília, sua Convenção Nacional. Milhares de companheiros – a grande maioria de pessoas simples e modestas – enfrentaram os sacrifícios de uma longa viagem para participar daquele grande momento da história do trabalhismo: esta síntese das lutas sociais da vida brasileira nos últimos 50 anos. Delegações de todos os Estados da Federação decidiram ali – pela primeira vez, desde a candidatura vitoriosa de Vargas, em 1950 – apresentar uma chapa trabalhista própria à Presidência e à Vice-Presidência da República.

A mim, Leonel Brizola, e ao nosso companheiro Fernando Lyra, como candidatos do trabalhismo, a partir de agora está delegada a gigantesca responsabilidade de representar não só o PDT, mas todo este imenso e valoroso povo brasileiro, tão humilhado, ofendido e desprezado pelas elites que sempre dominaram a vida nacional. Nos próximos meses, nada será fácil. Serão tempos de muitas mentiras e calúnias, de perversidades e de desinformação vindas daqueles que, para manter seus privilégios e vantagens, não hesitarão em usar, sem escrúpulos, o poder econômico e os grandes meios de comunicação de que dispõem.

Deste momento em diante, onde existir uma consciência esclarecida; aonde estiver a nossa gente, homens e mulheres de todas as gerações,

em especial os jovens, que só conheceram este contexto de humilhações e carência; onde houver alguém que perceba que – ao contrário do que dizem – a crise que se abate sobre nós não vem da fatalidade nem da natureza e muito menos desta enorme população sofrida e injustiçada, mas de elites incompetentes e egoístas, que ainda teimam em continuar; enfim, para cada um de nós e para todos, já temos uma bandeira, erguida por mãos firmes, indicando os rumos de uma caminhada que não há de parar nunca, senão quando se abrirem os caminhos do futuro para o povo brasileiro.

Pesquisas ocultas

Só aqueles que não querem ver é que não percebem aquilo que, felizmente, a própria opinião pública já se deu conta: que as pesquisas vêm sendo utilizadas como um indecoroso instrumento político-eleitoral. Preparam “jogadas”, promovem candidatos e colocam os demais conforme suas conveniências. Estamos diante de um indisfarçável abuso do poder econômico. Uma pesquisa é tão cara que só grupos poderosos, como as Organizações Globo e outros, podem encomendá-las. Mesmo examinando os formulários, não há como verificar se são verdadeiras ou falsas. Tudo está aberto a manipulações e golpes.

Esses grupos, como é o caso da associação Globo-Ibope, tornaram-se politicamente mais fortes que os próprios partidos. E quando a realidade, como acontece agora, já não permite que continuem a manipulação dos dados segundo apenas os seus próprios interesses, simplesmente fazem as pesquisas e não as divulgam, como é o caso da “Vox Populi” (contratada por Collor) e do próprio Ibope, que passou a fazer parte do mais forte esquema de poder deste País. Passaram a esconder que o candidato farsante está despencando, como acontece com um balão que chega a seu teto e, a partir daí, murcha e vem abaixo.

* * *

Fórum de debates – Seguindo deliberação da Convenção Nacional de nosso Partido, convidei o Professor Darcy Ribeiro para coordenar o fórum de debates que, nos próximos meses, estará reunindo ideias e sugestões para nosso programa de governo. Trata-se de uma iniciativa que irá abrir espaços para que todos, especialmente os profissionais de todas as áreas – econômica, social, científica, técnica e cultural – contribuam com suas experiências e propostas para a formulação de políticas de Governo em cada setor. Uma campanha política é como uma via de mão dupla: o candidato expõe suas ideias, mas, principalmente, recolhe de todas as áreas e da população como um todo as reivindicações que um governante autêntico terá de tomar como diretrizes de sua ação.

César Maia – Recebi o seguinte bilhete de nosso deputado: “Sr. Governador, existe uma orquestração para me incompatibilizar com o senhor e com o Partido. Repeli, energicamente, as mentiras da coluna “Swann”, no **Globo** e as mentiras de hoje” (Ass.) César Maia.

Covardia e baixeza – A opinião pública brasileira tomou conhecimento do teor das extensas matérias que a revista “Veja” e a “Folha de S. Paulo” publicaram, focalizando a minha pessoa

como candidato. Mesmo que a finalidade destes textos fosse simplesmente a de questionar, criticar ou até desmerecer o cidadão Leonel Brizola, nada demais. Eu estaria defendendo-me, como sempre fiz. Estou na vida pública para servir e não para cumplicidades com aqueles que montam negócios, ganham dinheiro e acumulam fortunas com empresas cartoriais e favores do Governo. Entretanto, o que fizeram? Em lugar de enfrentarem a mim, foram, de forma covarde e injusta, atacar e desmerecer minha família. Agrediram perversamente, sem nenhuma ética, a pessoas inocentes e indefesas. Surpresa maior me vem da “Folha”. Como se sentiria o senhor Octávio Frias se, em função de meus propósitos políticos, subisse aos palanques para me referir às intimidades da vida de sua esposa ou de seus filhos e netos. Teria eu esse direito? Evidentemente que não. Já em relação aos Civita, da “Veja”, nada estranho. São representantes do capitalismo internacional, que vieram ao Brasil exatamente para fazer coisas como essas. Nada lhes importa, a não ser destruir nossos valores nacionais. Para eles, o coroamento seria ver este País transformado em uma simples colônia. A única coisa sincera em sua revista são os caríssimos anúncios de empresas multinacionais.

Rede Globo é denunciada à Justiça Eleitoral

No último dia 23, fazendo-me acompanhar dos líderes do PDT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Deputado Vivaldo Barbosa e Senador Maurício Correia, entreguei, pessoalmente e em mãos, ao Senhor Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek, a representação transcrita abaixo, protestando contra a parcialidade da Rede Globo no processo eleitoral. Conto que a Justiça de meu País possa colocar um paradeiro a esta utilização indecorosa de um canal de televisão – que pertence a todo o povo brasileiro – em favor do candidato que o Sr. Roberto Marinho patrocina, para escândalo da Nação.

Excelentíssimo Senhor Ministro
Romildo Bueno de Souza
Digníssimo Corregedor-Geral
da Justiça Eleitoral

“O concessionário de canal de televisão, como qualquer concessionário de serviço público, sujeita-se às mesmas vedações que incidem sobre o poder concedente, ou seja, especificamente, a mais terminante proibição de participar da propaganda eleitoral”.

A regularidade no noticiário a que se refere o art. 25 da Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, deixa de existir quando sistematicamente uma emissora dedica maior espaço de tempo a um dos candidatos ou a fatos a ele relativos.

Escandalosa que seja, como é a atuação da REDE GLOBO em favor

do candidato Fernando Collor de Melo, impõe-se a instauração de inquérito para imediata suspensão do uso indevido de poder econômico, desvio ou abuso de poder de propaganda eleitoral, com a subsequente aplicação das sanções legais. (Código Eleitoral, art. 237 e § 2º).

O Partido Democrático Trabalhista – PDT, representado por seu Presidente, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, vem a Vossa Excelência, com fundamento no art. 237 e § 2º do Código Eleitoral, formular a presente representação, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, tudo para afinal requerer a imediata adoção de medidas restauradoras da legalidade e da moralidade na propaganda eleitoral a cargo desta ilustrada Corregedoria-Geral.

Os fatos

É fato público e notório, como tal dispensante de provas circunstanciadas (Código de Processo Civil – art. 334, inc. I do C.P.C.), que a REDE GLOBO DE TELEVISÃO, através de canais próprios ou subconcedidos em todo território nacional, tem patrocinado – de forma ilícita, indecorosa e condenável – a candidatura à Presidência da República do candidato Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional – PRN. Esse favorecimento vergonhoso daquele que é o preferido da REDE GLOBO tem sido perpetrado, como intuitivo, em desfavor das demais candidaturas, muito especialmente em frontal e dirigido prejuízo da candidatura do ex-governador Leonel de Moura Brizola, do Partido Democrático Trabalhista – PDT, a quem as pesquisas eleitorais, engenhadas e divulgadas pela própria REDE GLOBO em íntima e suspeita associação com o IBOPE, atribuem no momento o segundo lugar na preferência dos eleitores.

O que se releva notar, em realidade é que a TV Globo e suas subsidiárias espalhadas por todos os cantos do País oferecem (não se sabe a que custo!) ao candidato do PRN um super espaço de mídia, transformando-o numa superestrela “Global” através de um autêntico e inaudito bombardeio de imagem e de mensagens ideologizadas, ora explícitas ora subliminares, mas sempre com o propósito inequívoco de impor o seu predileto no inconsciente coletivo do eleitorado brasileiro.

Basta ver, de acordo com os dados de controle de aparição no vídeo amplamente divulgados por empresas especializadas, que apenas no último mês a imagem de Collor de Mello foi apresentada 44 (quarenta e quatro) vezes nos canais da GLOBO, inclusive em programas de larga audiência como “**Bom Dia Brasil**” e “**Fantástico**”, totalizando uma média de 6 (seis) minutos por dia. Até mesmo uma anedótica exibição de caratê por parte daquele candidato, trajado com vestimenta típica dessa luta marcial, seguida de entrevista, tudo com o nítido propósito de reforçar a imagem de vigor e de juventude da nova estrela da GLOBO, invadiu os lares brasileiros no “**Fantástico**” do último domingo.

Paralelamente e em rasgante contraste à imagem de Leonel Brizola reservou a REDE GLOBO, a título de consolação desse oligopólio da comunicação no Brasil, não mais do que dois espaços de aparição, incluindo a divulgação (sempre minimizada no tempo) da agenda deste nosso candidato, totalizando um tempo máximo de 10 (dez) minutos **durante um mês**.

É, pois, brutal e odiosa a discriminação.

Essa maciça e perturbadora influência da REDE GLOBO no processo eleitoral em curso mais se avulta quando se sabe que tal sistema descomunal, e impenetrável por quem não seja de sua simpatia, cobre 70% (setenta por cento) de todos os aparelhos de televisão ligados no País, representando ainda totalidade das transmissões (como único canal em operação) em

longínquas regiões interioranas que respondem por 25% (vinte e cinco por cento) das áreas servidas pela televisão no território nacional.

Ninguém em sã consciência poderá negar o poder de interferência dos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais da atualidade. São estes, na sociedade contemporânea, os mais invencíveis indutores de formação da opinião pública. De tal sorte que sua atuação, se descontrolada e se feita em causa própria, máxima em regime de oligopólio, como é o caso do sistema GLOBO, simplesmente instabiliza e faz periclitlar qualquer perspectiva de uma democracia representativa pluralista e igualitária para com os diversos segmentos da cidadania, malferindo os princípios do ecumenismo e da igualdade partidária inscritos no Art. 1º e 17, § 3º, da Constituição da República. Daí haver asseverado, com justeza, o ex-Procurador-Geral da República e da Justiça Eleitoral, Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, hoje nas fileiras do Colendo Supremo Tribunal Federal –

“Na aldeia global contemporânea, permitir qualquer forma de engajamento parcial dos detentores dos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais é, na verdade, transferir-lhes uma fonte de poder político, tal a virtualidade de formação e manipulação da opinião pública que a televisão e o rádio representam”.

“A rígida disciplina legal do acesso – tanto quanto possível, igualitário – de partidos e candidatos ao rádio e à televisão constitui, assim, um instrumento imprescindível para a construção de um processo eleitoral realmente democrático, no mundo moderno” (em “Pareceres do Procurador-Geral da República – 1985/1987”, Brasília, 1988, pág. 123).

Noutro excerto, afirma o mesmo e acata-
do jurista:

“Assim, não é exagero dizer que a sorte da construção da democracia, na sociedade contemporânea de grandes massas, passa pela disciplina do uso do rádio e da televisão pelas correntes políticas. Por isso, preocupam-se as legislações na busca do ponto de equilíbrio entre duas imposições, frequentemente contrapostas, da democracia hodierna: de um lado, a de levar às massas, pelos veículos incomparáveis do rádio e da televisão, a discussão e a informação políticas; de outro, a de estabelecer a distribuição equânime do tempo de sua utilização entre partidos e candidatos, a fim de evitar que os resultados eleitorais sejam função da preferência dos concessionários da radiodifusão ou dos que lhe possam comprar as transmissões” (idem, pág. 317)

Reafirme-se que a repetição sistemática e diuturna pela TV GLOBO da imagem do candidato do PRN ou de fatos relativos à sua pessoa, configura indisfarçável propaganda eleitoral. No dizer de Fávila Ribeiro, especialista na matéria.

“Indução a condicionamentos psicológicos – vale-se a propaganda com frequência de recursos para atuar no subconsciente, exercendo considerável influência no recrutamento de adeptos para uma causa política. Para atingir as camadas do inconsciente, deixando efeitos que se vão soerguendo gradativamente, destaca-se a técnica da repetição das mensagens”.

“E quanto mais intensiva for a divulgação da imagem ou da

mensagem, maior será o índice do rendimento a ser conquistado, tanto quanto a diminuição do ritmo publicitário faz declinar os êxitos obtidos. Toda síncope na campanha abre ensejo a ser vantajosamente aproveitada pelos competidores, que podem daí por diante passar à dianteira na captação dos efeitos suasórios” (em “Direito Eleitoral”, 3ª Edição, Ed. Forense, 1988, págs. 292 e 293).

Resta incontraditável que o favorecimento escancarado de um determinado candidato por sistema de rádio e televisão de dimensões oligopólicas constitui flagrante **abuso de poder econômico**; como tal, objeto de veemente repúdio constitucional, a teor do art. 14, § 9º, da Lei Maior, que determina:

“Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cassação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta”.

A bem dizer, e por imperativo constitucional (Constituição Federal – art. 220, § 5º), não é de modo algum tolerável a atuação oligopolista de empresas de comunicação social, mormente aquelas submetidas ao regime de concessão do poder público, a exemplo das transmissoras de ondas de rádio e televisão. Tal proibição sublimada pelo Estatuto Supremo há de revestir-se de sobrepesado rigor quando estiver em jogo a influência da mídia no processo eleitoral. Tanto mais, por acréscimo, quando se está diante de evento de superlativa importância histórica, conforme é o caso da próxima eleição para Presidente da República em nosso País, após três décadas, de forçado jejum da cidadania.

De fato, prestigiar-se de forma personalizada uma específica candidatura, em detrimento das demais, consoante vem perpetrando a REDE GLOBO com incontido despudor, tipifica o uso indevido de poder econômico, desvio e abuso do poder de autoridade (Código Eleitoral – art. 237, § 2º) que a ordem constitucional deplora e incrimina. Em verdade, tem-se nessa campanha espúria e discriminante encabeçada pelo Sistema GLOBO uma forma de propaganda marginal e avessa ao indispensável controle da Justiça Eleitoral, eis que a remuneração desses caríssimos espaços de mídia solertemente ofertados a um único candidato se perfaz fora dos limites de gastos a que alude o art. 9º da Resolução do TSE Nº 15.443, de 8 de agosto de 1989, vocacionada a emprestar efetividade às normas da Lei 5.682/71 (art. 89, I e II) e da Lei 6.043 (art. 1º).

Não é por outra razão que o ilustre candidato do Partido da Frente Liberal (PFL) vem de declarar publicamente que –

“A sucessão do Presidente José Sarney está deixando de ser uma pugna política para se tornar uma macronovela, comandada por um sistema de televisão totalmente distorcido em que uma organização detém mais de 50% da audiência... o eleitor brasileiro está fazendo opção entre sistemas de televisão” (Aureliano Chaves, Correio Braziliense, 23 de agosto de 1989).

O dever de conduta isonômica pelas concessionárias de rádio e televisão no processo eleitoral – é princípio correntio no ordenamento publicista pátrio o de que as concessionárias de serviço de rádio e televisão, como exercentes de competência próprias do poder público concedente, submetem-se, por inteiro aos postulados da legalidade e da moralidade administrativa (Constituição Federal – art. 37) –, bem como e sobretudo, no quanto respeita ao tema em apreciação, ao princípio da igualdade entre partidos e candidatos.

Advirta-se que o cânone isonômico retrata entre nós um princípio vetor da própria organização federativa, na medida em que a Lei Maior da República proíbe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios – “criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si”.

Ora, se ao próprio poder público concedente não é dado, de ordinário, discriminar entre os administrados, com sobejantes razões não poderá fazê-lo um concessionário do serviço delegado. Tal impedimento avulta em significado no contexto da propaganda eleitoral, onde tanto o órgão concedente quanto o concessionário não pode terminantemente patrocinar partidos ou candidatos, muito menos descambar para qualquer forma de favoritismo ou perseguição político-partidária.

Por isso mesmo, a legislação eleitoral brasileira, em variados contextos, veda qualquer participação do poder público no processo político eletivo. Mencione-se, a título de exemplo, a proibição contida no art. 91, III, da Lei 5.682/71, que impede as agremiações partidárias receberem, direta ou indiretamente, qualquer auxílio ou contribuição, inclusive através de publicidade, da parte dos entes da administração pública. Ajunte-se a regra contida no art. 244 do Código Eleitoral, exigindo um distanciamento até mesmo físico, dos prédios e dependências do poder público em face dos interesses em disputa no processo político. Convém agregar, nesta ordem de ideias, o disposto no art. 26 da Resolução do TSE Nº 15.443/89 que, em categórico, proíbe a utilização de bens e serviços públicos para fins de propaganda partidária.

Presume-se, assim, ser princípio cardeal da ordem jurídica o do impedimento absoluto de qualquer participação do Estado, seus Agentes e concessionárias nos embates eleitorais, incluindo-se, como natural e forçoso, os meios de propaganda.

Reforça esta conclusão inafastável o judicioso voto do Ministro Carlos Mário Veloso, em sua profícua passagem por esta Colenda Corte

Eleitoral, no Processo de Consulta N° 7.441 – Classe 10ª – ES, onde se lê:

“E que as telecomunicações – inclusive a radiodifusão, que compreende a televisão (art. 32 do Código Brasileiro de Telecomunicações) – constituem, no Brasil como no mundo todo, um serviço público. Não o descaracteriza a admissão, entre nós, da sua exploração privada, que se faz mediante autorização ou concessão (art. 8º, XV.a – Constituição Federal).

Concessionárias, as emissoras de radiodifusão – ao contrário das empresas jornalísticas –, ainda na área da divulgação noticiosa, não exercem atividade privada, de liberdade garantida; mas sim, ainda que mediante delegação, uma atividade estatal, dado que erigida em serviço público, por disposição constitucional explícita.

Cuidando-se de um serviço público, parece indisputável possa a União restringir a liberdade de informação do concessionário, tanto mais quanto a restrição acontece no sentido de garantir valor constitucional eminente, qual a preservação do regime democrático contra o abuso do poder econômico, tanto mais de reprimir, quanto seja praticado no exercício de atividade estatal delegada”.

Conclusão

De todo o exposto, urge a imediata intervenção dessa Douta Corregedoria-Geral a fim de paralisar **incontinenti** o escandaloso favorecimento da REDE GLOBO ao candidato do PRN, de sua predileção.

Não há democracia que resista à avalanche de imagens do sistema oligopolizado de televisão posto a serviço de um único candidato à Presidência da República para a destruição pura e simples de todas as demais candidaturas,

tudo com a agravante da falta de qualquer compromisso com o dever de veracidade das informações, com o interesse público ou a higidez do processo eleitoral.

Assim sendo, e considerando que a lei eleitoral não distingue entre a propaganda explícita ou sub-reptícia, tratando a ambas com idêntico e indispensável rigor, e que estão as concessionárias do serviço público de televisão constitucionalmente impedidas de favorecer ou prejudicar, a qualquer título, determinado partido ou candidato, é a presente representação para requerer a Vossa Excelência:

a) imediata abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade (Art. 237, § 2º do Código Eleitoral) que vem sendo praticado pelo Sistema Globo de Televisão mediante o ilícito favorecimento do preferido candidato do PRN;

b) notificação ao Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), a fim de que se informe a este Egrégio TSE, semanalmente, até a ultimização do processo eleitoral em curso, o número de minutos diários em que a Rede GLOBO e suas subsidiárias em todo o País exibem a imagem daquele candidato ou notícias-fatos referentes a sua pessoa, tudo de maneira a que se possa bem aferir acerca da regularidade do noticiário, consoante a exigência do art. 25 e parágrafo único da Lei 7.773/89, sob a penalidade da suspensão da indigitada Rede GLOBO por dez dias;

c) comunicação da presente, e bem assim das esperadas providências de Vossa Excelência, ao DENTEL, para fins do disposto art. 31 e parágrafo único da Resolução N° 15.443/89, deste Colendo TSE”.

Termos em que pede e aguarda deferimento.
Brasília, 23 de agosto de 1989

Leonel Brizola

Candidato do PDT à Presidência

PDT vai à Justiça contra caluniadores

Todas as pessoas lúcidas e honradas deste País já se aperceberam do que está por detrás desta onda sórdida de calúnias que vem sendo lançada contra Leonel Brizola. Utilizam-se de alguns notórios paus mandados para tentar desmerecer o PDT e, especialmente, a candidatura que se afirma como o instrumento do povo brasileiro para mudar o Brasil. São interesses poderosos, tanto políticos quanto econômicos, que buscam defender seus privilégios manipulando bonecos de aluguel, que se prestam a todo o tipo de torpeza.

A mais recente destas manobras sujas é tentar envolver militantes de base de nosso Partido com traficantes e, pior ainda, insinuar que esta seria a nossa orientação. Só mesmo gente muito perversa e abjeta poderia apelar para um expediente de tamanha baixeza.

A rigor, imundícies como estas não mereceriam sequer resposta. Mas, em consideração à opinião pública, o PDT deseja informar que tomou medidas judiciais contra o indivíduo Sebastião Nery – profissional da calúnia que assinou aquela monstruosidade, evidentemente a mando de seu chefe, Collor de Mello. Por aí se vê o que representa tal candidatura, cercada por asseclas dessa natureza. É o “dize-me com quem andas e te direi quem és”.

Mas não é só contra estes que todos devem estar alertas. O PDT irá fundo, custe o que custar, para apurar e expor à população os nomes daqueles que estão sustentando, a peso de ouro, a difamação e a calúnia. Agora mesmo, a Justiça Eleitoral está diante de uma informação oficial de que a publicação do texto infamante foi paga pela Associação de Bancos do Estado de São Paulo. É bom que aqueles que despejam dinheiro a rodo na campanha do candidato marajá saibam que estão financiando a calúnia, a injúria e a difamação e, portanto, tornando-se cúmplices dessas práticas criminosas, ficando sujeitos aos rigores da Lei.

A Justiça, nos tribunais, e o povo brasileiro – nas urnas – saberão dar a essa gente perversa a resposta que merece.

Comissão Executiva Nacional do PDT

NOTA OFICIAL DO PDT

(Sobre a crise da Câmara Municipal do Rio de Janeiro)

A Comissão Executiva Nacional, a Comissão Executiva Regional do Rio de Janeiro, do PDT, e o candidato Leonel Brizola, Presidente Nacional do Partido, ante a tentativa de destituição da Vereadora Regina Gordilho, da Presidência da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, decidiram:

1 – Reafirmar que as medidas moralizadoras adotadas pela Companheira Regina Gordilho expressam integralmente as posições e os princípios programáticos do PDT, em prol da dignificação e engrandecimento da vida pública.

2 – Considerar que a tentativa de destituição da Vereadora Regina Gordilho representa a resistência dos que têm contribuído para a degradação da administração pública e dos que utilizam o mandato popular para benefícios

próprios, locupletando-se às custas do tesouro público, frustrando as expectativas e as esperanças do povo.

3 – Determinar aos Vereadores do PDT que assinaram a representação para a destituição do Presidente que retirem suas assinaturas e, em consequência, a Bancada requeira o arquivamento da representação. O PDT não pode compactuar com este processo de cassação do mandato, que representa um instrumento odioso da ditadura que caiu sobre muitos dos seus militantes.

4 – Repudiar a decisão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que procedeu a aumentos indecorosos de vencimentos de altos funcionários, determinando que a Bancada do PDT promova a anulação deste ato.

5 – Os Vereadores deverão defender intransigentemente a ação moralizadora da Presidente, votando contra as manobras que visam a impedir o saneamento moral daquela Casa.

6 – Estas diretrizes expressam o generalizado sentimento do Partido, em razão do que os Vereadores que as infringirem serão submetidos a processo próprio de expulsão do PDT.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1989

Meu irmão, minha irmã

Chegamos, finalmente, a estas eleições tão aguardadas pelo povo brasileiro. Há 30 anos, interesses poderosos, daqui e do estrangeiro, uniram-se contra a democracia brasileira. Derrubaram o Governo constitucional de João Goulart para instaurar uma ditadura que mergulhou o Brasil nas trevas. Depois, sustentaram este apêndice do autoritarismo que foi o Governo Sarney.

Ao longo deste período, as elites políticas e econômicas tiveram tudo em suas mãos: o poder, a força, o dinheiro e o silêncio forçado da população, que só a muito custo e lentamente foi reconquistando os seus direitos democráticos.

Agora, aí está a obra podre dessa casta dominante, egoísta e incompetente. Nosso País está mergulhado num caos que nos envergonha diante do mundo. Nossa economia, destruída. A natureza, devastada impiedosamente. Os serviços públicos desmantelados e o funcionalismo aviltado em seus vencimentos. As empresas estatais, pilares do nosso desenvolvimento autônomo, deterioradas, ao longo do tempo, por governos a serviço dos interesses privados.

O nosso povo vive sacrifícios indescritíveis. O maior patrimônio do nosso País – as nossas crianças – vítimas indefesas da fome, da miséria e do abandono, estão aí, crescendo pelas ruas. Os jovens, sem emprego e sem perspectivas, vão sendo lançados aos milhares nos descaminhos da violência e da marginalidade. A velhice desamparada, humilhada por pensões e aposentadorias vergonhosas. Os trabalhadores cruelmente explorados em seus salários.

E os responsáveis por tudo isso – esta pequena minoria perversa e mesquinha que tem

dirigido em causa própria a vida brasileira, acumulando cada vez mais riqueza – ainda teimam em continuar. Nada lhes importa, senão se agarrarem aos seus privilégios e vantagens. Por isso, mentem, caluniam, manipulam para que o povo brasileiro perca agora esta chance de abrir os caminhos do futuro. Despejaram fortunas arrancadas do teu trabalho, utilizaram os meios de comunicação da maneira mais indecorosa; tudo para te enganar, te iludir e fazer com que, na tua boa-fé, desses um voto tolo e contrário aos teus próprios interesses. Pensam que tu, meu irmão, minha irmã, és um ingênuo, que és incapaz de decidir o que é melhor para ti e para o Brasil.

Essa gente, cega de ambição, não vê que tu és parte de um povo que quer ser livre, de um País que tem o direito a ser independente. Não vê que há, pelo Brasil afora, milhões e milhões de consciências lúcidas e esclarecidas como a tua.

Vamos, meu irmão. Escolhe com a tua mente aberta. Escolhe com a tua dignidade, que dinheiro nenhum do mundo pode comprar. Olha para teus filhos, olha para teus netos, para teus irmãos, olha para este povo humilhado e ofendido e liberta do teu peito este *não*, este rotundo **não** a tudo que de mal fizeram a nosso País. Põe a tua alma e o teu coração em teu voto, porque ele é a tua voz que nunca quiseram ouvir. E se eu, Leonel Brizola, vier a ser o instrumento da tua indignação e da tua esperança, vamos juntos, ombro a ombro, em busca do nosso destino.

Contra a fraude, contra o farsante

Só quando – antes e acima de tudo – um partido luta pela verdade eleitoral, pela intangibilidade da manifestação de soberania popular expressa no voto merece o nome de democrático. O PDT, esta semana, voltou às portas do Tribunal Superior Eleitoral para questionar a proclamação de resultados oficiais, apurados em flagrante desrespeito às normas legais que permitem a fiscalização dos partidos e com isso garantem a própria exaço dos resultados.

Não alimentamos ilusões. Sabemos que o mesmo Tribunal que, agora, se recusa a determinar a totalização dos votos pelas Juntas Apuradoras, como prevê a lei (artigo 184, do Código Eleitoral), foi aquele que, numa atitude insólita, impediu a presença de Brizola na televisão, nas eleições de 86, que se realizavam sob o signo de farsa de Cruzado. Ou, mais recentemente, cruzou os braços diante da fraude promovida pelo candidato do conservadorismo para ocupar nada menos que três horas em rede de rádio e televisão.

Aos que observam com incredulidade nossos propósitos nesta luta pela verdade eleitoral, pedimos que reflitam sobre o fato de que dela depende a garantia da insuspeição das apurações do segundo turno. Aproximamo-nos da decisão final, lamentavelmente, com os mesmos critérios obscuros e a mesma inconfiabilidade dos métodos utilizados na apuração. Poderá a Nação tranquilizar-se com números que, agora, venham a repetir uma distância tão exígua como a registrada entre o 2º e o 3º colocados no primeiro turno, tratando-se, desta vez, de vencedor e perdedor?

As forças e interesses que nos levaram à ditadura – e que propuseram à sua sombra – teriam escrúpulos em apelar para a fraude, se esta estiver a seu alcance? Não há um clima de impunidade que permite, por exemplo, que não tenham sido apontados e punidos aqueles que intentaram fraudar a vontade do povo do Rio de Janeiro em 82, no chamado caso “Proconsult”²⁵?

Os métodos utilizados para a totalização não resistem a uma auditoria. Se os juízes, como é natural, desconhecem os detalhes dos procedimentos de computação eletrônica, porque não aceitam uma auditoria séria, promovida por um conjunto de empresas, daqui ou do exterior? Há dois dias, a Justiça espanhola anulou a eleição de três senadores e nove deputados, que haviam sido diplomados, por vícios na computação eletrônica na apuração dos votos da região de Múrcia!

Tudo é muito grave para que se permitam omissões. Nosso País vive a ameaça de legitimarem, através de um farsante, a continuidade dos grupos e interesses que promoveram e se beneficiaram do autoritarismo. O candidato que os representa – esse aspirante a Somoza brasileiro – seria, no Governo, uma verdadeira catástrofe para o nosso povo trabalhador e para a própria democracia.

O PDT tem diante de si os seus compromissos indestrutíveis com o povo brasileiro. Buscamos, através de atos concretos, evitar este desastre para o Brasil. Apresentamos um conjunto de propostas, procurando contribuir com a nossa parte para que se construa a indispensável unidade na área popular e democrática. Chegou o momento em que todos, mais do que nunca, precisam demonstrar a consciência de suas responsabilidades. Precisamos evitar que os poderosos e os espertalhões de sempre imobilizem o povo brasileiro e o conduzam a mais essa armadilha.

Partido Democrático Trabalhista

25 Proconsult é como ficou conhecida a tentativa, em 1982, de se fraudar as eleições no Rio. Esta foi a primeira experiência de informatização em eleições brasileiras. // A empresa Proconsult – que desenvolveu e executou o programa de computador para a totalização de votos daquela eleição, no Rio de Janeiro – criou o chamado ‘diferencial delta’: tirava votos de Brizola na Baixada Fluminense e na Zona Oeste do Rio (principais regiões de voto brizolista) e os convertia para brancos e nulos, o que beneficiava o principal opositor, Moreira Franco, que era o candidato do governo militar.

Ao povo brasileiro

Hoje, depois de quase 30 anos, volta às mãos do povo brasileiro o direito de escolher os destinos de nosso País²⁶. Foram tempos sofridos, em que nosso povo se viu mergulhado, cada vez mais, na crise e no abandono, sufocado por elites e interesses mesquinhos e insaciáveis.

Sei que os mais de 11 milhões de cidadãos e cidadãs que me honraram com seus votos desejaram, com isto, expressar seu inconformismo com tudo o que fizeram de mal contra o Brasil e seu povo. Sei que, ao assinalarem o nome de Leonel Brizola, estavam, na verdade, buscando o que nos parecia a melhor forma de dizer um não rotundo àqueles que transformaram a vida brasileira neste quadro desumano e angustiante.

Com todas as suspeitas e incertezas que marcaram a apuração e a totalização dos votos – em consequência das práticas discriminárias e inconfiáveis adotadas pelo TSE – realizou-se a primeira fase das eleições e o povo falou. Cumpra a todos nós, mais que respeitar sua manifestação, apoiá-la e ajudar a tornar realidade a vontade popular.

Agora, é em torno de Lula que se reúnem as esperanças de todos nós. É o que de melhor e mais coerente podemos fazer neste momento. Ele é – pela sua própria origem, por sua condição de operário, de sindicalista – um símbolo do que a imensa maioria da Nação espera de um novo governo: um compromisso com a justiça social e com o resgate de todas as iniquidades que vêm marcando a vida brasileira.

Nosso apoio a ele é independente, é limpo, e, por isso mesmo, leal e honrado. E o fazemos sem vacilações, ou mágoas, de coração limpo e honrado. Não há, nem poderia haver,

entre nós, nenhuma transação. O PDT tem e mantém sua identidade política em relação ao PT. É que, para nós, não existe nada de maior, nada de mais importante que a vitória do povo brasileiro.

É contra essa vitória que se movem forças poderosas. A opinião pública deve ter se apercebido, por exemplo, da grave e insólita intervenção da TV Globo nas eleições, que chegou a seu extremo na última sexta-feira, através do “Jornal Nacional”. Aquele império, que mantém cativos a seu monopólio nada menos que 70% da audiência, a pretexto de comentar o debate, o que fez foi promover escandalosamente seu candidato, ao mesmo tempo em que buscava desmerecer e deprimir a candidatura Lula. E ainda, ao final, divulgou os números de uma “pesquisa” de autoria de uma empresa de familiares do candidato do onipotente Sr. Roberto Marinho. Se, amanhã, surgir este candidato favorecido por essa e por outras violações do processo de formação da consciência do povo brasileiro, não estaremos diante do dever de contestar os próprios resultados formais de eleições de tal forma maculadas? Os fatos é que irão esclarecer e orientar a opinião pública brasileira e também a opinião internacional.

Para nós, do PDT, nesta hora em que vamos depositar nossos votos, o que mais importa é que tenhamos lucidez e a necessária coerência, de tal modo que cada voto dado a Leonel Brizola seja, hoje, um voto em Lula, como símbolo que é da vitória do próprio povo. Aos que pensam que nos derrotaram, vamos responder, agora, com a nossa vitória.

26 Este Tijoloço foi publicado no dia de votação do segundo turno desta eleição, que foi disputado por Lula e Fernando Collor, com a vitória de Collor.

TIJOLAÇOS

LEONEL BRIZOLA



governador Leonel Brizola — Nota do Governador ao Procurador-Geral da Justiça — Cumpriremos com a nossa parte — Em defesa do Rio de Janeiro — Doença Social — Jornalismo marginal — Fins inconfessáveis — Lá e cá — Austeridade e moralização — Apropriação indébita — Quarta-feira — Violência e criminalidade — A questão crucial — Transição e legitimidade — Nosso contencioso com o Governo Federal — Mandato-tampão — A hora dos partidos — O Metrô e os demagogos — Esclarecendo nossas posições — O 13º salário para o funcionalismo público — O mais amargo tributo da vida pública — “Nova República” — Discriminação federal — BNDES nega crédito ao Rio, mas financiará o Metrô — O mais amargo tributo da vida pública — Leonel Brizola Confrontação inútil — Iniquidade — Dever irrecusável — Chamamento ao pessoal da FEEM — Estude e divulgue — Apertando o cerco — O salário mínimo deveria ser Cz\$ 1.100,00 — Arbitrariedade e cinismo — O Plano Cruzado — Se a União continuar descumprindo, devolveremos a Avenida Brasil. — Exploração política orquestrada — Dois patamares da História — Recrimento necessário — Restabelecendo a verdade — Mandado de Segurança contra o Governo Federal — Além do nosso dinheiro, levam agora

Quarta série
(1990-1991)
**Governo Collor —
Campanha ao
Governo do Estado.**

Manifesto à Nação

O PDT, PT, PSB e o PC do B, representados por suas direções nacionais e o candidato das correntes democráticas e populares no segundo turno das eleições presidenciais, em reunião no dia 27 de março de 1990, no Congresso Nacional, vêm denunciar a escalada autoritária promovida pelo atual Presidente da República e alertar a sociedade brasileira para o caráter antidemocrático, recessivo, concentrador, monopolista, antinacional e antipopular do Plano Collor.

1 – Este Plano tem o nítido objetivo de reestruturar a economia e colocá-la a serviço dos credores externos, das empresas multinacionais e do grande capital nacional. É por essa razão que não intervém na principal causa estrutural da crise – o conjunto das perdas internacionais de nossa economia, no qual se resalta a dívida externa. Tenta obter carta branca para um projeto irresponsável e entreguista de privatização de empresas públicas, na medida em que não pretende permitir sua negociação nem sua discussão no bojo de um projeto coerente de desenvolvimento nacional.

2 – Evidentemente, é necessário e inadiável o combate à inflação, à especulação e à crise. Entretanto, à semelhança do que ocorreu em todos os pacotes econômicos anteriores, o caminho escolhido pelo presidente foi o de penalizar os trabalhadores, pelo confisco salarial; a classe média, o pequeno e médio empresário, pelo confisco da poupança popular; justamente os setores que têm sido prejudicados pela crise provocada pelo grande capital. Tratar igualmente os desiguais é aprofundar a desigualdade: essa é a essência da reforma monetária do Plano Collor.

3 – A negociação democrática com os poderes constituídos e com a sociedade civil

– condição indispensável para qualquer programa sério de estabilização – é substituída pela pretensa capacidade de autorregulamentação do mercado e pelo poder discriminatório dos tecnocratas. As atribuições do Congresso são transferidas ao arbítrio dos tecnocratas; o debate público é substituído pelos conciliábulos de gabinete; e as decisões, entre quatro paredes. É nosso dever repudiar as violações da Constituição, o policialismo, a chantagem e a ameaça como métodos principais para normatizar as realizações econômicas. Denunciamos a substituição do método democrático da negociação pela prepotência imperial e messiânica do Presidente da República, que não poupa sequer o Poder Judiciário, buscando atrelá-lo a seus interesses. Ao contrário, propomos a estabilização econômica dentro do Estado de Direito e da Democracia.

4 – Para enganar o povo no conteúdo e na forma – técnica e arte na qual vem se revelando mestre – o Governo Collor conta com a mais gigantesca máquina de propaganda já montada, liderada pela Rede Globo e secundada por vetustos matutinos que ainda insistem em se considerar respeitáveis.

5 – Mas não se governa apenas com máquinas de propaganda e publicidade. Não se desenvolve a economia com algemas e cassetetes. Não se consegue enganar todo um povo por muito tempo. Não se obtém o apoio, ou sequer a tolerância da sociedade civil, com sucessivos e cotidianos atos de arbítrio e violência. Lutamos contra a especulação e o aumento abusivo dos preços. Hoje, o Governo Collor comete as violações e abusos de conhecimento público, a ponto de invadir um jornal como a “Folha de S. Paulo”. Amanhã, pode tentar fechar sindicatos, dissolver partidos políticos, prender e remover juízes e cercar com tanques o Congresso Nacional.

6 – Os signatários desta nota conclamam a sociedade civil, as entidades representativas e o povo a defender seus direitos e reivindicações,

e a não se curvar à prepotência. Nossos partidos continuarão lutando para que o Congresso Nacional exerça suas responsabilidades constitucionais de examinar, modificar e fiscalizar a execução do plano de estabilização. Para isso, o PT, o PDT, o PSB e o PCdoB decidem atuar de forma conjunta e, assim, organizar um amplo movimento nacional de oposição democrática e popular, com o objetivo de desenvolver ações em nível parlamentar, com a participação de todos os partidos democráticos que, na Constituinte, garantiram as conquistas democráticas e forças extraparlamentares, visando a esclarecer o povo brasileiro sobre o verdadeiro caráter do pacote e mobilizá-lo na luta em defesa dos interesses populares e da soberania nacional.

Luiz Inácio Lula da Silva

Deputado Federal do PT

Leonel Brizola

Presidente Nacional do PDT

Luís Gushiken

Presidente Nacional do PT

Jamil Haddad

Presidente Nacional do PSB

João Amazonas

Presidente Nacional do PC do B

Plano Collor: uma história que continua

Alguém, a esta altura, poderá ter alguma dúvida sobre a natureza do Governo Collor? Ou seja, de que ele é a nova cara da velha direita? Ou será que, depois deste pacote, alguém que tenha cultivado ilusões ainda não reconhece nesse Governo uma espécie de rescaldo da ditadura?

Os fatos estão aí para comprovar que o arbítrio e a exceção continuam vivos como métodos de ação do Governo. Estamos diante de atos, na administração da economia, tão discricionários quanto os dos tempos do autoritarismo, e até mais exorbitantes e danosos. Discricionários e também coerentes com os mesmos fins do regime militar e do governo tutelado do Sr. José Sarney: a implantação, a continuidade e o aprofundamento do modelo econômico colonial que, desde 64, vem se impondo sobre esta Nação, com a cumplicidade, em causa própria de suas classes dirigentes.

Para se entender o que significa o “Plano Collor-Rede Globo” (este deveria ser o verdadeiro nome do pacote) é indispensável rememorar e compreender a história recente deste País.

Com efeito, em 1964, impuseram-nos uma ditadura, sob a alegação de que se iria “salvar a democracia”, chamando-a, até de “revolução redentora”. E aplicaram ao País mais de 25 anos de arbítrio. As velhas oligarquias e as classes dirigentes, como agora, com grande apoio dos meios de comunicação, uniram-se em torno do Governo, então imposto pela força, assentindo e apoiando seus atos e violações. Reprimiram e humilharam brutalmente os adversários vencidos, como se estes fossem inimigos a serem

excluídos e proscritos. Rasgaram a Constituição em mil pedaços, intervieram no Congresso e no Poder Judiciário.

Aos militares coube, do princípio ao fim, o poder ostensivo. Porque, sub-repticiamente, certos setores dirigentes e grupos econômicos, que instigaram o golpe, associados a inconfessáveis interesses internacionais, se apoderaram do controle de nossa economia. Estes grupos passaram a estabelecer suas regras (o próprio modelo econômico), através de camadas sucessivas de tecnocratas e administradores “modernos” – quase todos já com a alma distante de nosso povo – preparados, a maioria deles, em famosas incubadoras de cérebros dos países desenvolvidos. Realmente, era preciso implantar uma ditadura para que fizessem o que fizeram aqui.

O primeiro ditador da economia brasileira, desde o início do regime autoritário, foi o Sr. Roberto Campos. Na Argentina, nessa mesma época, surgia o seu homólogo, o Sr. Álvaro Alsogaray. A missão de Roberto Campos era a de lançar os fundamentos deste modelo econômico que nos levou ao atoleiro. De todos os que lhe seguira os passos, sem dúvida, foi ele o mais competente e o mais autêntico. Depois dele, vieram os Robertos Campos II e III: Delfim e Simonsen. E a dinastia continuou, sempre com um séquito de tecnocratas, através de Delfim (outra vez), Galvêas, Funaro, Bresser e Mailson. Finalmente, neste momento, com os atuais aprendizes de feiticeiro. Todos eles – guardadas pequenas diferenças e muitas vaidades e pretensões – agindo com os mesmos objetivos, com a “cabeça feita” pelas doutrinas e “recomendações” e ansiosos por aparecer e se projetar, em regra, com vistas ao seu próprio futuro no mundo empresarial daqui e do exterior.

Desde 64, em nome da “modernização”, baixam pacotes e mais pacotes. Quantos? Dez, doze? Pouco importa... Na Argentina, já foram mais de vinte e o fim sempre é o mesmo. A inflação, que é utilizada como pretexto para esses pacotes, é consequência do modelo econômico

colonial; e quanto maiores forem as perdas internacionais da economia e a pobreza, maior ela será.

Assim foi com o “Plano Roberto Campos”, o “Plano Simonsen”, os vários “Planos Delfim” (este foi o mais cínico e perverso; jurava que a inflação ia cair a cada pacote que baixava). Do regime militar, passamos aos cinco anos de tutela do Governo Sarney: a impostura do “Plano Cruzado”, até conseguirem os votos nas eleições de 86, depois o “Cruzado II”, “Plano Bresser”, “Plano Verão”... E a inflação, cada vez maior; os trabalhadores e a população cada dia mais empobrecidos, o Brasil sofrendo humilhações indescritíveis, enquanto os ricos, as grandes empresas nacionais e estrangeiras, ficavam mais ricos e poderosos.

Endividaram a Nação da forma mais irresponsável e suspeita. Submergiram o povo brasileiro na crise e em sofrimentos inacreditáveis. O Brasil tornou-se o maior centro de roubo internacional da história. Pois somos a oitava maior produção do mundo e uma das populações mais miseráveis da Terra. Para onde vai toda esta riqueza? Evapora-se? Antes, era a China, com seus famosos negócios da China, agora são os negócios do Brasil.

Eis os responsáveis pela inflação, pela dívida, pela crise, por esse mar de desgraças e humilhações que se abate sobre o povo brasileiro e sobre nosso País. Eles e os que utilizaram suas máquinas de propaganda para dar-lhes cobertura e violar o processo de formação da consciência do povo brasileiro, como fez e ainda faz a Rede Globo. Toda essa gente devia estar afastada, definitivamente, de toda e qualquer área de decisão sobre os assuntos do

País, no mínimo por incompetência e pelos erros monstruosos que cometeram. Tiveram tudo nas mãos, por mais de duas décadas, e vejam o que fizeram...

Aí estão os autores e suas obras. Serão estes ou os seus métodos, que irão mudar? Certamente que não, e muito menos os seus filhotes, ainda que tenham os dentes mais afiados. Esses grupos de “yuppies”, criados como “playboys”, creem que a vida de uma sociedade pode se resolver com a lei da selva, com as raposas à solta dentro do galinheiro. Onde nos levarão, a não ser a crises mais profundas e dramáticas?

As perdas internacionais de nosso País não serão estancadas; ao contrário, tendem a se agravar em consequência da economia e do patrimônio nacional. A inflação, com suas verdadeiras causas intocadas, irá voltar com mais força. O modelo econômico vai se aprofundar e tornar-se mais cruel. “Brasil Novo”? Governo “moderno”? Haverá, por acaso, algo de mais antigo, de mais arcaico, que o colonialismo ou, nestes últimos tempos, alguma fórmula mais velha e desmoralizada que o receituário do FMI?

A população está de olhos fixos no Congresso. Está marcando as posições de cada deputado e senador, para cobrá-la nas eleições que se aproximam. Os congressistas têm o dever irrecusável de, ao menos, reduzirem ao mínimo os sacrifícios e sofrimentos impostos à coletividade, até que um dia este País possa ter um Governo independente, sem complacências, que não tenha compromissos senão com o povo brasileiro e sua caminhada rumo a um futuro digno.

“Inflação zero”; “salário zero” Outra vez, a mistificação

Com grande estardalhaço, o atual Governo, seguindo o exemplo de Sarney, fixou, por decreto, a inflação em zero. “Ocorra o que ocorrer, sejam quais forem as consequências, a inflação vai ser zero e está acabado!”. O Brasil é diferente: é o que dizem frente aos comentários que estão chegando de toda parte do exterior. Os setores interessados, como o FMI, esfregam as mãos e apoiam, dizendo que tudo está muito bem. A opinião independente e os amigos de nosso País, lá fora, espantam-se com o grau de imprudência e irresponsabilidade das autoridades brasileiras, deplorando sinceramente o que vem ocorrendo com o Brasil e seu povo.

O Plano Collor é uma espécie de “ovo de Colombo”. Como na velha história, “querem saber como um ovo pode ficar de pé? Vejam: é só bater, quebrar e pronto... A inflação aumentou, os preços crescem? É preciso cada dia mais dinheiro? É simples: recolha-se, confisque-se o dinheiro. E vamos mostrar como os preços baixam!”. Não há seriedade em tudo isto. Estamos diante de uma simplificação grosseira e primária.

Os fatos, mais que nossas palavras, vão comprovar que estamos frente a uma nova impostura, como a do Plano Cruzado. Esta, porém, muito mais danosa e destrutiva para nosso povo e para nosso País.

Vejam: bastaram 30 dias deste charlatanismo para que uma instituição com a responsabilidade do Dieese viesse a público demonstrar que essa história de “inflação zero – salário

zero” não passa de uma pomposa mentira de um governo sustentado pelos meios de comunicação. Além da perda salarial de pelo menos 24% (sem falar nos alarmantes sinais de desemprego), o Dieese demonstra que o salário mínimo fixado pelo Governo, em função dessa farsa da inflação zero, tornou-se o mais baixo da história desde 1940, quando foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas, na época, com valor de Cr\$ 15 mil²⁷, em moeda de hoje.

A denúncia do Dieese tem o efeito de revelar, para o povo brasileiro, a verdadeira face de um Governo que, se utilizando de sua legitimidade formal, faz, com refinado cinismo, muito mais do que a própria ditadura fez pela força.

Um novo “Centrão”

Aqueles que acompanharam a votação das medidas do “Pacote Collor” no Congresso poderão verificar que lá se restabeleceu o chamado “Centrão”, aquele mesmo que agiu na Constituinte e deu os famosos cinco anos para Sarney. Se não fora parte da bancada do PMDB, não haveria “Centrão”. É que o PMDB – tendo recusado nossas propostas para integrar uma frente com o PDT, PT e outros partidos –, como é de seu estilo, foi para cima do muro. Uma parte tratou de negociar com o Governo, enquanto a outra se proclamava em oposição. Com o correr dos dias, a primeira facção acabou somando-se ao PDS, PFL, PL, PTB, PRN etc., tornando possível a restauração do “Centrão”.

Como nos tempos de Sarney, o PMDB vem sendo um instrumento das oligarquias desse País; tornou-se um campo fértil para o fisiologismo, o “toma lá dá cá” dos governos do momento. E ao final, a despeito de alguns protestos verbais, nada acontece. É por isso mesmo que muitos têm se afastado do PMDB, e agora algumas seções inteiras estão procurando assumir suas próprias posições.

Vivemos uma hora em que precisamos

27 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 46,853

todos estar muito atentos. A nova situação federal vai jogar, aberta ou veladamente, para fazer, nas próximas eleições de outubro, um Congresso ainda mais dócil e obediente ao Palácio do Planalto. Sobretudo, quando se anunciam, despididamente, os planos intervencionistas do governo *collorido*, nos pleitos estaduais. Mais do que nunca, as forças democráticas e populares que se uniram no segundo turno das eleições presidenciais têm a obrigação de oferecer ao povo brasileiro uma alternativa: a oportunidade de dizer um *não* a este Governo que – sob uma nova cara – representa, como nenhum outro, tudo o que de mais irresponsável, de injusto e antipatriótico tem sido feito contra a Nação, nestes últimos 25 anos.

O PDT trabalha por esta unidade como um meio de pôr freio ao ímpeto autoritário, antipopular e desnacionalizante do atual Governo, quanto também dos grupos internacionais que o apoiam. Porém, se a imaturidade de alguns e os interesses obscuros de outros vierem desafortunadamente a criar obstáculos ou vetos insanos a esta união de partidos, a população há de saber condenar o divisionismo e as ambições, dando um voto coerente e lúcido àquelas que representarão uma alternativa à continuidade da crise e de seus atuais responsáveis.

CSN, Patrimônio Nacional

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, é um dos grandes crimes de lesa-pátria que o Governo Collor vem preparando. O seu preposto na Presidência da CSN acaba de anunciar que, em um ano, “saneará” a empresa (certamente com covardes demissões em massa de trabalhadores) para que seja entregue, então, à iniciativa privada (inclusive à estrangeira). Ora, em primeiro lugar, a CSN não é deficitária por ineficiência. Foram as ações deliberadas dos sucessivos governos dos atuais privatistas que tornaram deficitárias esta e outras empresas públicas para desmoralizá-las. Fabricaram ineficiência, deliberadamente.

Foram esses mesmos “privatistas” que obrigaram a CSN a vender os seus produtos (aço e chapas) abaixo do custo para favorecer as grandes empresas nacionais e estrangeiras, como é o caso da indústria automobilística.

Em suma: se esta grande empresa chegasse a ser transferida para mãos privadas, seria o maior de todos os cartórios deste País (100% da folha de flandres usada na confecção de latas vêm de Volta Redonda). Enfim, os números são gigantescos. Tanto é assim que grandes grupos nacionais e estrangeiros, com seus testas de ferro pelo meio, estão de boca aberta para comprá-la.

O que tem faltado à CSN, de parte do Governo Federal, é uma política honesta, limpa, inspirada no interesse impessoal do povo brasileiro. O PDT – nas ruas, no Congresso, em toda parte – vai defender com todas as suas forças este patrimônio do povo brasileiro, que já foi, um dia, o símbolo de nosso orgulho nacional e de nosso desenvolvimento industrial independente. Ninguém, impunemente, pode urdir e muito menos consumir tamanho crime contra o Brasil.

* * *

Pesquisas I – Preparem-se. Vem aí a temporada de pesquisas eleitorais (Vox Populi etc.). Em breve, a Rede Globo dará início ao bombardeio pela televisão. Há poucos dias, a mais de seis meses das eleições, “**O Globo**” já estampou esta manchete “Brizola ainda na frente no Rio”. Não tenhamos dúvidas, em breve teremos outra publicação, dessa vez dizendo: “Críticas ao Plano Collor fazem Brizola cair nas pesquisas”... A população, para eles, é simples massa de manobra. Há dois dias, no **Jornal Nacional** da Globo, o indefectível Alexandre Garcia falou sobre as pesquisas noutros estados, menos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Como se vê, estão começando. Esperamos que, um dia, as pesquisas eleitorais, para serem exibidas na tevê, tenham de ser acompanhadas por uma auditoria técnica independente – das universidades, por exemplo

– para evitar que continuem a ser instrumento do poder econômico com seus choques eletrônicos, para distorcer a livre formação de consciência do povo brasileiro.

Pesquisas II – Notem como festejam os supostos índices de aprovação do Plano Collor. Não falam que o “Plano” teve, de início, 81% (23 de março) e agora só alcança 71%. Lembram-se de que o Plano Cruzado chegou a mais de 90% e acabou dando no que deu? Essas pesquisas sobre o pacote Collor, em regra, nada mais são que manipulações e propaganda para impressionar os ingênuos e os incautos.

CIEPs, uma obsessão – Nossos adversários, conservadores e elitistas, do Rio de Janeiro têm uma verdadeira obsessão em combater os CIEPs. No fundo, não conseguem tolerar que o Poder Público, como é de sua obrigação, ofereça aos filhos da maioria de nosso povo – e, em especial, de nossa imensa pobreza – uma escola de padrões ao nível dos da classe média, apta a torná-los homens e mulheres independentes, capazes de decidirem seus próprios destinos como cidadãos livres e preparados.

Desta vez é a Sra. Fátima Cunha, Secretária de Educação (?) de Moreira Franco quem se presta a este papel. Esta senhora – uma “intelectual moderna” que ameaçou com demissões, tolerou a repressão policial ao professorado, e se acumpliciou ao abandono criminoso a que foram relegados os CIEPs por seu chefe – não tem, como se vê, nenhuma autoridade moral para falar em Educação.

Direito de resposta – A publicação de respostas a infâmias propaladas por **O Globo**, através de publicações de textos com a assinatura de A. Fonseca, não decorreu de um ato de cortesia do jornal. Ao contrário, só após as primeiras decisões da Justiça a nosso favor – numa série de cerca de 20 iniciativas judiciais tomadas em função daquela campanha de injúrias contra mim e meus colaboradores no governo do Rio de Janeiro – é que se ensejou um entendimento entre os nossos advogados (sob a coordenação do Dr. Nilo Batista) e representantes das Organizações Globo para a publicação de nossas respostas, com base em nossos direitos legais.

Nesta hora de tantas ameaças, de tantas violações, nosso dever, mais do que nunca, é o de defender os direitos de nosso povo. Nós, trabalhistas, somos a continuidade das lutas históricas do povo brasileiro. Ajude-nos a manter esta coluna. Contribuições para o PDT. Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-7 – 1º de Março, Rio de Janeiro.

Menem e Collor

A Argentina vem sendo para nós, há alguns decênios, uma espécie de espelho. O que fazem ou acontece lá, acabam por ocorrer, logo a seguir, também aqui. No período civil, Sarney só o que fez foi seguir os passos de seu colega Alfonsín: Planos Austral e Cruzado, Verão e Primavera etc., etc. Inflação nas nuvens ao fim de ambos os governos. Um povo injustiçado elegeu o governador Menem Presidente. Entre nós, a mídia levou Collor à Presidência; e este, no Governo, põe em prática, com o mesmo estilo publicitário, medidas econômicas que Menem, surpreendentemente, já vinha adotando, como é o caso do confisco de depósitos bancários. Tudo com as mesmas exibições publicitárias de tênis, basquete, futebol, cooper, caratê, ultraleve, motonáutica, motocicleta, corrida de carro, voos em aviões militares e tudo o mais a que ainda estamos por assistir aqui e lá. E sempre com milhões de fotos e ampla cobertura de jornais, revistas, rádios e principalmente das redes de televisão.

Procuram, dessa forma, distrair a atenção pública enquanto impõem a seus povos o que dizem ser a “modernidade”. Entre nós, os pacotes econômicos, choques, violações de toda ordem, arbitrariedades, confiscos de salário e das economias populares – confundindo, deliberadamente, poupadores com especuladores –, desemprego; enfim, concentração do poder e do dinheiro nas mãos do Chefe do Executivo, com o desmerecimento do Legislativo e do Judiciário

(o governo acaba de baixar a Medida Provisória nº 182, que proíbe a Justiça de conceder liminares contra seu Plano até setembro de 1992, uma espécie de AI-5 econômico).

Quem quiser saber como será o Brasil daqui a quatro ou cinco meses, basta olhar a situação da Argentina de hoje. A última do Senhor Menem, agora, é uma lei restritiva do Direito de Greve. (“*La más dura!*”, diz o próprio Sr. Menem).

Uma lei Collor contra a greve? É só esperar.

* * *

A “onda” avassaladora – Em nenhum momento de sua história, a humanidade foi tão bombardeada por tamanha “onda” de propaganda. É a “guerra de dominação” dos países ricos sobre as nações pobres. “Fazer as cabeças” de uma parte da população e conseguir a cumplicidade de suas elites dirigentes tem sido mais eficiente que qualquer outro método – inclusive a força militar – para dominar e controlar os povos. Tornou-se imprescindível encarar com grandes reservas, com espírito crítico, tudo o que se divulga através dos jornais, revistas, rádios e televisões. Estaremos, assim, valorizando a informação honesta e o verdadeiro jornalismo. Devemos sempre perguntar a nós próprios: será que é verdade? O que estão buscando com isto? Observem, por exemplo, esta “onda” em favor da privatização. Não coincide, por acaso, com os interesses das nações ricas?

Pelo menos aqui por estas bandas não hão de lhes faltar sócios obedientes e testas de ferro para, ao final, controlarem por completo nossa economia. Dizem que isto é o moderno. E pensar que existem poucas instituições tão arcaicas quanto o velho colonialismo...

Ainda a “modernidade” – Nos últimos tempos da Monarquia, surgiram por aqui, em meio à nobreza privilegiada, os **modernos**. Eles se distinguiam por suas afinidades com as cortes europeias – centros da exploração colonial da época. Aliás, àquele tempo, o “**moderno**” era servir e imitar a nobreza da Europa. Gestos, roupas, cabeleiras, enfim, tudo o que seguisse

o padrão daqueles ambientes. Mesmo neste clima tropical, vestiam-se de veludo para melhor seguirem a moda da metrópole. Formados nas Universidades da Europa, eram bem-falantes, políglotas e, em geral, tidos como peritos em métodos “modernos de produção” e apropriação de bens. Volta e meia, por exemplo, inventavam fórmulas para que os escravos trabalhassem mais, gastando menos. Foram os precursores de algumas correntes tecnocráticas de hoje, que continuam insistindo em ser os apóstolos da modernidade.

A fábrica – Existe apenas uma única fábrica, hoje, em nosso País, trabalhando a todo o vapor. Seus empregados fazem três turnos e não há economia nas horas extras. Sabem qual é? É a fábrica de dinheiro – a Casa da Moeda. Foi necessário, até mesmo, lançar às pressas uma cédula improvisada de Cr\$ 5 mil. Em pouco mais de 15 dias, emitiram mais papel-moeda do que tudo o que já havia em circulação. Nunca um Governo, em tão pouco tempo, emitiu tanto dinheiro.

Divisionismo – Dois artigos de conhecidos jornalistas, publicados esta semana, revelam quanto é importante para o **establishment** o malogro da tentativa de aliança entre o PDT e o PT. Refiro-me ao prestigioso colunista Carlos Castelo Branco e a Newton Rodrigues, este na Folha de S. Paulo. Ambos procuram influir sobre os petistas exatamente como na velha fábula em que a raposa se desmancha em elogios para o corvo que, no alto de uma árvore, prendia um pedaço de queijo no bico. Tanto tocaram na vaidade do corvo que este abriu o bico e deixou cair o queijo, exatamente como desejava a raposa.

Mais uma de Moreira Franco

Embora a população do Rio de Janeiro já esteja acostumada a esperar todo o tipo de baixezas e explorações torpes contra o PDT de que é capaz o Sr. Moreira Franco, as pessoas honradas

ficaram chocadas com a demagogia rasteira que o atual governador fez em relação ao problema das chuvas no Rio. Em primeiro lugar, eximiu-se de suas responsabilidades (grandes, por sinal) no episódio. Depois, em lugar de emprestar sua solidariedade e determinar providências em apoio à Cidade e aos esforços do Prefeito Marcello Alencar, como era dever de um governante, mandou colocar um anúncio – encobrendo-se sob a assinatura do PMDB – para tentar fazer eleitoralismo barato. O que acontece, na verdade é que estamos diante dos estertores de um governicho, que busca desviar a atenção da opinião pública para o seu fracasso, em todas as áreas. Em todo o Brasil, será difícil encontrar uma administração que mereça um julgamento popular pior do que a de Moreira Franco. Perto dele, até o Governo Chagas Freitas teria um bom conceito.

CIEPs – A Secretária de “Educação” de Moreira, “Doutora” em Filosofia, Fátima Cunha, escreveu dois artigos contra o plano dos CIEPs. Vejam como argumenta: “*Sem cogitarmos de teorias explicativas de sua inviabilização, ousamos, modestamente afirmar que o homem é o responsável único e direto pelo não extermínio desse cancro quase biológico que se traduz pela sede de poder, venha ele da necessidade histórica da sobrevivência ou do efeito histórico determinístico que moldou a sua consciência na forma da dominação e de uma soberania irracionais...*”. E, logo a seguir, esta preciosidade: “*Daí a profunda descrença na genuinidade da retórica de movimentos políticos em prol da justiça social, pois, ‘água mole em pedra dura tanto dá até que fura’...*” (JB, de 19 de abril). Esta “educadora” tinha de ser mesmo contra os CIEPs! É uma auxiliar à altura desse governo infeliz – certamente o mais nefasto da história do Rio de Janeiro.

Nesta hora de tantas ameaças, de tantas violações, nosso dever, mais do que nunca, é o de defender os direitos de nosso povo. Nós, trabalhistas, somos a continuidade das lutas históricas do povo brasileiro. Ajude-nos a manter esta coluna. Contribuições para o PDT. Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-7 – 1º de Março, Rio de Janeiro.

A causa intocada de nossa inflação

As perdas internacionais de nossa economia é que geram, essencialmente, a inflação. Como estas perdas vêm sendo crescentes, a inflação também vem sendo cada vez maior. Todas as demais causas são secundárias, e muitas delas diretamente derivadas daquela causa principal.

Todas as nações que não sofrem perdas internacionais, isto é, países em cujas economias entram mais valores e riquezas do que saem, não têm inflação. É o caso das nações desenvolvidas. E, contrariamente, todas as nações de onde saem mais riquezas do que as que ingressam, mergulham na inflação. Quanto maiores forem as perdas, maior e mais intensa será a espiral inflacionária.

É óbvio que os preços aumentam em função da existência de dinheiro excessivo em circulação, sem lastro, sem correspondência com a riqueza produzida ou existente. E os governos, sabendo disso, por que emitem e jogam em circulação cada vez mais dinheiro, determinando a elevação dos preços e gerando inflação?

Em boa parte, essas emissões são feitas por governos irresponsáveis, para gastos não necessários, para cobrir déficits produzidos pela ineficiência, clientelismo, vícios; enfim tudo o que sabemos.

Mas a maior parte das emissões decorrem de pressões e exigências que vêm do próprio

ventre do sistema econômico; são consequências diretas ou indiretas do que denominamos perdas internacionais de nossa economia: sub e superfaturamento nas importações e exportações; compra de divisas dos exportadores para atender aos serviços da dívida e às reservas; pagamentos excessivos de serviços e royalties; contrabando e transferências. E, sobretudo, os maus negócios – “os negócios da China agora se chamam negócios do Brasil” – e a debilitação dos recursos públicos devido à baixa renda da população.

Todos esses pacotes de medidas que têm sido baixados, do Cruzado a este Plano Collor, seguindo o receituário que nos vem do FMI, até poderiam produzir alguns resultados se a economia brasileira – como pretendem os tecnocratas – fosse uma entidade autônoma, isolada, como um sistema fechado, regido unicamente por sua dinâmica interna. A realidade, porém, é muito diferente. Nossa economia está ligada ao imenso organismo da economia internacional por uma série de canais, por um sistema de ventosas que, ao longo dos anos, cada vez mais drasticamente, vem transferindo para o exterior os frutos do trabalho de nosso povo e as riquezas do País.

Esta é uma verdade essencial que a nossa casta dirigente, seus ideólogos e tecnocratas teimam em não reconhecer para não deixar à vista do povo brasileiro a sua cumplicidade com os interesses internacionais. Mas é de tal ordem a gravidade desta situação que, sem exagero, podemos afirmar que o nosso País se tornou o maior centro da roubalheira internacional, talvez de todos os tempos da história humana.

Em suma: façam o que fizerem, enquanto esses drenos permanecerem intocados não haverá senão paliativos de curta duração e, ao final, inflação e crise ainda mais graves. É por isso que nos sentimos seguros para afirmar que este pacote, tal como aconteceu com o Cruzado, terá o mesmo fim, trágico e melancólico.

De olho nas eleições

Quem, a essa altura, pode deixar de perceber que, dia a dia, vão surgindo mais e mais sinais de que, tal como aconteceu no Plano Cruzado, o pacote de medidas do Governo Collor tem prazo político, um objetivo eleitoral a atingir. É nas eleições do dia 3 de outubro que estão com os olhos fixos e vão fazer de tudo para chegar lá, não importa com que métodos ou a que preço. Vejam: depois da edição do pacote, o que tem feito o Governo, senão um permanente espetáculo de pirotecnias e prestidigitações? O Chefe de Governo transformou-se numa espécie de *showman* visando a impressionar e a iludir a opinião pública.

“Inflação zero, e está acabado”, mesmo que os índices (até mesmo os apurados pelos órgãos oficiais) digam o contrário. “Revoguem-se os índices”, proclamam os tecnocratas. O povo brasileiro é, para essa gente, uma multidão de tolos que precisa ser engabelada até dar o seu voto nas eleições de outubro. Depois? Bem, depois é depois. Vai ser como a poupança. O importante, para eles, é chegar lá. Chegarão?

Incoerência – No segundo turno da campanha presidencial, a sombra ameaçadora da candidatura Collor, identificada como a própria direita surgindo com nova cara, levou toda a área progressista a se unir em torno da candidatura Lula. Era, então, apenas um temor, um perigo virtual a força inspiradora da nossa união. E agora que aquela ameaça tornou-se uma realidade de poder e de ação contra o povo brasileiro e os interesses do País, e, ainda mais, com os métodos e prática que já demonstrou nestes primeiros dias de governo? Será hora para devaneios, para ambições pessoais, sectarismos infantis, mesquinhos interesses partidários; ou será, mais até do que antes, o momento de uma imprescindível união de forças? É exatamente esta unidade que o povo brasileiro espera de nós.

28 O cruzado novo (NCz\$) foi a moeda brasileira entre 16/1/1989 e 16/3/1990, quando o Plano Collor a transformou em “Cruzeiro”.

A volta do dólar – O dólar, no momento da edição do pacote estava em NCz\$ 84²⁸. Baixou nos primeiros dias para cerca de Cr\$ 40. Agora, já está em torno de Cr\$ 75. Isto foi exatamente o que aconteceu na Argentina. Os fatores externos (câmbio e juros), fora do alcance do Senhor Tuma, começam a agir sobre uma economia dependente como é a nossa.

Já negociam a CSN

Estamos, sem dúvida, diante de um grande escândalo. Acompanhado do notório Delfim Neto, o Ministro Ozires Silva, numa misteriosa viagem à Europa, anunciou que começará a entrega das empresas públicas pela Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e pela Cosipa, de São Paulo. Em meio a piadas em inglês, como descreve o **Jornal do Brasil**, o Ministro afirma que o que importa é vender logo, a qualquer preço e sem restrições ao capital estrangeiro, as duas empresas. É estranho que O Globo, sem noticiar a viagem, defenda a mesma posição em editorial. O que está acontecendo é uma verdadeira conspiração, um crime de lesa-pátria. Os Governos afundaram propositalmente a CSN, paralisando investimentos e subsidiando preços para os grandes grupos industriais. O Governo Collor, ao paralisar a economia, desfechou o golpe de morte para o setor. Agora, querem vender como sucata a maior e mais moderna siderúrgica brasileira.

Dia 1º de maio, todos estes fatos já serão do conhecimento dos trabalhadores da CSN e da população de Volta Redonda. Que não pensem que irão consumir este ato monstruoso sem se defrontar com aquela comunidade trabalhadora e com a própria opinião pública nacional. O que a CSN exige do Governo Federal é uma gestão correta, honesta e eficiente, que possa recuperar este patrimônio do povo brasileiro.

* * *

Os 25 anos da Globo – A Rede Globo está fazendo 25 anos. Foi criada, portanto, em 1965, um ano depois do golpe. Não é simples coincidência que tenha nascido e vicejado na estufa da ditadura. Tornou-se um verdadeiro monopólio, que absorve a quase totalidade das verbas publicitárias do Governo e das empresas privadas. É tão lucrativo este cartório que transformou em poucos anos o Sr. Roberto Marinho – de empresário endividado – no detentor de uma das maiores fortunas pessoais, senão o maior, do Brasil e da América Latina. Ele vem defendendo a entrega das empresas estatais a grupos privados, sob o argumento falso de que, assim, se irá democratizar a economia. Na verdade, em matéria de democratização, nada é mais urgente e necessário que quebrar o monopólio da Globo, democratizando e descentralizando os meios de comunicação no Brasil.

Nº 5 – 6 de maio de 1990

Nesta hora de tantas ameaças, de tantas violações, nosso dever, mais do que nunca, é o de defender os direitos de nosso povo. Nós, trabalhistas, somos a continuidade das lutas históricas do povo brasileiro. Ajude-nos a manter esta coluna. Contribuições para o PDT. Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-7 – 1º de Março, Rio de Janeiro.

As perdas internacionais

As classes dirigentes e as elites brasileiras, com seus “planos infalíveis” para acabar com a inflação, jamais tocam – e nem sequer reconhecem – na causa fundamental da inflação, que está nas perdas internacionais de nossa economia. Seus tecnocratas e ideólogos vivem a construir sofisticações e teorias que, no fundo, buscam esconder esta verdade. Porque, do contrário, estariam admitindo que são cúmplices de um processo lesivo ao País e ao nosso povo. Vejam só, por exemplo, os apontamentos sobre nossas perdas internacionais feitos pelo economista e deputado Luís Salomão (PDT), relator-geral da Comissão Mista do Congresso – criada pela nova Constituição – para analisar a dívida externa, a partir do relatório final daquele órgão.

1. Perdas decorrentes da elevação unilateral das taxas de juros – O Governo dos EUA, para combater a inflação norte-americana, elevou as taxas de juros a fim de poder colocar seus títulos e enxugar o mercado financeiro. Com isso, os empréstimos dos países devedores tornaram-se verdadeiras bolas de neve. Cálculos do próprio Banco Central informam que, nos últimos dez anos, o Brasil perdeu mais de **US\$ 50 bilhões** só com a elevação das taxas de juros acima de suas médias históricas, ou seja, praticamente a metade de nossa dívida externa.

2. Perdas causadas pela evasão clandestina de bens e divisas – Por razões óbvias, não há

estatísticas precisas sobre este “movimento”. A revista **Newsweek** (de 17/4/89), várias CPIs do Congresso e especialistas indicam que, apenas nesta década, nosso País sofreu perdas superiores a **US\$ 45 bilhões** em consequência de subfaturamento de exportações, superfaturamento de importações, comissões pagas no exterior, compras desnecessárias de equipamentos como contrapartida para a concessão de vultosos empréstimos e com fraudes na importação de alimentos durante o Plano Cruzado.

3. Perdas originadas pela deterioração das relações de troca – A partir de 1979, os países industrializados passaram a adotar políticas protecionistas nos seus mercados, provocando uma baixa mais acentuada nos preços dos produtos de exportação do Terceiro Mundo. E ainda mais: elevaram progressivamente os preços dos produtos que nos fornecem, especialmente os de alta tecnologia e os insumos básicos. Nestes dez anos, as perdas da economia brasileira neste item chegaram a **US\$ 27 bilhões**, aproximadamente.

4. Perdas geradas pelo endividamento, preços e tarifas das estatais – Os setores elétrico, siderúrgico e de petróleo foram levados pelos governos a se endividar, de forma lesiva, e obrigados a adotar preços e tarifas abaixo de seus custos, transferindo assim renda para o setor privado, num total que se estima em cerca de US\$ 30 bilhões. Destes, pelo menos US\$ 10 bilhões foram repassados ao exterior, através das exportações de alumínio e aço (energia), de petroquímicos (nafta subsidiada) e de automóveis e de bens duráveis (ágio).

Estas cifras impressionantes referem-se, como se vê, apenas a uma parte daquilo que nossa economia perde para o exterior. Existirá plano capaz de estabilizar uma realidade econômica exposta a uma sangria como esta? Façam o que fizerem, sem estancar esse processo espoliativo a que está submetida nossa economia, não teremos senão mais crise e, em breve, mais inflação.

O plano alemão – Todos os que se valem do que ocorreu na Alemanha, no imediato pós-guerra (1946-48), para argumentar contra ou a favor do Plano Collor, deixam de lado um de seus aspectos mais importantes (sem considerarmos, naturalmente, que o povo alemão e sua economia já possuíam os mais altos níveis de desenvolvimento). Refiro-me a que todo o endividamento externo alemão foi anulado. E mais: o Plano Marshall injetou, a fundo perdido, nada menos que US\$ 4 bilhões na economia germânica. Seria o mesmo que um “presente” de US\$ 25 bilhões em valores de hoje. Em lugar, pois, das graves perdas internacionais que sofremos, o que a Alemanha teve foram **ganhos internacionais** enquanto estabilizava sua economia.

A violência desmascarada

Os números da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro publicados quarta-feira pelo JORNAL DO BRASIL põem a nu, definitivamente, as mentiras e as explorações dos que procuram salvar o governo Moreira Franco do plano inclinado da desmoralização em que se encontra. Depois de prometer durante a campanha “acabar com a violência em seis meses”, este é o retrato da farsa: comparando o número de crimes ocorridos em 86 (último ano de nosso Governo) com o dos cometidos no ano passado, os homicídios aumentaram 54%; os assaltos com morte, 47%; os roubos e furtos de automóveis, 53%; enquanto os assaltos a banco cresceram nada menos que 262%! A impunidade e a conivência abriram campo fértil para o ressurgimento dos “esquadrões da morte”, como o próprio **JB** registra, ao informar que “a ação dos grupos de extermínio e o grande número de chacinas foram a tônica destes dois últimos anos”. E o atual Governador, responsável por esse governinho inoperante e omissivo, ainda pensa que pode iludir a opinião pública com sua propaganda demagógica. A mentira, uma vez mais, demonstra que tem as pernas curtas.

* * *

Despudor e ameaça – No comício que realizou na exposição agropecuária de Uberaba, Collor de Melo deixou de lado a hipocrisia e começou a mostrar para que serve o seu plano. Como no Cruzado, só pensam em amealhar os votos dos incautos e depois dar as costas à população, como fez o Presidente Sarney. Agora, como naquela época, buscam transformar os que criticam o “pacote” em “inimigos da Pátria”, enquanto eles próprios com seus objetivos mesquinhos, preparam o caminho que levará o País a uma crise sem precedentes. Além do mais, quando o Presidente da República parte assim tão despudoradamente para o eleitoralismo, que ameaças nos aguardam até as eleições! Será que o Brasil continua condenado a ser uma republiqueta onde o Governo pode intervir e violar o processo eleitoral, usando o seu cargo, o seu poder e os meios de comunicação contra os que discordam dele e assumem a trincheira legítima da oposição?

Descrédito – O Governo Collor, com seu “pacote”, está em vias de destruir a caderneta de poupança. As grandes empresas, como revelaram os jornais, já conseguiram liberar a maior parte de seus bloqueios, através do pagamento de impostos e de outras transferências e, no final, só mesmo aqueles (principalmente pessoas físicas) que tinham suas economias na poupança e outros ativos acabaram confiscados, sem terem nada a ver com a especulação financeira. A Caderneta – que já foi o mais popular e barato instrumento de captação da poupança popular para financiar investimentos de natureza social, como é a habitação – agora perdeu a plena confiança de cerca de 80% da classe média, como revela pesquisa publicada pela *Folha de S. Paulo*.

Desafinado – Ainda bem que o deputado César Maia esclarece, em suas frequentes entrevistas, que as posições que vem assumindo sobre o Plano Collor não correspondem ao pensamento generalizado de nosso Partido, nem mesmo ao de qualquer outro integrante de nossa bancada.

César Maia tem o direito de divergir, como vem fazendo. Dentro de um partido democrático é compreensível que isso ocorra, mesmo se tratando de uma posição isolada, embora existam limites éticos a serem considerados. Por exemplo: na entrevista que concedeu ao programa “Jô Soares – Onze e Meia”, esta semana, entretanto, o companheiro César, por certo inadvertidamente, afirmou que o PDT e eu, Leonel Brizola, no Governo, tomaríamos atitudes semelhantes, por exemplo, a este indecoroso e iníquo confisco da poupança popular. Só um estado de grande confusão e nervosismo naquele momento da entrevista pode ter levado o nosso César a nos atribuir algo que, como ele sabe bem, não só jamais faríamos quanto consideramos uma verdadeira iniquidade.

Nesta hora de tantas ameaças, de tantas violações, nosso dever, mais do que nunca, é o de defender os direitos de nosso povo. Nós, trabalhistas, somos a continuidade das lutas históricas do povo brasileiro. Ajude-nos a manter esta coluna. Contribuições para o PDT. Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-7 – 1º de Março, Rio de Janeiro.

A volta da “ciranda”

Antes do pacote Collor-Ibrahim, as aplicações na especulação financeira no *over* chegavam a cerca de NCz\$ 7,5 trilhões²⁹ diários. Pois, pasmem os leitores: ultrapassados os primeiros momentos, as operações no *over* já atingem, agora, quase Cr\$ 5 trilhões por dia, aproximadamente 70% do volume anterior. É o que registra o próprio jornal *O Globo* (11 de maio). Está de volta, como se vê, a chamada ciranda financeira. E não foi para acabar com esta ciranda que baixaram o “plano”?

O mais grave, em tudo isso, é que essa enorme massa de dinheiro que voltou à especulação dos altos juros, pertence aos titulares do grande capital – estes sim, os verdadeiros beneficiários do “Plano Collor”, como os fatos estão demonstrando, cada dia de maneira mais contundente e incisiva. Aos grandes capitalistas foi permitido retirar do confisco praticamente tudo o que fora retido nos primeiros dias. O que ficou bloqueado, mesmo, foi a poupança da população, das pessoas físicas, especialmente da classe média. Uma injustiça clamorosa, uma verdadeira iniquidade.

Até aqui, era o confisco salarial; agora, além dele, o confisco monstruoso das economias populares. O modelo econômico continua intocado, fazendo com que os ricos e poderosos

acumulem cada vez mais. Para estes, liberar suas aplicações foi uma operação relativamente fácil e simples. Muito diferente das humilhações e das horas e horas nas filas a que foram submetidos aposentados, idosos, desempregados e doentes que quase tiveram de implorar que lhes devolvessem parte de suas pequenas economias pessoais.

Vejam estas informações. O jornalista Jânio de Freitas, na Folha de S. Paulo (10 de maio), divulga que as grandes empresas nacionais e multinacionais já não têm mais nada retido. O Sr. J. Peter, da Union Carbide, revela *O Globo* (9 de maio) que esta multinacional já “zerou” a conta de 1 bilhão de cruzados bloqueados. O mesmo diz o Sr. Fornari, dos supermercados; e o Sr. T. Orth, das indústrias de bens de capital. No mesmo jornal, o Sr. Antonio Ermírio, do Grupo Votorantim, informa que já conseguiu desbloquear o equivalente a 200 milhões de dólares, através de diversas operações entre empresas do Grupo. São depoimentos que não deixam dúvidas sobre o que está ocorrendo.

Esta questão dos recursos maciçamente liberados para o grande capital está ligada ao que chamam de liquidez. Argumentam que era necessário aumentar a liquidez para que a economia voltasse a operar. Na realidade, tudo funcionou como um alçapão. O que queriam mesmo, era confiscar os recursos da população. De um lado, achatando os salários e, de outro, expropriando as economias populares. Em suma, transferir mais uma vez para o povo os ônus da inflação e da crise. Quanto ao grande capital, as grandes empresas, locais e estrangeiras, nunca tocaram nas suas máquinas de fazer dinheiro. Como se viu, não só recuperaram os seus haveres bloqueados, como partem para uma nova etapa de acumulação.

Deploravelmente, tudo está ocorrendo como denunciemos já na primeira hora. Tudo vai acabar beneficiando o grande capital, os

29 Para converter cruzado novo (NCz\$) em dólar, divida por 51,239

ricos e os poderosos e seus sócios externos – grupos e corporações internacionais. Parte da população ainda está perplexa. Não é para menos, considerando-se o que vem acontecendo neste País. A cada dia, porém, a verdade dos fatos vai abrindo clareiras cada vez maiores neste emaranhado de mistificação e propaganda. Desta vez não vão ter fôlego para chegar às eleições e enganar o povo brasileiro, como o fizeram com o malfadado Plano Cruzado.

A maldição dos pobres

Irritado porque o seu “plano” está fazendo água por todos os lados, Collor volta sua ira contra os pequenos e os indefesos. Não estou exagerando. Na verdade, tudo o que esse Governo tem feito, com farta publicidade “contra” grandes empresários e pessoas “importantes”, não passa, afinal, de pantomimas, de jogo de cena para impressionar a opinião pública. Ninguém foi destituído de seus privilégios. E aqueles que tiveram seus depósitos e aplicações confiscados, praticamente já receberam tudo de volta. Quem está pagando o pato são os trabalhadores, a classe média, os pequenos empresários, os produtores do interior – a população, enfim.

A esta altura, é a própria imprensa independente que revela que este pacote de medidas está afundando muito mais rapidamente que o desastroso Plano Cruzado.

Diante dos sinais de fracasso – que a nós não surpreendem – Collor reclama raivosamente de seus ministros o corte de 400 mil trabalhadores e funcionários dos serviços públicos. Para estes punhos de renda, por certo quase todos filhinhos de papai, lançar 400 mil seres humanos e suas famílias (com certeza mais de 1 milhão de pessoas) numa situação de insegurança e infelicidade, sem ao menos acenar-lhes com uma perspectiva de trabalho e sobrevivência, deve ser um ato tão simples e sem consequências como dar uma volta de motocicleta.

Só o fato de anunciarem esta medida, sem um mínimo de critérios e de encaminhamento

de alternativas para estas pessoas, constitui-se numa tortura e num ato de crueldade sem limites. Ou, quem sabe, o desemprego que está em curso irá atingir apenas os altos funcionários e os grandes executivos das empresas privadas? Estes, não só saberão se defender quanto, logo veremos, não lhes faltarão mãos protetoras. Ao que iremos assistir, isto sim, é o desemprego atingir os pequenos e humildes, no serviço público e nas atividades particulares. Não é isso, por acaso, o que está ocorrendo em Santa Catarina, nas minas de carvão da CSN? Ou quem sabe são aqueles trabalhadores com seus pulmões corroídos pelo pó das minas, os “marajás” responsáveis pela inflação?

Alguém que age assim, de maneira tão fria e desumana, há de carregar para sempre o mesmo estigma que marcou o atual governador Moreira Franco, pela perversidade com que procurou destruir os CIEPs: a maldição dos pobres e dos humildes.

* * *

Aprendizes de feiticeiro – Circula no exterior – e, aqui, também – um relatório elaborado por uma conhecida empresa de assessoramento e consultoria, focalizando os currículos e credenciais dos titulares dos 35 cargos mais importantes do Governo Collor (Planalto, Ministérios da Economia e da Infraestrutura). A equipe do atual Governo, observa o referido relatório, só pode ser considerada experimental (transitória), devido ao fato de seus integrantes, salvo algumas exceções, terem pouca ou nenhuma experiência em administração de estruturas complexas, seja no setor público seja no setor privado. Além dessas informações, demonstra o relatório que a máquina estatal, neste momento, está vivendo o ápice de sua ineficiência, em consequência da “reforma administrativa”, que agravou o quadro de desorganização preexistente.

Abandono – Primeiro, o Governo Sarney; agora, este. E, junto com ambos, no Rio, essa fase sombria e danosa de Moreira Franco. Todos,

além de responsáveis diretos pelo abandono da escola e do magistério públicos, assistem agora, de braços cruzados, ao desmantelamento do sistema particular de ensino. Há quase um mês, centenas de milhares de crianças estão sem aulas. Como recuperar este prejuízo? Quem são os responsáveis por isso, senão os Governos da União e do Estado que criaram estes impasses e, agora, se omitem criminosamente? Em lugar de só se preocuparem com seus penteados ou a inventar pirotecnias para a mídia, o que deviam era estar trabalhando, noite e dia, como incansáveis mediadores, até que pudessem encerrar este conflito, restabelecer as aulas e reconduzir as crianças à normalidade de suas classes.

Nº 7 – 20 de maio de 1990

Nesta hora de tantas ameaças, de tantas violações, nosso dever, mais do que nunca, é o de defender os direitos de nosso povo. Nós, trabalhistas, somos a continuidade das lutas históricas do povo brasileiro. Ajude-nos a manter esta coluna. Contribuições para o PDT. Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-7 – 1º de Março, Rio de Janeiro.

E depois do desastre?

Manda o bom senso que alguém, quando assume um cargo de alta responsabilidade, o faça dando início a suas atividades com espírito aberto, ouvindo a todos; agindo com energia e austeridade, é certo, mas, sobretudo, com suma sensatez e prudência. Muito especialmente, quando se trata do mais alto cargo: a Presidência da República de um país mergulhado na maior crise de sua história. E o que fez, desde a sua posse, o atual Presidente? Exatamente o contrário: sem ouvir ninguém, pôs-se, com seus áulicos, a baixar – a torto e a direito – dúzias de decretos, medidas provisórias, portarias; enfim, um conjunto de atos e determinações com enormes repercussões sobre nossa economia, e mesmo as mais graves consequências sobre a vida dos cidadãos, como foram o confisco da poupança e o rebaiamento do poder aquisitivo dos salários, o desemprego e as anunciadas demissões em massa de servidores públicos.

Com o respaldo do despudorado apoio de uma mídia montada durante a ditadura e regida pela batuta do monopólio da Rede Globo, o novo Governo vem agindo discricionariamente, de forma insana e irresponsável. Atropelou o Congresso, cuja maioria, servil aos interesses dominantes, reconstituiu o “centrão” da Constituinte e chegou ao absurdo de proibir ao Judiciário o exame da legalidade de suas

decisões. Foram medidas que chocaram a consciência democrática por seu cunho autoritário e, até mesmo, por sua natureza fascistoide, editadas diante de uma Nação perplexa e assustada.

Em nome do combate à inflação, o povo brasileiro outra vez foi submetido aos maiores e mais injustos sacrifícios. Como se vê hoje, as grandes empresas, os ricos e poderosos, todos eles já conseguiram se livrar dos bloqueios impostos as suas enormes massas de dinheiro e estão intactos os mecanismos que lhes permitiram acumular fortunas, enquanto a população foi, de fato, confiscada, não só em seus salários como em suas pobres economias, reunidas com enormes esforços e privações ao longo de vidas inteiras de trabalho.

Submetem o povo brasileiro a tudo isso para quê? Com que fim? Para mudar as estruturas econômicas, para modificar ou abolir os mecanismos que nos têm levado a este quadro de carências e de crises cada vez mais profundas? Ou, quem sabe, para passarmos, como dizem, a uma era de estabilidade e justiça social? A verdade é que nada disso está ocorrendo nem vai ocorrer. Muito ao contrário: os privilégios, as injustiças e os mecanismos que os têm originado permanecem. E o que é pior: o País foi entregue a um grupo de neófitos em matéria de interesse público, mas de “cabeças feitas” à feição de certas conveniências. Transformaram o povo brasileiro num campo para experimentalismos e os cidadãos em cobaias. O Brasil está sendo conduzido às mais levianas e perigosas aventuras por um bando de tecnocratas, sem nenhuma representatividade e – a grande maioria deles – sem qualquer experiência administrativa, seja no setor público ou privado; formados no exterior e carentes, até, de um mínimo de convivência com a população e de sensibilidade para os reais problemas brasileiros.

Vejam, por exemplo, o caso do Senhor Ibrahim Eris, nomeado por este Governo para a presidência do Banco Central. Na prática a

autoridade com maior poder de decisão do País, que detém o arbítrio para decretar a vida ou a morte de empresas, confiscar ou liberar economias pessoais, fixar juros, câmbio e muitas outras situações que não chegam ao conhecimento do Presidente da República. Este senhor, afinal, chegou ao Brasil há apenas 16 anos, já aos 28 de idade, nascido e formado na Turquia, com pós-graduação numa universidade norte-americana. Francamente – sem nenhum mérito para sua capacidade técnico-profissional, que certamente poderia credenciá-lo para ser um assessor eficaz: colocar alguém que mal consegue se expressar em nosso idioma num cargo, hoje, mais importante do País é, mais que uma insensatez, uma verdadeira temeridade. E os resultados deletérios de tal decisão estão aí, diante de todos.

Enfim, agem como todo-poderosos, como donos do País, com uma arrogância e um arbítrio que deixariam com inveja os *czares* da economia nos tempos da ditadura. Esses “liberais” e “privatistas”, em apenas dois meses, já são os campeões da intervenção estatal sobre a economia.

E, em tudo, revelam seu despreparo e primarismo. Onde tocam, destroem. Vejam como, para eles, “administrar” significa: confiscar; taxar; expurgar índices; vender ou extinguir patrimônio e empresas públicas; demitir funcionários; desempregar milhões de trabalhadores das estatais e das empresas privadas; ou, quando não, chamar o Senhor Tuma. Retomar o desenvolvimento, com justiça social? Para quê? A ciência econômica, para esta gente, não tem nada a ver com o bem-estar da coletividade. Pouco significam as pessoas; importante, mesmo, são os números, gráficos e estatísticas...

A esta altura, as pessoas honestas e com um mínimo de lucidez já se apercebem que estamos diante de uma grande farsa, de um quadro perverso de improvisos que está se dissolvendo como uma pedra de gelo sob o calor do sol. Tudo, desta vez, vai ser mais rápido e mais

grave do que no malsinado Plano Cruzado.

Estamos diante de um Governo que traiu sua palavra empenhada e descumpriu seus compromissos públicos; que aviltou e submeteu os poderes Legislativo e Judiciário; que confiscou os salários e as economias populares; que está paralisando e destroçando a economia, ao mesmo tempo em que destrói e ameaça entregar a interesses privados, daqui e de fora, empresas públicas que são patrimônio do povo brasileiro; enfim, de um Governo que mergulha o País num clima de incertezas, de sacrifícios e infelicidades para a população. Ainda agora, seu mais recente ato pretende entregar às feras os que vivem de salários, regredindo às práticas mais selvagens e ultrapassadas do capitalismo, ao retirar o Governo de seu dever irrecusável de mediar as relações entre capital e trabalho, garantindo um mínimo de dignidade aos salários dos trabalhadores. Poderá um Governo assim, depois do desastre que se avizinha, continuar impunemente com suas irresponsabilidades e violações, como se nada houvesse ocorrido neste País?

Lei da selva nos salários

A respeito dessa gravíssima e iníqua medida do Governo Collor de rebaixar, na prática, os salários de nosso povo, o PDT, em conjunto com o Partido Verde, o PCB e o PCdoB, lançou o seguinte manifesto:

O PDT, o PCB, o PCdoB e o PV protestam contra a absurda decisão do Governo Collor de, mais uma vez, fixar em zero o índice dos reajustes salariais, agora sob o argumento de que a reposição das perdas inflacionárias será feita por “livre negociação” entre empregados e empregadores.

No momento em que o País mergulha na recessão econômica, elevam-se assustadoramente os níveis de desemprego e os

preços, liberados, retomam sua escalada vertiginosa, a iniciativa do Governo significa o mesmo que reduzir o valor real dos salários de nossa população, que já haviam sofrido graves perdas com o expurgo da inflação de março, determinada pelo Governo e com a falsa “inflação zero” de abril.

Como falar em “livre negociação” se o fantasma da perda de emprego ronda a classe trabalhadora? E os milhões de aposentados e pensionistas – que recebem proventos irrisórios e dependem do reajuste do salário mínimo – vão negociar com quem? Já não bastou submeter estas pessoas, depois de uma vida inteira de

trabalho, aos sofrimentos e humilhações das filas? Como devem proceder os trabalhadores diante de um patronato que, sob mil alegações, negue-se a, no mínimo, repor aos salários aquilo que a inflação retirou?

Os trabalhadores saberão reagir a mais este confisco salarial. Nossos partidos, fiéis a seus compromissos com a população, estão, desde já, a seu lado, nas ruas e através de suas bancadas parlamentares, para impedir que se consuma mais esta violência do Governo Collor que, sob o falso pretexto de combater a inflação, patrocina e impõe o mais brutal arrocho salarial ao povo brasileiro.

Nesta hora de tantas ameaças, de tantas violações, nosso dever, mais do que nunca, é o de defender os direitos de nosso povo. Nós, trabalhistas, somos a continuidade das lutas históricas do povo brasileiro. Ajude-nos a manter esta coluna. Contribuições para o PDT. Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-7 – 1º de Março, Rio de Janeiro.

Os direitos do povo brasileiro

Um partido político, para merecer este nome, deve guardar fidelidade a um conjunto de ideias e princípios, sem os quais passaria a ser apenas um aglomerado de interesses e ambições eleitorais. Nosso partido ao longo dos anos vem mantendo esta coerência. É por isto que as elites econômicas e políticas que controlam este País – e que são as grandes responsáveis por esta situação a que o Brasil chegou – não nos podem compreender e, muito menos, nos tolerar. Dizem que não temos propostas ou ideias, simplesmente porque não adotamos as suas; estas sim, fracassadas e obsoletas. Criticam-nos quando não coonestamos suas farsas e manipulações, porque sabem que – haja o que houver, custe o que custar – jamais faltaremos ao nosso dever de coerência e lealdade para com a população. Por isto, denunciaremos o Plano Cruzado, quando era fácil aplaudir. Por isto, somos oposição a este Governo que, por sua própria índole e por seus atos e violações, representa uma ameaça à Nação. Por isto, iremos sempre afirmar, proclamar e defender estes direitos democráticos e sociais do povo brasileiro:

1. O DIREITO de viver em liberdade e sem medo, como povo civilizado, num ambiente de paz, sem ameaças de golpes e de violências repressivas, na posse e usufruto de seu território e de seus recursos naturais e em

condições de impor respeito à sua dignidade e independência.

2. O DIREITO de ser a única fonte de soberania e de todo poder legítimo nos limites do território pátrio, e, por conseguinte, o direito de se auto-organizar em um regime democrático, com uma Constituição estável; de ter suas leis, suas instituições públicas, sociais e privadas e o próprio Estado organizados e funcionando conforme sua vontade soberana e seus reais interesses. Em consequência, é um direito do povo brasileiro opor-se e repelir toda e qualquer concepção ou doutrina que atribua a grupos e minorias ou às próprias instituições armadas uma missão tutelar por cima da soberania popular.

3. O DIREITO de escolher e fiscalizar, livremente, seus dirigentes e representantes no Estado, nos partidos políticos e em suas instituições sociais, através do voto universal, secreto e direto de todos os seus cidadãos, homens e mulheres, sem discriminação alguma, inclusive aqueles aos quais a sociedade e o Estado deixaram de ensinar a ler e a escrever. E, portanto, o direito de repelir e combater – considerando um atentado às garantias do cidadão, das minorias e à própria Nação – toda e qualquer interferência e pressões do poder econômico, ou de origem autoritária nas eleições, corrompendo ou coagindo, deformando, enfim, a verdade eleitoral.

4. O DIREITO de participar da discussão, elaboração, execução, controle ou revisão de todas as decisões e atividades que o afetam, tanto no individual como no coletivo, e dispor da mais ampla informação, num ambiente de livre debate dos problemas do País e da sociedade, com acesso a todas as correntes de pensamento, consagrando, em sua plenitude, a liberdade de imprensa – da imprensa escrita, do rádio e da televisão – e a livre criação em todos os campos da cultura, das artes e da ciência.

5. O DIREITO de se auto-organizar, num ambiente pluralista, em partidos, sindicatos,

movimentos, associações, instituições e toda e qualquer forma de organização ou atividade, de acordo com os interesses e motivações, tendências e aspirações da população, de suas minorias, grupos sociais e comunidades, com independência do controle e tutela do Estado e com garantias contra toda a forma de autoritarismo ou limitações arbitrárias.

6. O DIREITO de abominar e combater toda a doutrina e práticas que discriminem brasileiros e demais habitantes do País, por suas ideias, crenças, sexo, idade, raça, aspecto físico, nacionalidade, classe social ou, muito especialmente, por sua condição de pobreza; ou ainda, que conduzam ao desrespeito de sua dignidade ou que suprimam ou restrinjam seus direitos humanos e sociais.

7. O DIREITO de transformar – através de legislação, medidas e instrumentos democráticos adequados – as estruturas políticas, sociais e econômicas do País para a construção de nosso desenvolvimento independente e de uma sociedade que venha a ser, cada dia, mais participacionista e criativa, mais livre e democrática, mais fraterna e igualitária, com oportunidades iguais para todos os brasileiros.

8. O DIREITO de estabelecer frente a este escândalo social inconcebível, atentado crucial ao futuro da Nação, que é a existência no País de 25 milhões de menores carentes, em estado de miséria, degradação ou de completo abandono como a mais urgente prioridade nacional, independentemente de toda outra consideração, a de garantir a todas as crianças, aos adolescentes e jovens do País, particularmente as de origem mais humilde, a necessária assistência, desde o ventre materno, alimentação, escolarização, desenvolvimento humano e educação.

9. O DIREITO de considerar, igualmente, como questão prioritária para o conjunto da Nação, a situação de minoria, de degradação, de marginalismo de dezenas de milhões de brasileiros carentes de amparo, integrando-os

solidariamente, através de amplos programas de desenvolvimento social, estimulando sua auto-organização e tomada de consciência; proporcionando-lhes meios de produção, trabalho, e garantindo-lhes, como mínimo, um teto condigno, um nível aceitável de assistência médico-social e meios básicos de sobrevivência e educação.

10. O DIREITO de estabelecer prioridade aos interesses gerais das maiorias trabalhadoras, populares e produtivas do País, proporcionando a todos, por modesta que seja, sua habilitação, acesso ao trabalho, estabilidade ocupacional, salário justo, participação real e crescente nos frutos do desenvolvimento do qual eles são os principais construtores, bem como previdência e serviços sociais. O direito a ampla liberdade para auto-organizar-se em sindicatos e outras entidades que os próprios trabalhadores julguem necessárias e convenientes para a defesa de seus interesses, para dirigi-los independentemente do controle patronal, do Estado e dos partidos políticos, com plena garantia de greve como principal instrumento da luta dos assalariados.

11. O DIREITO de democratizar o regime de propriedade e a justa utilização dos recursos produtivos, visando ao desenvolvimento social e ao progresso econômico, de forma a garantir ao pequeno e médio produtor rural o acesso à propriedade ou à preservação e prosperidade da mesma e proporcionar habitação condigna a todas as famílias, tanto nas cidades quanto no interior do País.

12. O DIREITO de rejeitar e opor-se a toda e qualquer política econômica e social concentracionista, que favoreça as minorias e grupos privilegiados, nacionais ou estrangeiros, condenando imensos contingentes da população brasileira e regiões inteiras do País ao marginalismo e à miséria.

13. O DIREITO de exigir que o desenvolvimento brasileiro se realize com harmonia e proteção da natureza, com defesa do meio ambiente

e utilização racional de nossos recursos naturais não renováveis. O povo brasileiro tem o direito de afirmar, em sua inconformidade, que a concessão de latifúndios a grupos nacionais ou estrangeiros e a exploração predatória da Amazônia vêm se realizando inteiramente à sua revelia, lesando seus legítimos interesses.

14. O DIREITO de defender-se e de combater todo tipo de imperialismo político e econômico ou sistemas de exploração, não apenas do homem pelo homem, de grupos ou classes contra a coletividade; como especialmente, a exploração do trabalho e nossos recursos naturais de nosso País pelas empresas multinacionais.

15. O DIREITO de denunciar, como anti-nacionais, totalitárias, contrárias ao Brasil e seus destinos superiores, quaisquer doutrinas ou práticas que não reconheçam estes direitos dos brasileiros, como povo e Nação e que pretendam impingir a ideia de que a segurança nacional e o desenvolvimento só podem ser alcançados com um Estado forte, autoritário, elitista, centralizado e centralizador, com a economia do País entregue a grupos econômicos

e financeiros internacionais. Essa doutrina é um instrumento ideológico de interesses estranhos à nacionalidade e de grupos espoliadores que nos vêm conduzindo à dependência e à dominação neocolonial. Somente seremos uma grande Nação em segurança, se a totalidade da nossa população se elevar culturalmente, sob os valores da liberdade e da democracia, atingindo níveis de vida e de criatividade que só um desenvolvimento socialmente justo e independente lhe pode proporcionar.

Este texto, que integra o manifesto de fundação do PDT, foi escrito há exatamente dez anos. Ontem, dia 26, nosso partido completou uma década de lutas em favor da liberdade e da justiça social. A bandeira do trabalhismo de Getúlio Vargas e de João Goulart – deste movimento de milhões e milhões de brasileiros – é, hoje, a bandeira do Partido Democrático Trabalhista. Só um partido que jamais traiu o povo pode orgulhar-se de seu passado e abrir, de coração limpo e de cabeça erguida, os caminhos do futuro.

Nº 9 – 3 de junho de 1990

Voltamos a insistir com nossos amigos e companheiros. Precisamos, como nunca, manter abertos estes espaços para informar e esclarecer a população. Reproduza e divulgue, ao máximo, estes textos. Contribuições para o PDT, Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-9 (Primeiro de Março), Rio de Janeiro.

Insensatez e perversidade

Hoje, 80 dias depois da sua investidura, já é possível fazer um balanço do que tem sido – e, portanto, do que ainda virá a ser – este Governo. E, lamentavelmente, desenha-se o retrato de um desastre de consequências funestas para a Nação. Este Presidente, desde o primeiro dia, age como um déspota, sem ouvir ninguém, ignorando ou mesmo violando seus compromissos de campanha, as leis e a própria Constituição, tomando decisões que agri-dem até o simples bom senso. Porta-se como um obcecado; alguém que se convenceu de que, com sua autossuficiência, pode administrar o País com bravatas e desatinos. Como Sarney, anunciou o fim da inflação, por decreto, e proclamou que “o inimigo” estava vencido. Passo a passo, dia a dia, foi comprovando seu despreparo, sua incompetência e, acima de tudo, sua irresponsabilidade e seu desprezo para com os sofrimentos do povo brasileiro.

1. A equipe “moderna” – Na ânsia de seu personalismo e exibicionismo – “o Governo sou eu” – o atual presidente cercou-se de um grupo de áulicos, a maioria deles tecnocrata sem nenhuma experiência; um grupo de neófitos, desprovido de qualquer sensibilidade social e, até mesmo, de um mínimo de responsabilidade em seus atos e decisões. Puseram-se a esporular medidas provisórias, decretos, portarias; enfim: um conjunto de determinações e iniciativas que deixou perplexa e estarecida a Nação. Em

tudo sobrava-lhes arrogância. Agiram como macaco em loja de louças: destruíram tudo aquilo em que tocaram, sem se preocuparem com as consequências de seus gestos.

2. O confisco da poupança – A primeira providência do novo Governo foi a de decretar a mais brutal intervenção do Estado na economia, em toda a história do País. O bloqueio da poupança e das contas-correntes das empresas e das pessoas físicas colocou, de um dia para o outro, nas mãos do Governo, cerca de US\$ 100 bilhões – o equivalente à nossa dívida externa. Tornaram-se todo-poderosos, decidindo quem iria reaver ou não os seus recursos. E o resultado, como para comprovar a natureza perversa e elitista do Governo Collor, aí está: os grandes grupos industriais e financeiros, os ricos, estes recuperaram praticamente tudo. Confisco, mesmo, para valer, sofreu a população que reuniu as suas economias, depois de muito trabalho e sacrifício, na hoje desacreditada caderneta de poupança. Não é à toa que recente pesquisa da **Folha de S. Paulo** revelou que, em lugar da poupança, o dólar, em disparada, tornou-se a opção da classe média para guardar suas economias.

3. Recessão e crise – A consequência imediata das medidas autoritárias e imprudentes do Governo foi a mais grave retração das atividades econômicas dos últimos anos, com todas as suas dramáticas consequências: desemprego em massa, corte nos investimentos, brutal queda das vendas do comércio, quebra da produção agrícola; enfim, um quadro ainda mais agudo de crise e de paralisia da vida econômica.

4. Arrocho salarial – O novo Governo, que dizia representar uma mudança dos métodos que, ao longo dos anos, foram utilizados pelos governantes, agiu exatamente como os governos da ditadura e o próprio Governo Sarney. “Para acabar com a inflação, arrochem os salários”. Pouco lhes importa que o povo brasileiro já receba salários vis, que se constituem num verdadeiro escândalo, mesmo se comparados

aos de países subdesenvolvidos, com economias muito menores e mais pobres que a nossa, a oitava do mundo. O que se fez com o salário mínimo – que passará a ser “corrigido” por uma cesta básica de 22 produtos, administrada e, até, vendida pelo próprio Governo – é um deboche, um verdadeiro escárnio. Este “aumento” decretado agora, de Cr\$ 183³⁰, chega a ser um ato de sadismo. Estamos, em matéria de salários, andando como caranguejo. O salário mínimo de hoje é cinco vezes menor, em valores reais que aquele que foi instituído há quase 50 anos, pelo Presidente Vargas.

5. O surrupio dos índices – Como não conseguiu acabar com a inflação (e nem poderia ser diferente, uma vez que as causas reais desse processo permanecem intocadas), o Governo, simplesmente, decidiu então acabar com os índices de inflação. Isto é, acabou com os índices de reajuste salarial. É isto o que quer dizer, de fato, a tal “livre negociação”. É a liberdade da raposa dentro do galinheiro. Assim como a raposa pode devorar as galinhas, também as galinhas, em tese, podem devorar a raposa. O resultado, entretanto, só pode ser um. O que o Governo Collor instituiu, na verdade, foi a lei da selva nos salários e no emprego, o retorno à barbárie, em termos de relações trabalhistas. As perdas salariais, segundo o Dieese atingem, em apenas dois meses, nada menos que 65%!

6. A reforma administrativa – O governo, como é “moderno”, procura apresentar-se como um inimigo da burocracia do Estado, da ineficiência da máquina administrativa e da baixa produtividade das estatais. Pois bem, o Governo Collor terá melhorado ou estará aprimorando os níveis do serviço público? Muito ao contrário: o que acontece, por toda parte, é um absoluto caos – quando não a completa paralisação – implantado nas repartições e nos serviços públicos em geral. O governo vive, apenas, de seu exibicionismo e da novela das medidas

econômicas. Política social? Política de transportes, de energia, de desenvolvimento agrícola ou industrial? Nada e mais nada. E, quando anunciam alguma medida, surgem esses verdadeiros deboches, como essa ideia de criar um “ministério da criança”, sustentado por uma espécie de jogo do bicho estatal.

7. A degola do funcionalismo – Tudo ainda se torna mais grave no setor público, em função da insegurança e do clima de terror que se implantou entre os servidores e os trabalhadores das empresas estatais. O funcionalismo passou a ser apontado à opinião pública como o grande vilão, o responsável pela crise e pelos problemas nacionais. Anunciaram, sem o mínimo de responsabilidade, e até de sentimentos humanos, a decisão de demitir 360 mil funcionários. E vão ser servidores humildes, no máximo, funcionários médios os atingidos. Serão estes os que chamam de “marajás”? Quem quiser ver “marajás”, espere a revoada deles para a Itália, pendurados no Presidente para assistirem à Copa.

Enquanto estão por lá, ficam aqui as centenas de milhares de demitidos, com suas famílias, com seus filhos e seus netos, atirados na incerteza, na infelicidade e, muitos, na miséria. E dizem que isto é o “moderno”. Pois não há governo moderno, em parte alguma, que não tenha o pleno emprego como uma de suas prioridades máximas. Se há distorções, excessos; perfeitamente, vamos corrigi-los, remanejar pessoal, deslocar servidores para áreas onde sejam necessários etc. No mínimo, criar alternativas, situações temporárias, para que todos tivessem, ao menos, uma chance de reconstruir suas vidas. Jamais passaria pela cabeça de um governante europeu, por exemplo, atirar no desemprego, como se fossem “descartáveis”, centenas de milhares de seres humanos.

8. A “moralidade” administrativa – Enquanto gastava montanhas de dinheiro em

30 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 55,962

sua campanha de candidato, o atual Presidente impressionava muita gente bradando na televisão que o Palácio do Planalto era um covil de corruptos e de ladrões. Estava, portanto, na obrigação de identificá-los e puni-los. E o que fez? Cercou-se das mais notórias figuras do regime autoritário. Procurem examinar quem integra ou apoia o governo Collor e verão que os carrapatos da ditadura estão todos lá, agarrados como nunca às benesses do poder. E essa situação suspeita da negativa do Governo de informar, como exigiu o Senado, quem sacou grandes fortunas nas vésperas da edição do pacote? Quanta gente não deve estar nessa relação? E mais: a politicagem está de volta, com toda a sua força. O Governo Collor, com a sua “modernidade”, acaba de indicar o íncrito Coronel Aduino Bezerra para dirigir a Sudene. Certamente esta figura símbolo das oligarquias políticas nordestinas é quem representa o “Brasil Novo” de Collor.

9. Autoritarismo e violações – Tudo isso vem sendo feito dentro de um ambiente autoritário, com os métodos despóticos deste Governo. O Judiciário e o Legislativo foram atropelados pelo rolo compressor do Executivo. A bem da verdade, diga-se, com raríssimos e isolados protestos. No Congresso, especialmente, reeditou-se o “Centrão” do período Sarney. Não é à toa que se espera, nas próximas eleições, que mais de 70% dos atuais deputados não obtenham a reeleição; a maior parte deles, punida pela população por seu comportamento

submisso ou, ainda pior, pela mesma prática do “é dando que se recebe”, do governo Sarney, que já começa a se repetir, como no recente episódio das concessões de canais de rádio e televisão. E, agora, com a reedição da medida derrubada, o que irá acontecer? Será o papel do Congresso vergar-se sempre diante da vontade do Governo?

Enfim, estamos diante de um Governo que não deixa dúvidas quanto a seus métodos e, também quanto às consequências desastrosas de sua ação. O Governo Collor tem as razões do lobo. Como em 64, sob o pretexto de “salvar a democracia”, tocaram-nos 20 anos de ditadura; agora, sob o falso argumento de evitar que a poupança popular fosse destruída pela suposta hiperinflação, o que fizeram foi aposar-se dela. A cada dia, impõem-nos mais crise, mais incertezas, mais sofrimentos para a população e mais submissão colonial para o Brasil. Depois de consumado o desastre que já se avizinha de nosso País, poderá esse Governo continuar, impunemente, a praticar seus desatinos e imprudências? Não é um requisito mínimo da democracia que os governantes sejam chamados a responder por seus atos? Pois bem, o Governo Collor, mais cedo do que se pensa, terá de responder por tudo o que vem fazendo. O povo brasileiro vai exigir, com toda a razão, que aqueles que lhe fizeram tanto mal, que agiram com tanta crueldade e desprezo, não continuem a arrastar a Nação pelos descaminhos da insensatez e da perversidade.

Nº 10 – 10 de junho de 1990

Voltamos a insistir com nossos amigos e companheiros. Precisamos, como nunca, manter abertos estes espaços para informar e esclarecer a população. Reproduza e divulgue, ao máximo, estes textos. Contribuições para o PDT, Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-9 (Primeiro de Março), Rio de Janeiro.

Com a força da verdade e da justiça

A vida pública tem reservado, a todos nós que a praticamos com seriedade e dedicação, muitas decepções e amarguras. Torna-se, às vezes, difícil compreender que, hoje, a menos de uma década do século 21, nosso País a cada dia possa estar muito mais distante dos ideais de justiça social, de soberania e independência nacional, com nossa população cada vez mais cética e sem esperanças. Desafortunadamente, vivemos em um País cujas elites dirigentes (e seus ideólogos e intelectuais), ao longo da História, têm voltado suas costas para o nosso povo, ignorando suas angústias e sofrimentos, para se comportarem como verdadeiros caudatários e associados dos interesses internacionais. Egoístas e alienados, esses grupos são, sem dúvida, os grandes responsáveis pela crise em que mergulhou o Brasil e, agora, pelas incertezas e perigos a que a Nação está exposta.

Denunciar essas cumplicidades, combater essas injustiças – mesmo que, muitas vezes, sejamos uma única voz a clamar contra farsas monstruosas, como ocorreu com o Cruzado – não é senão um dever imposto por nossas próprias consciências. Mas, à medida que acumulamos experiências, crescem nossas responsabilidades. Necessitamos insistir e ser coerentes. Mais do que isto: precisamos, nós próprios, abrir as perspectivas que permitam ao nosso

povo adquirir plena consciência de sua cidadania. Quando chegarmos a ser milhões e milhões de homens e mulheres esclarecidos e determinados a defender o seu direito a uma vida e um futuro digno, então seremos, de fato, uma Nação desenvolvida e justa.

Para que não nos continuem a manipular, como até agora, não há alternativa, mesmo em meio à crise e às dificuldades. Não há nada de mais urgente, nada de mais prioritário que a educação, do que escolas dignas e eficientes, capazes de ensinar aos nossos filhos e netos, independentemente de sua condição social, um ensino de alto padrão e a indispensável assistência médico-odontológica e alimentar, como uma espécie de pré-requisito para o próprio aprendizado. Crianças carentes, famintas e doentes – como tantas neste País – não têm como assimilar conhecimentos e, para elas, a escola, muitas vezes, tem sido uma simples farsa.

Todos sabem quantas campanhas de difamação os CIEPs enfrentaram. Os ricos e os poderosos, cujos filhos já podem frequentar as melhores escolas, daqui ou de fora, torceram os narizes. Através de suas penas de aluguel e de muitos “intelectuais” – alguns até bem-intencionados, mas rançosos e elitistas –, passaram a combater a ideia generosa de uma escola pública digna, honesta e eficiente. O meu sucessor no Governo do Estado, movido pelos seus mesquinhos ódios políticos, abandonou-os e depredou-os criminosamente. A consciência popular, entretanto, é justa e incorruptível. Por mais que façam, o povo do Rio de Janeiro sabe que os CIEPs vieram para ficar, para abrir os caminhos para novos tempos. Quando uma ideia tem a força da verdade e da justiça, não há nada capaz de destruí-la.

Vejam esta carta do Sr. Mércio Gomes (a quem não conheço), de Campinas, publicada pelo caderno *Ideias/Ensaio*, do *JB*, há duas semanas. Observem que argumentos simples, honestos e, por isso mesmo, tão profundamente convincentes:

“Quero registrar no suplemento Ideias/Ensaio o meu espanto diante dos argumentos dos detratores dos CIEPs. Dou o meu testemunho pessoal: vivi nos EUA oito anos. Cursei do último ano do senior highschool até obter PhD em Antropologia, passando pelo bacharelado e mestrado em universidades americanas. Tenho lá um filho de 13 anos que estuda em escola das 8 às 16:30 horas. Quando ele passa um ano escolar comigo, aqui no Rio, sua mãe exige que ele estude tantas horas quanto estuda lá e isto, até pouco tempo atrás, só poderia ser feito em uma das duas escolas americanas que há aqui. Não se concebe nos EUA, e, de resto, em qualquer país desenvolvido do mundo menos de seis/sete horas de aula, atendimento escolar, além de recreação e alimentação para que uma criança se prepare adequadamente para enfrentar o mundo e o conhecimento humano que se recicla dia a dia. Como podem, então, esses soi-disant pedagogos avançados chamar isto de assistencialismo e confinamento? Que deturpação, que hipocrisia os leva a tais argumentos. CIEP é a grande experiência educacional, a força motriz de uma educação decente para o nosso País. Se não está funcionando como devia, como foi planejado, tem que pegar o rumo de antes. Ele tem de assistir os pobres, os carentes e a classe média indiscriminadamente e preparar os brasileiros jovens para o futuro. Sem isto, estaremos condenados ao subdesenvolvimento, à miséria, à fraqueza, à insignificância política e cultural, como diria Paulo Francis. Se o CIEP foi criado pelo PDT, por Brizola ou por Darcy

Ribeiro, que vivam muitos anos para insistir contra essa corrente atrasada e elitista que teima e planeja o futuro do Brasil como um sistema de castas, onde os ricos e as classes médias sempre encontram o caminho para o conhecimento, enquanto os pobres permanecem sem nada, meros serviçais. Esta é uma guerra insana e é preciso não desistir. Algum dia chegaremos lá. Tenho um filho de três anos que hoje vai a uma creche particular. Minha esperança é de que, aos sete anos, ele possa ir a um CIEP, assim como sua mãe e eu estudamos em escolas públicas, há vinte anos”.

Perversidade e manipulação

Foi o FMI – esta espécie de “Ministério das Colônias” instituído pelos países ricos – que introduziu a perversa e sibilina técnica de encobrir a sua extorsão sobre o povo brasileiro utilizando-se da figura de uma mulher como “inspetora” designada para “controlar” o Brasil, a Sra. Ana Maria Jul. Aproveitam-se da natural simpatia com que, em geral, as pessoas abertas e progressistas encaram a ascensão profissional e política das mulheres para amenizar ou até evitar reações às injustiças de suas políticas. Agora mesmo é outra mulher, a Sra. Carla Hills, a escolhida para apertar o cerco contra nosso desenvolvimento tecnológico.

Não é outra a técnica que vem empregando o Governo Collor, ao se utilizar da Ministra Zélia de Mello para pôr em prática uma política econômica desumana e lesiva ao povo brasileiro e aos interesses nacionais. Quem tiver dúvidas que analise as recentes recomendações feitas, de viva voz, aos empresários pela Ministra. “Resistam, resistam, resistam”, disse ela, ordenando que não sejam concedidos reajustes aos salários dos trabalhadores, sequer para repor as perdas inflacionárias que o próprio patronato reconhece ter havido.

Como se vê, é a pura e simples prestação de serviços às minorias privilegiadas deste País e a seus cúmplices internacionais. Má-fé? Pode até mesmo não existir, mas a alienação e o distanciamento dos problemas de nosso povo e da Nação estão aí, de forma clara e incontestável. Ela, como outros aprendizes de feiticheiro, apenas cumpre o seu turno, o seu plantão; tal como o fizeram Roberto Campos, Delfim, Simonsen, Mailson e todos os demais. E o pior é que essas “equipes”, cada vez mais inexperientes e inebriadas pelo poder discricionário que passam a exercer, tornam-se, por isso mesmo, mais facilmente manejáveis pelos interesses que vêm sugando o Brasil e seu povo.

E o Presidente da República, responsável pela entrega do País a essa “panelinha” de neófitos irresponsáveis e insensíveis, o que faz? No mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal, finalmente, condenou pela primeira vez as violações e os métodos autoritários de seu Governo, o personagem partia para a Copa, arrastando uma revoada de marajás e puxa-sacos (não se iludam com a comitiva oficial de “apenas” 15 pessoas e observem, nas colunas sociais, quantos “avulsos” e seguranças vão se juntar a ela). Pouco importa que o País, enquanto isso, vá se afundando, dia a dia, num processo de agravamento da crise econômica e social, com altas sucessivas de juros, do dólar, com o desemprego crescente e

alarmante, a miséria atingindo contingentes cada vez maiores da população; enfim, um quadro de angústias e preocupações.

Em tudo, o atual Presidente demonstra que é apenas uma versão caricata de nossas classes dirigentes. O que são aqueles problemas perto de uma volta, em alta velocidade, numa Ferrari de luxo? E a perspectiva de exhibir-se para as tevês e fotografias no jogo do Brasil? Nada lhe preocupa senão, como herdeiro perdulário, gozar as delícias do cargo e do Poder. O povo brasileiro, além de todas as suas apreensões e sofrimentos, tem agora, também, de suportar as vaidades e o exibicionismo de alguém que, em lugar de cumprir seus deveres e assumir as suas graves responsabilidades, prefere se aproveitar do futebol para promoção pessoal. Este gênero de manipulação política, haja vista o que ocorreu com o Sr. Menem³¹, pode significar um desserviço até mesmo à nossa própria seleção.

* * *

Convenção do PDT – Nosso partido realiza, nesta sexta-feira, em sua sede (Rua Sete de Setembro), a convenção que escolherá os nossos candidatos a Governador, Vice-Governador e Senador para as próximas eleições de 3 de outubro. Também serão aprovadas as nominatas de candidatos a Deputado Federal e à Assembleia Legislativa.

31 Carlos Menem, Presidente da Argentina.

Voltamos a insistir com nossos amigos e companheiros. Precisamos, como nunca, manter abertos estes espaços para informar e esclarecer a população. Reproduza e divulgue, ao máximo, estes textos. Contribuições para o PDT, Banco do Brasil, conta-corrente Nº 341.991-6, Agência 2865-9 (Primeiro de Março), Rio de Janeiro.

100 dias de imposturas

Aproximam-se os 100 dias que o atual Presidente fixou – ele próprio – como prazo para que seu governo pudesse ser avaliado e julgado pela população. É exatamente o que a Nação está fazendo neste momento. Aí estão diante de todos os frutos amargos dessa situação insólita em que mergulharam nosso País.

O primeiro ato desse Governo, que contou com a “cooperação” dos feriados bancários de Sarney e Maílson: o confisco do capital de giro das empresas e da poupança popular – confundidos perversamente com a especulação financeira – foi como uma revelação do que viria a ser a natureza do Governo Collor e dos grupos que o sustentam. Vejamos, pois, o que nos demonstram concretamente estes quase 100 dias de um governo que está se exaurindo muito antes do que qualquer expectativa pessimista pudesse prever.

1. Retrocesso – Este período caracterizou-se por um retrocesso às práticas do autoritarismo. Em matéria econômica, a impressão que se tem é que estamos em plena ditadura. O atual Presidente chamou a si todos os poderes. Atropelou o Congresso e o Judiciário. A Federação abastardou-se, os governos estaduais passaram a não existir para ele. Nessa linha, foram praticadas as maiores violações. O autoritarismo e a centralização desse governo

se equiparam aos do regime militar. As medidas provisórias não são outra coisa que os decretos-lei da ditadura.

2. Quadro de Governo – Ministério fraco, sem representatividade. Talvez o mais inexpressivo da história republicana. Sua equipe executiva, de natureza tecnocrática e acadêmica, demonstrou-se, em geral, despreparada e inexperiente: quase todos noviços dos tempos de Delfim Neto e Funaro.

3. O personagem – O atual Presidente, por seus atos e procedimentos, já desde o primeiro dia renegou seus compromissos mais solenes de campanha, como no caso da poupança, demonstrou o que é e o que virá a ser. Sua preocupação máxima, pelo menos até agora, tem sido com sua imagem e presença constante na televisão. Essa espécie de narcisismo – e todo o seu comportamento pessoal – o faz crer que é um príncipe das elites na Presidência; quando, na verdade, ao que estamos assistindo é o exibicionismo temerário e insensato de uma caricatura da aristocracia brasileira. No império, os “modernos” também eram assim: vestiam-se de veludo neste clima tropical só para se fazerem parecidos com os cortesãos europeus.

4. Terror – Este Governo implantou o terror junto aos servidores públicos e suas famílias. O funcionalismo vem sofrendo todas as humilhações e foi transformado no grande vilão destes tempos. Apontam-no como culpado de todos os males deste País. Rejubilam-se em promover a degola de 360 mil pequenos funcionários e simples trabalhadores, jogando na miséria com eles suas famílias sem ensinar-lhes, como seria o dever de qualquer Governo, alternativas ou oportunidades de trabalho. Em relação, porém, aos militares – que também são servidores públicos – sua atitude é bem outra e chega, por vezes, às raias da bajulação.

5. A inflação – Pretende-se justificar as práticas do atual Governo sob o argumento de que

era necessário, a qualquer preço, enfrentar a inflação. O que se fez não passou de uma postura. Um novo Plano Cruzado, com agravante de que, além do salário, também a poupança foi confiscada. Todos os dias, os aprendizes de feiticeiro da equipe econômica declaram-se “surpresos” com os índices da inflação, com a alta do dólar e dos juros, como nos filmes a que já assistimos tantas vezes. Em nada atacam as verdadeiras causas da inflação. E, por isso, ela está voltando e, dentro em pouco, com mais virulência do que nunca.

6. Os salários – Vítimas cíclicas dos “planos” e “pacotes” econômicos que, um após outro, prometem acabar com a inflação – vêm perdendo a cada dia o seu poder de compra. Como das outras vezes, “expurgaram” a inflação passada (65% de perda real), mas agora foram muito mais longe: simplesmente extinguíram os reajustes salariais e qualquer garantia de que as novas perdas inflacionárias serão repostas. Nem o salário mínimo tem a garantia de correção pela inflação. Chegamos a ponto de ver as autoridades do próprio Governo recomendando, publicamente e sem meias-palavras, aos empresários que pratiquem o arrocho salarial. Nem mesmo nos tempos de Delfim Neto agiram com tanto descaramento.

7. Produção – A produção industrial registrou sua maior redução dos últimos decênios. A agricultura, informa-se, terá uma quebra de produção de cerca de 10 milhões de toneladas de grãos. Em matéria de investimentos, públicos e privados – que são o emprego e a produção de amanhã – estamos, praticamente, a nível zero.

8. Iniquidade – Em apenas três meses, os ricos e poderosos conseguiram retirar praticamente todas as suas fortunas do chamado “bloqueio”. Confiscada, mesmo, foi a poupança popular. Do que ainda está retido no Banco Central, nada menos que 72% provêm das cadernetas de poupança, agora desacreditadas e, talvez, inviabilizadas como instrumento de

captação da economia popular para fins de investimento.

9. Planos de ação – O que não ocorreu até agora – nem mesmo em simples estudos ou levantamentos – foram projetos para a retomada do desenvolvimento. Em matéria de educação, tudo se reduz à criação de uma “raspadinha” federal. Tudo é profundamente triste e vergonhoso. O Governo está parado, não tem planos e nem ações em matéria de desenvolvimento e a máquina administrativa vai, a cada dia, deixando de funcionar.

10. Submissão – No exterior, não há outro julgamento sobre o que está se passando aqui senão o de que o nosso País está cumprindo as receitas do FMI. Todos, lá fora, sabem que a inflação não se combate tão somente com “choques” e “decretatos”; mas, sim, através de uma política sistemática, coerente e firme, sem abalar em nenhum momento os fundamentos da economia nacional e, sobretudo, as condições básicas de vida da população.

11. Entrega – Enquanto isso, os interesses internacionais movimentam-se como nunca. O Brasil tornou-se uma espécie de “casa da sogra”, em que o próprio Governo e seus caixeiros viajantes oferecem, a preço de banana, o patrimônio público e os interesses nacionais ao primeiro que conseguirem. Agora mesmo, acabam de decidir que os bancos internacionais vão entrar livremente no País. Aí está no que resultou a política de nossos “privatistas”: desorganizaram e prejudicaram as empresas públicas para que, desmoralizadas e “ineficientes”, fossem entregues por dez tostões aos interesses privados, especialmente ao capital estrangeiro.

Estas questões fundamentais definem esse Governo e as suas tendências. Até aonde conseguiremos chegar? Será que se abastardaram os nossos sentimentos de independência, de civismo e de orgulho nacional?

É possível que muitas pessoas imaginem que, após o desastre, tudo venha a se solucionar com um simples retorno ao autoritarismo.

Enganam-se; porém. O mundo de hoje não caminha nesta direção. Além disso, o povo brasileiro já viveu esta triste e desastrada experiência; e nossas Forças Armadas, também. E tudo deu no que deu. A rigor, até mesmo este Governo não é outra coisa senão uma espécie de seqüela daqueles tempos de trevas e autoritarismo.

As nossas responsabilidades

Nosso partido realiza hoje, em sua sede, a Convenção que definirá os candidatos do PDT ao Governo do Estado, ao Senado, à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ingressaremos, então, numa batalha decisiva. Aqui, estará em julgamento, a partir de agora, o que tem sido este mar de imposturas e de insensatez em que vem se constituindo o Governo Collor e o seu igual, o Governo de Moreira Franco no Estado do Rio de Janeiro. Estas populações, que historicamente têm sido uma espécie de vanguarda do povo brasileiro têm – mais que quaisquer outras – voltadas para si as atenções de todo o País. As elites e os conservadores mais corruptos e comprometidos que têm esses governos como biombos, todos eles sabem que neste Estado é que vai se ouvir mais forte o não com que os brasileiros vão responder a todas as violações e retrocessos praticados por aqueles personagens e seus desastrosos Governos.

Contra essa estratégia maligna e torpe, buscamos o caminho da coerência e da dignidade. Lutamos, com honra e espírito aberto e sem nenhum sectarismo, pela mais ampla unidade das forças democráticas e progressistas. Muitas e importantes correntes de opinião irmanaram-se conosco e, hoje, caminham ombro a ombro com o PDT. Lamentavelmente, porém, alguns outros preferiram os caminhos das ambições mesquinhas, da autossuficiência e da arrogância – talvez, mesmo, seu verdadeiro papel, renegando a união popular que lhes serviu quando se tratou de apoiar seus próprios candidatos. Em outras áreas progressistas, o poder econômico de alguns de seus integrantes prevaleceu, colocando-as a serviço do conservadorismo ou de simples vaidades pessoais, mesmo sob o

protesto de seus mais legítimos representantes.

Apesar de tudo isso, não nos resta senão assumirmos nossas responsabilidades. Ao PDT e a cada um de nós, neste momento, cabe-nos o dever e sermos coerentes, firmes e fiéis à vontade e às lutas de nossa população. A mim, com uma vida de dedicação ao meu País, nada ambiciono pessoalmente. Aqui, no Rio de Janeiro – como antes no Rio Grande do Sul – já bastaria ter sido honrado com a missão de governar uma população tão lúcida e corajosa. E é exatamente por termos sempre merecido esta confiança e esta solidariedade que – justo agora, quando nosso País mergulha em um período tão sombrio e tempestuoso – que não poderia jamais faltar a este povo.

Agora, como sempre, é hora de começar de novo uma luta que não há de parar nunca, senão quando o povo brasileiro conquistar de fato o seu sagrado direito à justiça e à liberdade e este País, afinal, ensejar um presente e um futuro digno a seus filhos.

Por isto, aqui vão concentrar todo o seu poderio, suas pressões, suas intrigas e falsidades e, sobretudo, montanhas de dinheiro para tentar iludir e enganar aos incautos e buscar, assim, amealhar os votos da população. Notem como, no Rio de Janeiro, acertaram-se quase todos – PMDB, PFL, PTB, PRN (?) e uma série de pequenos grupos – numa frente esdrúxula, cujo único objetivo não é outro senão o de tentar derrotar a oposição, liderada pelo PDT.

A Chapa do PDT

Esta é a chapa de candidatos que a Convenção do PDT irá apreciar e, certamente, oferecer ao povo do Rio de Janeiro. Como é próprio da natureza social de um partido como o nosso, buscamos abrir espaços – ao lado de outros nomes representativos de nossas lutas – para a ampla participação de mulheres, jovens, sindicalistas e de nossos irmãos negros, talvez como nenhuma chapa de candidatos o tenham feito na história de nosso País. Na convenção, o

PDT aprovará ainda sua coligação com o PCB, PCdoB e PV, forças representativas e importantes que estiveram ombro a ombro conosco no segundo turno das eleições presidenciais. Examinaremos ainda as possibilidades de alianças e apoio de outros partidos, como o PMN, o PMUT, o PTR (que afastou os Colagrossi e rompeu publicamente com o Governo Collor), o PSC, o PTN e outras agremiações.

Governador

Leonel Brizola

Vice-Governador

Nilo Batista

Senador

Darcy Ribeiro

Suplentes

Doutel de Andrade

Abdias do Nascimento

Deputados Federais

- Alberto Garcia (administrador)
- Alexandre Costa Prado (economista)
- Arildo de Matos Telles (professor)
- Arnaldo de Assis Mourthé (engenheiro)
- Arthur José Poerner (escritor)
- Carmem Sampaio (jornalista)
- Carlos Alberto Oliveira Caó (jornalista)
- Carlos Alberto Campista (advogado)
- Carlos Eduardo Novaes (jornalista)
- Carlos Roberto Lupi (jornaleiro)
- Cesar Maia (economista)
- Cidinha Campos (radialista)
- Clemir Ramos (advogado)
- Daltro Jacques Dornellas (militar)
- Edésio da Cruz Nunes (advogado)
- Edésio Frias (empresário)
- Eduardo Mascarenhas (médico)
- Eloy Fernandez y Fernandez (professor)
- Erudilio Barreto [Chapéu de Couro] (produtor rural)
- Fausto Wolf (jornalista)
- Fernando Lopes (economista)
- Helio Maturano (produtor rural)
- Hésio Cordeiro (médico)
- Ivanildo Pereira Lima (professor)
- José Alves Torres (advogado)
- José Carlos Coutinho (empresário)
- José C. Brandão Monteiro (bancário)
- José Maurício L. Barreto (economiário)
- José Vicente Brizola (músico)
- Juberlan de Oliveira (professor)
- Junot Abi Ramia Antonio (engenheiro)
- Laerte Resende Bastos (lavrador)
- Luís Alfredo Salomão (engenheiro)
- Luiz Albano (metalúrgico)
- Luis Carlos Ribeiro Prestes (cineasta)
- Luis Fernando Bocayuva Cunha (engenheiro)
- Lysaneas Maciel (advogado)
- Manoel Cabral de Queiroz (engenheiro)
- Marcelo Cerqueira (advogado)
- Márcia Cibilis Viana (economista)
- Marcio Braga (advogado)
- Marco Maranhão (economista)
- Marino Clinger (médico)
- Miro Teixeira (jornalista)
- Mirth Xavier de Medeiros (petroleiro)
- Otelino de Souza (comerciário)
- Odilon Carlos Faria (médico)
- Paulo Portugal (empresário)
- Paulo Ramos (militar)
- Pedro Celestino (engenheiro)
- Regina Gordilho (empresária)
- Ricardo El Jaick (advogado)
- Roberto D'Ávila (jornalista)
- Roberto Mangabeira Unger (professor)
- Ronald Barata (bancário)
- Rosalda Paim (professora)
- Ruy Raposo (jornalista)
- Sérgio Carvalho [Sérgio Macaco] (militar)
- Sérgio Fadel (empresário)
- Sérgio Lomba (advogado)
- Sérgio Roberto Pacheco Cury (advogado)
- Ubirajara Muniz (engenheiro)
- Vivaldo Barbosa (advogado)
- Wilson Fadul (médico)

Deputados Estaduais

- Acácio Caldeira (advogado)
- Adir ben Kauss (arquiteto)
- Adroaldo Peixoto Garani (funcionário público)
- Afonso Celso Nogueira Monteiro (advogado)
- Afrânio Mendonça (empresário)
- Alberto Brizola (radialista)
- Alexandre Farah (advogado)
- Alice Tamborindeguy (advogada)
- Aloísio Trindade de Oliveira (advogado)
- Altair Luchessi Campos (militar)
- Altamir Gomes Moreira (comerciário)
- Alvaro Cabral da Silva (médico)
- Ananias Batista (militar)
- Anselmo Amaral dos Santos (comerciário)
- Antonio Carlos Pereira Pinto (empresário)
- Antonio Ferreira (Ferreirinha) (empresário)
- Antonio Felix (comerciante)
- Antonio Pedro (ator)
- Apolinário Soares (engenheiro)
- Arildo Capitão (militar)
- Augusto Ariston (advogado)
- Aylson dos Santos Neves (advogado)
- Benito Diaz Paret (empresário)
- Carlos Correia (advogado)
- Carlos Emir Mussi (médico)
- Carlos Fernando Vignolli (economista)
- Carlos Guimarães (professor)
- Celso Dalmaso (engenheiro)
- Cláudio Celso da Silveira (professor)
- Cláudio César da Cruz (funcionário público)
- Cláudio da Silva Pereira (contador)
- Cornélio Ribeiro (empresário)
- Cosme Giovanni Kedi (pescador)
- Daniel da Silva Costa Jr. (advogado)
- Ebedn Ezer Flora dos Santos Cabral (advogada)
- Edir Ignacio da Silva (advogado)
- Eduardo Chuahy (militar)
- Eduardo Costa (médico)
- Eider Dantas (empresário)
- Elias Pessanha (professor)
- Elmiro Reis (soldado PM)
- Everaldo Paiva de Andrade
- Elvira Augusta Brum Soares (produtora rural)
- Fernando Antonio Bandeira (advogado)
- Fernando Guida (bancário)
- Fernando Leite Fernandes (radialista)
- Geraldo Moreira da Silva (funcionário público)
- Gilberto Silva (professor)
- Gil de Souza Marinho (petroleiro)
- Hélio Marques da Silva (professor)
- Ilva Reis (médica)
- Isaque Fonseca (metalúrgico)
- Jamil Dantas (funcionário público)
- Jardanes de Oliveira (professor)
- Jesus do Nascimento (professor)
- João Carlos Alves dos Santos (economista)
- João Paciero (marítimo)
- José Augusto de Abreu Nunes (professor)
- José Barbosa Porto (funcionário público)
- José Gouveia Filho (advogado)
- José Juarez Antunes (estudante)
- José Loureiro (escritor)
- José Miguel (funcionário público)
- José Nader (empresário)
- José Nicolau (empresário)
- José Renato de Jesus (empresário)
- Leôncio Vasconcellos (advogado)
- Luis Carlos Machado (eletricista)
- Luis Carlos Moreira (advogado)
- Luis Henrique Ferreira (advogado)
- Luiz Carlos Novaes (empresário)
- Luiz Fernando Taranto (advogado)
- Luiz Gonzaga Lula de Oliveira (médico)
- Luís Henrique Moraes Lima (economista)
- Luvercy Varanda Ambrósio (empresário)
- Manoel Messias Pantaleão (advogado)
- Marco Antonio Alencar (advogado)
- Mariano Gonçalves (advogado)
- Maria Aparecida Souza Loureiro (professora)
- Maria das Graças Tuze de Mattos (professora)
- Maria Tereza Couri de Andrade (professora)
- Mércio Gomes (antropólogo)
- Miranildo Cabral (físico nuclear)
- Moncleber Melo Gomes (advogado)
- Murilo Asfora (advogado)

- Neil Passos (ferroviário)
- Palmir Antonio da Silva (advogado)
- Paulo César PC Freitas Martins (comerciante)
- Paulo Pfeill (engenheiro)
- Paulo Pinheiro Steinbruch (advogado)
- Paulo Sérgio da Silva Branco (médico)
- Pedro Paulo Santos (advogado)
- Rosalice Fernandes (radialista)
- Rosa Maria de Lima (advogada)
- Rubens de Arruda Câmara (comerciante)
- Rubens Lima Filho (enfermeiro)
- Satiê Mizubiti (professora)
- Sebastião Marinho (mecânico)
- Sedeni Mendes (corretor)
- Sérgio Luiz da Silva (funcionário público)
- Tito Ryff (economista)
- Yara Lopes Vargas (professora)
- Yonne Groff (funcionária pública)

Observação: as nossas nominatas de candidatos a deputado federal e estadual, até as eleições, poderão sofrer algumas alterações, por desistências de companheiros, que serão substituídos, por critérios da Comissão Executiva Regional de nosso partido.

Partido Democrático Trabalhista

Inépcia e cumplicidade

Ao lado de um programa de Governo coerente e sistemático, o que o Rio de Janeiro espera de sua próxima administração é um plano de ações imediatas e firmes frente à dramática situação que vem se abatendo sobre a população como um flagelo injusto e terrível. Tornou-se imperioso agir – e rápido – em relação ao abandono de nossas crianças e jovens e à falta de garantias para os cidadãos e suas famílias; aos problemas de saúde pública, da poluição; enfim, de todas aquelas áreas em que se fizeram sentir o desempenho e os métodos nefastos e deletérios do atual Governo do Estado – a esta altura, desmoralizado e, até mesmo, repugnante à generalidade dos cariocas e fluminenses.

Chegamos a um ponto em que só o conservadorismo mais retrógrado e reacionário ou os beneficiários do poder podem procurar encobrir a inépcia, a incompetência e, até, as cumplicidades do Governo estadual. Vejam o que ocorre com esta onda de sequestros, que

nada mais é que um subproduto perverso de um Governo fraco, omissivo e inútil, complacente, desde os seus primeiros dias, com as ações dos grupos de extermínio que mataram, nestes anos, perto de quatro mil jovens, muitos deles simples adolescentes, menores de idade.

Em tal ambiente de impunidade, foi menos que um passo para tais grupos passarem à formação de quadrilhas para sequestros. Ainda mais quando está comprovado que estes agrupamentos se ramificam pelo meio policial e, muito pior, passaram a contar – sabe-se lá há quanto tempo – com a colaboração de um íntimo assessor do próprio Governador e de seu irmão.

O que a população deseja, neste momento, não são propostas esdrúxulas como esta intervenção da Polícia Federal, mas que o Governador seja chamado às suas responsabilidades; que venha, à luz do dia, explicar-se e não que busquem encobri-lo e escondê-lo, submergindo-o na impunidade, como fez o seu Governo com os grupos de extermínio.

Esta ação saneadora – urgente, firme e responsável – é, sem dúvida, não apenas o primeiro desafio ao próximo Governo deste Estado, mas aquilo que espera e exige a nossa população trabalhadora e sofrida.

Moreira e Collor

Moreira Franco e Collor não são politicamente iguais, mas, sem dúvida, guardam entre si aquela identidade de seres de uma mesma espécie, como outros exemplares que, nestes tempos, se movem pela política brasileira. O que os faz diferentes, essencialmente, é o fato de um estar começando, enquanto o outro encerra melancolicamente a sua nefasta passagem pelo Governo de nosso Estado.

Ambos – Collor e Moreira – chegaram ao Governo patrocinados pelo avassalador monopólio da Rede Globo, e jurando solenemente compromissos para com a população; que, no Governo, iriam trair e renegar. Os dois tiveram o apoio real da direita e do conservadorismo mais retrógrado e reacionário, mas apresentando-se como “modernos”, uma espécie de *yuppies* da política; quando, na verdade, não eram e não são outra coisa senão os filhotes dourados das velhas oligarquias cínicas, anacrônicas, egoístas e, agora, neocolonialistas, cúmplices e beneficiárias da entrega do Brasil e do trabalho de seu povo aos interesses internacionais.

Estes dois personagens rivalizaram em suas desavergonhadas e falsas promessas. Moreira prometia “casa, comida e emprego” (só faltava a roupa lavada), afirmava que iria colocar “um guarda em cada esquina e acabar com a violência em seis meses” e jurava que iria “continuar o programa dos CIEPs”. E mais: que os preços congelados do Cruzado iriam continuar, enquanto ele e Sarney apareciam, nos meios de

comunicação, prometendo montanhas de dinheiro federal para o Rio de Janeiro. E o atual Presidente? Já no primeiro dia descumpriu sua palavra e confiscou a poupança. Em que resultaram as acusações na televisão de que o Palácio de Sarney era um covil de corruptos? Ao contrário do que proclamava na Globo, está é nomeando novos marajás (vejam este episódio Colagrossi) e fazendo o que nunca disse que iria fazer: perseguir e demitir em massa modestos “barnabés” e humildes trabalhadores.

Observem a semelhança, também, da forma com que iniciaram seus mandatos. Um mais agressivo e arrogante, outro com seus modos delicados, mas ambos com a mesma autossuficiência e muito desprezo pela população, em particular pelos trabalhadores, pelo funcionalismo e pelo professorado. Ao disporem do dinheiro público, quase sempre foi em detrimento dos interesses populares e em benefício dos grandes grupos econômicos. Para ambos, a violência e os vícios sociais têm sido instrumentos de politicagem, violações e eleitoralismos.

No fundo, estão no Governo não para mudar, mas para evitar que ocorra uma mudança que venha a ameaçar o *status quo* do qual as elites são beneficiárias, enquanto nosso povo mergulha, cada vez mais, na crise e na miséria. E os grupos poderosos que os conduziram ao Poder, também nestas eleições que se aproximam, tentarão de tudo – das mentiras até a fraude – para evitar que a população possa dizer um não a tudo o que vem sendo feito contra ela. Mas, façam o que fizerem, aqui – como em outros Estados – vão ter de enfrentar a consciência esclarecida e indignada do povo do Rio de Janeiro.

Em defesa do Rio

Ninguém poderia negar, nem mesmo desconhecer o quadro de aflições e indignação que a população do Rio de Janeiro vive diante desta escalada de violência e insegurança, fruto do agravamento da crise que aqui recai de forma mais drástica que em qualquer outra região do País; mas, especialmente neste momento, dos efeitos do desastre de um Governo estadual inepto e incompetente e, sobretudo, desmoralizado por suas próprias cumplicidades e envolvimento com o crime organizado.

Mas, em momento algum, todo este mar de angústias e de sofrimentos poderia justificar a campanha oportunista e perversa que vem sendo movida contra o Rio de Janeiro por grupos suspeitos, procurando apresentar nosso Estado como se fora um valhacouto de marginais – numa grosseira agressão aos cariocas e fluminenses, justamente a comunidade de maior nível cultural do País. Refiro-me, em especial, ao que vem sendo feito pela revista “Veja”, portavoz de um império de comunicação do capital multinacional, ao publicar matéria de capa e páginas e páginas enxovalhando o Rio e apresentando o Estado como uma terra de ninguém.

Esta arremetida violência da “Veja” não surpreende, por partir exatamente de um órgão cuja atuação sempre caracterizou como uma espécie de base avançada de defesa e cobertura do modelo econômico que vem espoliando nosso País e que recai sobre o Rio como um verdadeiro flagelo. Nosso Estado é, também, uma das maiores vítimas de outras situações injustas, desde a mudança da capital. Para onde foram os recursos compensatórios, então solenemente prometidos? Ao contrário, os Governos sucessivos vêm contribuindo para esvaziar o Rio de Janeiro, como o fizeram Sarney e, agora, Collor, e paralisando a indústria naval, desmantelando

a CSN e negando a nosso Estado o gás da Bacia de Campos, que canalizam diretamente para as indústrias de São Paulo. Lançam, leviana e impiedosamente, milhares de chefes de família deste Estado ao desemprego, com o beneplácito de autoridades servis e cúmplices.

O que é inconcebível é que os órgãos de comunicação do Rio de Janeiro – especialmente a *Rede Globo*, que construiu o seu império servindo-se da capacidade de produção cultural, artística e profissional da população que aqui vive – silenciem e se omitam diante de toda essa agressão covarde. Como se vê, nutrem-se do Rio, mas entregam todos os dias os direitos do povo carioca e fluminense a interesses de fora, em troca da acumulação escandalosa de riquezas, como o fez a Globo em poucos anos. Vejam como buscam acobertar o atual Governador e o próprio Governo Federal: dois governos que se demonstraram incompetentes para um mínimo de colaboração, num assunto relativamente simples, como a união de esforços entre a Polícia estadual e a Federal que deveriam ter na cooperação uma rotina permanente.

No fundo, em tudo procuram desmerecer o Rio, porque sabem que aqui há uma população lúcida e indignada, que se honra de ser uma espécie de vanguarda do povo brasileiro. Buscam, de todas as formas, apequenar a determinação do povo do Rio de Janeiro de apagar para sempre as marcas deste governicho de Moreira Franco, mas, sobretudo, obscurecer e diminuir o seu papel histórico de abrir os caminhos para a derrogação deste modelo econômico colonial que está destruindo e humilhando nosso País.

Farsa vergonhosa

Quando, na campanha presidencial, denunciei que todos os ataques de Collor a Sarney não passavam de uma combinação, de uma pantomima, estou certo de que muitas pessoas tiveram dificuldade em assimilar aquelas afirmações. Minha convicção de que estávamos assistindo a uma farsa vinha da circunstância de que se tratava de um candidato (o primeiro nas pesquisas, apoiado pelo maior concessionário de serviços públicos, o império de comunicação Globo/Roberto Marinho) dirigindo as mais graves acusações morais, sem papas na língua, ao Presidente da República, a rigor sem nenhuma consequência. Estava claro que ambos se prestavam a um papel degradante, como revelou o *JB* em sua edição de domingo último.

Recordam que Sarney ouvia praticamente quieto, e sem reagir à altura, aquele candidato dizer que ia prendê-lo, que o Palácio do Planalto era um covil de corruptos e ladrões? E mais: o que pensar daquela encenação com o tal dossiê que o então candidato entregou ao Ministro da Justiça, Oscar Correia, com as acusações de corrupção no Governo Sarney? Onde está o tal dossiê? Tratava-se, então, de um simples jogo de cena, de uma palhaçada para iludir e envolver a boa-fé de toda uma população sofrida e angustiada com a crise do País?

A única dúvida que resta a esta altura é saber apenas qual dos dois foi o mais cínico – se Collor ou Sarney. É por isso que este Governo, por mais que se exiba em bravatas para a mídia, está a quilômetros de distância de ser aquilo que este País necessita nesta hora grave, de tantos sofrimentos para a população.

De tudo isso, entretanto, um ensinamento fica para todos, à semelhança do que ocorreu em 86 com o mesmo Sarney, Moreira Franco e o Cruzado. Fazem isso porque, no fundo, têm

a mesma natureza e o mesmo papel: ocupar o governo, simplesmente para evitar que algo mude neste País e os privilégios das elites a que servem permaneçam intocados, enquanto o Brasil e seu povo afundam cada vez mais na crise, no descrédito e na miséria. O eleitorado prepara-se para julgar a todos esses despudorados, que se abraçam ou brigam de acordo com as suas conveniências eleitorais, num espetáculo vergonhoso que afronta o povo brasileiro.

CSN: omissão criminosa

Ainda que a este momento seja possível que se caminhe na direção de um acordo para encerrar-se a greve na Companhia Siderúrgica Nacional, é preciso que se proclame, com todas as letras, as irresponsabilidades desse Governo diante de uma paralisação, por tantos dias, do maior e mais importante centro de produção de aço deste País.

Este conflito inútil não se deve a outra coisa senão à intransigência e às omissões suspeitas da direção da CSN, agindo diretamente segundo a orientação do Palácio do Planalto. Por detrás de tudo isso está a indisfarçada intenção de transferir para grupos particulares este patrimônio nacional, construído com o dinheiro público e com o suor de milhares e milhares de trabalhadores que dedicaram suas vidas àquela usina.

No fundo, o que querem mesmo é desmantelar a CSN, ferir a fundo o coração da produção siderúrgica brasileira, dar o pontapé nos seus milhares de trabalhadores, jogando-os ao léu, como se eles e suas famílias fossem simples objetos descartáveis. Depois que entregarem a usina e recontrataram apenas um ou outro empregado, certamente com salários reduzidos vão dizer: “vejam como a siderúrgica passou a dar lucros”. Quanto cinismo... A CSN sempre foi e ainda é uma empresa viável e lucrativa. Foi, isto sim, sufocada por sucessivos governos – com a mesma natureza deste atual – que eram contra as estatais. Subsidiaram, à custa da CSN, o aço fornecido aos grandes grupos industriais, na maioria multinacionais; asfixiaram a siderúrgica com dívidas contraídas na especulação financeira. A crise de hoje não é senão produto da ineficiência, da irresponsabilidade e, até

mesmo, da perversidade dos “privatistas” que sempre dirigiram o País e a CSN.

Mas, neste momento, tudo é ainda muito mais grave. Há um agravante intolerável em tudo o que estão fazendo com a CSN. O atual presidente da empresa é um executivo que sempre integrou o Grupo Monteiro Aranha (por sua vez, um associado a grupos internacionais), que tem conhecidas ligações familiares com o Presidente da República e que foi um dos seus maiores financiadores quando candidato. Será este o governo que vai moralizar o País? Tudo é muito triste e deprimente para o povo brasileiro, para nós que lutamos nas ruas, sonhando com o desenvolvimento econômico independente do Brasil. Façam o que fizerem – com toda a sua força, os seus poderes, os seus meios de comunicação – jamais irão consumir impunemente este crime de lesa-pátria que seria a destruição deste símbolo de orgulho nacional que é a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda.

Abono ou arrocho?

Ao decretar este ridículo “abono” de Cr\$ 3 mil³³, finalmente, a montanha pariu um rato. Este Governo baixou seu pacote econômico, confiscou a poupança e as economias populares (os ricos, rapidamente, já recuperaram tudo), e agora, formaliza sua política de arrocho salarial.

E o pior é que, além da perversidade contra todos os trabalhadores que representa esta migalha, frente à perda do poder de compra que os salários vêm registrando desde o início do chamado “Plano Collor”, o personagem que ocupa a Presidência e sua equipe de tecnocratas agiram com especial crueldade contra os aposentados e pensionistas: exatamente aqueles mais indefesos e desprotegidos. São mais de 12 milhões de homens e mulheres que deveriam ser amparados e tratados com dignidade, mas, depois de vidas inteiras de trabalho, recebem proventos miseráveis, que muitas vezes não chegam a um salário mínimo. Nem mesmo com suas pequenas poupanças – foi esta geração que fixou o hábito de economizar para enfrentar a velhice – podem mais contar; e agora mais essa...

Recordo-me como se fosse hoje que, no ano de 1948, em pleno Governo Dutra – Vargas estava em seu retiro, em São Borja – já usavam os mesmos argumentos para arrochar os salários. O Governo enfrentou os sindicatos, com intervenções generalizadas, para impor a tese de que não se podia aumentar salários para evitar a inflação. Diziam, como os tecnocratas de hoje, que não podiam conceder reajustes para que a economia se estabilizasse e, depois, os salários tivessem aumentos reais. Vejam: há mais

de 40 anos – nos tempos de Vicente Celestino, e de “E o vento levou...” – já usavam os mesmos falsos argumentos. Isso, acaso, é o novo, o moderno? Quem quiser acreditar nisso, que se inscreva no livro dos tolos.

Estamos diante de mais uma impostura, de um engodo, que não passa de outro expediente para tornar os ricos mais ricos, enquanto nosso povo empobrece e nosso País mais atrasado e submisso. Estamos entregues a uma casta de despreparados, uma espécie de *nomenklatura* de beneficiários e cúmplices colocada sobre o Brasil e sobre os brasileiros desde o final da Segunda Guerra. É hora de unirmos, todos – sindicatos, entidades representativas dos nossos produtores do interior, partidos democráticos e populares – e desencadear uma grande resistência democrática. Se os povos da Europa Oriental puderam, pacificamente, derrubar aqueles regimes de privilégios e demolir, até mesmo, o Muro de Berlim, nós também temos o direito de sonhar que, pelos caminhos democráticos e pacíficos, também aqui poderemos derrogar um modelo econômico que, há muito, não oferece horizontes para o Brasil e seu povo.

33 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 66,531

O abandono do interior

Ao longo deste mês, tenho percorrido o interior de nosso Estado buscando recolher, diretamente, as preocupações e problemas do povo fluminense. Visitei, até ontem, cerca de 50 comunidades e, em contato com elas, pude verificar que a população sabe que, com todas as dificuldades e injustiças que enfrentamos, nosso Governo marcou um período de realizações nessas regiões, ainda que nossos críticos – responsáveis por esse desastroso Governo atual – vivessem repetindo que nos omitíamos em relação ao interior.

Ainda que não tenha podido fazer senão uma pequena parte do que pretendíamos, é chocante ver o que vem ocorrendo agora, com o Governo Moreira. Em tudo, só se veem politicagem e discriminações partidárias. Nossa política de colaboração com as administrações municipais foi intensa e isenta. Jamais dividimos os prefeitos entre “amigos” e adversários, como ocorre hoje. Nunca retivemos as parcelas do ICM, do qual o Estado é simples arrecadador. Ao contrário, colocamos à disposição das municipalidades todo um sistema de adiantamento de suas cotas. Ontem mesmo, na cidade de Itaperuna – governada então por um prefeito do PMDB – tive a oportunidade de conhecer uma ponte sobre o Rio Muriaé, construída graças aos adiantamentos do ICM.

Enfrentando toda sorte de limitações, desenvolvemos um expressivo programa de eletrificação rural, para que nosso interior pudesse trabalhar e produzir com um novo impulso. A população das periferias de nossas pequenas e médias cidades recebeu, a preços acessíveis, os benefícios da energia elétrica, através do programa “Uma Luz na Escuridão”, que

atendeu cerca de 100 mil famílias. Novas redes de abastecimento de água, melhoria e construção de estradas, assentamentos rurais, crédito do Banerj aos produtores e apoio decidido à produção leiteira foram algumas das iniciativas que empreendemos para resgatar os direitos do povo fluminense.

Mas, certamente, mesmo em todo o quadro de abandono que vemos hoje, não existe nada que nos choque mais que ver, por este interior afora, o que fez Moreira com os CIEPs. Só mesmo um Governo odioso e pérfido, além de inepto e perdulário, poderia fazer o que este fez. Os CIEPs que estavam em obras – grande número deles quase totalmente prontos – foram abandonados ao tempo e à sanha dos depredadores. Os que já funcionavam, foram degradados, substituindo-se o regime de turno único por dois ou até três turnos diários. Neles e nas escolas convencionais – nas quais nossos esforços para reformá-las e melhorá-las foi interrompido – aboliram-se os altos padrões de merenda escolar que implantáramos. A merenda é pouca e, ainda assim, naqueles vergonhosos padrões da Cocea, de tão triste memória.

Chego a ouvir de muitas pessoas que Moreira, por essa crueldade, deveria cumprir uma pena especial: ser condenado a passar um ano – ele e seus tecnocratas – tendo de alimentar-se com a comida que manda servir às crianças. E o pior é que fez tudo isso para enterrar dinheiro no Metrô, em propaganda no rádio e na tevê e nas infundáveis reformas nos Palácios, seus gabinetes e alcovas. É por isso, e muito mais, que, nas eleições de 3 de outubro, vai ter da população o julgamento que merece.

Manipulação eleitoreira

Estou requerendo à Justiça – sem prejuízo da oportuna responsabilização criminal – o direito de resposta às ofensas e calúnias contra mim e meu Governo, mandadas publicar pelo atual Governador em diversos jornais. Trata-se de uma agressão covarde, baseada em inverdades e estatísticas manipuladas e, pior ainda, financiadas com os já parcos recursos públicos de nosso Estado. Aproveita-se, sobretudo, do fato de estarmos limitados, mesmo à nossa própria custa, a veicular reduzidos comunicados, no máximo como este, por força da lei eleitoral.

Confio, entretanto, que o Poder Judiciário, como de outras vezes, será lúcido e equânime e nos permitirá, em breve, oferecer à opinião pública, em espaços idênticos, dados e informações que, ponto por ponto, desmanchem aquele aranzel de falsidades divulgado pelo atual Governador.

O que mais espanta em tudo, porém, é a desfaçatez com que esse Governo pensa que pode enganar a população do Estado. Afinal, trata-se de uma administração repudiada, segundo as próprias pesquisas de opinião, pela maioria de nosso povo e que agora tenta iludir e envolver a boa-fé das pessoas simples, gastando rios de dinheiro em publicidade nos jornais, rádios e televisões.

A população vem observando o que vem se passando nos programas eleitorais de Moreira-Nelson-PMDB. Tornaram-se simples extensões da copiosa propaganda governamental. Até as mesmas cenas de comerciais do Governo, pagos com o dinheiro público, têm sido a base das montagens coloridas apresentadas em favor do candidato Nelson Carneiro. Tudo é inescrupulosamente manipulado, e por isso mesmo tudo soa falso e inconvincente.

Cariocas e fluminenses – a comunidade mais lúcida e esclarecida deste País – estão acompanhando e formando seu julgamento sobre tudo isso. Sabem que está chegando a hora de dizer um não a todos os que nos levaram a esta situação desastrosa; a todos os que fizeram da mentira e da manipulação seus instrumentos para amealhar votos e chegar ao Governo, e depois traíram seus compromissos, quebraram a palavra empenhada e abandonaram a população. Vão engolir de volta tudo o que estão dizendo pela tevê e divulgando pelos jornais. Vamos provar que tudo não passa de desavergonhada propaganda eleitoreira, à custa dos cofres públicos.

Moreira sente que o chão se afunda sob seus pés. Está desesperado e, agora, tudo o que fizer vai se voltar contra ele próprio.

A verdade sobre o debate

Louvamos a iniciativa democrática da TV Bandeirantes em promover o debate entre os candidatos ao Governo do Rio; tanto quanto lamentamos a recusa do candidato governista em participar. Uma reflexão, entretanto, se impõe. O grande público é alcançado – em algumas regiões, com exclusividade – pela Globo, que tem a sua sede em nosso Estado. E, infelizmente, uma emissora que vem utilizando, desde os primeiros tempos da ditadura, de todo o seu enorme poderio para as mais vergonhosas manobras políticas.

Foi assim com o regime militar, com a campanha das diretas e, finalmente, com as eleições presidenciais. Como não interessava a seu candidato, Collor de Mello, participar de debates no primeiro turno, a Globo, com seu quase monopólio de audiência, recusou-se a realizá-los. Nós – os candidatos democráticos que aceitamos debater – acabamos restritos a uma pequena parcela de audiência. E o pior é que alguns deles, sem votos, mas com muita ambição, se mantinham num conformismo suspeito, legitimando aquela manipulação, enquanto o Sr. Roberto Marinho usava e abusava de sua rede para promover o personagem que acabou sendo levado à Presidência.

A opinião recolheu lições da campanha presidencial. Sabe que, quando Nelson Carneiro – candidato de Collor, Moreira e de Roberto Marinho – se escusa de comparecer e a Globo se recusa outra vez a promover debates, algo de podre está ocorrendo. Vejam como nos questionam por nossa decisão e comparem com o silêncio em que permaneceram diante daquela recusa do candidato governista. Só isto mostra o facciosismo dessa gente e o quanto

sentiram a força moral de nossa atitude, com inteira solidariedade de nossos companheiros da Coligação Povo Unido.

Nós não apenas queremos, mas exigimos o debate. Mas com a participação de todos os candidatos, numa rede de emissoras onde, até por dever moral, deve estar imprescindivelmente a Rede Globo. Se a Rede Globo, como anunciou, dispuser-se, de fato, a realizar o debate, estejam certos de que, como sempre, Leonel Brizola estará cumprindo o seu dever de esclarecer e informar o povo do Rio de Janeiro.

A farsa do Banerj

A população do Rio de Janeiro sabe que sempre que nos aproximamos de eleições, nossos adversários buscam ressuscitar as mesmas velhas e desacreditadas explorações contra mim e meu Governo. E, como de outras vezes, o instrumento das agressões volta a ser *O Globo*, que há muito se tornou um órgão de imprensa amarela, que já não merece um mínimo de credibilidade por parte das pessoas sérias, honestas e isentas.

Vamos, como prometemos, desmontar, uma a uma, as armações perversas e torpes da dupla Moreira–Roberto Marinho. E, vamos logo começar com a carta que, espontaneamente, enviou o Desembargador Olavo Tostes, nomeado por Moreira Franco para presidir a Comissão de Inquérito sobre as alegadas irregularidades do Banerj:

“Prezado Governador Leonel Brizola. Diante do noticiário publicado pelo jornal *O Globo*, em sua edição de 5 do corrente mês de agosto, relativo a operações executadas pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro – Banerj, e embora não haja nele uma única referência pessoal ao nome de V. Sa., declaro como Presidente da Comissão constituída pelo Exmo. Sr. Governador Moreira Franco, que não deparamos, em todos os casos perscrutados, por mim e pelos demais integrantes da

Comissão, qualquer indício de participação ou comprometimento de V. Sa., ou das pessoas que lhe são próximas, nas ocorrências investigadas. Com maior apreço, atenciosas saudações.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 1990.

(Ass.) Desembargador Olavo Tostes Filho”.

Vejam como é perversa essa gente. São todos eles gatos escondidos com o rabo de fora. Agem de forma tão primária que todos estes casos explorados pelo *Globo* foram empréstimos concedidos por governos anteriores, quando dirigiam o Banerj os senhores Octávio Gouveia de Bulhões, Miguel Pires Gonçalves (hoje vice-presidente da *Globo*), Matheus Schnaider e outros. Usaram e estão usando outra vez o Banerj – um valioso patrimônio do povo do Rio de Janeiro – para a mais baixa politicagem e o eleitoralismo mais sórdido. O que querem na verdade é esconder o seu fracasso, a sua irresponsabilidade, o verdadeiro desastre que foi esse Governo para o Banco do Estado. Como me afirmava ontem o Deputado César Maia, estão quebrando o Banerj para servir aos bancos privados.

Façam o que fizerem, nem Moreira nem Roberto Marinho irão escapar da condenação, no mínimo da opinião pública, pelo que fizeram e estão fazendo contra os interesses do Estado do Rio de Janeiro e de sua população. Se pensam que vão me intimidar com essas assacadi-lhas, vão dar com os burros n’água. A luta pela verdade e pela justiça é o meu chão e o meu clima. Vão ter o que merecem.

Carta de Brizola à TV Globo

Ao Sr. Diretor de Jornalismo da TV Globo.
Prezado Senhor:

Recebemos o conjunto de regras proposto por esta emissora para realização de debates entre os candidatos ao Governo do Rio de Janeiro. Desde logo, confirmamos nossa participação neste encontro e, ao mesmo tempo, sugerimos aos organizadores algumas alterações em sua estrutura, sempre no sentido de permitir aos candidatos e a esta tevê o melhor cumprimento daquele que deve ser, para todos nós, um objetivo maior: informar e esclarecer à população sobre os problemas do Estado e as propostas para solucioná-los.

Em primeiro lugar, apelamos à TV Globo para que permita a qualquer outra emissora de televisão do nosso Estado transmitir, também, o debate. Seria, inegavelmente, uma atitude de grandeza desta emissora, cujo alcance, em termos de audiência, é por todos reconhecido.

Igualmente, insistimos junto a V. Sa. para que reconsidere a decisão de excluir do debate a participação de jornalistas. As experiências anteriores, sobretudo a da campanha presidencial, comprovaram cabalmente que a participação de profissionais da imprensa,

preparados e isentos, permite um maior nível de eficácia e de interesse ao debate. Cremos que, quanto aos candidatos, é suficiente que formulem uma pergunta a cada um dos seus oponentes. Cientes dos problemas técnicos, informados a nossa assessoria quanto ao espaço físico para a presença dos jornalistas no estúdio, tomamos a liberdade de recordar a V. Sa. como bem-sucedidas foram as intervenções pelo vídeo, de entrevistadores convidados na série de entrevistas denominada “Palanque Eletrônico”, transmitida pela Globo no ano passado.

Finalmente, solicitamos que seja reconsiderado o tempo atribuído a cada candidato no bloco de abertura do programa. Salta aos olhos que é por demais exíguo o tempo de um minuto e trinta segundos concedido para resposta à questão “por que deseja ser governador do Estado do Rio de Janeiro?”. É este, mais que nenhum outro, um momento para a exposição das grandes linhas programáticas que cada um de nós, candidatos, deve ter para enfrentar o dramático quadro de crise que se abateu sobre o nosso Estado e sua população. Cremos que, para tema de tal envergadura, um tempo de quatro minutos poderia permitir uma correta exposição inicial.

Estamos certos de que nossas sugestões são razoáveis e exequíveis e, diante delas, V. Sa. haverá de refletir e ponderar que, desta forma, todos estaremos prestando um serviço público compatível

com o que esperam de nós milhões de fluminenses.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1990

Atenciosamente,

(Ass.) Leonel Brizola

Observação: Além destas propostas, em todos os contatos mantidos pelo PDT com os organizadores, insistimos na conveniência de que o debate se iniciasse mais cedo – no máximo às 22 horas – e não às 23 horas, como está programado.

O Globo e o Banerj

Toda a população está observando a pérfida e requintada campanha sobre supostas irregularidades no Banerj que vem sendo movida pelo *Globo*, em conluio com o Governador do Estado. Tudo não passa do mais baixo eleitoreirismo, visando unicamente a atingir-me e tentar denegrir nossa administração no Rio de Janeiro. Aliás, este jornal, há muito vem perdendo toda e qualquer credibilidade diante das pessoas sérias e honestas. Vem assumindo, a cada dia, um papel mais perverso, mistificando em lugar de informar, sempre em função de interesses suspeitos. Publica, quando lhe convém, engaveta o que não interessa a seu dono. Ataca e lança seus venenos contra tudo e contra todos aqueles que não se submetem aos seus desígnios.

É exatamente isso que vem ocorrendo neste caso Banerj. *O Globo* mente, mistifica e explora; desta vez, associado a Moreira Franco. Ambos, com os mesmos métodos empregados pelo nazi-fascismo: repetir a mentira tantas vezes até que ela pareça verdade, e não hesitar diante das atitudes mais violentas e perversas, desde que possam servir a seus propósitos.

É tão grande a desfaçatez dessa gente que, de todos os casos que o jornal do Sr. Roberto Marinho vem explorando, nada menos que 99%

dos prejuízos sofridos pelo Banco, em razão de operações irregulares ou malsucedidas, se originaram de empréstimos autorizados pelos senhores Octávio Gouveia de Bulhões, José Luiz de Magalhães Lins, Israel Klabin e Matheus Schnaider e, também, pelo Sr. Miguel Pires Gonçalves, que era vice-presidente do Banerj e de lá saiu direto para a direção financeira da *Globo*. Vejam que ponta para se puxar. É um nepotismo *sui generis*: o filho de um Ministro do Exército sai da direção de um Banco e, de lá, vai para a cúpula da *Globo*.

Em resumo: a generalidade dos prejuízos do Banerj, criados por esses alegados escândalos, originou-se durante o Governo do PMDB e, muitos deles, quando participava da administração do Banco alguém que é hoje um auxiliar direto de Roberto Marinho. Isto sem contar o Buraco do Lume³⁴, o rombo do BD-Rio e as monstruosidades do metrô. Agora, depois de tudo isso, aonde está a autoridade moral dessa gente? E, como se não bastasse, estão pressionando e tentando manipular as instituições judiciárias, procurando transformar a Procuradoria-Geral do Estado num instrumento de politicagem e das *vendettas* pessoais do atual Governador, buscando, enfim, expedientes e artifícios para obter uma Justiça de encomenda. Mas não há nada como um dia após o outro. Façam o que fizerem, a população do Rio de Janeiro, a esta altura, já está definitivamente decidida a enxotar toda essa gente. Quanto mais manobras fazem, mais se enterram. Agora mesmo, são os

34 O terreno estabelecido pelo Projeto de Alinhamento 9.369 tornou-se parte do canteiro das obras do Edifício BANERJ e, após sua conclusão, estacionamento clandestino. Durante a década de 1960, passa para a propriedade do Banco do Estado da Guanabara (BEG), o qual posteriormente o vendeu para o Grupo Lume, do empresário Lynaldo Alfredo Uchoa de Medeiros Júnior, que se associou ao grupo paulista Halles para efetivar a transação. Na parte edificável do terreno, foram iniciadas as fundações de uma edificação que teria 55 andares. Nesse ínterim, foi executada na parte livre uma praça, denominada Melvin Jones, atualmente Mário Lago, de interessante paisagismo caracterizado por uma passarela sobre um lago.

Ocorre que ainda na década de 1970 o Grupo Lume deixou de honrar as parcelas da compra do lote, as obras foram paralisadas e o Banco do Estado da Guanabara (em 1974, ocorreu a fusão entre o BEG e o Banerj, do antigo Estado do Rio de Janeiro) assumiu o Grupo Halle, que também não tinha recursos para suprimir as dívidas do Grupo Lume, de modo que ironicamente se tornou tanto credor – em função da venda do terreno – quanto devedor, uma vez que o Estado assumiu a empresa que estava devendo ao BEG. Tal situação, não obstante, foi questionada legalmente pelo próprio Lume na justiça, que reivindicava a sua propriedade. As obras foram paralisadas, e o canteiro, abandonado, passou a encher-se d'água, tornando-se criadouro de mosquitos e ratos. Assim, a antiga área edificável passou a ser conhecida como “Buraco do Lume”.

funcionários do Banerj, indignados, que nos estão ajudando com documentos e informações. O povo do Rio de Janeiro vai saber quem – não importa quão poderoso seja – usou e abusou do Banerj para obter lucros milionários ou votos dos incautos.

Justiça de encomenda

O Banco Central – em consequência da intervenção no Banerj – fez um relatório, apontando os nomes de todos os presidentes e diretores da instituição que, a seu juízo, deveriam ser os responsáveis pelas operações que teriam acarretado prejuízos ao Banco, desde 1972. Com isso, seguia a Lei nº 6024, que permite retroagir em 20 anos a apuração dessas responsabilidades. Vejam bem: o BC incluiu o período de meu Governo e dos Governos anteriores, no prazo abrangido pela Lei.

Foram apontados nominalmente como responsáveis pelas montanhas de falcatruas, os senhores: Octávio Gouveia de Bulhões, José Luiz de Magalhães Lins, Israel Klabin e seus vice-presidentes e diretores do Banerj, como Matheus Schnaider e Miguel Pires Gonçalves, este há mais de oito anos, diretor da Globo. Evidentemente, lá foram incluídos os nomes dos colaboradores de meu Governo no Banerj, mas, das perdas relatadas de US\$ 462 milhões, 99% derivam de operações autorizadas por Governos anteriores. Isto sem falar no BD-Rio, Metrô e no Buraco do Lume.

Todos tiveram seus bens bloqueados. E, aí, a troika Sarney–Marinho–Moreira Franco se deu conta que o tiro lhe saíra pela culatra. Queriam nos atingir, mas acabaram colocando a sua própria gente em maus lençóis.

Conceberam, então, uma incrível e despuddorada armação, distribuindo entre si as “tarefas”. Roberto Marinho ficou encarregado da panfletagem, através de seu império de comunicação, e das pressões sobre juizes e promotores, criando um ambiente público para que toda a patranha parecesse uma ação moralizadora. A parte de Sarney foi a de mandar arquivar o

inquérito inconveniente do Banco Central, e assim “liberar” os seus amigos. A Moreira e seus rábulas, finalmente, couberam organizar o cenário para toda a armação. E procurou logo, para dar foro de verdade a tudo, nomear um desembargador aposentado para a presidência de uma nova Comissão de Inquérito. E, ao mesmo tempo, tomou a inconcebível decisão de dividir a investigação em duas partes: antes de meu Governo, tudo deveria ser engavetado; a partir daí, o máximo rigor, sem que faltassem referências expressas de que tudo deveria ser feito no sentido de atingir ao Leonel Brizola.

Basta olhar para o que estão procurando fazer agora, às vésperas das eleições para constatar que falta, em tudo isso, qualquer conteúdo ético e moral. E pior ainda: há um indisfarçado propósito de envolver e abastardar as instituições judiciárias. Em que estão tentando transformar a Procuradoria-Geral do Estado e o Ministério Público? Em simples instrumentos de politicagem e de vinganças? Chegam a ponto de tentar influir, com publicidade, os próprios juizes, como se não bastasse terem colocado, como advogado de grandes causas da TV Globo–Telemontecarlo, com altíssima remuneração, o filho do presidente da Comissão de Inquérito.

Até agora, havíamos deixado que estas explorações sobre o Banerj corressem apenas nos canais judiciais. Quiseram fazer destes assuntos, porém, uma arma eleitoreira. Pois, então, nesta questão, como noutras, o bom combate pela verdade e pela justiça. O funcionalismo do Banerj, indignado, está nos auxiliando. Vamos relacionar as falcatruas, dar os nomes e as empresas responsáveis.

Foi feito um acordo entre Sarney e Moreira para que o Estado assumisse os prejuízos das gestões anteriores. O povo do Rio de Janeiro desconhece este conchavo imundo que, no Governo, haveremos de exigir que seja anulado.

A carapuça do Globo

Em todo esse emaranhado de mentiras e ofensas contra mim e meus colaboradores, que vem sendo publicado pelo jornal **O Globo** sobre o Banerj, finalmente foi possível encontrar uma afirmação honesta. No seu editorial de ontem, para explicar-se a seus leitores – no qual admitem ter deixado a “impressão” de que tudo aquilo possui caráter político-eleitoral –, o jornal de Roberto Marinho assume, afinal, que aquela série de publicações está relacionada com o período eleitoral. E mais: que o faz para influenciar os eleitores fluminenses contra nós.

Como se vê, é o próprio *O Globo* que demonstra o caráter dessa verdadeira campanha, ao relacionar a enorme quantidade de matérias e editoriais publicados, em ondas sucessivas, sempre coincidentes com as eleições 88, 89 e estas de 90, além de criar uma pretensa cobertura de opinião pública para as manipulações de Moreira, envolvendo pessoas e instituições respeitáveis na abertura de inquéritos parciais e dirigidos, cujo único objetivo é o de produzir-lhe dividendos políticos.

O castigo – como diz o ditado popular – vem a cavalo para aqueles que o merecem. Nós nunca procuramos tirar vantagens políticas das situações injustificáveis que encontramos ao assumir o Banerj. Ao contrário, nossa maior preocupação foi, acima de tudo, de recuperar e preservar o Banco, tornando-o mais eficiente; colocá-lo a serviço do desenvolvimento do Estado. Tanto é assim que, da 17ª posição, o colocamos entre os quatro maiores do País. Exatamente o inverso do que vêm fazendo o Governo Moreira Franco e *O Globo*.

Moreira faz tudo por mera politicagem, por seus mesquinhos ódios políticos e pela sua

conhecida indiferença para com a defesa do patrimônio e dos interesses da população, o mesmo que fez ao abandonar os CIEPs.

As reiteradas manchetes depreciando o Banerj só poderiam ter como propósito desmoralizá-lo em benefício dos especuladores e dos bancos privados. Roberto Marinho com seu império de comunicação que se nutre do Rio de Janeiro, mais uma vez desserveu aos interesses do Estado. A intervenção, apoiada pelo *Globo*, mais que um desastre, foi uma ação criminosa. Só um governador fraco e pusilânime – embora então recém-eleito – poderia curvar-se como um vassalo diante da intimidação desse DOPS financeiro que é o Banco Central, atuando neste caso sob as ordens de Sarney, Funaro e o grupelho do Cruzado.

O funcionalismo do Banerj vem acompanhando, indignado, estas explorações que, no fundo, além de pretenderem destruir o próprio banco, se destinam, sobretudo, a esconder um mar de lama e corrupção que lá está encoberto e impune. Dia a dia nos enviam mais documentos e informações. Depois de uma verificação criteriosa, iremos publicar os nomes daqueles que verdadeiramente se aproveitaram dos recursos do Banco do Estado. Vamos comprovar quem autorizou as grandes e estranhas operações que lesaram o Banerj, cujos nomes passaram intocados para que pudessem jogar nos jornais acusações improcedentes e difamantes contra meu Governo.

Telhado de vidro

Se pode haver um texto que revele a que níveis de indignidade pode chegar um Governador, é este que o Sr. Moreira Franco fez publicar nas edições de ontem dos jornais. Não só pelas falsidades e calúnias, mas também pela descompostura e pelas grosserias com que se dirige a um candidato da oposição, especialmente aquele que, inquestionavelmente, detém o apoio da maioria da população.

De outra parte, porém, a forma pela qual Moreira Franco se utiliza e tenta dirigir as declarações do Sr. Olavo Tostes demonstram, claramente, que está se aproveitando da figura proecta de um desembargador aposentado para procurar dar legitimidade a seus sentimentos de ódio e de vingança política. Quero, desde logo, esclarecer que as declarações do Sr. Tostes, isentando-me de responsabilidades em todo este aranzel do Banerj foram de sua iniciativa e, ainda assim, não o fazem deixar de ser um instrumento para a investida facciosa do Governo do Estado sobre o Banerj.

Com efeito, o desembargador presidiu uma investigação parcial desde o seu início, seja pela sua indisfarçável motivação política, seja pela incompreensível decisão de ignorar – sob pretextos, no mínimo, discutíveis – toda uma montanha de irregularidades encontrada no Banco do Estado por nossa administração. E mais: atribuiu, como se verá abaixo, aos dirigentes de nosso período as “culpas” pelas tentativas de recuperar os créditos desastrosos e putrefatos concedidos pelos Governos do PMDB e pelos amigos do peito do Sr. Roberto Marinho. Vejam estes casos, incluídos nos chamados 22 processos do Banerj. Apenas cinco, mas que representam prejuízos quase 90 vezes maiores que todos os demais casos alegados contra nosso Governo.

EMPRÉSTIMOS DESASTROSOS
AUTORIZADOS PELO BANERJ, NOS GOVERNOS
DO PMDB:

1. Construtora e Incorporadora Esquadro S.A. – Empréstimo liberado em 24/6/82, na gestão Matheus Schnaider, no valor de US\$ 2,45 milhões. Prejuízo de US\$ 1,2 milhão encontrado vencido, sem nenhuma prestação paga.

2. Sisal Incorporadora/More – Empréstimo concedido em 18/2/81 para a construção de 468 apartamentos na Tijuca. Gestão: Israel Klabin, M. Schnaider, Miguel Pires Gonçalves. Prejuízo avaliado hoje em US\$ 40 milhões.

3. Mirante Engenharia – Financiamento avaliado, em 83, em US\$ 6 milhões. Crédito concedido em 73, na gestão: Octávio Gouveia de Bulhões, José Luiz de Magalhães Lins e reforçado, em 1980, pelo Sr. Miguel Pires Gonçalves.

4. Coema-Nortec – Financiamento original de US\$ 3,5 milhões, na gestão Klabin-Schnaider. Em nosso governo foi concedido novo crédito, de US\$ 1,3 milhão, para a contenção de encosta que ameaçava ruir os prédios vizinhos. Obra embargada pela Prefeitura, na administração Marcello Alencar.

5. Cooperativa QUM-7/Vivendas Chavi – Empréstimo concedido na gestão Klabin-Schnaider. Prejuízo de US\$ 192 milhões. Crédito e casas encontradas em estado de deterioração.

As tetas da ditadura

Uma das manobras mais conhecidas das oligarquias deste País, destes grandes aproveitadores que têm marcado a vida brasileira, é a de buscar se escudar em figuras e instituições por si só respeitáveis e, ao mesmo tempo, de procurar atacar, insultar e difamar seus adversários, aqueles que lhes podem denunciar. Para isso, usam sem escrúpulos, dos poderosos instrumentos e dos recursos sem fim de que dispõem.

Toda essa questão do Banerj não passa de mais um capítulo dessa velha e surrada história. O Banco do Estado e o BD-Rio, durante a ditadura, foram transformados em duas grandes tetas onde muita gente graúda se nutriu, engordou e, até se tornou dona de verdadeiros impérios de comunicação. Saquearam os fundos do BD-Rio e jogaram sobre o Banerj os prejuízos e, depois, ainda vieram o Metrô, o Buraco do Lume, o escândalo das carioquinhas e inumeráveis golpes de mão, que somaram bilhões em prejuízos para o Banco.

Ao assumirmos a administração estadual, lá estava, ainda, a ditadura, com Delfim, Galveas e toda aquela camorra do Banco Central. Desmandos inomináveis vinham sendo cometidos no sistema financeiro do Estado. Minha orientação, diante daquele lodaçal, só poderia ser uma: tratar de salvar o que era possível do patrimônio e dos recursos públicos que se encontravam sob a responsabilidade do Banco do Estado.

Felizmente, há menos de dois anos, restabeleceu-se a ordem jurídica em nosso País. Ainda há tempo de ir a fundo nestas questões, mesmo

porque muitas delas, ainda não estavam prescritas. Amanhã, no Governo, iremos fazer, aí sim, a investigação que se impõe, na qual não faltará o trabalho isento, metucioso, de auditores técnicos independentes e rigorosos. Jamais inqueritos de encomenda como os concebidos pela dupla Moreira-Saboya, com o único objetivo de servir aos interesses eleitoreiros de um governador repudiado pela população, que se tornou parceiro de grupos de aproveitadores, que não querem perder aquelas fartas tetas nas quais tanto se têm nutrido.

A maior prova de que a tal Comissão de Inquerito sobre o Banerj não passa de um instrumento político-eleitoral de Moreira Franco e Roberto Marinho é a publicação de farta matéria paga nos jornais, sem outras finalidades senão a de me atacar, ofender e insultar e a de encobrir os fatos. É evidente o exagero publicitário, uma verdadeira politicagem à custa do dinheiro público e, também, um ato de covardia, sabendo-se que a nós – um partido político – mesmo com nossos próprios recursos, a lei nos limita a um pequeno quadro como este, de 1/8 de página, no máximo. Só esse abuso custou aos cofres públicos cerca de Cr\$ 4 milhões³⁵. A verdade é que, coberto ou não pelo nome do Desembargador Olavo Tostes, qualquer peritagem irá demonstrar que 99% dos prejuízos do Banerj vêm dos períodos Magalhães Lins, Pires Gonçalves e Klabin-Schnaider.

Quanto à carta que o Desembargador me enviou, isentando-me de qualquer envolvimento nas supostas irregularidades do Banerj, afirmo que Sua Excelência não me fez nenhum favor. Trata-se de uma cortesia que jamais lhe pedi, até porque não teria cabimento. A correção e a boa-fé sempre foram a regra entre os meus colaboradores na administração do Banerj. Todos eles sabem que Leonel Brizola, Governador, jamais determinou ao Banco que atendessem com créditos ou favores a quem quer que fosse. Esta

35 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 71,982

é a autoridade moral que me enche de indignação diante de sórdidas e imundas explorações, como as que vem fazendo o Sr. Roberto Marinho, que jamais teve os mesmos princípios éticos e morais que venho sustentando ao longo dos quase 40 anos de minha vida pública.

Duas verdades

1 – Vejam a que ponto chegou *O Globo*: encomenda um artiguete contra mim a um de seus empregados e, no dia seguinte, festeja com um “tjolaço” na primeira página a suposta confirmação de suas armações. É triste ver até que ponto chegam o Sr. Roberto Marinho e seus escribas em seus ataques e calúnias contra mim, no fundo buscando esconder suas próprias culpas. Quanto à carta do Desembargador Olavo Tostes, ainda que todos já tenham se apercebido das manobras, quero reafirmar o que tenho dito. Quem me conhece, sabe que jamais tomara a iniciativa de pedir a quem quer que fosse, qualquer carta eximindo-me de minhas responsabilidades à frente do Governo do Estado. Neste caso, foi o próprio Desembargador quem teve a atitude de telefonar-me, anunciando sua disposição de pronunciar-se a meu favor e contra as explorações que vinham sendo veiculadas pelo *Globo*. Ainda bem que o “desmentido” partiu não do Desembargador, mas de seu filho. Este, certamente, uma vez que não conseguiu ser guindado ao Tribunal de Justiça, deve ter boas razões para preservar a lucrativa condição de advogado da Rede Globo-Tele Montecarlo. Como advogado que é, entretanto, deveria advertir Roberto Marinho de que, neste caso Banerj, poderão surgir situações estranhas, envolvendo a Globo e o Banco do estado.

2 – A pesquisa publicada pelo JB, revelando que Moreira Franco é o governador mais rejeitado pela população, em todo o País, só vem confirmar aquilo que vínhamos sustentando. Este governicho, desmoralizado e repudiado pelo povo do Rio de Janeiro, tem os seus dias contados e será enxotado pela generalidade dos cariocas e fluminenses. Depois do dia 3 de outubro, dificilmente poderá sequer sustentar-se tempo o bastante para entregar o Palácio

Guanabara a seu sucessor. A repulsa a Moreira Franco, entretanto, revela um outro sentimento popular. Ela atinge, também, aos patronos do atual governador: aqueles que o conduziram ao poder, o sustentaram e vêm sendo cúmplices de suas baixas manobras políticas. Refiro-me às Organizações Globo e a seu proprietário, Roberto Marinho, mergulhado até a medula em todo esse oceano de politicagem, incúrias e desmazelos de Moreira Franco. A Globo e aquele personagem simbolizam bem o papel dessas nossas elites carcomidas, sustentáculos e beneficiárias de um modelo econômico que vem sendo um martírio para o povo brasileiro e uma cruel violação dos direitos deste País a um destino soberano. A rejeição à trinca Moreira-Marinho-Carneiro comprova que, aqui no Rio de Janeiro, existe uma população lúcida e esclarecida, a quem a Globo, com certeza, não engana.

Porque Vargas vive

Completaram-se ontem 36 anos da morte dramática do Presidente Vargas. É triste ver que, tanto tempo depois, nosso País vive uma espécie de antítese de todos aqueles sonhos e esperanças que transformaram Vargas num símbolo das lutas do povo brasileiro e das aspirações de, um dia, fazer do Brasil uma nação soberana, independente, e onde desenvolvimento e justiça social sejam realidades indissociáveis.

Compare o que representaram Vargas e o trabalhismo e o que têm significado o atual Governo e os que lhe antecederam nestes últimos 25 anos. Com Vargas, criaram-se o salário mínimo, a aposentadoria, as garantias e os direitos dos trabalhadores; defendeu-se a economia nacional e implantaram-se as empresas estatais estratégicas, como a Petrobrás, a Eletrobrás e a Siderúrgica Nacional, que viriam a se tornar as bases de nosso desenvolvimento independente.

E agora? O que está ocorrendo senão uma insensata e perversa regressão a uma espécie de lei das selvas do capitalismo? Arrocham-se os salários, comprimem, vergonhosamente as aposentadorias e pensões de gente humilde que trabalhou toda uma vida e se vê, a cada dia, mais desprezada e lançada a sua própria sorte. Os direitos dos trabalhadores, garantidos na Constituição, são permanentemente violados ou simplesmente ignorados como algo inútil e desprezível. Os governos sucessivos malbarataram e afundaram em dívidas as empresas estatais; e este, agora, trata simplesmente de liquidá-las, como se fossem lixos a serem verificados no vazadouro.

Nosso povo e nosso País não mereciam tal castigo – este verdadeiro flagelo que vem

se abatendo sobre a Nação. O governo Collor é uma espécie de anti-Carta-Testamento. Representa o estertor desse modelo econômico colonial, injusto, cruel e inviável imposto ao Brasil. É um dos subprodutos de nossas elites: verdadeiros androides insensíveis e arrogantes. Desprezam o povo brasileiro porque, no fundo, nada têm a ver com ele.

Estamos assistindo ao fim de uma época. As palavras de Vargas, em sua Carta-Testamento, permanecem como um espectro sobre estas elites egoístas e desumanas. Sua memória, seu sacrifício, mais que nunca continuam a ser a fonte inspiradora de nossa existência e o povo de quem Vargas foi escravo, um dia, não mais será escravo de ninguém.

São três contra um e o povo contra os três

Nada como os fatos e situações concretas para definir quem é quem numa campanha política. Vejam, por exemplo, o que ocorre nestas eleições no Rio de Janeiro. Apresentam-se quatro candidatos; e um simples exame do comportamento e das posições que cada um deles vem assumindo revela aquilo o que, no fundo, verdadeiramente representam. Não se trata de uma questão pessoal, mas, como candidato, é meu dever analisar e esclarecer a população quanto à natureza política de meus adversários e que interesses políticos se movem por detrás deles.

Vejam: o Sr. Nelson Carneiro, candidato do PMDB e de Moreira Franco (por mais que o tente dissimular), está aí cumprindo, tristemente o seu papel. Nem mesmo personalidade própria consegue imprimir à sua campanha, que serve apenas de espaço para que o atual Governador repita, cada vez com menos equilíbrio, as suas velhas e surradas mentiras e ofensas contra mim e meu governo. Basta verificar o que ocorre na propaganda no rádio e tê-lo para que se conclua que, deploravelmente, aquela candidatura tornou-se apenas, um biombo de Moreira. É uma candidatura anti-Brizola e arraigadamente conservadora, apoiada por Dona Sandra, Amaral Neto, Armando Falcão e outros.

Ronaldo Coelho, da mesma forma, vem desempenhando a sua função de coadjuvante. Embora sob a sigla do PSDB, representa inequivocamente uma candidatura de direita. É natural que, como banqueiro, suas raízes, seus métodos e sua mente estejam no mundo do capital,

onde o povo trabalhador é, antes de tudo, uma fonte de lucro. Na Europa, um “social-democrata” deste tipo seria, certamente, motivo de piadas e ironias. Também é uma candidatura anti-Brizola, mergulhada, desde o próprio candidato, naquilo que mais combatemos: o mundo da especulação financeira.

Resta, afinal, o Bittar do PT. Não levemos em conta o argumento que temos ouvido, por toda parte, de que esta candidatura representa uma traição ou, no mínimo, uma ingratidão, frente ao que ocorreu aqui, no segundo turno das eleições presidenciais. Dedicuemo-nos, agora, apenas a analisar o que busca o candidato do PT. Observem como nos ataca, repetindo as infâmias do *Globo*, de Roberto Marinho e de Moreira Franco. Sonha chegar em segundo lugar e reza para que haja um segundo turno, para disputar conosco a decisão final. Se isto viesse a ocorrer, estaríamos diante de uma situação aparentemente insólita, mas, na verdade, reveladora. Pode haver alguma dúvida sobre de que lado estariam Moreira, Dona Sandra, Roberto Marinho, Roberto Campos e Armando Falcão? Com o Brizola, certamente, é que não estariam. Estranho e surrealista é este nosso País. Aqui, volta e meia, surgem candidaturas de “esquerda”, mas do tipo que a direita gosta...

Cariocas e fluminenses – a comunidade mais lúcida e uma vanguarda deste País – já se aperceberam claramente de tudo isto. Há por toda parte uma expressão majoritária de apoio à nossa causa. E, à medida que se torna evidente que os outros três candidatos se igualam no mais insano anti-brizolismo, a população mais vai se posicionando contra todos os três.

Rio, vítima do modelo econômico

O Rio de Janeiro, como o Nordeste e outras áreas do País, é a região que mais sofre as consequências da crise e, portanto, deste modelo econômico que, a cada dia, crava mais profundamente suas garras sobre o organismo nacional. Cariocas e fluminenses trabalham e produzem, mas não vencem as perdas de sua economia. Da estagnação, passamos a um estado de carência generalizada, principalmente quanto às oportunidades de trabalho e em matéria de alimentação, de moradia, de serviços essenciais como educação, água, esgotos, transportes e tudo o mais que sabemos.

Paradoxalmente, porém, grandes grupos econômicos sediados aqui, que se nutrem do povo do Rio de Janeiro vicejam e crescem sem parar, e estão entre os de maior poder e influência nos centros de decisão deste País. Por que estes grupos prosperam, enquanto a comunidade submerge na crise? Exatamente porque eles entregaram o Rio, como tantos outros, da mesma forma que eles entregam o Brasil e o povo brasileiro a interesses de fora, em troca de vantagens e privilégios que os fazem cada vez mais ricos e poderosos. Seu papel tem sido o de esconder e confundir as coisas, para que o Governo Federal não tenha problemas aqui e, com isto, encham-se de favores à custa do empobrecimento de nosso Estado. Eles crescem, enquanto o Rio declina.

O Governo Federal, desde que iniciou sua transferência daqui, passou a tratar o Rio de uma forma discriminatória, mórbida, como se tivesse uma espécie de complexo em relação ao Estado. Abandono, injustiças sobre injustiças.

Desenvolvimento, aqui, era inconveniente. Em São Paulo, sim, era o “certo”. Com os governos militares, tudo se tornou ainda pior. Além do mais, porque buscaram punir a uma população que não se entregou nunca, em defesa da honra e das liberdades do povo brasileiro.

É evidente que um Governo que trabalhe com intensidade – uma administração eficaz, austera e, sobretudo, justa e humana –, certamente poderá minorar em muito os efeitos nefastos dessa verdadeira corrosão que nos vem sendo imposta; mas um Governo coerente e lúcido, neste momento, em nosso Estado, somente será aquele que, ao lado do equacionamento dos problemas locais, vier a encarar com a mesma energia a complexa situação em que nos encontramos submetidos no conjunto da vida brasileira.

O Rio de Janeiro não é uma ilha. Seu futuro Governador, se quiser honrar as expectativas da população, terá que desempenhar suas funções políticas e administrativas com o mesmo vigor e tenacidade. Mais que uma federação formal, o Brasil é uma federação real, como o são os Estados Unidos. Nosso País não vencerá seus impasses sem que fluam os mecanismos federativos. Governos centralizadores, para nós, são antinaturais e sufocam esta Nação. Como hoje ocorre com este, que ascendeu ao poder e, em tão poucos meses de mandonismo centralizador, simplesmente paralisou o País e desorganizou ainda mais a vida nacional.

O julgamento popular

Afinal, de que tem servido a meus adversários essa verdadeira enxurrada de ofensas, calúnias e injúrias que vêm lançando contra mim, pelos jornais e, principalmente, através da propaganda eleitoral pela televisão? A rigor, para nada, a não ser para despertar a repulsa da população, que a tudo isso vem observando e julgando.

Vejam, para começar, o que acontece com Moreira Franco, que é uma espécie de mentor de toda essa onda difamatória. Ainda que ele, pessoalmente, se oculte por detrás das montagens falsas apresentadas nos programas do PMDB; atacando e ofendendo a mim e a meu governo; exibindo estatísticas de obras e realizações que o povo não vê por parte alguma; o que consegue, senão se afundar cada vez mais, a ponto de, como revelam as pesquisas, ter-se tornado uma figura abominada pela população? Moreira naufraga no julgamento popular e leva com ele seu candidato, Nelson Carneiro, que pensa poder enganar alguém fingindo nada ter a ver com as infâmias do atual Governador.

E quanto a Ronaldo e Bittar, o que dizer? Quanto ao primeiro, é natural que seguisse a sua natureza e – até por instinto – repetisse as mesmas práticas torpes de seus semelhantes. O candidato do PT, porém, assumiu uma posição – para muitos, surpreendente – tão inexplicável quanto sua própria candidatura. Como se vê, Bittar tem andado de braços dados com Ronaldo, Nelson e Moreira nesta campanha de injúrias, engrossando o coro da direita, com as mesmas velhas e surradas mentiras e explicações sobre o Banerj, o Metrô, os CIEPs, o crime organizado etc. Pensarão por acaso, que a população se deixa iludir tão facilmente? Será

que acreditam que o conceito público sobre alguém que, como eu, teve a vida vasculhada pela ditadura, durante mais de 15 anos, pode ser abalado por simples manipulações?

Não é outra a razão pela qual Nelson, Bittar e Ronaldo patinam, patinam e não conseguem fazer decolar suas candidaturas. Ao contrário, perdem e perderão cada vez mais o pequeno apoio que ainda conseguem reunir, à medida que cariocas e fluminenses percebem que os três, acima de tudo, têm uma preocupação em comum: atingir-me, em função do que a minha volta ao Governo do Rio de Janeiro irá significar para a população. Quanto mais atacarem, desta forma insana e injusta, mais cresceremos nós no conceito da população mais lúcida e esclarecida de nosso País – o povo do Rio de Janeiro.

Genocídio

De diversas partes do mundo nos têm chegado as repercussões do relatório da Anistia Internacional sobre o assassinato de crianças no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Os que me acompanham devem se recordar que, há muito, estamos alertando que a atuação dos grupos de extermínio em nosso Estado constituía-se em um escândalo de proporções internacionais. Principalmente porque, nos últimos anos, tudo vem ocorrendo dentro de um ambiente de omissões e impunidade, tolerado pelos governantes. Agora, está aí o fato indelével: nosso País submetido à humilhação de ser visto, no exterior, como cenário de um genocídio que nos iguala ao que ocorreu com o nazismo, o stalinismo ou, mais recentemente, durante as guerras do Vietnã, do Líbano ou nos massacres de El Salvador.

É tão chocante o que vem ocorrendo que diversos dirigentes de partidos da Internacional Socialista nos vêm indagando sobre quem são e o que vêm fazendo as autoridades responsáveis pela segurança pública diante deste verdadeiro massacre. A todos, tenho procurado informar que esses grupos de extermínio, que proliferaram no período autoritário, ramificaram-se, corrompendo o próprio aparelho policial e contando, muitas vezes, com a complacência das autoridades governamentais.

Em meu governo, mesmo enfrentando toda a sorte de obstáculos, pusemos fim à impunidade desses matadores. Centenas de inquéritos foram abertos e grande parte dos denunciados foi levada a prisão para responder por seus crimes. Com isso, conseguimos refrear e, praticamente, fazer cessar a ação daqueles grupos. Mal se iniciou o atual Governo, retomaram as execuções sumárias. Logo nos primeiros dias, vivemos o episódio chocante do

assassinato do jovem Marcellus Gordilho. A situação voltou a níveis intoleráveis e culmina, agora, com o registro escandaloso feito pela Anistia Internacional, que traz à tona números que – todos sabemos – ainda registram somente uma parcela do total. Dados levantados por entidades independentes registram que, nos últimos anos, ocorreram 1.044 assassinatos de menores na Baixada Fluminense; estimando-se que um terço deles por ação de grupos de extermínio.

Um Governo coerente, no Rio de Janeiro, deve, logo ao assumir, deixar patente a sua determinação de pôr fim a esta matança. A mesma firmeza e determinação que iremos empregar para combater os assaltantes, aqueles que roubam, matam e sequestram, terá que ser usada sobre os autores e responsáveis por esse genocídio. Precisamos de uma polícia eficiente e não de uma polícia violenta. Estes grupos assassinos só fazem gerar mais violência e criminalidade. Foras da lei, já nos bastam os bandidos. Os Governos e sua força policial, para terem o respeito da população, devem ser os primeiros a zelar pelas garantias individuais e coletivas do povo a quem devem servir. É assim que iremos proceder, em nome de todos os cariocas e fluminenses.

Seis meses de alienação

Completaram-se ontem seis meses de Governo Collor. E que tempos! O Brasil não conheceu período de maior centralização e personalismo. “O Governo sou eu”, proclama o atual Presidente para exercê-lo sem ouvir ninguém e, na prática, abolir a Federação. Na área econômico-financeira, impõe-se o autoritarismo personalista e, com isso, passamos a viver seis meses de ditadura e intervencionismo sobre as atividades econômicas, sem paralelo em nossa história. No campo administrativo, jamais se viu tamanha paralisia do serviço público, que desde os primeiros dias passou a sofrer um processo de desmantelamento, de entrega das empresas estatais e de perseguições aos servidores. O funcionalismo foi transformado pelo Governo e seus áulicos no grande vilão destes tempos e apontados como um dos “grandes responsáveis” pela crise. Por conseguinte, instaurou-se a mais completa inoperância e a ausência de realizações do Governo. Foi, também, um tempo de entrega de nossa economia e de alienação da soberania nacional. O FMI, outra vez, dita suas regras e condições abertamente, agora da forma mais despudorada.

Eis, em resumo, o balanço destes seis meses. E aonde chegamos? O Governo manteve-se, até aqui, à custa daquilo que expropriou da poupança e das contas-correntes e do que confiscou através do arrocho salarial. Só essa imensa massa de recursos tem permitido, até agora, travar a explosão inflacionária, assim mesmo parcialmente e de forma artificial. Como uma doença grave – cujos sintomas são atenuados por algum tempo a poder de analgésicos – a crise irá voltar, e ainda mais forte e virulenta.

Os aprendizes de feiticeiro – esse grupo de

tecnocratas de cabeça feita nos grandes centros dominantes da economia mundial e sem quaisquer compromissos com o povo brasileiro – perderam o pé da realidade e vivem em busca de um mito. Creem que, com uma simples arrumação podem manter uma casa que está sendo despojada desde seus alicerces. Na verdade, o que fazem não é senão aprofundar este modelo econômico colonial injusto e perverso imposto a nosso País.

Se, antes, era a força; agora, é a mídia: o poder de desinformação e de propaganda de um sistema de comunicação, que prorroga e sustenta esta fase da vida brasileira. Porém, tão certo como após a noite vem o dia, está no fim este período infame da nossa história. Alguém poderia pensar que situações que pareciam eternas e imutáveis, como as da Europa Oriental, iriam desabar em apenas poucos meses? Pois nós, aqui, temos também o direito de pensar que essas estruturas carcomidas um dia virão abaixo e que, pelos caminhos democráticos e pacíficos, possa surgir uma nova vida para o povo brasileiro.

A hora das definições

Aproximamo-nos do dia das eleições. A população, a esta altura, observa as propostas finais de cada candidato: uma espécie de súmula daquilo que representam e do que poderiam vir a significar para nosso Estado. Os nossos adversários, a rigor, não fizeram uma campanha eleitoral. Fizeram, sim, uma campanha de injúrias e infâmias contra nós. Todos – o velho senador, Ronaldo e até, insolitamente, [Jorge] Bittar – entoaram o hino udenista do falso moralismo, com as velhas e desgastadas mentiras de Moreira Franco. Defrontam-se, por isso, com o desprezo e o repúdio da população, patinaram nas pesquisas e, agora, nos momentos finais, buscam estratégias para iludir e impressionar as pessoas de boa-fé para amealharem seus votos. Poderão atingir seus objetivos? Francamente, é muito improvável que, a esta altura, alguém se deixe enganar por esse jogo de cena.

Vejam, por exemplo, o que faz o petista Bittar. Sem ter que explicar seu comportamento político divisionista ou justificar o fato de ter sido o candidato que mais espaços e considerações vem recebendo da Globo – tornou-se, afinal, a “esquerda” que a direita gosta – tenta apresentar-se como o candidato que “tem programa”. Afirma, na televisão, obviedades do tipo “precisamos sanear a Baixada”; “vamos despoluir a Baía da Guanabara”; “vamos concluir o Metrô” e outras promessas que até Ronaldo poderia fazer, pelo seu descompromisso com a prática e pela arrogância tecnocrática com que as define. É o retrato acabado de uma incoerência: o candidato de um chamado partido dos trabalhadores que se comporta com a autossuficiência e a leviandade que caracterizam as nossas elites.

Ronaldo, por sua vez, continua a proclamar-se “aquele que pode enfrentar Brizola”. Este é o seu programa. O mais é dizer-se “moderno” e “competente”, quando ele próprio se tornou um banqueiro à custa de métodos tão antigos quanto os mais velhos vícios deste País: favorecimentos e financiamentos do Governo, em condições tão generosas quanto estranhas.

E o velho senador que, agora, vai finalmente à televisão, num espetáculo deprimente, exaltar-se com “o único capaz de conseguir recursos para o Rio”, graças às suas amizades colloridas no Planalto. O que é isso senão uma indecorosa chantagem com o povo do Rio de Janeiro? Os recursos que são recolhidos da população, e que são um direito constitucional do Estado, dependem então da adulação do Governador ao Presidente para serem liberados? Não faz muito, abriu-se inquérito para apurar a atuação criminosa de escritórios que intermediavam verbas federais para os municípios e, agora, o senador é, ele próprio, apresentado por autoridades do Governo como “o grande intermediário” para a obtenção de recursos. Quem não se lembra daquelas encenações de Moreira com Sarney em 86, prometendo recursos para o Estado? Por que o senador – se consegue verbas com tanta facilidade – não as trouxe para as obras paralisadas do Metrô? E o pior em tudo isso é que se trata do Presidente do Senado – exatamente daquele órgão que zela pelo equilíbrio entre os Estados e a Federação – quem se presta ao papel de, ao encerrar sua vida pública, exaltar o apadrinhamento, o fisiologismo, os favoritismos, o “é dando que se recebe”: velhos e repudiados vícios desta República.

Quanto a nós, somos aquilo que sempre fomos. Não viemos para enganar ninguém. A presença de um partido como o nosso no Governo do Rio de Janeiro significa uma administração voltada para a população como um todo, e, acima de tudo, para a causa das causas neste País, que é a salvação de nossas crianças. Um governo sob nossa responsabilidade se exercerá com

métodos austeros, justos e serenos, mas firmes e, sempre, dedicado às nossas três urgentes prioridades administrativas: a educação, a saúde e a defesa das garantias individuais e coletivas dos cidadãos. O Rio de Janeiro será um centro de resistência – cívica, democrática e pacífica – a todas as políticas que sustentam este modelo econômico colonial e cruel imposto a nosso País e responsável pelo empobrecimento do Brasil e de seu povo, e que sacrifica, ainda mais drasticamente, o nosso Estado. Aqui, ao lado desta população lúcida e esclarecida, haverá um bastião em defesa dos direitos de nosso povo, da ordem democrática e da soberania nacional.

A hora da verdade

Chegamos à fase conclusiva da campanha eleitoral. A população, ao longo destes dias, observou e julgou o comportamento de todos os candidatos. Nossos três adversários caracterizaram-se por nos agredir e atacar desde o primeiro dia. E, nitidamente, querendo restringir as razões da crise que vivemos a problemas apenas do Rio de Janeiro. Só isto bastaria para demonstrar o que representam estes candidatos. As elites deste país, cínicas e carcomidas, agem sempre desta forma para esconder seus interesses suas culpas. Atacam para esconder o que realmente querem. Em 64, denunciavam tenebrosos planos de “subversão” e arrogavam-se as defensoras da democracia, enquanto travavam a imposição da ditadura de 20 anos que, de fato, era o que buscavam. Aqui, repetem suas velhas e desmoralizadas calúnias sobre o Banerj e o “crime organizado”, simplesmente para tentar ocultar as suas próprias roubalheiras e suas responsabilidades com esta monstruosa matança que se faz em nosso Estado, através dos grupos de extermínio, que já aniquilaram, nestes anos, milhares de menores e jovens, muitas vezes com dezenas de perfurações pelas costas, com balas de guerra. Neste sentido, mais uma vez, os três identificaram-se, num coro regido pelo atual Governador.

Podem haver perplexidades e situações confusas em outros Estados, mas não aqui. O povo do Rio de Janeiro é uma vanguarda desta Nação. Jamais iria se confundir por novas imposturas como esta. Sabe que estamos chegando ao fim de uma época infame e que este modelo econômico não pode continuar. Quando se depara com este mar de miséria, a consciência lúcida e esclarecida de nossa população sabe que

somente uma mudança pode abrir os caminhos para um futuro digno. Aqui, um dia, irão cair o FMI e as oligarquias que controlam a vida brasileira, como caíram o Comecon e a “nomenklatura” na Europa Oriental. Nesta América Latina, tanto quanto lá, não de ser abolidas as normas que nos relegaram, há quase 50 anos, a simples despojos de guerra.

O povo do Rio de Janeiro sabe que um Governo local eficiente e austero, que aja com criatividade e dinamismo, pode minorar em muito os sofrimentos deste verdadeiro flagelo da espoliação que recai sobre nosso País e, dramaticamente, sobre o Rio de Janeiro. Principalmente, se este Governo definir, de forma correta, os seus objetivos, colocando, acima de tudo, aquela que é a prioridade das prioridades desta Nação, que é superar esta verdadeira calamidade que é a situação de abandono de nossas crianças e de nossos jovens.

Esta sim – a educação para valer – é uma causa de salvação nacional.

Quando um barco aderna perigosamente e ameaça afundar, a quem, senão às crianças, deve ser reservado o primeiro escaler, o primeiro salva-vidas. E quem, hoje, não vê que o Brasil mergulha e submerge na maior crise de sua história?

Aqui, ombro a ombro com a população, vamos desenvolver o bom combate – honesto, franco e lúcido – contra os males que vêm corroendo nosso País. Simultaneamente, com uma dedicação irrepreensível à solução dos problemas locais da administração. Estes são os caminhos da esperança. Este otimismo consciente e esclarecido não há de morrer nunca, enquanto houver neste Brasil homens e mulheres dignos e honrados, que não se desfibraram, que creem nos grandes destinos de nosso povo e que estão decididos a lutar por um futuro melhor para seus filhos e seus netos.

Resposta a uma agressão

1. Como deveria proceder uma autoridade responsável, eficiente e, sobretudo, isenta e digna, diante da ocorrência de um episódio como este, da prisão de um traficante estrangeiro, cujas declarações e antecedentes envolviam um familiar do Governador eleito? Poderia seguir outro caminho senão o de – além das providências técnicas de investigação cabíveis – dar ciência dos fatos a seus superiores e informar o que se passava ao Governador eleito, pedindo, inclusive, a sua cooperação?

2. Tivesse sido este o comportamento da Polícia Federal, encontrariam de minha parte todo o apoio e colaboração para que tudo fosse esclarecido a fundo, com honestidade e isenção, e viessem a ser colhidos pelos rigores da Lei todos os que porventura estivessem implicados na abominável prática do tráfico de tóxicos. É exatamente isto o que deveria ter ocorrido, até mesmo em benefício da eficácia das próprias investigações. No Rio de Janeiro, há um Governador eleito há poucos dias, credenciado pela esmagadora maioria da população, inclusive para tratar, também destes mesmos assuntos. Ou, quem sabe, os delegados da Polícia Federal, ou seu chefe, o Ministro da Justiça ou o atual Presidente teriam maior senso de responsabilidade que o Governador escolhido livremente pelo povo do Rio de Janeiro?

3. Porém, em lugar do cumprimento estrito dos seus deveres, o que fizeram a Polícia Federal e seu delegado-chefe no Rio foi desencadear uma operação espalhafatosa, bem de acordo com o figurino daquelas que a ditadura realizava. Correrias, violações, atropelos,

sequestros, suspense e depoimentos tomados sob pressão e, em menos de 24 horas, a “bomba” estava pronta para ser “vazada” para a imprensa. O sistema Globo administrou a difusão do caso com requintes de hipocrisia e eficiência e instigou outros meios de comunicação a atirarem-se imprudentemente sobre o fato, enquanto mantinha-se – apenas no primeiro momento – discreto. Depois, deitou e rolou sobre o assunto, especialmente na televisão, difundindo a versão da polícia, falsa e caluniosas, como logo ficaria provado. Chegou mesmo a mandar um enviado especial para a Holanda. Como sempre, tudo foi dirigido para atingir o Leonel Brizola.

4. Alguém poderia admitir que um antigo funcionário policial, que há tempos vem chefiando a PF no Rio, viesse a ignorar a Lei, da qual tem o dever de ser guardião, determina expressamente que este tipo de investigação se realize evitando-se explorações sensacionalistas? E, ainda muito pior, divulgando ele próprio fatos com distorções e inverdades. Tudo é muito grave e só a certeza da impunidade poderia explicar tal procedimento.

5. Essa é a essência de todo este episódio. Se Neusinha tem ou não vinculação com o caso, isto é assunto que, desde o começo, deveria ser apurado por uma investigação técnica, isenta e responsável. O que existiu, entretanto, foi a preocupação de agredir, brutal, injusta e gratuitamente ao Governador eleito. A Polícia Federal e seu delegado-chefe no Rio agiram como víboras. Mostraram que apenas esperavam uma oportunidade qualquer para darem o seu bote. Na verdade, suas tropelias não foram uma simples desconsideração para com o Governador eleito, mas um insulto e um fato deprimente para a própria Polícia Federal, que se assemelhou a um centro de conspirações contra uma autoridade legítima, que lhe competia respeitar, e que foi utilizada como um instrumento

37 Numeração repetida

de ódios e baixezas políticas daqueles que a manipularam.

6. Diante das declarações do Diretor-Geral da PF e do sr. Ministro da Justiça – que condenaram publicamente a maneira pela qual o caso foi tratado – não é de crer que o delegado-chefe do Rio tenha se orientado por seus superiores hierárquicos. A quem consultou, então, para sentir-se forte e autorizado para rasgar a Lei, atropelar direitos e afrontar ao Governador eleito? Quem lhe esquentou as costas? O certo é que só se ouviu uma voz em sua defesa: a do jornal do sr. Roberto Marinho. É muita coincidência. Depois do que fizeram a Lula no segundo turno, não se pode duvidar de mais nada. Punhaladas pelas costas, envolvendo a família de seus adversários, passaram a ser as armas do desespero dos poderosos, que veem o povo condenar, cada dia mais, seus privilégios, como se acabou de ver no Rio de Janeiro.

7. Agora, quem deseja mais que qualquer um a completa elucidação de todos os fatos, sou eu, Leonel Brizola. A Lei, que a ninguém pode privilegiar, também não pode ser invocada pela autoridade pública para encobrir tropelias e servir a interesses espúrios. Impõe-se, desde logo, por razões morais, funcionais e éticas, o afastamento daqueles que prejudicaram as investigações, violaram a Lei, mentiram e agiram com prevenções políticas torpes contra o Governador eleito do Rio de Janeiro. Perderam, até mesmo, as condições de conduzirem este inquérito. Estamos tomando as iniciativas judiciais e administrativas pertinentes, a fim de que estes maus funcionários venham a ser responsabilizados por seus atos.

8. De todo este vergonhoso episódio, entrando, recolho algumas lições. Quando um governante já eleito e, portanto, ungido pela confiança da população, sofre, ele próprio – com sua esposa e família – estas injustiças e dissabores, certamente, amanhã, no Governo, será capaz como nenhum outro, de compreender a dor e a indignação de todos aqueles que vêm

sendo vítimas de situações semelhantes. E, o que é ainda mais importante, saberá a não só enfrentar flagelos como este da droga, tanto quanto não permitirá que a ação policial desenfreada atropele a lei e os direitos que esta garante a todos, sejam ricos ou pobres, vivam em palácios ou em simples barracos. Nosso Governo saberá defender a população. A autoridade federal terá, de nossa parte, invariavelmente, toda a colaboração, sempre que agir dentro da Lei e segundo o interesse público. Mas, se for para violar direitos, humilhar, intimidar ou para encobrir interesses inconfessáveis, terão pela frente a resistência serena, mas enérgica, do Governo e do povo do Rio de Janeiro.

Resposta a uma agressão

1. Como deveria proceder uma autoridade responsável, eficiente e, sobretudo, isenta e digna, diante da ocorrência de um episódio como este, da prisão de um traficante estrangeiro, cujas declarações e antecedentes envolviam um familiar do Governador eleito? Poderia seguir outro caminho senão o de – além das providências técnicas de investigação cabíveis – dar ciência dos fatos a seus superiores e informar o que se passava ao Governador eleito, pedindo, inclusive, a sua cooperação?

2. Tivesse sido este o comportamento da Polícia Federal, encontrariam de minha parte todo o apoio e colaboração para que tudo fosse esclarecido a fundo, com honestidade e isenção, e viessem a ser colhidos pelos rigores da Lei todos os que estivessem implicados na abominável prática do tráfico de tóxicos. É exatamente isto o que deveria ter ocorrido, até mesmo em benefício da eficácia das próprias investigações. No Rio de Janeiro, há um Governador eleito, credenciado pela esmagadora maioria da população, inclusive para tratar, também destes mesmos assuntos. Ou, quem sabe, os delegados da Polícia Federal, ou seu chefe, o Ministro da Justiça ou o atual Presidente teriam maior senso de responsabilidade que o Governador escolhido livremente pelo povo do Rio de Janeiro?

3. Porém, em lugar do cumprimento estrito dos seus deveres, o que fizeram o delegado-chefe e seus subordinados da PF no Rio foi desencadear uma operação espalhafatosa, bem de acordo com o figurino daquelas que a ditadura realizava. Correrias, violações, atropelos, sequestros, suspense e depoimentos tomados sob

pressão e, em menos de 24 horas, a “bomba” estava pronta para ser “vazada” para a imprensa. O sistema Globo administrou a difusão do caso com requintes de hipocrisia e eficiência e instigou outros meios de comunicação a atirarem-se imprudentemente sobre o fato, enquanto mantinha-se – apenas no primeiro momento – discreto. Depois, deitou e rolou sobre o assunto, especialmente na televisão, difundindo a versão da polícia, falsa e caluniosas, como logo ficaria provado. Chegou mesmo a mandar um enviado especial para a Holanda. Como sempre, tudo foi dirigido para atingir o Leonel Brizola.

4. Alguém poderia admitir que um antigo funcionário policial, que há tempos vem chefiando a PF no Rio, viesse a ignorar que a Lei, da qual tem o dever de ser guardião, determina expressamente que este tipo de investigação se realize sob sigilo e sem explorações sensacionalistas? E, ainda muito pior, divulgando ele próprio fatos com distorções e inverdades. Tudo é muito grave. Só a certeza da impunidade poderia explicar tal procedimento.

5. Essa é a essência de todo este episódio. Se Neusinha tem ou não vinculação com o caso, isto é assunto que, desde o começo, deveria ser apurado por uma investigação técnica, isenta e responsável. O que existiu, entretanto, foi a preocupação de agredir, brutal, injusta e gratuitamente, o Governador eleito. A Polícia Federal e seu delegado-chefe no Rio agiram como víboras. Mostraram que apenas esperavam uma oportunidade qualquer para darem o seu bote. Na verdade, suas tropelias não foram uma simples desconsideração para com o Governador eleito, mas um insulto, um fato deprimente para a própria Polícia Federal, que se assemelhou a um centro de conspirações contra uma autoridade legítima, que lhe competia respeitar. A instituição foi utilizada como um instrumento dos ódios e das baixezas políticos daqueles que a manipularam.

6. Diante das declarações do Diretor-Geral da PF e do sr. Ministro da Justiça – que condenaram publicamente a maneira pela qual o caso foi tratado – não é de crer que o delegado-chefe do Rio se tenha orientado por seus superiores hierárquicos. A quem consultou, então, para sentir-se forte e autorizado para rasgar a Lei, atropelar direitos e afrontar o Governador eleito? Quem lhe esquentou as costas? O certo é que só se ouviu uma voz em sua defesa: a do jornal “O Globo”, do sr. Roberto Marinho. É muita coincidência. Depois do que fizeram a Lula no segundo turno, não se pode duvidar de mais nada. Punhaladas pelas costas, envolvendo a família de seus adversários, passaram a ser as armas do desespero dos poderosos, que veem o povo condenar, cada dia mais, seus privilégios, como se acabou de ver no Rio de Janeiro.

7. Agora, quem deseja mais que qualquer um a completa elucidação de todos os fatos sou eu, Leonel Brizola. A Lei, que a ninguém pode privilegiar, também não pode ser invocada pela autoridade pública para encobrir tropelias e servir a objetivos espúrios. Impõe-se, desde logo, por razões morais, funcionais e éticas, o afastamento daqueles que prejudicaram as investigações, violaram a Lei, mentiram e agiram com prevenções políticas torpes contra o Governador eleito do Rio de Janeiro. Perderam, até mesmo, as condições de conduzirem este inquérito. Estamos tomando as iniciativas judiciais e administrativas pertinentes, a fim de que estes maus funcionários venham a ser responsabilizados por seus atos.

8. De todo este vergonhoso episódio, entretanto, recolho algumas lições. Quando um governante já eleito e, portanto, ungido pela confiança da população, sofre, ele próprio – com sua esposa e família – estas injustiças e dissabores, certamente, amanhã, no Governo, será capaz como nenhum outro, de compreender a dor e a indignação de todos aqueles que vêm sendo vítimas de situações semelhantes. E, o que é ainda mais importante, saberá não

só enfrentar flagelos como este da droga, tanto quanto não permitirá que a ação policial desenfreada atropele a Lei e os direitos que esta garante a todos, sejam ricos ou pobres, vivam em palácios ou em simples barracos. Nosso Governo saberá defender a população. A autoridade federal terá, de nossa parte, invariavelmente, toda a colaboração, sempre que agir dentro da Lei e segundo o interesse público. Mas, se for para violar direitos, humilhar, intimidar ou para encobrir interesses inconfessáveis, terão pela frente a resistência serena, mas enérgica, do Governo e do povo do Rio de Janeiro.

Aos eleitores: em razão de inúmeros pedidos, esta coluna está sendo republicada. As representações – judicial e administrativa – acima referidas já foram protocoladas junto à Procuradoria Geral da República e ao Ministério da Justiça. Os fatos posteriores só confirmam a torpe utilização política deste episódio.

Tudo como antes, só que ainda pior

A esta altura, não há quem deixe de se sentir apreensivo e perplexo com o que vem ocorrendo com nosso País. Por mais que alguns, como nós, com a maior veemência tenhamos advertido, custa a crer que pudéssemos estar vivendo um período tão infortunadamente semelhante àquele que marcou a agonia e o fim do malsinado Plano Cruzado do Governo Sarney. Tudo vai ruindo, como um castelo de cartas. A inflação, como antes, recrudesce. O próprio Governo, mal passada as eleições, encarrega-se de lançar para o alto, com o último tarifaço, todos os preços e tarifas públicas, exatamente como ocorreu dois dias depois do pleito de 86 e da avalanche de votos que o PMDB de Moreira e Sarney arrancou da boa-fé do nosso povo.

Agora, porém, tudo é mais grave. A crise brasileira tornou-se, com os métodos e decisões deste Governo, mais profunda e mais drástica. Nosso País submerge num mar de dificuldades, não apenas pela dinâmica perversa deste sistema econômico, mas levado, sobretudo, pelas imprudências e pela insensatez dos aprendizes de feiticeiro deste Governo, num quadro dramático de recessão, de desemprego, de entrega da economia do País a interesses internacionais. O despreparo e a pretensão das autoridades econômicas superam tudo o que já se viu – e não foi pouco – nos últimos anos neste País. Exemplos cruéis são este arrocho salarial e o leilão das empresas públicas que deixariam corado até mesmo o próprio Sr. Delfim Netto.

Desta vez, como no Cruzado, engane-se quem quiser: são os assalariados, os pequenos e médios empresários e os produtores do interior que estão pagando, de forma desumana, a conta do aventureirismo, das imprudências

e de tantas vaidades. Mas, o pior é que toda a população brasileira terá que arcar com o preço amargo do agravamento deste processo colonial, que está exigindo a liquidação ou a entrega das empresas estatais estratégicas, e do sistema bancário aos cartéis internacionais, a alienação do patrimônio e das riquezas nacionais e, por consequência, o debilitamento de nossa própria soberania enquanto Nação.

Como comprovou a malograda experiência do “Plano Cruzado” não há nada melhor que a sequência dos fatos para revelar a verdade. O povo brasileiro, que hoje assiste a tudo isto, sofrendo e estarecido, um dia há de dizer um **não** a todo este contexto de exploração e de tirania econômica. Acreditar que este caminho insano e perverso seja o único para o Brasil seria desistir de nossa própria dignidade de povo livre, de Nação que tem direito a um destino próprio e de nossas aspirações a um futuro digno para nossos filhos e netos.

Epílogo perverso

Nosso partido realizou, esta semana, um seminário reunindo as bancadas recém-eleitas para a Câmara e a Assembleia Legislativa, bem como aqueles deputados federais e estaduais que vão encerrando seus mandatos. Além da natural preocupação de entrosamento e de continuidade dos trabalhos legislativos, nossa atenção voltou-se para o caráter mais que suspeito e injustificável das iniciativas que vêm sendo tomadas pelo atual Governador, não só através de atos administrativos – especialmente em matéria de pessoal e de contratos vultosos – como de projetos de lei, todos formulados ao apagar das luzes de sua ruínosa gestão, que violam as prerrogativas do Governo eleito – que assume a 15 de março – e buscam, no fundo, inviabilizar a nova Administração.

De fato, em tudo o atual Governador procura, de um lado, debilitar e comprometer as receitas públicas, retirando do futuro Governo as condições de definir e realizar investimentos

coerentes com seu programa, ao mesmo tempo em que multiplica as despesas com pessoal, através de favorecimentos espúrios a seus protegidos, como no escândalo das aposentadorias milionárias.

Ao lado da situação a que vem sendo levado o Banerj, um dos casos mais escandaloso é a proposta que permite a permuta das dívidas da CSN e todos os impostos que a empresa deverá recolher nos próximos três anos pela construção da chamada Linha Vermelha.

É evidente não se questiona a utilidade daquela via expressa, pela qual lutamos, sem promê-la junto ao Governo Figueiredo e que foi, logo depois, mais uma promessa de campanha não cumprida de Moreira Franco. Mas não podem, simplesmente, ser esquecidas as responsabilidades da União no equacionamento de um problema que estrangula toda a malha rodoviária federal no Rio de Janeiro (BRs 101, 116, Washington Luís, Ponte Rio-Niterói etc.). A Linha Vermelha, portanto, é uma obra federal. Por que o Rio de Janeiro deve continuar sem receber obras viárias federais de contorno e de acesso, que são realizadas em todas as outras capitais?

Por outro lado, o Governo do Estado tem o dever de colaborar, no máximo de sua capacidade para a solução da crise na CSN, mesmo que aqueles seus débitos não sejam exatamente dívidas, mas a apropriação indevida de receita estadual, imposto pago pelos seus clientes no ato da compra e não recolhido ao Tesouro Público.

Nada, porém, poderia justificar o que está sendo proposto pelo atual Governo. Em primeiro lugar, seria a violação de dispositivos constitucionais (que proíbem a vinculação de receita), mas até mesmo daquele mínimo ético a que um governante que encerra seu mandato deve ter. Ao contrário, compromete até 1994 a arrecadação dos impostos gerados pela CSN como, ainda mais grave, permite que aquela empresa subcontrate, sem concorrência pública, as empreiteiras que realizarão a maior parte da obra.

Nada garante que tudo será pago pelo seu custo real, sem sobrepreços ou comissões.

Além do mais, será que a solução desta dívida, pequena frente ao rombo que o Governo Federal impôs à CSN, iria salvar a empresa? E a decisão do Governo Collor, anunciada publicamente, de transferir a Siderúrgica para grupos privados? Sobretudo, trata-se de uma posição cínica do atual Governador que, faz poucos meses, afirmou que as estatais transferidas do Rio “já iam tarde”. O que ele quer mesmo é aplainar o caminho para a entrega da Siderúrgica aos interesses privados, sem dívidas e pronta para gerar lucros imediatos a seus compradores.

Agora, quanto às tentativas de intriga, será que não veem que a população de Volta Redonda sabe diferenciar, melhor do que ninguém, aqueles que defendem a CSN, seu maior patrimônio, e os que se servem dela para baixos propósitos? O novo Governo do Estado, dentro da lei e dos princípios da boa gestão administrativa, será sempre um aliado da CSN, de seus trabalhadores e da população sul-fluminense e nunca um aproveitador de suas dificuldades, com propósitos inconfessáveis.

Light: um escândalo

O PDT, sob minha coordenação, iniciou anteontem, uma série de debates públicos sobre os problemas do Rio de Janeiro, reunindo, além de nossos dirigentes e parlamentares, nossos aliados da Coligação Povo Unido, técnicos, sindicalistas e representantes de entidades profissionais e comunitárias. Buscamos, desta forma, abrir as discussões sobre os impasses que vêm sendo vividos por nosso Estado, fixar as posições e diretrizes que serão abraçadas pela administração que se inicia a 15 de março e, sobretudo, esclarecer sem meias-verdades, a população sobre as causas do processo de esvaziamento e crise a que o Rio está submetido, sob a égide deste modelo econômico e de seus beneficiários, os grandes interesses e grupos nacionais e internacionais.

Escolhemos, para dar início aos debates, a situação do setor de abastecimento de energia elétrica, em função das ameaças criadas pela decisão do Governo Federal de transferir para mãos privadas a Light, responsável pelo fornecimento de eletricidade a cerca de 75% dos consumidores do Estado, notadamente na Capital, Baixada e Sul Fluminense. Trata-se, como se sabe, de uma das duas únicas distribuidoras de energia que não se encontram sob o controle dos governos estaduais, mas do Federal (a outra é a Escelsa, do Espírito Santo) e, além disso, uma empresa que foi, há poucos anos, comprada pela União, com muitas dívidas e, inexplicavelmente, a apenas 12 anos de, por lei, reverter, sem custos ou indenizações, ao poder concedente, isto é, o Poder público.

Nossa intenção, portanto, é evitar que, outra vez, se repita o que ocorreu naquela ocasião. O povo brasileiro, e muito especialmente

os cariocas e fluminenses estão fartos de serem surpreendidos com decisões de gabinete, tomadas por Governos tecnocráticos e que, em geral, escondem favorecimentos e irregularidades, ocultadas sob um manto de silêncio e desinformação. Neste primeiro debate, pudemos contar com a colaboração, através de relatórios e explicações, de companheiros ligados ao setor, como o ex-Secretário de Minas e Energia, Deputado José Maurício, o presidente do Sindicato dos Urbanitários (ao qual se filiam os trabalhadores da Light), deputado eleito Luis Carlos Machado, de técnicos de renome, como o engenheiro da Eletrobrás, Dr. Guilherme Velho e, muito especialmente, com a cooperação valiosa e espontânea do Presidente do Clube de Engenharia, Dr. Hildebrando de Araújo Góes e do ex-Presidente da Light, Dr. Luis Oswaldo Aranha, bem como de inúmeros outros profissionais e parlamentares, que analisaram o problema tanto do ponto de vista técnico quanto da própria legalidade da venda da empresa. Proferiram intervenções no debate os companheiros Paulo Baía Paes Leme, Luís Fernando Couto, Maria Dolores Bahia, Atílio Muniz, Hugo Moreira, Carlos Siqueira Castro, Vinícius Ornellas, Roberto Soares, Ivan Duarte, o ex-Deputado Celso Brant, o deputado Vivaldo Barbosa e o Prefeito do Rio, Marcello Alencar.

Em todos os relatos, ficou claro que, além de inviável do ponto de vista econômico, a entrega da Light a grupos privados representa um enorme risco aos interesses e direitos da população. Quem pode acreditar que, sem os estímulos do lucro, serão realizados os investimentos necessários para atender a setores de baixo retorno como o fornecimento de eletricidade às comunidades de baixa renda e os programas de eletrificação rural? Ou que ocorra a necessária integração de esforços entre a geração de energia e outros setores essenciais, como a captação e abastecimento de água e os próprios programas de desenvolvimento industrial? E mais: o que poderia justificar a privatização de uma

Novos debates

Ontem, realizamos o segundo debate, desta vez sobre os impasses que estão destruindo a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e seus graves efeitos sobre a arrecadação de impostos. Hoje, às 14 horas, iremos discutir a questão do gás natural de Campos, que está sendo negado ao Rio e é transportado para alimentar as indústrias paulistas, agravando o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro. Na segunda-feira, o tema é a situação do Banerj.

empresa que, segundo opinião unânime, apresenta bons padrões técnicos, eficiência e, até mesmo, um número de empregados relativamente reduzido para sua dimensão? Haverá, nesta anunciada privatização, a mesma raiz podre dos interesses que levaram o Governo Geisel a promover a sua estatização?

Estamos reunindo num relatório, a cargo do ex-deputado Raymundo de Oliveira, todos os informes que recolhemos, bem como as propostas recebidas. Tudo será aberto ao conhecimento público mas, desde já, podemos fixar o essencial de nossas posições. O novo Governo do Estado do Rio de Janeiro, como é de seu dever, irá exigir que o Governo Federal dê a nosso Estado, no mínimo, o mesmo tratamento que foi dado a São Paulo, quando da aquisição da Light, cuja seção paulista foi transferida ao Governo local, que, aliás, ainda não a pagou. Estadualizar a Light, para nós, significa, abrir a empresa ao controle público, com a participação do empresariado fluminense, dos seus trabalhadores e dos próprios consumidores, através de um amplo processo de democratização de suas ações, sob a coordenação do Poder Público, Estados e Municípios servidos pelos serviços da Light.

De outra forma, seria permitir que os interesses do Rio de Janeiro fossem, como tantas vezes já aconteceu, desprezados e que os mecanismos de esvaziamento do Estado fossem ainda mais agravados. Ninguém, muito menos o Governo Federal – que tantos males vem fazendo ao Rio nas últimas décadas – tem o direito de retirar do alcance da população carioca e fluminense este instrumento vital para seu desenvolvimento que é a energia elétrica. Em nome de uma falsa modernidade, iremos permitir o retorno ao que ocorria no início do século, quando os grupos privados estrangeiros que monopolizavam a eletricidade, degradaram estes serviços, retardando nosso desenvolvimento e auferindo lucros imensos, retirados do povo brasileiro?

As causas do esvaziamento

Venho coordenando e presidindo, pessoalmente, a realização de uma série de debates públicos sobre os problemas e impasses com que o Rio de Janeiro se defronta e os correspondentes compromissos e posições a serem assumidos por nosso Governo. São assembleias abertas, com a participação dos dirigentes e parlamentares do PDT e dos partidos que integraram a nossa coligação, de técnicos e profissionais dos diversos setores, de sindicalistas e de representantes de associações. Talvez seja a primeira vez que um Partido e um Governador eleito, a poucos dias de assumirem as suas responsabilidades de Governo, debatam publicamente as diretrizes que, amanhã, pretendem tornar realidade. Realizamos, nos últimos dias, discussões sobre a Light, a Companhia Siderúrgica Nacional e sobre a distribuição do gás natural extraído na Bacia de Campos. Amanhã, às 14 horas, será a vez de analisarmos a situação do Banerj.

1. A Light – Em 1979, Geisel e Shigeaki Ueki, em plena ditadura, decidiram comprar a Light, embora em apenas mais 12 anos, todo este acervo, por força de contrato, deveria passar, sem ônus, para o Poder Público do Rio de Janeiro. Pagaram, numa transação obscura, em cheques, US\$ 380 milhões e assumiram dívidas da empresa, em moeda estrangeira, de US\$ 788,6 milhões! A seguir, entregaram para o Governo de São Paulo a Light daquele estado que a transformou na Eletropaulo. A Light do Rio ficou com a Eletrobrás e o Governo Federal recusou-se sempre a transferi-la a nosso Estado.

Passaram-se 10 anos. A Light tornou-se uma espécie de “caixa” da Eletrobrás. O Governo de São Paulo não pagou a compra da empresa e

nem mesmo honrou a parte da dívida externa que lhe cabia. A Eletropaulo deixou de pagar cerca de US\$ 700 milhões. Toda esta monstruosa quantia e mais o que a Eletrobrás sugou à Light foi retirado do Rio de Janeiro, de nossa população e de nossa economia. O Governo de São Paulo, certamente, fez muitas obras com estes recursos.

Estas revelações mostram a dimensão incalculável dos prejuízos que aquelas nefastas decisões causaram a nosso Estado. Uma política de abastecimento de energia elétrica é inseparável do processo de desenvolvimento regional. Veja-se a ação do Governo de Minas com a Cemig e suas siderúrgicas. Minas Gerais já se tornou a segunda força econômica entre os Estados da Federação. Todos os Estados importantes seguem esta orientação. Só ao Rio de Janeiro (e ao Espírito Santo) o Governo Federal impõe esta discriminação.

O argumento de que privatizar não implica “transferir a Light para outro lugar” não tem cabimento. A Eletrobrás, é claro, jamais pensou em transferi-la, mas fez o que fez. Chegaram mesmo a subsidiar tarifas para grandes grupos econômicos estrangeiros, à custa de sacrifícios para nossa população já empobrecida. Igualmente, não procede a alegação da eficiência, pois a Light é das empresas públicas mais bem administradas.

A Light é indispensável ao reerguimento de nossa economia. O Governo Federal não pode negar ao Rio as mesmas condições com que transferiu a Light para São Paulo. E mais: seria mais que justo indenizar ou realizar investimentos compensatórios frente aos graves prejuízos que a União impôs à economia do Estado do Rio de Janeiro.

2. A CSN – Como a nossa documentação vai demonstrar, a Companhia Siderúrgica Nacional foi objeto de uma política dirigida e predatória. Em bom português, despojaram deliberadamente a CSN e ainda mandaram reprimir a bala seus trabalhadores injustiçados.

A ela, foram negados os financiamentos que, fartamente, o Governo Federal entregava para outras siderúrgicas, inclusive particulares. E mais: obrigaram a CSN a vender, por um longo período, seus produtos abaixo dos custos, subsidiando, em bilhões de dólares, a indústria automobilística e outras grandes empresas nacionais e estrangeiras, além da cartelização da distribuição de aço, transformada em cartórios que renderam imensas fortunas a grupos que, agora, até pretendem comprar a própria siderúrgica, não foi senão uma conspiração que partiu do próprio Governo, o que fizeram contra a CSN. E ninguém responderá por isso? Funaro já morreu, mas Delfim anda por aí, gordo e lampeiro. Alguém tem de ser responsabilizado por esta monstruosa rapinagem contra o patrimônio e os dinheiros públicos.

Tudo isso, mais uma vez, foi retirado da economia do Rio de Janeiro. Além, é claro, daquilo que foi diretamente subtraído, com a apropriação indébita de mais de US\$ 250 milhões em impostos não recolhidos ao Tesouro do Estado. Também aqui não cabe o argumento de que a privatização da CSN não implicaria transferi-la para outra região. Poderão, entretanto, sucateá-la e dar-lhe os mesmos rumos lesivos à nossa economia e, até, fazer dela o que fizeram com a Light nestes últimos anos, transformando-a num instrumento de despojo e esvaziamento do Rio de Janeiro.

3. O gás de Campos – Esta é outra questão que iremos esclarecer a fundo e, sobretudo, denunciar o que vem sendo imposto, em matéria de limitações e injustiças contra a economia do Rio de Janeiro. Nenhum outro Estado possui a tradição e a tecnologia de nossa Companhia de Gás. Nestes últimos tempos, com a descoberta do gás natural em Campos, tratou-se de utilizá-lo de acordo com a própria Constituição, que reserva aos Governos Estaduais a sua distribuição.

Chegaram, porém, ao absurdo de negar este direito ao Rio, quando o Governo Federal

chamou a si a distribuição para um conjunto de grandes empresas e entregando, apenas, uma parcela insuficiente do gás à Companhia Estadual. O pior, entretanto, foi a construção semiclandestina de um gasoduto de cerca de 400 quilômetros – com investimentos de US\$ 300 milhões – para entregar o gás às indústrias paulistas, através da companhia estadual daquele Estado, a Comgás. Negam o gás à população e às indústrias fluminense, principalmente às da região de Campos, onde o gás é extraído, e o entregam, até mais barato, em outro Estado.

Tudo isso é muito suspeito. Que poderes absurdos são esses que conseguem esconder da população até mesmo a construção de um enorme gasoduto? Vamos, nesta questão, ter muito pano para mangas.

* * *

Enfocamos, por enquanto, apenas estes três casos. A população pode fazer seu próprio julgamento. Não pode haver economia regional que resista a semelhante processo de sucção nas suas áreas vitais. Ao contrário, só o que pode ocorrer é esvaziamento econômico, e empobrecimento. Foram golpes baixos, verdadeiras punhaladas pelas costas deferidas contra o Rio de Janeiro. Os prejuízos e medidas lesivas ao Estado, infelizmente, não param por aí. Vamos, amanhã, analisar o caso do Banerj. Este é um assunto muito especial. Afirma-se que o banco está saneado. Desde já, queremos afirmar, com todas as letras, que o atual presidente do Banerj e seus chefe, o Governador dos contratos, estão sendo, mais uma vez, infiéis à verdade.

Proposta de cooperação do Governo do Rio de Janeiro ao Governo Federal

Esta é a íntegra das notas que, na minha condição de Governador eleito do Rio de Janeiro, entreguei, em mãos, na última quinta-feira, ao sr. Presidente da República. Tudo indica que, a partir de agora, se estabelecerá um clima superior de cooperação entre Estado e União, visando enfrentar os graves problemas e impasses gerados por anos e anos de incompreensões e de odiosas políticas discriminatórias contra o Rio de Janeiro, executadas por governos federais anteriores e seus grupos de privilegiados.

1. Educação – (Prioridade absoluta do governo do Rio de Janeiro) – Apoio financeiro da União ao programa de escolarização em regime de tempo integral, prioritariamente através da recuperação e conclusão imediata dos 500 CIEPs, antes mesmo da realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente. (ECO-92).

2. Saúde – Medidas conjuntas emergenciais e intensivas de combate ao dengue e demais parasitoses. Cooperação entre os Governos Federal e Estadual num amplo programa de assistência materno-infantil, com acompanhamento médico e suplementação alimentar. Amplo programa de assistência e educação alimentar à população carente. Restauração dos níveis de eficiência das campanhas de vacinação. Expansão do abastecimento de água limpa à população. Implantação do SUS com garantia de repasse de verbas para as unidades transferidas e da isonomia salarial.

3. Garantias e Segurança – Cooperação financeira para projetos específicos que enfrentem a escalada de violência e criminalidade no Rio de Janeiro, especialmente homicídios contra crianças e adolescentes. Medidas urgentes para superar o déficit de 5.000 vagas do sistema penitenciário estadual (liberando a Ilha Grande para turismo e lazer) e construir um hospital penitenciário compatível com suas necessidades. Medidas conjuntas no âmbito policial para promover a defesa do meio ambiente e racionalizar o trânsito.

4. Banerj – Rediscussão das relações Governo do Estado/Banerj/Banco Central/Banco do Brasil, com imediato retorno ao Banco do Brasil dos malsinados avais e compromissos impostos ao BANERJ e ao Tesouro Estadual relativos ao Metrô desde dezembro de 1982, principal causa das dificuldades do Banco do Estado, ainda hoje não saneado, e consequente liberação do Fundo de Participação do Estado do Rio de Janeiro. O Governo do Rio de Janeiro pretende utilizar o BANERJ como força de apoio ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

5. Light – Isonomia do tratamento dado ao Estado de São Paulo quando da aquisição da Light, cuja seção paulista constitui a ELETROPAULO, com vistas à estadualização da empresa, com a participação da iniciativa privada local, da comunidade e dos seus empregados, sob a coordenação do Poder Público.

6. Habitação – Acesso do Estado às linhas de financiamento da CEF para programas de assentamentos humanos em lotes urbanizados, urbanização de favelas e construção de moradias populares.

7. CSN – Democratização do capital da CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, com a participação da União, do Estado, da iniciativa privada e dos trabalhadores, como condição para recuperação financeira e da capacidade produtiva da Empresa, bem como para a preservação de seu caráter estratégico para o desenvolvimento da economia brasileira.

8. TVE – O Rio de Janeiro é o único Estado da Federação que não controla a sua TV Educativa, que lhe foi subtraída quando da fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. O Governo Estadual solicita a devolução da sua emissora, pondo-se fim ao tratamento discriminatório.

9. BNDES/Finame – Desbloqueio do acesso dos órgãos estaduais às linhas de financiamento do BNDES, onde se encontram vários projetos já aprovados tecnicamente e jamais autorizados, como o aproveitamento do transporte hidroviário na Baía de Guanabara e o reequipamento de órgãos estaduais, como o DER.

10. Meio Ambiente e Qualidade de Vida

- **Despoluição da Baía de Guanabara e do Rio Paraíba do Sul** – Ampliação do apoio federal aos programas estaduais de saneamento básico, tratamento de efluentes e controle ambiental.
- **Linha Vermelha** – Convênio e recursos para a construção da Linha Vermelha, que complementa a malha viária federal de acesso ao Rio, com vistas a atender ao fluxo dos participantes da ECO-92.
- **Gás de Campos** – Transferência à Cia. Estadual de Gás, pela Petrobrás, nos termos da Constituição, da distribuição do gás natural. Ampliação do fornecimento, com vistas à expansão da rede domiciliar e, principalmente, industrial, para a substituição de combustíveis poluentes.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1991.

Leonel Brizola
Governador eleito do Rio de Janeiro

Novos tempos

1. As eleições para Governador foram mais que afirmativas. Tudo decidiu-se já no primeiro turno, com dois milhões e meio de votos acima do segundo colocado e mais de um milhão de votos de vantagem sobre a soma de todos os outros candidatos (Bittar – PT, Nelson – PMDB + PFL e Ronaldo – PSDB).

2. E qual foi a decisão do povo do Rio de Janeiro, manifestada assim de forma tão clara e nítida nas urnas? Foi, simplesmente, a de que retornasse o Governo Brizola – ele e seus colaboradores – com todas as suas características e, como é da lógica do processo social, para trabalhar mais e melhor.

3. Quanto ao Legislativo, os resultados foram complexos e não tiveram, na sua aparência, um sentido tão claro quanto aquele expresso nas eleições para Governador. As forças conservadoras (PMDB, PDS, PFL), que durante o Governo Moreira-Sistema Globo eram amplamente majoritárias, foram desmanteladas pela população e transformaram-se em pequenos partidos, ao lado do PT, PRN, PSB etc. Depois da bancada do PDT, o maior número de deputados pertence a um conjunto de pequenos partidos cujas representações se integram por um ou apenas dois ou três deputados. Estes parlamentares, em geral, foram eleitos em nossos palanques ou afirmando, por toda parte, o seu apoio à nossa causa. “Votem em mim, porque eu estou com Brizola e porque vou apoiá-lo no Governo”, afirmavam para quem quisesse ouvir. Com esses compromissos foram eleitos.

4. Lamentavelmente, não é o que vem ocorrendo na Assembleia Legislativa. O primeiro episódio revelador da estranha situação que ali vem se formando foi, sem dúvida, a própria

eleição da Mesa Diretora. Descumprindo compromissos formais de fidelidade às decisões partidárias, o Dep. José Nader traiu o PDT, aliou-se aos representantes do Governo Moreira e atingiu o seu intento de presidir a Alerj, demolindo o princípio da pluralidade e da representação partidária daquela Casa. Não há democracia e muito menos Poder Legislativo sem partidos políticos coerentes, definidos e responsáveis. Ao PDT não restou outra alternativa senão tomar a iniciativa de expulsar de suas fileiras o Sr. Nader. É inevitável que, mais cedo ou mais tarde, a Justiça Eleitoral tenha de pronunciar-se sobre este assunto. Ou mantém o princípio da fidelidade partidária, ou, ao contrário, preserva o mandato de quem o desrespeita e, assim, desmoraliza não só os partidos mas todas as instituições democráticas. Não há ordem democrática sem partidos políticos.

5. Quem tinha alguma dúvida sobre os objetivos das manobras para a eleição da Mesa da Assembleia já pôde dissipá-la com a primeira e vergonhosa decisão patrocinada pelo conluio que se formou naquela Casa e que, infelizmente, levou de roldão alguns desavisados. O aumento concedido aos servidores da Assembleia (não apenas aos pequenos mas também àqueles privilegiados que já ganhavam dois, três ou até quatro milhões de cruzeiros³⁹), além de construir-se numa iniquidade, simplesmente não pode ser pago pelos exauridos recursos públicos, que o Governo Moreira dilapidou criminosamente. O novo Governo não fugirá às suas responsabilidades e vai utilizar-se de todos os meios ao seu alcance para evitar a consumação deste verdadeiro desatino. Nenhum deputado fez campanha eleitoral dizendo que o seu primeiro ato na Assembleia seria dar um aumento de 100%.

6. Felizmente, porém, a população pôde, no último dia 15, voltar a sentir o alento e a esperança de que muita coisa irá mudar. Depois

39 Para converter cruzeiro em dólar, divida por 233,90

deste período em que o Governo Moreira, como um cadáver insepulto, contaminou todos os aspectos da vida de nosso Estado, um novo Governo instalou-se, não para promover uma simples troca de pessoas na administração, mas para uma total mudança de métodos, de prioridades e de objetivos no Governo. Agora, o Governo do Estado é o Governo de todos e tem deveres para com todos os cidadãos e não apenas para com os ricos e privilegiados. Vamos, como da outra vez, enfrentar inimigos poderosos e impiedosos que não são capazes, sequer, de esperar ao menos um dia para iniciar os seus ataques, seja pelas agressões diretas, seja patrocinando armações e manipulações torpes.

7. Foi o que de fato ocorreu. A população do Rio de Janeiro já percebeu que tudo não passa de um filme que todos já vimos. Vejam este episódio das invasões. Notem como se aproveitam das angústias e sofrimentos de comunidades pobres, de gente humilde e trabalhadora à qual sempre voltaram as costas. Será que pensavam que Leonel Brizola, no Governo, iria mandar que a polícia com porretes e balas fosse desocupar às pressas apartamentos que ficaram nada menos do que sete anos entregues às moscas? Escândalo maior que a invasão é existirem milhares de moradias construídas com o dinheiro público, vazias, servindo à mais odiosa especulação imobiliária. Isso sim é um caso de polícia. Quanto à nossa atuação, será sempre a de utilizar a instituição policial para manter a ordem, evitar violências e proteger a integridade física da população. A situação que ali se formou tem que ser tratada pelos órgãos públicos e seus funcionários encarregados do problema da habitação e da assistência social e não com cassetetes. Tanto quanto desejamos evitar a violência das invasões, não é admissível usar também da violência para remover aqueles nossos irmãos carentes e necessitados. Generosidade e amor ao ser humano não podem ser simples palavras só faladas da boca para fora. Nosso método é

o democrático, o da persuasão e não o da força e da violência.

8. Nos primeiros cinco dias úteis à frente do Governo, dedicamo-nos a enfrentar o verdadeiro caos em que encontramos a Administração. Só mesmo uma Constituinte que deu cinco anos a Sarney seria capaz de, no plano dos Estados, permitir um intervalo tão longo e danoso entre a eleição e a posse dos novos Governadores. A população do Rio de Janeiro irá se escandalizar à medida que for se desvendando a depredação que o Governo Moreira Franco, agindo como um irresponsável, provocou no serviço público.

9. Em matéria de pessoal, desde logo determinei a proibição de admissão e ingresso de novos funcionários, a qualquer título, na administração, sem autorização prévia e expressa do próprio Governador. Todas as folhas de pagamento serão submetidas a um sistema computadorizado de verificação que irá expelir os nomes que porventura tenham sido incluídos indevidamente, bem como gratificações e benefícios de qualquer natureza que não tenham sido autorizados. No prazo de dias 30, deverá estar concluído o levantamento das admissões, transformação de cargos, os privilégios indecorosos etc., concedidos durante o Governo Moreira Franco, sendo que, para os que tiverem ocorrido no último ano, o prazo é de apenas 15 dias. Estamos fazendo retornar ao Estados todos os milhares de funcionários que o Moreira espalhou em outras repartições, municípios e no próprio Governo Federal. Por último, acabo de orientar o Secretário de Economia e Finanças, em lugar de suspender o pagamento da 2ª parcela do 13º salário do funcionalismo (para o qual não há recursos, neste momento, no tesouro estadual), a apresentar-me, o mais rápido possível, uma proposta de parcelamento deste direito do servidor de forma que possamos honrá-lo.

10. Na área financeira, não é menos dramática a situação. Já no primeiro dia

suspendemos todos os pagamentos de contratos, emissão de cheques a qualquer título e de toda espécie de despesas que não as de pessoal. O orçamento do Estado, uma verdadeira farsa. A receita foi superestimada, e a despesa foi criminosamente hiperinflacionada, para que, nos dois primeiros meses do ano, o Governo Moreira pudesse gastar rios de dinheiro em operações e contratos suspeitos, aparentemente sem ultrapassar o limite constitucional de 1/12 mensais do orçamento global. No último dia útil do ano passado, este irresponsável simplesmente multiplicou por cinco, através de decreto, os valores orçamentários aprovados pela Assembleia Legislativa (valendo-se do seu poder legal de ajustá-lo

segundo a inflação), com a intenção de praticar os descabros que marcaram o apagar das luzes de seu nefando período à frente do Governo do Rio de Janeiro.

O povo do Rio de Janeiro pode ter a certeza de que não iremos ser complacentes e muito menos omissos diante de nenhuma dessas situações. Iremos até aonde nossas forças e a lei permitirem para que todos aqueles que descumprirem seus compromissos ou que determinaram ou compactuaram com estes atentados contra a propriedade pública e os interesses da população sejam responsabilizados por seus atos. Sabemos que os nossos caminhos têm muito mais espinhos que flores. Mas nós vamos em frente, em defesa dos direitos do nosso povo.

Lista de Siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa	COMECON – Conselho Mútuo para Assistência Econômica
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro	COPPPAL – Conselho Permanente de Partidos Políticos da América Latina
BANESPA – Banco do Estado de São Paulo	COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista
BC – Banco Central	CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
BD-RIO – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
BEG – Banco do Estado da Guanabara	CUT – Central Única dos Trabalhadores
BENNETT – Centro Universitário Metodista Bennett	DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (até 1982)	DER – Departamento de Estradas e Rodagem
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
BNH – Banco Nacional de Habitação	DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
BRASILINVEST – Brasilinvest S.A. Banco de Investimento	ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A
CEF – Caixa Econômica Federal	ELETROPAULO – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A
CEHAB – Companhia Estadual de Habitação (Governo do Estado do Rio de Janeiro)	EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações (antiga)
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais	ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (antiga)
CIAC – Centro Integrado de Atendimento à Criança	FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento	FGV – Fundação Getúlio Vargas
CIEP – Centro Integrado de Educação Pública	FMI – Fundo Monetário Internacional
COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo	GRUPO MONTEIRO ARANHA – Grupo empresarial (Monteiro Aranha S/A)
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	IBAD/IBADE – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
COCEA – Companhia Central de Abastecimento do Rio de Janeiro [atualmente CASERJ – Companhia Central de Armazéns e Silos do Rio de Janeiro]	IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (atualmente IBOPE Inteligência)

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias (antigo)
 ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
 IS – Internacional Socialista
 JB – Jornal do Brasil
 LIGHT – Light Serviços de Eletricidade S.A.
 LSN – Lei de Segurança Nacional
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro
 MNR – Movimento Nacional Revolucionario (El Salvador)
 MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
 NEC Brasil – (empresa de telecomunicações filial da NEC Corporation – Nippon Electric Company)
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
 ONU – Organização das Nações Unidas
 PCB – Partido Comunista Brasileiro
 PSD – Partido Social Democrático
 PDT – Partido Democrático Trabalhista
 PFL – Partido da Frente Liberal
 PL – Partido Liberal
 PLN – Partido Liberación Nacional (Costa Rica)
 PM – Polícia Militar
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PMN – Partido da Mobilização Nacional
 PMUT – Partido do Movimento de Unificação dos Trabalhadores
 PRD – Partido Revolucionário Dominicano
 PRN – Partido da Reconstrução Nacional
 PSB – Partido Socialista Brasileiro
 PSC – Partido Social Cristão
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
 PT – Partido dos Trabalhadores
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
 PTN – Partido Trabalhista Nacional
 PTR – Partido Trabalhista Renovador
 PV – Partido Verde
 RIOCOP - Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas
 SHARP – Sharp do Brasil (liderada pelo empresário Matias Machline, produzia eletroeletrônicos na Zona Franca de Manaus)
 SPD – Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)
 STF – Supremo Tribunal Federal
 SUS – Sistema Único de Saúde
 UNION CARBIDE – Union Carbide Corporation - empresa americana química de polímeros
 TRE – Tribunal Regional Eleitoral
 TROL – Trol S.A. Indústria e Comércio
 TSE – Tribunal Superior Eleitoral
 UDN – União Democrática Nacional
 UH – Última Hora (jornal)
 USP – Universidade de São Paulo
 VW – Volkswagen

Índice por tema

ADMINISTRAÇÃO

- **Aposentado e pensionista:** 91, 99, 125, 146, 149, 173 e 188.
- **Banerj:** 19, 25, 40, 47, 50, 65, 68, 77, 87, 104, 174, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 187, 191, 196, 201, 205 e 207.
- **CIEP e CIAC:** 50, 56, 59, 62, 65, 74, 91, 95, 102, 104, 106, 135, 138, 146, 152, 158, 168, 169, 174, 183, 191 e 207.
- **Ecologia, saneamento e despoluição da Baía de Guanabara:** 62, 74, 114, 152, 168, 190 e 207.
- **Educação:** 25, 50, 56, 59, 62, 65, 74, 79, 89, 91, 95, 102, 104, 106, 135, 138, 146, 152, 158, 161, 168, 169, 174, 183, 190, 191, 194, 196 e 207.
- **Linha Vermelha e Metrô:** 25, 47, 50, 62, 65, 74, 77, 104, 174, 180, 182, 185, 191, 194 e 207.
- **Polícia e bombeiros:** 28, 31, 34, 37, 47, 53, 56, 87, 108, 168, 170, 192, 197 e 199.
- **Relacionamento com a União – Fernando Collor [a]:** 203 e 207.
- **Salário, greve e desemprego:** 22, 25, 28, 31, 37, 40, 43, 47, 50, 53, 62, 65, 68, 71, 74, 89, 91, 99, 102, 104, 125, 133, 135, 138, 146, 149, 152, 155, 158, 161, 170, 172, 173, 188, 193, 207 e 209.
- **Saúde:** 62, 152, 168, 194 e 207.
- **Servidores públicos:** 28, 34, 43, 47, 50, 91, 99, 106, 124, 125, 135, 138, 143, 146, 149, 155, 161, 169, 172, 180, 182, 183, 193 e 209.
- **Violência e Comando marrom:** 19, 28, 31, 34, 37, 47, 53, 56, 59, 62, 79, 87, 104, 106, 108, 114, 125, 143, 152, 168, 169, 170, 191, 192, 196, 197 e 209.

BRIZOLA

- **Contencioso com a imprensa:** 65, 77, 104, 108, 116 e 138.
- **Direito de resposta e Família:** 28, 104, 116, 135, 175, 197 e 199.
- **Política:** 28, 53, 56, 65, 68, 77, 79, 89, 104, 106, 116, 118, 123, 125, 126, 127, 135, 138, 143, 152, 158, 164, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193 e 194.

CLASSE

- **Associação de classe:** 19, 104, 108, 110, 123, 131, 152 e 174.
- **Sem-terra e Comunidade carente:** 28, 31, 37, 53, 56, 97, 104, 108, 114, 135, 152, 158 e 174.
- **Sindicalismo:** 28, 34, 37, 47, 53, 65, 91, 104, 149, 152 e 173.

ECONOMIA

- **Dívida externa:** 19, 22, 25, 28, 31, 37, 40, 47, 53, 62, 68, 71, 91, 93, 95, 97, 99, 102, 114, 131, 133, 135, 143, 152, 155, 158, 161, 173, 183, 185, 189 e 193.
- **Empresariado nacional:** 19, 22, 56, 71, 131, 146, 152, 161; 173 e 203.
- **Empresariado fluminense:** 106.
- **Grupo econômico nacional:** 25, 40, 59, 62, 68, 77, 83, 87, 89, 95, 97, 99, 112, 125, 127, 131, 133, 135, 138, 140, 143, 146, 149, 152, 155, 161, 169, 170, 172, 173, 184, 185, 188, 190, 193 e 203.
- **Grupo econômico internacional:** 22, 25, 28, 62, 65, 68, 71, 77, 79, 95, 116, 140, 143, 146 e 203.
- **Grupo econômico: banqueiro:** 25, 28, 47, 50, 65, 77, 87, 93, 102 e 123.
- **Pacote econômico:** 19, 22, 25, 31, 37, 53, 56, 65, 68, 71, 74, 89, 99, 102, 110, 131, 133, 135, 138, 138, 140, 143, 146, 149, 155, 158, 161, 171, 173 e 201.
- **Perdas internacionais:** 53, 95, 99, 131, 133, 140, 143 e 152.

ESTATAIS

- **As empresas estatais:** 47, 56, 62, 68, 93, 99, 138, 149, 152, 155, 161, 188, 193, 201, 203 e 207.
- **Cia. Siderúrgica Nacional [a]:** 135, 140, 146, 170, 172, 188, 201, 203 e 207.
- **Petrobrás:** 25, 188, 203, 205 e 207.
- **Privatização:** 47, 56, 62, 68, 93, 99, 131, 138, 140, 149, 152, 161, 188, 193, 201, 203 e 207.

IMPrensa

- **Jornal do Brasil:** 28, 68, 138, 140, 143, 171 e 187.
- **Folha de São Paulo:** 37, 59, 74, 131, 146, 155.
- **Globo:** 19, 25, 28, 31, 34, 40, 47, 50, 56, 59, 62, 65, 68, 79, 83, 89, 95, 106, 108, 112, 114, 116, 118, 127, 131, 133, 135, 140, 146, 149, 169, 170, 171, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 194, 197 e 199.
- **Globo-negócios:** 40, 43, 59, 140 e 182.
- **Jornalista:** 19, 25, 62, 74, 77, 106, 116, 135, 138, 146, 158 e 178.
- **Órgãos diversos:** 28, 40, 53, 65, 77, 79, 102, 104, 116, 146, 152, 158 e 170.
- **Partido Único:** 34, 40, 47, 53, 59, 79, 89, 93, 99, 104, 116, 138, 143, 172 e 193.
- **Propaganda, publicidade e marqueteiro:** 68, 102, 110, 112, 118, 131, 133, 135, 138, 140, 143, 146, 174, 175, 182, 185, 189, 191 e 193.

Órgãos de Estado

- **Congresso Nacional:** 19, 22, 25, 28, 31, 34, 37, 40, 43, 47, 50, 53, 56, 59, 62, 65, 68, 71, 74, 77, 79, 81, 83, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 102, 104, 110, 131, 133, 135, 138, 143, 149, 152, 155, 161 e 164.
- **Forças Armadas:** 28, 34, 47, 53, 83, 106, 108, 133, 138, 161, 173, 180 e 190.
- **Justiça:** 19, 28, 31, 37, 40, 47, 56, 74, 77, 79, 106, 123, 131, 133, 135, 138, 149, 158, 161, 171, 175, 177, 180, 182, 184, 185 e 187.
- **Justiça Eleitoral:** 56, 65, 102, 108, 110, 116, 118, 123, 126 e 127.

PDT

- **Ação partidária:** 19, 22, 25, 31, 34, 37, 43, 47, 50, 53, 56, 59, 65, 77, 79, 91, 102, 104, 108, 110, 114, 116, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 135, 152, 158, 164, 201, 203, 205 e 209.
- **Atuação nacional:** 28, 37, 53, 65, 71, 81, 83, 89, 93, 102, 131, 135, 143, 149, 152, 201, 203 e 205.
- **Darcy Ribeiro:** 116, 158 e 164.
- **Dissidentes:** 19, 28, 31, 34, 37, 43, 47, 53, 65, 68, 91, 116, 123, 135, 143, 169, 177 e 209.
- **Internacional Socialista [a]:** 22, 31, 34, 47, 50, 59, 91, 114 e 192.
- **Militância:** 56, 65, 91, 116, 125, 127, 143 e 152.
- **Nilo Batista:** 135.
- **Política Geral:** 31, 68, 87, 89, 91, 95, 104, 116, 125, 127, 138, 143, 152, 158 e 188.

- **Salário mínimo:** 31, 37, 40, 50, 62, 71, 135, 149, 155, 161, 173 e 188.
- **Vargas, Jango e Trabalhismo:** 47, 62, 65, 95, 102, 104, 110, 114, 116, 125, 152, 155, 173 e 188.

Política

- **Comissão de inquérito:** 19, 40, 50, 56, 65, 87, 177, 180, 182, 183, 184, 185 e 187.
- **Constituição de 1988 [a]:** 19, 22, 25, 28, 31, 34, 37, 40, 47, 50, 53, 56, 59, 62, 65, 68, 71, 74, 74, 77, 79, 81, 83, 87, 89, 89, 91, 93, 95, 102, 155 e 209.
- **Ditadura:** 19, 22, 25, 28, 31, 34, 37, 40, 47, 50, 59, 62, 65, 71, 74, 77, 79, 81, 83, 87, 102, 114, 124, 125, 126, 133, 140, 155, 161, 176, 185, 188, 190, 192 e 196.
- **Eleição nacional:** 19, 22, 25, 28, 31, 34, 37, 40, 47, 50, 53, 53, 56, 59, 62, 65, 68, 71, 74, 77, 79, 81, 83, 87, 89, 97, 99, 104, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 123, 125, 126 e 127.
- **Países latino-americanos:** 34, 56, 65, 77, 79, 99, 110, 114, 133, 138, 140 e 196.
- **Parlamentarismo:** 22, 28, 37, 40, 47, 50, 53, 56, 59, 62, 65, 68, 71, 74, 77, 79, 81, 83, 102 e 114.
- **PT e Lula, convergentes [a]:** 65, 71, 81, 83, 126, 127, 131, 135 e 138
- **PT e Lula, divergentes [a]:** 28, 102, 104, 140, 164, 189, 191 e 194.
- **Pesquisa e Proconsult:** 108, 112, 116, 118, 126, 127, 135, 187, 191 e 194.

Político

- **Antonio Carlos Magalhães:** 40 e 89.
- **Delfim Neto:** 40, 47, 53, 71, 77, 93, 99, 131, 140, 158, 161, 185 e 201.
- **Fernando Collor [a]:** 108, 110, 112, 116, 118, 123, 125, 126, 127, 131, 133, 135, 138, 140, 143, 143, 146, 149, 152, 155, 158, 161, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 188, 190, 193, 194, 203 e 207.
- **Gen. João Batista Figueiredo:** 40 e 65.
- **José Sarney:** 19, 22, 25, 28, 31, 34, 37, 40, 47, 50, 53, 56, 59, 62, 65, 68, 71, 74, 77, 79, 81, 83, 87, 89, 91, 93, 99, 102, 104, 106, 110, 114, 125, 133, 135, 138, 143, 146, 152, 169, 170, 171, 182, 183 e 201.
- **Tancredo Neves:** 19, 74, 74 e 77.
- **Ulysses Guimarães:** 22, 25, 50, 53, 56, 59, 62, 65, 68, 71, 74, 79, 81, 83, 93 e 102.

[a] Não consta do Caderno 1.



COLEÇÃO COMPLETA

TIJOLAÇOS

LEONEL BRIZOLA

1984 — 2004

JÁ DISPONÍVEL



JÁ DISPONÍVEL

TIJOLAÇOS

LEONEL BRIZOLA

1987 — 1991



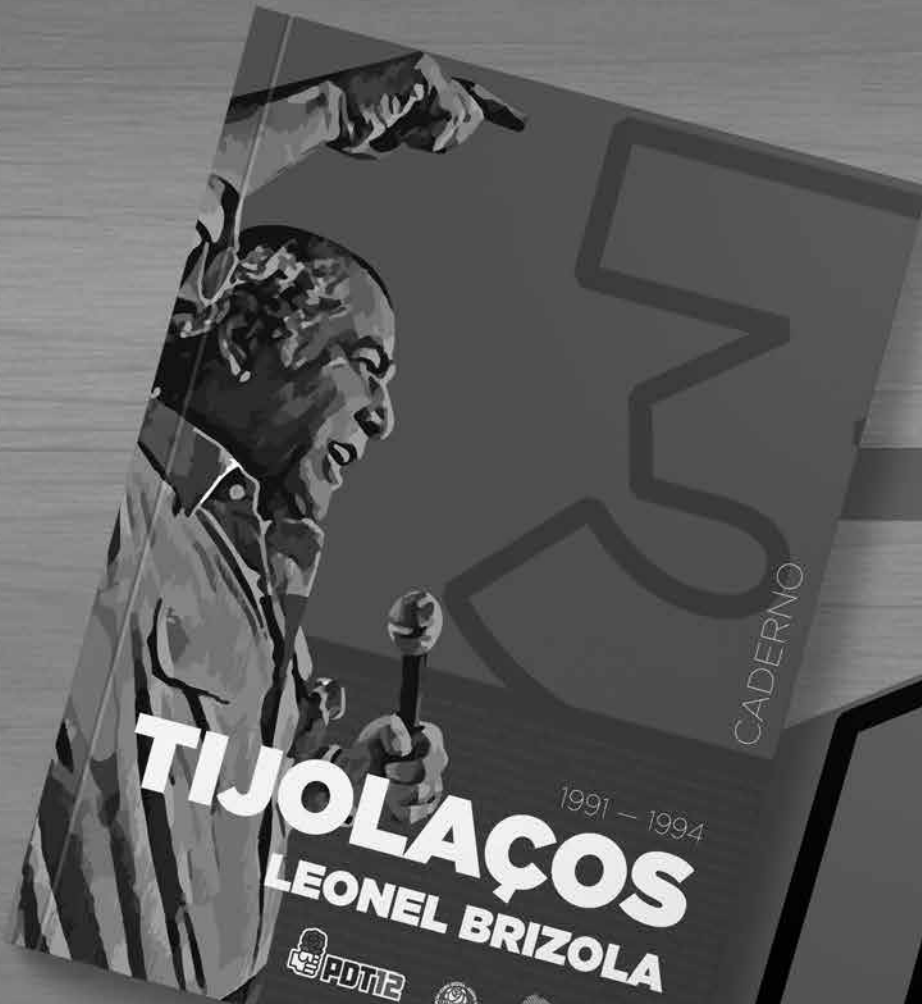
CADERNO

CADERNO

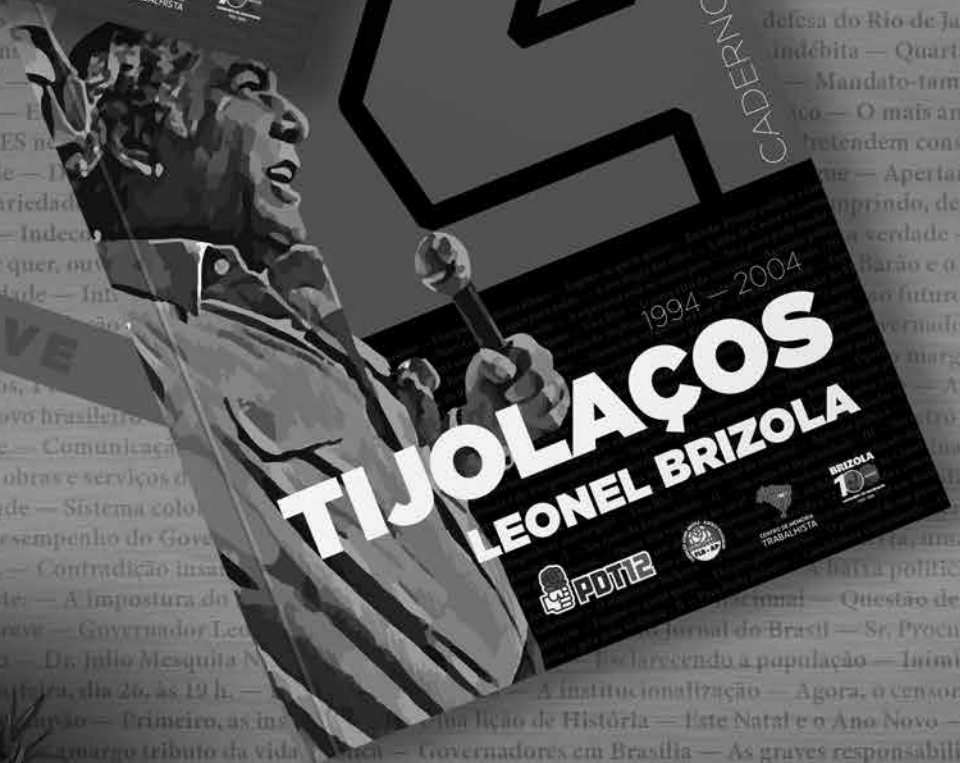
A força da minha
resistência vem do meu
amor ao povo brasileiro.

Leon Brizola

EM BREVE



EM BREVE



ador Leonel Brizola — Nota do Governador ao
— Doença Social — Jornalismo marginal — Fim
— Violência e criminalidade — A questão crucial
A hora dos partidos — O Metrô e os demagogos — B
va República" — Discriminação federal — BNDES na
Leonel Brizola: Confrontação inútil — Iniquidade — D
ário mínimo deveria ser Cz\$ 1.100,00 — Arbitrariedade
Mais que um alerta, uma
ência à Nação, — Indeco
de vidro — A baixa pol
de nacional — Questão de
do Brasil — Sr. Procurador-Geral da
a população — Inimigos do Rio de Janeiro
ação — Agora, o censor. — 1 trilhão em depósitos, 1
Natal e o Ano Novo — Coerência e lealdade ao povo brasileiro
s graves responsabilidades do Senhor Presidente — Comunicaç
Helo Andorinha — Primeira etapa do plano de obras e serviços d
Capitalism — Síndrom
— O desempenho do Gove
— Contradição insa
— A impostura do
— Governador Le
— Dr. Julio Mesquita N
— terça-feira, dia 26, às 19 h.
— Primeiro, as ins
— O mais amargo tributo da vida
— Governadores em Brasília — As graves responsabilidades do Se
— O que é o PDT? — O incêndio do Edifício Andorinhas — Primeira etapa do
— Acabar com a inflação por decreto? — Capitalismo inviável — Síndrome da ilegítimi
— Exploração política orquestrada — Dois patamares da História — O
— Mandado de Segurança contra o Governo Federal — Além do nosso dinheiro, levam agora o nosso
— Terrorismo Global — O Governo do Rio e as últimas eleições — Hoje, instala-se a Constitui
— A transmissão do Governo — Até br



CENTRO DE MEMÓRIA
TRABALHISTA





CENTRO DE MEMÓRIA
TRABALHISTA

WWW.PDT.ORG.BR — WWW.FLB-AP.ORG.BR

Cartilhas Trabalhistas

É uma publicação da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, que busca ressaltar as grandes obras edificadas pelo Trabalho ao longo da história brasileira.

FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA-ALBERTO PASQUALINI

SEDE NACIONAL — RIO DE JANEIRO
Rua do Teatro, 39 - 2º andar, Centro, CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 3570-5901 — secretaria@flb-ap.org.br www.flb-ap.org.br

SEDE BRASÍLIA
SAFS (Setor de Autarquias Federais Sul), Quadra 2, Lote 3,
CEP: 70.042-900, Brasília-DF — Tel.: (61) 3224-9139 / 3322-8425 / 3225-6399

<https://www.facebook.com/fundacaoleonelbrizola>
<https://www.facebook.com/pdt.org.br/> — Twitter: pdt_nacional



brasileiro Usurpação e golpismo — O mandato de Sarney: uma obsessão impatriótica. — Ulysses e Sarney: os grandes
a questão de coerência e de dignidade — Como caiu o Parlamentarismo — O golpe do Parlamentarismo — Instaurou-se
sia — Traição ao povo brasileiro — Parlamentarismo é a extinção do voto direto — Parlamentarismo sem plebiscito: traic
ca — Os “salvadores da pátria” — Iniquidade — PDT, síntese de nosso povo. — O escândalo do silêncio — Engane-se que
ores — Nota oficial do PDT (Sobre a crise da Câmara Municipal do Rio de Janeiro) — Meu irmão, minha irmã. — Contra
— A causa intocada de nossa inflação — As perdas internacionais — A volta da “ciranda” — E depois do desastre? — Os d
e Collor — Em defesa do Rio — Farsa vergonhosa — CSN: omissão criminosa. — Abono ou arrocho? — O abandono do in
— Telhado de vidro — As tetas da ditadura — Duas verdades — Por que Vargas vive — São três contra um e o povo contra os
ça — Globo-Moreira, antiga parceria. — O fim de um período — A inflação — Os caminhos da imprudência — Restabelec
marelo dos “privatistas” — A inflação e as perdas internacionais — A aliança Globo-CUT-PT — O começo da agonia — A
amanhã — Confronto inevitável — Ao povo brasileiro Usurpação e golpismo — O mandato de Sarney: uma obsessão impat
Nação — Sarney, o PMDB e o FMI. — Uma questão de coerência e de dignidade — Como caiu o Parlamentarismo — O golpe
em de Sarney — Um festival de hipocrisia — Traição ao povo brasileiro — Parlamentarismo é a extinção do voto direto — Par
rdades irrefutáveis — O fim de uma época — Os “salvadores da pátria” — Iniquidade — PDT, síntese de nosso povo. — O esca
Eleitoral — PDT vai à Justiça contra caluniadores — Nota oficial do PDT (Sobre a crise da Câmara Municipal do Rio de J
ero. Outra vez a mistificação. — Menem e Collor — A causa intocada de nossa inflação — As perdas internacionais — A volta d
sabilidades — Inépcia e cumplicidade — Moreira e Collor — Em defesa do Rio — Farsa vergonhosa — CSN: omissão criminosa
Justiça de encomenda — A carapuça do Globo — Telhado de vidro — As tetas da ditadura — Duas verdades — Por que Vargas v
cendo a população — Manipulação e injustiça — Globo-Moreira, antiga parceria. — O fim de um período — A inflação — Os ca
feito a um destino próprio — O sorriso amarelo dos “privatistas” — A inflação e as perdas internacionais — A aliança Globo-CU
— Coveiros da democracia — Existe um amanhã — Confronto inevitável — Ao povo brasileiro Usurpação e golpismo — O man
e de Maluf — Sarney e a LSN — Alerta à Nação — Sarney, o PMDB e o FMI. — Uma questão de coerência e de dignidade — Com
etentes — Golpes e golpias — O último trem de Sarney — Um festival de hipocrisia — Traição ao povo brasileiro — Par
caso — Os contratos da cumplicidade — Verdades irrefutáveis — O fim de uma época — Os “salvadores da pátria” — Iniquidade
de — O fim de uma época — Os “salvadores da pátria” — Iniquidade